



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1105

Quinta-feira - 25 de Outubro de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Arroio Trinta	3
Biguaçu	6
Braço do Trombudo	29
Caçador	56
Campo Alegre	56
Campos Novos	63
Canoinhas	68
Capinzal	68
Catanduvas	69
Concórdia	70
Cordilheira Alta	71
Coronel Martins	73
Corupá	74
Curitibanos	75
Ermo	81
Forquilha	81
Fraiburgo	81
Garopaba	85
Gaspar	86
Imbituba	88
Iomerê	95
Irineópolis	97
Joaçaba	100
Lages	107
Lebon Regis	108
Luzerna	109
Macieira	112
Massaranduba	113
Meleiro	117
Morro da Fumaça	117
Navegantes	117
Novo Horizonte	118
Palhoça	118
Passo de Torres	122
Pinheiro Preto	123
Porto União	124
Rio do Sul	125
Salto Veloso	126
São Bento do Sul	126
São Lourenço do Oeste	128
São Pedro de Alcântara	133
Schroeder	133
Timbó	134
Tunápolis	137
Turvo	138
Videira	138

Consórcios

CIS/AMMVI	140
CIS/AMOSC	194
CIS/AMUREL	213

Antônio Carlos

PREFEITURA

Lei N° 1.407/2012

LEI N° 1.407/2012

Autoriza a Suplementação e Anulação de Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica Suplementada na importância de R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

04.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1.002- 4.4.90.00.00.00.0.1.001 - Ampliação da Rede Física Ensino Fundamental

16 - Aplicações Diretas
R\$ 120.000,00

1.002- 4.4.90.00.00.00.0.1.058 - Ampliação da Rede Física Ensino Fundamental

200 - Aplicações Diretas
R\$ 85.000,00

Art. 2º A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação da seguinte Dotação:

04.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1.004- 4.4.90.00.00.00.0.1.001 - Implantação de Acervo Bibliográfico nas Escolas

51 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

1.006- 4.4.90.00.00.00.0.1.001 - Reforma e Ampliação da Rede Ensino Infantil

57 - Aplicações Diretas
R\$ 90.000,00

2.009- 3.3.90.00.00.00.0.1.001 - Aquisição de Material de Apoio Pedagógico

42 - Aplicações Diretas

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

R\$ 20.000,00

2.009- 3.3.90.00.00.00.0.1.058 - Aquisição de Material de Apoio Pedagógico
43 - Aplicações Diretas
R\$ 30.000,00

2.008- 3.3.90.00.00.00.0.1.058 - Manutenção do Ensino Fundamental
24 - Aplicações Diretas
R\$ 55.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 23 de Outubro de 2.012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.408/2012.

LEI Nº 1.408/2012.

Inclui no Plano Plurianual e LDO ação de governo como prioridade para 2012 e autoriza a abertura de crédito adicional especial na Lei Orçamentária Anual de 2012.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º O Anexo de Metas do PPA - 2010/2013, aprovado pela Lei Municipal nº 1230/2009, referente ao Programa 0008 - Crescendo com a Força do Trabalho, fica acrescido da Ação "Aquisição de Veículo para FUREBOM", conforme Anexo I desta LEI.

Art. 2º O Anexo de Prioridades e Metas da LDO para 2012, aprovado pela Lei Municipal nº 1351/2011, referente ao Programa 0008 - Crescendo com a Força do Trabalho, fica acrescido da Ação 1044 - Aquisição de Veículo para FUREBOM", conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial de até R\$ R\$ 51.286,00 (cinquenta e um mil, duzentos oitenta e seis reais) na Lei Orçamentária Anual de 2012, conforme especificação abaixo:

0600. SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

CÓDIGO CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA VALOR

0601.06 SEGURANÇA PÚBLICA 51.286,00

0601.06.244 Assistência Comunitária 51.286,00

0601.06.244.0008 Crescendo com a Força do Trabalho 51.286,00

0301.04.122.0008.1044 Aquisição de Veículo para FUREBOM 51.286,00

4.4.00.00 Investimentos 51.286,00

4.4.90.00 Aplicação Direta 51.286,00

0.3.00.000000 Recursos Ordinários 51.286,00

Art. 4º A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da fonte de recursos do superávit financeiro da fonte 0.3.00.000000 - Recursos Ordinários no valor de R\$ 38.186,00 (trinta e oito mil e cento e oitenta e seis reais) apurado no Balanço de 2011, e Anulação da seguinte Dotação:

0600. SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

CÓDIGO CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA VALOR

0601.06 SEGURANÇA PÚBLICA 13.100,00

0601.06.244 Assistência Comunitária 13.100,00

0601.06.244.0008 Crescendo com a Força do Trabalho 13.100,00

0301.04.122.0008.2041 Prevenção à Desastres 13.100,00

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes 6.100,00

3.3.90.00 Aplicação Direta 6.100,00

4.4.00.00 Investimentos 7.000,00

4.4.90.00 Aplicação Direta 7.000,00

0.1.00.000000 Recursos Ordinários 13.100,00

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, em 23 de Outubro de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.409/2012

LEI Nº 1.409/2012

Autoriza a Suplementação e Anulação de Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica Suplementada na importância de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

06.01 - SECRETARIA DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

1.022.4.4.90.00.00.0.1.000 - Pavimentação de Ruas

113 - Aplicações Diretas

R\$ 87.000,00

Art. 2º A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação das seguintes Dotações:

06.01 - SECRETARIA DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

2.038.3.3.90.00.00.0.1.000 - Manutenção das Estradas Vicinais

141 - Aplicações Diretas

R\$ 87.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 23 de Outubro de 2.012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Republicação do Aviso de Licitação - PL Nº 125/2012 REPUBLICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº. 125/2012; Modalidade: Pregão Presencial nº. 085/2012; Tipo: Menor Preço; Objeto: Aquisição de um veículo, tipo automóvel, novo, 0 KM (zero quilometro) para a Unidade do Corpo de Bombeiros do Município de Antônio Carlos, conforme descrito no edital e seus anexos; Abertura: dia 09/11/2012 as 09:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº. 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no site: www.antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 24 de Outubro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**Lei Legislativa**

LEI LEGISLATIVA Nº 168/2012

Denomina "RUA JOÃO JOSÉ SCHMITT" e dá outras providências.

VILSON ANTÔNIO GELSLEICHTER, Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada RUA JOÃO JOSÉ SCHMITT, a via pública com início no lado par da Rua Antônio Weber, com 8,00 (oito) metros de largura e 350,00 (trezentos e cinquenta) metros de extensão, na Localidade de Canudos, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 23 de outubro de 2012.

VILSON ANTÔNIO GELSLEICHTER

Presidente

Lei sancionada e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM, no dia 25 de outubro de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Lei Legislativa

LEI LEGISLATIVA Nº169/2012

Institui o Dia Municipal da Língua Hunsrückisch.

VILSON ANTÔNIO GELSLEICHTER, Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o dia Municipal da Língua Hunsrückisch, a ser comemorado no dia 5 de outubro, dia em que foi sancionada a lei que cooficializou o Hunsrückisch como segunda língua oficial de Antônio Carlos.

Parágrafo Único - As comemorações deste dia terão como objetivos principais: propiciar um momento de reflexão, de resgate e de estímulo à língua de nossos antepassados; resgatar a história de Antônio Carlos, além de estimular a reflexão e o intercâmbio de ideias sobre o idioma, que faz parte da cultura local; dar publicidade para o uso da língua Hunsrückisch falada e escrita; lembrar a igualdade entre todas as línguas e a importância da diversidade cultural e linguística; criar uma conexão de parceria entre todos os amigos da língua Hunsrückisch, tanto em nossa cidade como fora dela.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 23 de outubro de 2012.

VILSON ANTÔNIO GELSLEICHTER

Presidente

Lei sancionada e publicada no Diário Oficial dos Municípios - Dom, no dia 25 de outubro de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Arroio Trinta**PREFEITURA****Lei Nº 1603, de 24/10/2012.**

LEI Nº 1603, DE 24/10/2012.

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Arroio Trinta para o Exercício de 2013.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal do Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Arroio Trinta - SC, para exercício de 2013, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 14.009.277,10 (Quatorze milhões, nove mil, duzentos e setenta e sete reais e dez centavos).

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2013 estima a Receita em R\$ 11.756.508,00 (Onze milhões, setecentos e cinquenta e seis mil e quinhentos e oito reais) e a Despesa Orçamentária em R\$ 8.616.031,46 (Oito milhões, seiscentos e dezesseis mil, trinta e um reais e quarenta e seis centavos), e Despesa Financeira de R\$ 3.140.476,54 (Três milhões, cento e quarenta mil, quatrocentos e setenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos).

§1º. A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	11.756.500,00
1.1- Receita Tributária	472.200,00
1.2- Receitas de Contribuições	102.000,00
1.3- Receita Patrimonial	74.539,50
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	31.944,00
17-Transferências Correntes	13.334.657,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	2.439.732,40
1.9- Outras Receitas Correntes	180.891,90
2 – RECEITAS DE CAPITAL	8,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	8,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	11.756.508,00

§2º. A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	7.648.863,96
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	3.163.854,83
3.2- Juros e Encargos da Dívida	145.000,00
3.3- Outras Despesas Correntes	4.340.009,13



4 - DESPESAS DE CAPITAL	940.547,50
4.4- Investimentos	640.547,50
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	300.000,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.620,00
9.9- Reserva de Contingência	26.620,00
- TRANSF. FINANCEIRAS AS FUNDOS MUNICIPAIS	3.140.476,54
- Fundo Municipal da Saúde	2.430.476,54
- Instituto de Previdência Social dos Servidores	300.000,00
- Câmara Municipal de Vereadores	410.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	11.756.508,00

Art. 3º O orçamento dos Fundos Municipais e Poder Legislativo para o exercício de 2013 estima a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	421.844,10
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	1.000,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	418.049,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	2.795,10
2 – RECEITAS DE CAPITAL	1,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	1,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	2.430.476,54
- Transferências financeiras da Prefeitura	2.430.476,54
TOTAL	2.852.321,64

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	2.719.420,64
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	1.655.625,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	1.063.795,64
4 - DESPESAS DE CAPITAL	132.901,00
4.4- Investimentos	132.901,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	2.852.321,64

II – FUNDO M. DE ASSIST. SOCIAL E MÉDICA DOS SERVIDORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	212.166,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	137.160,00
1.3- Receita Patrimonial	16.200,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	58.806,00

2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
7 – RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	103.680,00
7.2- Receita de Contribuições	103.680,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	0,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	0,00
TOTAL	315.846,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	315.846,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	0,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	315.846,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	0,00
4.4- Investimentos	0,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	315.846,00

III – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	913.680,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	260.280,00
1.3- Receita Patrimonial	653.400,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	0,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
7 – RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	601.398,00
7.2- Receita de Contribuições	601.398,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	300.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	300.000,00
TOTAL	1.815.078,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	956.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	351.000,0
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	605.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	0,00
4.4- Investimentos	0,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	859.078,00
9.9- Reserva de Contingência	859.078,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	1.815.078,00

IV – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	0,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	0,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	0,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	410.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	410.000,00
TOTAL	410.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	385.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	254.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	131.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00
4.4- Investimentos	25.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	410.000,00

Art. 4º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries conforme demonstração abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

I – Passivo Contingente	26.620,00
II – Intempéries	0,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	26.620,00

UNIDADE GESTORA: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

I – Passivo Contingente	859.078,00
II – Intempéries	0,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	859.078,00

§1º. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º. Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e

Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 5º Fica o Executivo Autorizado a remanejar dotações orçamentárias de despesa de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 6º O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 20% da Despesa estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III – superávit financeiro do exercício anterior.

IV – convênios.

Parágrafo Único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 7º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 8º Durante o exercício de 2013 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 9º Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 10 Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, mediante o envio de cópia autêntica à Câmara Municipal, logo após a celebração de tais atos.

Art. 11 A presente Lei vigorará durante o exercício de 2013 a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 24 de outubro de 2012.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 24 de outubro de 2012.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto

DECRETO Nº 220/2012 DE: 22 DE OUTUBRO DE 2012.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º da Lei Municipal nº 3156/2011- Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13 da Lei Municipal nº 3174/2011- Lei Orçamentária para 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2012, Lei Municipal nº 3174/2011:

0301. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0301.04.122.0002.1002	Reestruturação Física e Funcional do Prédio da Administração	1.414,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	414,00
3.3.90.00/0.1.82.000128	Outras Despesas Correntes	1.000,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	414,00
4.4.90.00/0.1.82.000128	Investimentos	1.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES

Gerente de Protocolo e Expediente

Portaria Nº 2655 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2655 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Tainara Ferreira, ocupante do cargo comissionado de Chefe de Divisão de Agropecuária, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Tainara Ferreira, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Chefe de Divisão de Agropecuária, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2668 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2668 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Pedro Joaquim Cardoso, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal de Integração Regional, na Secretaria Municipal de Integração Regional, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Pedro Joaquim Cardoso, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Secretário Municipal de Integração Regional, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Integração Regional, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2558 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2558 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Luiz Felipe de Jesus, ocupante do cargo comissionado de Supervisor, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Luiz Felipe de Jesus, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Supervisor, nível CC-5, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, a partir de 01/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2559 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2559 de 19 de outubro de 2012

Demite (a) Servidor (a) Rosângela da Paixão da Silva Cunha, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Demitir ao (a) servidor (a) Rosângela da Paixão da Silva Cunha, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 20/10/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por Delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2560 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2560 de 19 de outubro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) LUCIANO ARCENO CABRAL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES) - ENSINO FUNDAMENTAL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUCIANO ARCENO CABRAL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES) - COM REGÊNCIA DE CLASSE - ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/10/2012 a 14/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2561 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2561 de 19 de outubro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) GEISY DE FÁTIMA MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GEISY DE FÁTIMA MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/10/2012 a 01/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2564 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2564 de 19 de outubro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) RENATA FORTUNATO ÁVILA POLPETA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RENATA FORTUNATO ÁVILA POLPETA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 11/10/2012 a 11/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/10/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2565 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2565 de 19 de outubro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) ISIA CARLA HANSEN, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ISIA CARLA HANSEN, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/10/2012 a 01/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/09/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2566 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2566 de 19 de outubro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) RAQUEL MUNIZ NASCIMENTO RODRIGUES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RAQUEL MUNIZ NASCIMENTO RODRIGUES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 08/10/2012 a 08/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/10/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2567 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2567 de 19 de outubro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) FABIANA DE FATIMA APARECIDA DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (LÍNGUA PORTUGUESA) - ENSINO FUNDAMENTAL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FABIANA DE FATIMA APARECIDA DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (LÍNGUA PORTUGUESA) - COM REGÊNCIA DE CLASSE - ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/10/2012 a 04/11/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/10/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2568 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2568 de 19 de outubro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) MYRIAN MORFIM SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MYRIAN MORFIM SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - COM REGÊNCIA DE CLASSE - EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 29/09/2012 a 21/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/09/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2569 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2569 de 19 de outubro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) VILMA TAVARES DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e

justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VILMA TAVARES DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - COM REGÊNCIA DE CLASSE - ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/10/2012 a 22/11/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/10/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA nº 2569 de 19 de outubro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) VILMA TAVARES DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VILMA TAVARES DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - COM REGÊNCIA DE CLASSE - ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/10/2012 a 22/11/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/10/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2570 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2570 de 19 de outubro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) GILMARA TEIXEIRA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GILMARA TEIXEIRA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/10/2012 a 21/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2571 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2571 de 19 de outubro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) TATIANA FERREIRA CRISTOFOLINI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TATIANA FERREIRA CRISTOFOLINI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - COM REGÊNCIA DE CLASSE - EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 27/09/2012 a 15/11/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/09/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2572 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2572 de 19 de outubro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) ROSELI DE SOUZA CORREA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSELI DE SOUZA CORREA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - COM REGÊNCIA DE CLASSE - EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/09/2012 a 11/11/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/09/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2573 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2573 de 19 de outubro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) MARIA ANA VIEIRA SCHUTZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA ANA VIEIRA SCHUTZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - COM REGÊNCIA DE CLASSE - EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/09/2012 a 10/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/09/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2574 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2574 de 19 de outubro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) ANDREZA COUTINHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANDREZA COUTINHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - COM REGÊNCIA DE CLASSE - EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/09/2012 a 03/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/09/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2575 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2575 de 19 de outubro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) ANA MARIA RIBEIRO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANA MARIA RIBEIRO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/10/2012 a 21/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/10/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2576 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2576 de 19 de outubro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) SIBELI ROCHA LINHARES DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA) - ENSINO FUNDAMENTAL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SIBELI ROCHA LINHARES DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA) - COM REGÊNCIA DE CLASSE - ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25/09/2012 a 25/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/09/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2577 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2577 de 19 de outubro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) CAMILA LOCKS SIQUEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CAMILA LOCKS SIQUEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - COM REGÊNCIA DE CLASSE - EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25/09/2012 a 20/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/09/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2578 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2578 de 19 de outubro de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) LUANA DE FÁTIMA ANACLETO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUANA DE FÁTIMA ANACLETO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/10/2012 a 21/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/10/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2579 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2579 de 19 de outubro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANDREZA COUTINHO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ANDREZA COUTINHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/10/2012 a 21/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2580 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2580 de 19 de outubro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KATIA IZAURA MARCELINO FERNANDES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse KATIA IZAURA MARCELINO FERNANDES, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL,

do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 29/10/2012 a 21/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 29/10/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.
Por delegação
REGINA EVALDT
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2581 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2581 de 19 de outubro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FABIANA RONCHI VITORINO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse FABIANA RONCHI VITORINO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 11/10/2012 a 17/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/10/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.
Por delegação
REGINA EVALDT
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2582 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2582 de 19 de outubro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CLAUDINEIA SOARES LUCIANO PÉRES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse CLAUDINEIA SOARES LUCIANO PÉRES, para desempenhar as funções do cargo não provido de RECEPCIONISTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/08/2012 a 17/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.
Por delegação
REGINA EVALDT
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2583 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2583 de 19 de outubro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JACIARA DOS SANTOS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JACIARA DOS SANTOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 40 horas semanais, no período de 17/09/2012 a 21/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/09/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.
Por delegação
REGINA EVALDT
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2584 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2584 de 19 de outubro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RENATA MARIA SOUZA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse RENATA MARIA SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 40 horas semanais, no período de 16/09/2012 a 30/09/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/09/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.
Por delegação
REGINA EVALDT
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2585 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2585 de 19 de outubro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RENATA MARIA SOUZA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse RENATA MARIA SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/10/2012 a 31/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.
Por delegação
REGINA EVALDT
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2586 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2586 de 19 de outubro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MERI TEREZINHA DE CARVALHO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MERI TEREZINHA DE CARVALHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 40 horas semanais, no período de 16/09/2012 a 30/09/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/09/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.
Por delegação
REGINA EVALDT
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2587 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2587 de 19 de outubro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MERI TEREZINHA DE CARVALHO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MERI TEREZINHA DE CARVALHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/10/2012 a 31/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.
Por delegação
REGINA EVALDT
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2588 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2588 de 19 de outubro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RENATA LEONETE DE OLIVEIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse RENATA LEONETE DE OLIVEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 20 horas semanais, no período de 18/09/2012 a 01/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/09/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.
Por delegação
REGINA EVALDT
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2589 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2589 de 19 de outubro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANDREA MARA GODINHO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ANDREA MARA GODINHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 13/09/2012 a 21/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/09/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2590 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2590 de 19 de outubro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PATRICIA ALEXANDRE SOUZA DA COSTA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse PATRICIA ALEXANDRE SOUZA DA COSTA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 17/09/2012 a 17/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/09/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2591 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2591 de 19 de outubro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANGELITA AUREA GONÇALVES DE ASSUNÇÃO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ANGELITA AUREA GONÇALVES DE ASSUNÇÃO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 20 horas semanais, no período de 18/09/2012 a 21/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/09/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2592 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2592 de 19 de outubro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARCIANA FREITAS MELO DOS SANTOS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MARCIANA FREITAS MELO DOS SANTOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 25/09/2012 a 04/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/09/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2593 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2593 de 19 de outubro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LISIANE MARIA DA SILVA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse LISIANE MARIA DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 04/10/2012 a 21/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/10/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2594 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2594 de 19 de outubro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CAMILA LOCKS SIQUEIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse CAMILA LOCKS SIQUEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 11/10/2012 a 17/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/10/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2595 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2595 de 19 de outubro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VALDÉLIA VALSIVA SAGÁS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse VALDÉLIA VALSIVA SAGÁS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 17/09/2012 a 31/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/09/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2596 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2596 de 19 de outubro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CLECILDA CORRÊA DE MATOS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse CLECILDA CORRÊA DE MATOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/10/2012 a 31/03/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2597 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2597 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Adriano Hoffmann Westphal, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Acompanhamento Externo, no Gabinete do Prefeito, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Adriano Hoffmann Westphal, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor de Acompanhamento Externo, nível CC-2, no Gabinete do Prefeito, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2598 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2598 de 19 de outubro de 2012

Nomeia Adriano Hoffmann Westphal, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Execução Fiscal, na Procuradoria Geral do Município, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Adriano Hoffmann Westphal, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor de Execução Fiscal, nível CC-2, na Procuradoria Geral do Município, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2599 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2599 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Evandro João Duarte, ocupante do cargo comissionado de Diretor Administrativo de Comunicação Social, no Gabinete do Prefeito, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Evandro João Duarte, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor Administrativo de Comunicação Social, nível CC-2, no Gabinete do Prefeito, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2600 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2600 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Charles Fernando Gerber, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Comunicação Social, no Gabinete do Prefeito, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Charles Fernando Gerber, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Gerente de Comunicação Social, nível CC-3, no Gabinete do Prefeito, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2601 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2601 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Emerson Everaldo Soares, ocupante do cargo comissionado de Assessoria Técnica, no Gabinete do Vice-Prefeito, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Emerson Everaldo Soares, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Assessoria Técnica, nível CC-4, no Gabinete do Vice-Prefeito, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2602 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2602 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Ariane Cidral, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Execução Fiscal, na Procuradoria Geral do Município, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Ariane Cidral, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor de Execução Fiscal, nível CC-2, na Procuradoria Geral do Município, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2603 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2603 de 19 de outubro de 2012

Nomeia Ariane Cidral, para exercer o cargo em comissão de Assessoria Técnica, no Gabinete do Vice-Prefeito, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Ariane Cidral, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Assessoria Técnica, nível CC-4, no Gabinete do Vice-Prefeito, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2604 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2604 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Bernardo Bruggemann Martins, ocupante do cargo comissionado de Procurador Adjunto, na Procuradoria Geral do Município, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Bernardo Bruggemann Martins, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Procurador Adjunto, nível CC-2, na Procuradoria Geral do Município, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2605 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2605 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Danúbya Lara da Costa Leiroza, ocupante do cargo comissionado de Procurador Adjunto, na Procuradoria Geral do Município, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Danúbya Lara da Costa Leiroza, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Procurador Adjunto, nível CC-2, na Procuradoria Geral do Município, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2606 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2606 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Bruna de Miranda Lourenço, ocupante do cargo comissionado de Chefe de Setor Interno, na Procuradoria Geral do Município, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Bruna de Miranda Lourenço, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Chefe de Setor Interno, nível CC-5, na Procuradoria Geral do Município, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2607 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2607 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Reinaldo Valmor Marcelino, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal do Orçamento Participativo, na Secretaria Municipal de Orçamento Participativo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Reinaldo Valmor Marcelino, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Secretário Municipal do Orçamento Participativo, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Orçamento Participativo, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2608 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2608 de 19 de outubro de 2012

Nomeia Reinaldo Valmor Marcelino, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Exatonia, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Reinaldo Valmor Marcelino, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor de Exatonia, nível CC-2, Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2609 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2609 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Paulo Cesar Vieira, ocupante do cargo comissionado de Superintendente de Relações Institucionais, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Paulo Cesar Vieira, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Superintendente de Relações Institucionais, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2610 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2610 de 19 de outubro de 2012

Nomeia Paulo Cesar Vieira, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Convênio, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Paulo Cesar Vieira, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor de Convênio, nível CC-2, Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2611 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2611 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Simone Berreta, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Planejamento Urbano, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Simone Berreta, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor de Planejamento Urbano, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2612 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2612 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Nathan Nei Cunha, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Convênio, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Nathan Nei Cunha, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor de Convênio, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2613 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2613 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Auri Arnaldo Bittencourt da Rosa, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Tecnologia de Informação, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Auri Arnaldo Bittencourt da Rosa, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Gerente de Tecnologia de Informação, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2614 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2614 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Carlaine Da Silva Costa, ocupante do cargo comissionado de Diretor Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças, na Secretaria Municipal da Fazenda, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Carlaine Da Silva Costa, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças, nível CC-2, na Secretaria Municipal da Fazenda, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2615 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2615 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Maria de Faveri, ocupante do cargo comissionado de Secretária Municipal de Educação, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Maria de Faveri, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Secretária Municipal de Educação, nível CC-1, na Secretaria Municipal da Educação, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2616 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2616 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Saulo Henrique Scherer, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Apoio à Educação, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Saulo Henrique Scherer, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor de Apoio à Educação, nível CC-2, na Secretaria Municipal da Educação, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2618 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2618 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Milena Maria de Souza, ocupante do cargo comissionado de Gerente Pedagógica, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Milena Maria de Souza, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Gerente Pedagógica, nível CC-3, na Secretaria Municipal da Educação, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2619 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2619 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Valdir de Paula Pereira, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Obras e Manutenção Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Valdir de Paula Pereira, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Gerente de Obras e Manutenção Escolar, nível CC-3, na Secretaria Municipal da Educação, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2620 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2620 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Graziela dos Reis, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Alimentação Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Graziela dos Reis, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Gerente de Alimentação Escolar, nível CC-3, na Secretaria Municipal da Educação, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2621 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2621 de 19 de outubro de 2012

Nomeia Grasiela dos Reis, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Apoio a Educação, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Grasiela dos Reis, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor de Apoio a Educação, nível CC-2, Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2622 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2622 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Gledson Alves, ocupante do cargo comissionado de Assistente de Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Gledson Alves, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Assistente de Educação Infantil, nível CC-5, na Secretaria Municipal da Educação, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2623 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2623 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Sônia Maria Wildner, ocupante do cargo comissionado de Assistente de Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Sônia Maria Wildner, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Assistente de Educação Infantil, nível CC-5, na Secretaria Municipal da Educação, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2624 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2624 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Elisangela Luiza Mendes, ocupante do cargo comissionado de Assistente de Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Elisangela Luiza Mendes, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Assistente de Educação Infantil, nível CC-5, na Secretaria Municipal da Educação, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2625 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2625 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) José João Vieira, ocupante do cargo comissionado de Assistente de Técnico, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) José João Vieira, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Assistente Técnico, nível CC-4, na Secretaria Municipal da Educação, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2627 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2627 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Gabriel Anselmo Cardoso, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Projetos da Secretaria de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Gabriel Anselmo Cardoso, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor de Projetos da Secretaria de Saúde, nível CC-2, na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2628 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2628 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Estela Macalli Alves, ocupante do cargo comissionado de Gerência de Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Estela Macalli Alves, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Gerência de Enfermagem, nível CC-3, na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2629 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2629 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Renata Vidal Berzoini, ocupante do cargo comissionado de Assistente Técnico, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Renata Vidal Berzoini, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Assistente Técnico, nível CC-4, na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2629 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2629 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Renata Vidal Berzoini, ocupante do cargo comissionado de Assistente Técnico, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Renata Vidal Berzoini, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Assistente Técnico, nível CC-4, na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2630 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2630 de 19 de outubro de 2012

Nomeia Bruna Gonçalves, para exercer o cargo em comissão de Assistente Técnico, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Bruna Gonçalves, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Assistente Técnico, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/10/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2632 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2632 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Henrique de Azevedo, ocupante do cargo comissionado de Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Henrique de Azevedo, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, nível CC-1, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2633 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2633 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Priscila Raquel Celestino, ocupante do cargo comissionado de Assistente Técnico, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Priscila Raquel Celestino, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Assistente Técnico, nível CC-4, na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2634 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2634 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Marcilene Erondina Nau, ocupante do cargo comissionado de Assistente Técnico, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Marcilene Erondina Nau, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Assistente Técnico, nível CC-4, na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2635 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2635 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Juliana Eva Fraga, ocupante do cargo comissionado de Assistente Técnico, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Juliana Eva Fraga, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Assistente Técnico, nível CC-4, na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2636 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2636 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Fabiano Tiago José, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Execução, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Fabiano Tiago José, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor de Execução, nível CC-2, na Secretaria Municipal Obras e Infraestrutura, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2637 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2637 de 19 de outubro de 2012

Nomeia o servidor Fabiano Tiago José, detentor do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), inscrito na matrícula funcional nº 8010, para exercer a Função de Confiança de Coordenador de Trânsito, nos termos do inciso II do art. 28, caput da Lei Complementar nº 50/2012, e fixa para o exercício o valor indicado no inciso II do art. 28 caput da Lei Complementar nº 50/2012 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor Fabiano Tiago José, detentor do cargo de provimento efetivo de Escriturário, inscrito na matrícula funcional nº 8010, para exercer a Função de Confiança de Coordenador de Trânsito, nos termos do inciso II do art. 28, caput da Lei Complementar nº 50/2012.

Parágrafo único. O valor fixado para a Função de Confiança concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a R\$ 400,00 (quatrocentos reais), observada a aplicação do inciso II do art. 28,

caput da Lei Complementar nº 50/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2638 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2638 de 19 de outubro de 2012

Nomeia Henrique de Azevedo, para exercer o cargo em comissão de Diretor Administrativo/Financeiro, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Henrique de Azevedo, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor Administrativo/Financeiro, nível CC-2, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2640 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2640 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Januário José de Miranda, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Gestão de Frotas, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Januário José de Miranda, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Gerente de Gestão de Frotas, nível CC-3, na Secretaria Municipal Obras e Infraestrutura, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2641 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2641 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Saul de Mello Ferreira, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transportes, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transportes, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Saul de Mello Ferreira, detentor(a)

do cargo de provimento comissionado de Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transportes, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transportes, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2642 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2642 de 19 de outubro de 2012

Nomeia Saul de Mello Ferreira, para exercer o cargo em comissão de Diretor Geral, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Saul de Mello Ferreira, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor Geral, nível CC-2, Secretaria Municipal Desenvolvimento Urbano e Transporte, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2643 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2643 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Valdir Manoel de Souza, ocupante do cargo comissionado de Diretor Geral, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transportes, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Valdir Manoel de Souza, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor Geral, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transportes, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2644 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2644 de 19 de outubro de 2012

Nomeia Valdir Manoel de Souza, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Manutenção de Equipamentos Urbanos, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Valdir Manoel de Souza, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Gerente de Manutenção de Equipamentos Urbanos, nível CC-3, Secretaria Municipal Desenvolvimento Urbano e Transporte, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2645 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2645 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Sonia Regina Souza da Rosa, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Manutenção de Equipamentos Urbanos, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transportes, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Sonia Regina Souza da Rosa, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Gerente de Manutenção de Equipamentos Urbanos, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transportes, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2646 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2646 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Chayane Mendes, ocupante do cargo comissionado de Chefe de Divisão de Transportes Públicos, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transportes, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Chayane Mendes, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Chefe de Divisão de Transportes Públicos, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transportes, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2647 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2647 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Rodrigo Valdeli de Souza, ocupante do cargo comissionado de Diretor Administrativo/Financeiro, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Rodrigo Valdeli de Souza, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor Administrativo/Financeiro, nível CC-2, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2648 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2648 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Ariadinis Barata Dias Genoves, ocupante do cargo comissionado de Diretor Operacional/Jurídico, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Ariadinis Barata Dias Genoves, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor Operacional/Jurídico, nível CC-2, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2649 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2649 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Caroline de Freitas Skowonski Kirch, ocupante do cargo comissionado de Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Caroline de Freitas Skowonski Kirch, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2650 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2650 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Elaine Cristina Ferreira, ocupante do cargo comissionado de Diretora do Procon, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Elaine Cristina Ferreira, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretora do Procon, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2651 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2651 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Conceição Herminia Richartz, ocupante do cargo comissionado de Secretária Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Conceição Herminia Richartz, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Secretária Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2652 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2652 de 19 de outubro de 2012

Nomeia Conceição Herminia Richartz, para exercer o cargo em comissão de Diretor Administrativo Regional de Cachoeiras, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Conceição Herminia Richartz, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor Administrativo Regional de Cachoeiras, nível CC-2, Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2653 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2653 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) José Manoel Vieira, ocupante do cargo comissionado de Diretor Administrativo Regional de Santa Catarina, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) José Manoel Vieira, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor Administrativo Regional de Santa Catarina, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2654 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2654 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Mauro Maffioletti Scarabelot, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Exatoria, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Mauro Maffioletti Scarabelot, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor de Exatoria, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2656 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2656 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) João Braz da Silva, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação Tecnológica, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação Tecnológica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) João Braz da Silva, detentor(a)

do cargo de provimento comissionado de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação Tecnológica, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação Tecnológica, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2657 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2657 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Roberto Wildner, ocupante do cargo comissionado de Diretor Geral, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação Tecnológica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Roberto Wildner, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor Geral, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação Tecnológica, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2658 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2658 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Gabriel Arthur Loeff, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Gabriel Arthur Loeff, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2659 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2659 de 19 de outubro de 2012

Nomeia Gabriel Arthur Loeff, para exercer o cargo em comissão de Diretor Geral, na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do

Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Gabriel Arthur Loeff, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor Geral, nível CC-2, Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2661 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2661 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Daniel José Silva, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Cultura, na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Daniel José Silva, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Gerente de Cultura, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2662 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2662 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Eduardo Pinto Guilherme, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Lazer, na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Eduardo Pinto Guilherme, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Gerente de Lazer, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 2662 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Eduardo Pinto Guilherme, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Lazer, na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Eduardo Pinto Guilherme,

detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Gerente de Lazer, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2663 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2663 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Nelson Cesar de Oliveira, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal da Pesca e Maricultura, na Secretaria Municipal de Pesca e Maricultura, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Nelson Cesar de Oliveira, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Secretário Municipal da Pesca e Maricultura, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Pesca e Maricultura, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2664 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2664 de 19 de outubro de 2012

Nomeia Nelson Cesar de Oliveira, para exercer o cargo em comissão de Diretor Administrativo Regional de Santa Catarina, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Nelson Cesar de Oliveira, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor Administrativo Regional de Santa Catarina, nível CC-2, Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2665 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2665 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Aline Maria Venâncio Simas, ocupante do cargo comissionado de Coordenadora de Abrigo Institucional, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do

Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Aline Maria Venâncio Simas, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Coordenadora de Abrigo Institucional, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 01/09/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/09/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2666 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2666 de 19 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Marizete Maria Lofy Morganti, ocupante do cargo comissionado de Assistente de Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Marizete Maria Lofy Morganti, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Assistente de Educação Infantil, nível CC-5, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2667 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2667 de 19 de outubro de 2012

ERRATA:

Na portaria 2339/2012, de nomeação da servidora Alexsandra Aparecida Machado Corrêa, ocorreu um equívoco quanto à data de término do contrato.

Portaria 2339 de 12 de setembro de 2012:

Art. 1º Nomear, Alexsandra Aparecida Corrêa, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Superintendente de Saúde, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03/08/2012.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Nomear, Alexsandra Aparecida Corrêa, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Superintendente de Saúde, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03/09/2012.

Biguaçu, 26 de setembro de 2012.

Por Delegação

REGINA EVALDT

Secretária de Administração

Portaria Nº 2669 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2669 de 19 de outubro de 2012

Nomeia Pedro Joaquim Cardoso, para exercer o cargo em comissão de Diretor Geral, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Pedro Joaquim Cardoso, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor Geral, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2670 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2670 de 19 de outubro de 2012

Concede demissão o (a) Servidor (a) Leonardo Campos Gomes, ocupante do cargo temporário de Médico de Emergência, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Leonardo Campos Gomes, detentor do cargo de provimento temporário de Médico de Emergência, com jornada conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 15/09/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/09/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por Delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2672 de 19 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2672 de 19 de outubro de 2012

Concede demissão o (a) Servidor (a) Josiane Maria Prim, ocupante do cargo temporário de Técnico em Enfermagem da Família, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Josiane Maria Prim, detentor do cargo de provimento temporário de Técnico em Enfermagem da Família, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2012.

Biguaçu, 19 de outubro de 2012.

Por Delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº. 2673 de 23 de Outubro de 2012.

PORTARIA nº. 2673 de 23 de outubro de 2012.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) JAIR MEDEIROS VIEIRA, detentor(a) da matrícula 8397 e do cargo de provimento efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) JAIR MEDEIROS VIEIRA, detentor(a) da matrícula 8397 e do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001080.1.00164/12-6, da qual se extraiu o período de 02 (dois) anos, 02 (dois) meses e 26 (vinte e seis) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 23 de outubro de 2012.

JOSE CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2674 de 23 de Outubro de 2012.

PORTARIA nº. 2674 de 23 de outubro de 2012.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) MIRIA SILVEIRA SIQUEIRA, detentor(a) da matrícula 508 e do cargo de provimento efetivo PROFESSOR I, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) MIRIA SILVEIRA SIQUEIRA, detentor(a) da matrícula 508 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR I, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00112/09-6, da qual se extraiu o período de 07 (sete) anos, 10 (dez) meses e 07 (sete) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 23 de outubro de 2012.

JOSE CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Aviso de Revogação do Processo Licitatório Pp215/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PP215/2012 PMB

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Senhor José Castelo Deschamps, torna público para conhecimento de todos os interessados, a

Revogação do Processo Licitatório PP 215/2012 PMB, que tem por objeto "a contratação de empresa especializada no fornecimento e montagem de parques infantis", por conveniência administrativa.

Biguaçu, 23 de Outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Contrato Número 10. 210/2012 - Pe 136/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10. 210/2012/FMS

PROCESSO: PE 136/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS MÉDICOS HOSPITALARES.

Contratado: COMERCIAL CIRÚRGICA BRAMED LTDA.

Valor: R\$ 899,00 (oitocentos e noventa e nove reais)

Prazo de vigência: 31/12/2012

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10. 211/2012 - Pe 136/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10. 211/2012/FMS

PROCESSO: PE 136/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS MÉDICOS HOSPITALARES.

Contratado: MEDICAL VENDAS LTDA.

Valor: R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais)

Prazo de vigência: 31/12/2012

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10. 212/2012 - Pe 136/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10. 212/2012/FMS

PROCESSO: PE 136/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS MÉDICOS HOSPITALARES.

Contratado: STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES TDA.

Valor: R\$ 222,25 (Duzentos e vinte e dois reais).

Prazo de vigência: 31/12/2012

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10. 213/2012 - Pe 136/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10. 213/2012/FMS
PROCESSO: PE 136/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS MÉDICOS HOSPITALARES.

Contratado: NEW COMERCIAL TDA.

Valor: R\$ 2.249,98 (Dois mil duzentos e quarenta e nove reais e noventa e oito centavos).

Prazo de vigência: 31/12/2012

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10. 214/2012 - PP 91/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10. 214/2012/FMS
PROCESSO: PP 91/2012

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS OUT SOURCING DE IMPRESSÃO E FOTOCÓPIAS, COM ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS IMPRESSORAS P&B e COLORIDAS A LASER E MULTIFUNCIONAIS P&B A LASER, NOVOS DE PRIMEIRO USO, INCLUSIVE COM FORNECIMENTO TOTAL DE SUPRIMENTOS, EXCETO PAPEL, NA MODALIDADE DE ATENDIMENTO "ON SITE" E INSTALAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA - EIRELLI

Valor: R\$ 156.000,00 (Cento e cinquenta e seis mil reais).
Prazo de vigência: 31/12/2012

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Aditivo do Contrato Nº 10.142/2012 - Pe 86/2012- FMS

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO NO LABORATÓRIO CENTRAL DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE BIGUAÇU.

Aditivo do Contrato nº 10.142/2012 - PE 86/2012-FMS
Fornecedor: Ebram Produtos Laboratoriais Ltda.
Valor: R\$ 3.638,58

Termo de Rescisão Contratual - Processo Nº 120/2012 - Contrato Nº 10.181/2012 - FMS

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Processo nº 120/2012

Contrato nº 10.181/2012

O município de Biguaçu, através da Secretaria Municipal de Saúde, representada pelo Senhor Leandro Adriano de Barros, na qualidade de Secretário de Saúde, com delegação de competência (Decreto nº. 101/2009, art. 1º, IV e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), doravante denominado CONTRATANTE, de outro lado, BRUTHAN COMERCIAL LTDA., doravante denominada CONTRATADA, CNPJ nº 02.625.813/0001-00, com sede na Rua Felipe Neves, nº 631, Estreito - Florianópolis/SC, 88.070-760, neste ato representado pelo Senhor Jaime Adriano Mattos, fica ajustado, mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo propõe a rescisão do contrato, com base no inciso I, artigo 78, da Lei nº 8.666/93, rescindindo-se nesta data de pleno direito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entra em vigência a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

A eficácia deste Termo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

Biguaçu, 04 de outubro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde

BRUTHAN COMERCIAL LTDA.
Contratada

Testemunhas

1 _____ 2 _____

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Ata de Registro de Preço 8/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012

Número do Registro de Preços: 8/2012 Data do Registro: 25/04/2012 Válido até: 25/04/2013
Objeto da Compra: Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Mangueira corrugada 1 polegada (8832)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	cortubo	0	1,1290	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	BOS	0	1,1325	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tecnoplast	0	1,2233	3
2	Mangueira corrugada 3/4 (8833)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	cortubo	0	0,7269	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	BOS	0	0,7293	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tecnoplast	0	0,7591	3
3	Mangueira preta 1/2 parede 2.0mm (8834)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	carpes	0	0,4485	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	CARPES E Cª	0	0,4500	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mantac	0	0,4639	3
4	Mangueira preta 3/4 parede 2.0mm (8835)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	carpes	0	0,5954	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	CARPES E Cª	0	0,5974	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mantac	0	0,6326	3
5	Mangueira Preta 1 parede 2.00mm (8836)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	carpes	0	0,7810	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	CARPES E Cª	0	0,7836	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mantac	0	0,8435	3
6	Mangueira Transparente 1/2 (8837)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	vonder	0	1,2759	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	CRISTAL	0	1,2801	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	1,3496	3
7	Mangueira transparente 3/4 (8838)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	vonder	0	2,1498	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	CRISTAL	0	2,1568	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	2,3196	3
8	Mangueira multiuso trançada (8839)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	mantac	0	1,8714	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	MANTAG	0	1,8775	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mantac	0	2,0244	3
9	Torneira de jardim 1/2 (7271)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	herc	0	1,7012	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	DURIM	0	1,7068	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	herc	0	1,8557	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012

Número do Registro de Preços: 8/2012

Data do Registro: 25/04/2012

Válido até: 25/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Torneira de jardim 3/4 (7272)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	herc	0	1,7012	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	DURIM	0	1,7068	2
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	herc	0	1,8557	3
11	Torneira para Tanque plástica 15 cm 1/2 (8840)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	herc	0	2,0105	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	HERC	0	2,0171	2
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	herc	0	2,1931	3
12	Torneira plástica para lavatório 1/2 (8841)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	herc	0	2,6524	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	HERC	0	2,6611	2
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	herc	0	2,8679	3
13	Torneira bóia 3/4 (7274)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	cipla	0	4,5082	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	ASTRA	0	4,5231	2
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	cipla	0	4,8923	3
14	Engate flexível 40cm (7153)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,8559	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	1,8620	2
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,0244	3
15	Válvula para lavatório plástica (8842)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	2,7065	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	ASTRA	0	2,7154	2
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,9522	3
16	Fita veda rosca 18x10 (7280)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tigre	0	1,6007	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	KRONA	0	1,6060	2
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	krona	0	1,6870	3
17	AREIA FINA (1958)	M3	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)		0	70,9988	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	deschamps	0	71,3710	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	weiss	0	78,2046	3
18	AREIA MEDIA (7)	M3	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	deschamps	0	62,4496	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)		0	63,6062	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	weiss	0	70,0616	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012

Número do Registro de Preços: 8/2012

Data do Registro: 25/04/2012

Válido até: 25/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Brita n 0 (8843)	M3	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	B.SANTA TER	0	57,6866	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	azza	0	57,9889	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	weiss	0	63,5413	3
20	Brita n 1 (8844)	M3	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	B.SANTA TER	0	56,2045	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	azza	0	56,2046	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	weiss	0	61,8795	3
21	Pó brita (8845)	M3	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	azza	0	58,8810	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	B.SANTA TER	0	59,1687	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	weiss	0	65,1738	3
22	Predisco (8846)	M3	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	azza	0	58,8810	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	B.SANTA TER	0	59,1687	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	weiss	0	65,1738	3
23	Cimento 50 Kg cp2 (8847)	SC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	votoram	0	17,9430	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	VOTORAM	0	17,9465	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	votarantim	0	19,3568	3
24	Argamassa ac1 20Kg (8848)	SC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	certa	0	5,6177	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	CERTA	0	5,6695	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ceranfix	0	6,1150	3
25	Argamassa ac2 20Kg (8849)	SC	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	CERTA	0	11,7242	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	certa	0	11,7384	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ceranfix	0	12,6456	3
26	Argamassa ac3 20Kg (8850)	SC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	certa	0	22,6384	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	CERTA	0	22,8623	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ceranfix	0	24,6589	3
27	Rejunte cores diversas 1kg (7209)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	certa	0	1,5092	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	CERTA	0	1,5493	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ceranfix	0	1,6710	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012

Número do Registro de Preços: 8/2012

Data do Registro: 25/04/2012

Válido até: 25/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
28	Tijolos 6 furos 9X14X24 (8851)	UND	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	ZEPE	0	0,4451	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	braço novo	0	0,4460	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	teske	0	0,4522	3
29	Telhas germânicas (8852)	UND	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	TAIO	0	1,0900	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	telhas taio	0	1,0923	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	bom jesus	0	1,1074	3
30	Goivas (8853)	UND	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	TAIO	0	2,2527	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	telhas taio	0	2,2573	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	bom jesus	0	2,2887	3
31	Telhas de fibrocimento 122X4mm (8854)	UND	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	IMBRALIT	0	4,3237	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	embraliti	0	4,3327	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	imbralit	0	4,3928	3
32	Telhas de fibrocimento 1,53X4mm (8855)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	embraliti	0	5,3703	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	IMBRALIT	0	5,4227	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	imbralit	0	5,5095	3
33	Telhas de fibrocimento 1,83X4mm (8856)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	embraliti	0	6,7356	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	IMBRALIT	0	6,7580	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	imbralit	0	6,8661	3
34	Telhas de fibrocimento 2,44X4mm (8857)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	embraliti	0	8,4651	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	IMBRALIT	0	8,5292	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	imbralit	0	8,6657	3
35	Madeira de pnus para Caixaria (8858)	M3	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	itamaraty mad	0	436,9060	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	MADESCH	0	444,6281	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	mugge	0	451,7422	3
36	ARAME RECOZIDO N°18 (6450)	KG	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	BELGO	0	4,2832	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	5,2378	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	belgo	0	5,3442	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012

Número do Registro de Preços: 8/2012

Data do Registro: 25/04/2012

Válido até: 25/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Barra de ferro (8859)	UND	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	BELGO	0	4,8218	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	belgo	0	6,0149	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	6,0221	3
38	Barra de ferro 1/4 (7205)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	belgo	0	10,8966	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	12,7075	2
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	BELGO	0	38,1274	3
39	Barra de ferro 5/16 (7207)	UND	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	BELGO	0	13,8855	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	17,2809	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	belgo	0	17,3213	3
40	Barra de ferro 3/8 (7206)	UND	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	BELGO	0	19,8324	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	24,4376	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	belgo	0	24,7397	3
41	Barra de ferro 1/2 (8860)	UND	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	BELGO	0	29,8185	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	36,6565	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	belgo	0	37,1967	3
42	Trelça 6x6 (8861)	PC	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	BELGO	0	15,0245	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	belgo	0	18,7422	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	18,7646	3
43	Trelça 6x8 (8862)	PC	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	BELGO	0	19,5668	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	belgo	0	24,4085	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	24,4376	3
44	Trelça 6x12 (8863)	PC	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	BELGO	0	25,1574	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	belgo	0	31,3823	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	31,4198	3
45	Malha pop 3.4 (8864)	PC	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	BELGO	0	19,2174	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	23,5649	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	belgo	0	23,9726	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012

Número do Registro de Preços: 8/2012

Data do Registro: 25/04/2012

Válido até: 25/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
46	Malha pop 2.45x6m ferro 4.2 (8865)	PC	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	176,3002	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	BELGO	0	195,6683	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	belgo	0	244,0845	3
47	Malha pop 2.45x6m ferro 5mm (8866)	PC	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	BELGO	0	265,5498	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	288,0153	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	belgo	0	331,2576	3
48	Broca de aço rápido 4mm (7131)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	irwin	0	2,7855	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	VONDER	0	2,8270	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	3,0875	3
49	Broca de aço rápido 6mm (7130)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	irwin	0	4,6685	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	VONDER	0	4,7362	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	5,1464	3
50	Broca de aço rápido 8mm (7129)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	irwin	0	7,5019	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	VONDER	0	7,6106	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	8,3200	3
51	Broca aço rápido 10mm (8867)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	irwin	0	11,0571	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	VONDER	0	11,2173	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	12,0082	3
52	Broca Vedeia 5mm (8868)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	irwin	0	3,8163	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	VONDER	0	3,8715	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	4,2029	3
53	Broca de videia 8mm (7133)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	irwin	0	5,9662	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	VONDER	0	6,0527	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	6,6045	3
54	Broca de videia 10mm (7132)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	irwin	0	8,0395	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	VONDER	0	8,1559	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	dima	0	8,9204	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012

Número do Registro de Preços: 8/2012

Data do Registro: 25/04/2012

Válido até: 25/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
55	Cadeado 30mm (7136)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	soprano	0	6,9875	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	SOPRANO	0	7,0887	2
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	7,7196	3
56	Cadeado 40mm (7137)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	soprano	0	10,9803	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	SOPRANO	0	11,1394	2
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	12,0082	3
57	Cadeado 50cm (8869)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	soprano	0	14,0517	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	SOPRANO	0	14,2553	2
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	15,4391	3
58	Abraçadeira de pressão 1/2 (8870)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	fermann	0	0,9214	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	SOPRANO	0	0,9348	2
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	1,0293	3
59	Abraçadeira de pressão 1 (8871)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	fermann	0	0,9214	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	SOPRANO	0	0,9348	2
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	1,0293	3
60	Abraçadeira com chaveta 1 polegada (8872)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	fermann	0	0,6143	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	SOPRANO	0	0,6232	2
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	0,6862	3
61	Cilindro para fechadura (7145)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	soprano	0	7,7783	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	SOPRANO	0	7,8911	2
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	8,5773	3
62	Fechadura Metálica externa (8873)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	soprano	0	18,2979	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	SOPRANO	0	18,5631	2
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	19,7278	3
63	Dobradiça zincada 3 polegadas (8874)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gubler	0	1,1364	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	SOPRANO	0	1,1529	2
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	1,2694	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012

Número do Registro de Preços: 8/2012

Data do Registro: 25/04/2012

Válido até: 25/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	Dobradiça zincada 2 polegadas (8875)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gubler	0	0,8447	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	SOPRANO	0	0,8569	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	0,9435	3
65	Prego 10x10 - pct 1kg (7220)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	10,2355	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	GERDAU	0	10,3838	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	11,1505	3
66	Prego 12x12 - pct 1kg (7221)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	7,1640	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	GERDAU	0	7,2679	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	8,0026	3
67	Prego 17x27 - pct 1kg (7222)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	4,8145	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	GERDAU	0	4,8842	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	5,3780	3
68	Prego 18x30 (7223)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	4,9373	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	GERDAU	0	5,0088	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	5,5152	3
69	Prego 22x48 (7224)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gerdau	0	5,1293	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	GERDAU	0	5,2036	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	5,7296	3
70	Tubo de concreto 15 cm (8006)	UND	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	VALE SUL	0	12,3497	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	12,5170	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	fronza	0	12,6117	3
71	Tubo de concreto 20cm (8007)	UND	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	VALE SUL	0	13,5316	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	13,5767	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	fronza	0	13,8164	3
72	Tubo de concreto 30 cm (8876)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	16,7712	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	VALE SUL	0	16,8652	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	fronza	0	17,2203	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012

Número do Registro de Preços: 8/2012

Data do Registro: 25/04/2012

Válido até: 25/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	Bloco de concreto (8008)	UND	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	VALE SUL	0	1,3161	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	1,3177	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	jcs	0	1,3438	3
74	Blocos calha de concreto (8877)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	1,5573	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	VALE SUL	0	1,6708	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	jcs	0	1,7059	3
75	Joelho de esgoto 40mm (8878)	PC	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	0,5964	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,5992	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,6284	3
76	Joelho de esgoto 50mm (8879)	PC	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	1,0104	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilt	0	1,0146	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,0650	3
77	Joelho esgoto 75mm (8880)	PC	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	1,8371	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,8447	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,9364	3
78	Joelho esgoto 100mm (8881)	PC	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	2,1968	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,2059	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	2,3156	3
79	Tee esgoto 40mm (8882)	PC	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	1,1864	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,1913	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,2506	3
80	Tee esgoto 50mm (8883)	PC	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	2,3116	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,3213	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	2,4366	3
81	Tee esgoto 75mm (8884)	PC	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	4,4013	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	4,4195	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	4,6392	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012

Número do Registro de Preços: 8/2012

Data do Registro: 25/04/2012

Válido até: 25/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
82	Tee esgoto 100mm (8885)	PC	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	4,8070	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	4,8269	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	5,0668	3
83	Caixa sifonada 100x100x50 (7156)	UND	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	5,9169	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	5,9414	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	6,2367	3
84	Caixa de gordura com cesto (7140)	UND	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	102,9139	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	102,9944	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	cipla	0	108,4768	3
85	Dobradiça zincada 3 (7150)	UND	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	SOPRANO	0	1,1329	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,1376	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	gubler	0	1,1941	3
86	Cap de esgoto 100mm (7157)	UND	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	2,8321	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,8439	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	2,9852	3
87	Cap de esgoto 75mm (7158)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,0753	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	2,1203	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	2,2349	3
88	Cap de esgoto 50mm (7159)	UND	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	1,5079	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,5142	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,5894	3
89	Cap esgoto 40mm (8886)	UND	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	0,9109	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,9147	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,9601	3
90	Curva de esgoto 100mm (7160)	UND	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	6,3532	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	6,3795	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	6,6966	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012

Número do Registro de Preços: 8/2012

Data do Registro: 25/04/2012

Válido até: 25/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
91	Curva de esgoto 75mm (7161)	UND	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	5,6643	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	5,6877	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	5,9705	3
92	Luva de esgoto 100mm (7167)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,9984	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	2,0514	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	2,1623	3
93	Luva de esgoto 75mm (7168)	UND	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	1,8753	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,8831	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,9767	3
94	Luva de esgoto 50mm (7169)	UND	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	1,2247	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,2298	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,2909	3
95	Luva de esgoto 40mm (7170)	UND	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	0,5511	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,5534	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,5809	3
96	Redução esgoto 50x40 (7171)	UND	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	0,7042	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,7072	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,7423	3
97	Tubo esgoto 150mm (8887)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	69,1754	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	69,2420	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	72,9848	3
98	Tubo de esgoto de 6 metros 100mm (7178)	UND	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	FORTLEV	0	26,9972	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	27,1090	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	28,4565	3
99	Tubo esgoto 75mm (8888)	UND	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	24,2875	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	24,3882	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	25,6004	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012

Número do Registro de Preços: 8/2012

Data do Registro: 25/04/2012

Válido até: 25/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
100	Tubo de esgoto de 6 metros 50mm (7180)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	19,2154	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	19,5724	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	20,6304	3
101	Tubo de esgoto de 6 metros 40mm (7181)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	11,5292	1
			HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	11,6883	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	12,3201	3
102	Sifão para esgoto 75cm (8889)	UND	HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP (8041)	AMANCO	0	9,1853	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	9,2234	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	9,6818	3
103	CAIXA DE DESCARGA (2449)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	cipla	0	15,9655	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	17,8632	2
104	Assento sanitário simples (8892)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	astra	0	13,0035	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	14,1026	2
105	Assento sanitário almofadado (7126)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	astra	0	33,6605	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	37,6068	2
106	Caixa d água 300 litros (8890)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	fortelev	0	94,7050	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fort leve	0	106,2393	2
107	Caixa d água 500 litros (7139)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	fortelev	0	115,7375	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fort leve	0	129,7436	2
108	Cesto de lixo 50 litros pvc com tampa (8891)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	11,2821	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	plasvale	0	22,1176	2
109	Balde plástico para concreto 10 litros (8893)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	vonder	0	4,9985	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	5,3011	2
110	Carrinho de mão caçamba de pvc (7142)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	depesil	0	92,5929	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	olipe	0	93,2598	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 13/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012

Número do Registro de Preços: 8/2012

Data do Registro: 25/04/2012

Válido até: 25/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
111	Caçamba de pvc para carrinho de mão (8894)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	olipe	0	17,6703	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	depesil	0	31,4816	2
112	Alicate universal (7185)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	disma	0	14,5649	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	14,7252	2
113	Alicate de bico (7187)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	disma	0	25,3982	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	26,5054	2
114	Alicate de corte (7186)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	vonder	0	15,5556	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	15,7069	2
115	Alicate arrebiteador (8895)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	worker	0	14,9723	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	15,7069	2
116	Chave de fenda 1/4x5 (7192)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	5,8901	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	disma	0	6,1389	2
117	Broxa nº 1 (7134)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	3,3982	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	3,4359	2
118	Broxa nº2 (7135)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	5,1204	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	5,3992	2
119	Aplicador de silicone (7188)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	disma	0	7,8982	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	8,3443	2
120	Serrinha de cortar ferro (8896)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	nicholson	0	2,5741	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	famastil	0	2,6505	2
121	Cabo de enxada (8897)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	mugge	0	3,8611	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	3,9267	2
122	Cabo para pá de ajuntar (7191)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	mugge	0	3,9167	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	4,1525	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 14/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012

Número do Registro de Preços: 8/2012

Data do Registro: 25/04/2012

Válido até: 25/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
123	Colher de pedreiro nº9 (7193)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	6,0463	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	6,3809	2
124	Desempenadeira plástica c/ espuma (7194)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	6,8718	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	cdk	0	7,0556	2
125	Disco diamantado para corte seco (7195)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	bosch	0	16,6667	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	17,6703	2
126	Enxada 19 cm com cabo (7196)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	metisa	0	12,5000	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pandolfo	0	12,7619	2
127	Enxadão com cabo (7197)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	pandolfo	0	26,2316	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pandolfo	0	27,4871	2
128	Lápis de carpinteiro (7198)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	faber castel	0	1,4815	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	faber castel	0	1,5707	2
129	Lima chata nº 8 (7199)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	10,7985	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	nicholson	0	12,0834	2
130	Martelo 25mm (7200)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	famastil	0	13,5463	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	13,7435	2
131	Pá de juntar com cabo (7201)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	metisa	0	14,6575	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pandolfo	0	14,7252	2
132	Pá de cavar com cabo (7202)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	metisa	0	14,5371	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pandolfo	0	14,7252	2
133	Serrote profissional nº20 (7203)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	famastil	0	21,9167	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	22,5787	2
134	Trena emborrachada 8 metros (8898)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	profield	0	14,8797	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	15,7069	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 15/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012

Número do Registro de Preços: 8/2012

Data do Registro: 25/04/2012

Válido até: 25/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
135	Trena emborrachada 5 metros (8899)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	profield	0	8,4908	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	8,8351	2
136	Trena emborrachada 3 metros (8900)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	disma	0	7,0185	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	7,3626	2
137	Linha de nylon nº100 (7213)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	6,8718	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	depesil	0	10,2778	2
138	Trena 30 metros (8901)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	disma	0	19,9723	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	20,6153	2
139	Luva látex (8902)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	brasol	0	3,3056	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	3,4359	2
140	Prumo 500gr (8903)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	orion	0	11,2315	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	11,7802	2
141	Escova de aço com cabo (8904)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	orion	0	3,7315	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	3,9267	2
142	Disco para serra circular 36 dentes (8905)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	disma	0	23,9816	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	24,5420	2
143	Nível de alumínio 20 polegadas (8906)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	17,6703	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	orion	0	23,6760	2
144	Espátula 06cm (8907)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	orion	0	2,9167	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	2,9450	2
145	Mareta 500grs (8908)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	orion	0	12,9630	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	13,7435	2
146	Mareta 1 Kg (8909)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	orion	0	18,8241	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	19,6336	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 16/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012

Número do Registro de Preços: 8/2012

Data do Registro: 25/04/2012

Válido até: 25/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
147	Mareta 3 Kg (8910)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	minasul	0	37,3427	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	39,2673	2
148	Escada de madeira 7 degraus (8911)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	orion	0	113,8893	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	120,7468	2
149	Escada de ferro 5 degraus (8912)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	alumasa	0	75,0003	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	maestro	0	79,5162	2
150	SUBSTITUTO DE CAL (6031)	LT	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	queveks	0	4,3377	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	kalfacil	0	4,3727	2
151	Cal de pintura - saco 5 kg (7141)	SC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sinha	0	6,0487	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	eb cal	0	6,1711	2
152	Massa epoxi 100gr (7152)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	henkel	0	4,1111	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durepoxi	0	4,1876	2
153	Espuma expansiva 400gr (7182)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	titan	0	16,9978	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	17,4017	2
154	Impermeabilizante para reboco 1 litro (7212)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	queveks	0	10,4093	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	quevex	0	10,6085	2
155	Impermeabilizante para concreto 1 litro (7211)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	queveks	0	10,1007	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	quevex	0	10,2363	2
156	Fita crepe 50x50 (7208)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	3m	0	7,7774	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	adere	0	7,9099	2
157	Rolo de lâ 5cm c/ cabo (7225)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	3,7223	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	3,7481	2
158	Rolo de lâ 9cm c/ cabo (7226)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	4,5104	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	4,5598	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 17/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012**Número do Registro de Preços: 8/2012****Data do Registro: 25/04/2012****Válido até: 25/04/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
159	Rolo de lã 15cm c/ cabo (7227)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	6,6067	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	6,7001	2
160	Rolo de lã natural 23cm s/ cabo (7228)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	13,9586	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	14,5022	2
161	Rolo de espuma 23cm s/ cabo (7229)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	5,3725	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	5,4904	2
162	Cabo para rolo 23cm (8913)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	4,7010	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	4,8204	2
163	Trincha cerdas médias 1 polegada (8914)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	2,6953	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	2,6987	2
164	Trincha cerdas médias 2 polegadas (8915)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	3,5212	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	3,5362	2
165	Trincha cerdas médias 3 polegadas (8916)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	6,0441	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	6,1418	2
166	Trincha cerdas médias 4 polegadas (8917)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	atlas	0	7,4144	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	7,4446	2
167	Silicone 280gr (7947)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	unifix	0	8,4853	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	8,6543	2
168	Solvente (1 litro) (7257)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	anjo	0	7,7139	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	farbem	0	7,9099	2
169	Thiner 1 litro (8918)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	anjo	0	6,9879	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	farbem	0	7,1654	2
170	Tinta esmalte 3,6 cores (8919)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	novacor	0	48,3708	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lukscolor	0	49,3203	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 18/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012

Número do Registro de Preços: 8/2012

Data do Registro: 25/04/2012

Válido até: 25/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
171	Tinta esmalte 1 Kg cores (8920)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	novacor	0	14,5838	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lukscolor	0	14,8891	2
172	Fundo a óleo 3,6 (8921)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lukscolor	0	39,0840	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	universo	0	40,1759	2
173	Tinta acrílica 3,6 cores premium semi-brilho (8922)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	novacor	0	52,0281	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lukscolor	0	53,3497	2
174	Registro de pressão soldável (7246)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lukscolor	0	5,5834	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	lekat	0	9,6469	2
175	Tinta acrílica 18 cores semi brilho premium (8923)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	novacor	0	246,7274	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lukscolor	0	252,9945	2
176	Selador acrílico - 18 lt (7266)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lukscolor	0	65,1400	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	resicolor	0	82,8838	2
177	Verniz filtro solar 3,6 (8924)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lukscolor	0	46,5286	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	novacor	0	46,9460	2
178	Osmocolor transparente 3,6 (8925)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	montana	0	73,5152	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	montana	0	90,7520	2
179	Osmocolor cores (8926)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	montana	0	88,4043	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	montana	0	106,4793	2
180	Tinta spray Cores 250 gr (8927)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	colorgin	0	9,9192	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	colorgin	0	10,1432	2
181	Tinta spray metálico cores (8928)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	colorgin	0	15,8197	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	colorgin	0	16,1085	2
182	Tinta para piso 18 litros (8929)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	novacor	0	150,4940	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lukscolor	0	153,5443	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 19/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012

Número do Registro de Preços: 8/2012

Data do Registro: 25/04/2012

Válido até: 25/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
183	Resina acrílica 18 litros (8930)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lukscolor	0	145,1692	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	novacor	0	175,6051	2
184	MASSA ACRILICA (1097)	GL	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lukscolor	0	16,7503	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	resicolor	0	18,5406	2
185	Corante para tinta cores (8931)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	xadrez	0	2,6056	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	salisil	0	2,6590	2
186	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 110X3/4 (6939)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tigre	0	9,0025	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	9,1475	2
187	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 85X3/4 (6940)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tigre	0	7,3356	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	7,4539	2
188	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 60X3/4 (6941)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tigre	0	6,0971	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	6,1955	2
189	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 40X3/4 (6942)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tigre	0	5,0492	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	5,1306	2
190	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 32X3/4 (6943)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tigre	0	4,6681	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	4,7434	2
191	Registro borboleta 3/4 rosca externa (8932)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	9,7545	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tigre	0	9,7749	2
192	Registro pvc soldável 20 (8933)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	7,0593	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	7,0942	2
193	Registro pvc soldável 25 (8934)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	8,5722	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	8,5986	2
194	Registro pvc soldável 32 (8935)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	15,0402	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	15,1146	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 20/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012

Número do Registro de Preços: 8/2012

Data do Registro: 25/04/2012

Válido até: 25/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
195	Registro pvc soldável 40 (8936)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	18,6482	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	18,7208	2
196	Registro pvc soldável 50 (8937)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	19,7062	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	20,4229	2
197	Registro pvc soldável 60 (8938)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	40,3976	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	40,9143	2
198	Registro pvc soldável 85 (8939)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	viqua	0	217,9059	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	218,7383	2
199	Registro pvc soldável 110 (8940)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	viqua	0	458,8524	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	461,1240	2
200	Kit cavalete 3/4 código 2798004-0 (7993)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	34,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tigre	0	34,3333	2
201	Cap soldável 20mm (7232)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	0,4270	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,4370	2
202	Cap soldável 25mm (7233)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	0,4750	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,4841	2
203	Cap soldável 32mm (8941)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,7355	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	0,7506	2
204	Cap soldável 40mm (7234)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	1,8051	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,8155	2
205	Cap soldável 50mm (7235)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	2,7931	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	2,8502	2
206	Capa soldável 60mm (8942)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	5,1393	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	5,2444	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 21/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012

Número do Registro de Preços: 8/2012

Data do Registro: 25/04/2012

Válido até: 25/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
207	Cap soldável 85mm (8943)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	22,3448	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	22,8019	2
208	Cap soldável 110mm (8944)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	40,0345	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	40,8533	2
209	Luva soldável 20mm (7242)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,2692	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	0,2810	2
210	Luva soldável 25mm (7243)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,3116	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	0,3251	2
211	LUVA SOLDAVEL 32MM (6922)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,6316	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	0,6589	2
212	Luva soldável 40mm. (7244)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,3474	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	1,4057	2
213	Luva soldável 50mm (7245)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,6759	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	1,7483	2
214	LUVA SOLDAVEL 60MM (6919)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	5,0277	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	5,2450	2
215	LUVA SOLDAVEL 85MM (6917)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	15,0493	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	15,7000	2
216	LUVA PBA 110X100MM (6915)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tubozam	0	18,5274	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	19,3284	2
217	LUVA PBA 85X75MM (6916)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tubozam	0	10,1059	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	10,5428	2
218	LUVA PBA 60 MM (7359)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tubozam	0	12,6323	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	13,1785	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 22/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012

Número do Registro de Preços: 8/2012

Data do Registro: 25/04/2012

Válido até: 25/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
219	LUVA DE CORRER 40 MM (7360)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	9,2890	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	9,6642	2
220	LUVA DE CORRER 32 MM (7361)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	7,7478	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	8,0828	2
221	REDUÇÃO PBA 110X85MM (6929)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	16,7586	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tubo zam	0	17,0680	2
222	REDUÇÃO PBA 85X60MM (6930)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	13,0345	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tubo zam	0	13,2759	2
223	REDUÇÃO PBA 60X40MM (6931)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	10,2414	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tubo zam	0	10,4310	2
224	REDUÇÃO PBA 85X40MM (6932)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	12,1034	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tubo zam	0	12,3276	2
225	Curva soldável 90° 85mm (7981)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tubo zam	0	34,4872	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	36,2670	2
226	Curva soldável 45° 85mm (7982)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tubo zam	0	30,4457	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	31,8540	2
227	Curva pba 90 60mm (8945)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tubo zam	0	13,8468	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	14,5618	2
228	Curva PBA 45° 60mm (7983)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tubo zam	0	12,1160	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	12,7416	2
229	Curva soldável 50mm (8946)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	4,1540	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	4,3686	2
230	Curva soldável 25mm (8947)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,0558	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	1,1103	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 23/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012

Número do Registro de Preços: 8/2012

Data do Registro: 25/04/2012

Válido até: 25/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
231	CURVA SOLDAVEL 40MM (6961)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	3,8944	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	4,0955	2
232	Joelho RI 20x1/2 (8948)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	2,3480	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	2,6167	2
233	Joelho RL 25x1/2 (7240)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	2,3489	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	2,6175	2
234	Joelho soldável 20mm (8949)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,3343	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	0,3725	2
235	JOELHO SOLDAVEL 25MM (1517)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	0,3519	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	0,3921	2
236	Joelho soldável 32mm (7987)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,3108	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	1,4607	2
237	Joelho soldável 40mm (7986)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,8122	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	2,0195	2
238	Joelho soldável 50mm (8950)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	1,9970	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	2,2058	2
239	Joelho soldável 60mm (8951)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	8,0407	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	8,8232	2
240	Joelho soldável 60mm 45 graus (8952)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	33,1391	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	36,2732	2
241	Joelho soldável 8mm (8953)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	38,4703	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	42,1553	2
242	Joelho soldável 85mm 45 graus (8954)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	33,1215	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	36,2732	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 24/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012

Número do Registro de Preços: 8/2012

Data do Registro: 25/04/2012

Válido até: 25/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
243	Tee soldável 20mm (7249)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	0,6300	1
244	Tee soldável 25mm (7250)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	0,6500	1
245	TEE SOLDAVEL 32MM (6928)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	1,7700	1
246	Tee soldável 40mm. (7251)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	4,0500	1
247	Tee soldável 50mm (7252)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	4,5200	1
248	Tee soldável 60mm (7989)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	13,9000	1
249	Tee soldável 85mm (7988)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	23,5000	1
250	TEE PBA 85MM (6924)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	20,0000	1
251	TEE PBA 85X60MM (6925)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	20,0000	1
252	TEE PBA 60MM (6926)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	23,0000	1
253	MANGUEIRA RAMAL PREDIAL 20MM (6947)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tigre	0	2,3795	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	2,3950	2
254	Adaptador p/mangueira ramal predial 20mm c/registro 3/4 (8955)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tigre	0	7,0432	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	7,0893	2
255	Adaptador p/mangueira ramal predial 20mm 3/4 c/rosca externa (8956)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tigre	0	5,4728	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	5,5086	2
256	Emenda para mangueira predial 20mm (8957)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tigre	0	6,5198	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	6,5624	2
257	Tubo PBA 110mm (8000)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	214,2928	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tubozam	0	215,4198	2
258	Tubo PBA 85mm (8001)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	132,0477	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tubozam	0	132,7419	2
259	TUBO PBA 60MM (6956)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	65,6466	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 25/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012

Número do Registro de Preços: 8/2012

Data do Registro: 25/04/2012

Válido até: 25/04/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tubozam	0	65,9917	2
260	Tubo soldável 20mm (7253)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	6,5647	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	6,6219	2
261	Tubo soldável 25mm (7254)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	8,0738	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	8,1390	2
262	TUBO SOLDAVEL 32MM (6958)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	18,2377	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	18,3336	2
263	Tubo soldável 40mm. (7255)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	23,9950	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	24,1211	2
264	Tubo soldável 50mm (7256)	UND	GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	30,7633	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	30,9251	2
265	Adesivo 175gr (7994)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tigre	0	8,4625	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	8,7164	2
266	Adesivo 75gr (7995)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	tigre	0	3,0749	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	3,1671	2
267	FLANGE PVC 85MM (6938)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	76,9231	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	79,5870	2
268	FLANGE 50MM (2047)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	10,3006	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	10,6573	2
269	Flange pvc 40mm (8958)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	11,6534	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	11,8923	2
270	FLANGE 32MM (2049)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	8,3024	1
			GRIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	8,5076	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 26/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012**Número do Registro de Preços: 8/2012****Data do Registro: 25/04/2012****Válido até: 25/04/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
271	FLANGE 25 MM (2048)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	krona	0	5,3935	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	5,4888	2
272	Selador acrílico - 3,6 lt (7264)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lukscolor	0	16,7503	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 27/27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2012**Número do Registro de Preços: 8/2012****Data do Registro: 25/04/2012****Válido até: 25/04/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material de construção e ferramentas para manutenção das edificações das diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	resicolor	0	19,9382	2

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2012****PROCESSO Nº 20/2012**

(8041) - HEINZ KURTZ & CIA LTDA EPP

(8293) - GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME

(8457) - WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

BRACO DO TROMBUDO , 25 de Abril de 2012.

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.376

DECRETO nº 5.376, de 16 de outubro de 2012.

Substitui membros e presidente nomeados pelo Decreto nº 4.907/2011, para comporem o Conselho Municipal do Idoso.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e tendo em vista o disposto nas Leis nºs 1.953, de 14/08/2003 e 2.804, de 13/04/2011,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros das entidades abaixo relacionadas, nomeados pelo Decreto nº 4.907, de 05 de julho de 2011, para comporem o Conselho Municipal do Idoso, de acordo com nas Leis nºs 1.953, de 14 de agosto de 2003 e 2.804, de 13 de abril de 2011:

a) INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS

1 -

3 - um representante da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Bartira Elisa Tomazini

Suplente: Nelson Molinski Moreira Santos

4 -

Art. 2º A redação do art. 2º do Decreto nº 4.907, de 05 de julho de 2011, passa a vigorar da seguinte forma:

“Art. 2º

PRESIDENTE : Luiz Ronaldo Tortato”(NR)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de outubro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 37, de 17 de Outubro de 2012.

PORTARIA Nº 37, de 17 de outubro de 2012.

Prorroga prazo da sindicância para apurar a responsabilidade, em tese, pela possível ausência de bens patrimoniais, divergência ou duplicidade de identificação constatadas em inventário, em relação ao Sistema de Controle de Patrimônio.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais constantes no art. 269, II da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004 e com fundamento nos arts. 185 e ss. do referido Diploma Legal,

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, a contar da data desta Portaria, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante com incumbência de apurar a responsabilidade, em tese, pela ausência de bens patrimoniais, divergência ou duplicidade de

identificação, constatadas em inventário, em relação ao Sistema de Controle de Patrimônio, da Câmara Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, condicionada sua eficácia à publicação no D.O.M.

Gabinete da Presidência, 17 de outubro de 2012.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,

Presidente

ITACIR JOÃO FIORESE,

Vice-Presidente

CARLOS EVANDRO LUZ,

1º Secretário

WILSON LUIZ BINOTTO,

2º Secretário

Campo Alegre

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 094 de 24 de Outubro de 2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 094 DE 24 DE OUTUBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DOS

SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO

ALEGRE – LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006/02

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art.1º) Ficam acrescidas 03 (três) vagas no cargo de MOTORISTA, conforme quadro do Anexo I, parte integrante desta Lei, que fica atualizado.

Art.2º) Fica acrescida 01 (uma) vaga no cargo de MEDICO II, conforme quadro do Anexo I, parte integrante desta Lei, que fica atualizado.

Art.3º) As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 24 de outubro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/10/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO I

ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS

CÓD.	CATEGORIA FUNCIONAL	NÍVEL	NOMENCLATURA DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº DE VAGAS ANTERIOR	Nº DE VAGAS PREENCHIDAS	Nº DE VAGAS PROPOSTAS
01	ANS	6	Advogado	40 horas	01	00	01
02	ANS	6	Assistente Social	40 horas	02	02	02
03	ANS	6	Bibliotecário	40 horas	01	00	01
04	ANS	6	Contador	40 horas	01	00	01
05	ANS	6	Enfermeiro	40 horas	04	04	04
06	ANS	6	Engenheiro	40 horas	03	02	03
07	ANS	6	Farmacêutico	40 horas	01	01	01
08	ANS	6	Fisioterapeuta	30 horas	01	01	01
09	ANS	6	Fonoaudiólogo	30 horas	01	01	01
10	ANS	6	Médico I	20 horas	06	01	06
11	ANS	6	Médico II	40 horas	04	04	05
12	ANS	6	Médico Veterinário	40 horas	02	01	02
13	ANS	6	Nutricionista	30 horas	01	01	01
14	ANS	6	Odontólogo I	20 horas	06	04	06
15	ANS	6	Odontólogo II	40 horas	02	01	02
16	ANS	6	Psicólogo	40 horas	02	01	02
17	ANS	6	Terapeuta Ocupacional	40 horas	01	01	01
18	ANI	5	Técnico em Nível Médio	40 horas	14	11	14
19	ANI	5	Fiscal	40 horas	10	04	10
20	ANI	4	Agente Administrativo II	40 horas	21	20	21
21	ANI	4	Auxiliar de Enfermagem	40 horas	09	04	Em extinção
22	ANI	4	Instrutor de Música	Por Hora Aula	06	05	06
23	ANB	3	Agente Administrativo I	40 horas	11	02	Em extinção
24	ANB	3	Agente Operacional III	40 horas	23	19	23
25	ANB	3	Motorista	40 horas	15	12	15
26	ANB	2	Auxiliar de Educador	40 horas	10	04	10
27	ANB	2	Agente Operacional II	40 horas	07	06	07
28	ANB	2	Auxiliar de Odontologia	40 horas	04	04	04
29	ANB	1	Agente Operacional I	40 horas	81	62	81
30	ANS	6	Médico III	10 horas	04	00	04
31	ANIS	5A	Agente Administrativo III	40 horas	07	05	07

32	ANIS	6	Médico IV (Médico Plantonista)	Até 60 horas Plantão	10	04	10
33	ANI	4	Agente Operacional IV	40 horas	06	02	06
34	ANB	2	Agente Comunitário de Saúde	40 horas	16	15	16
35	ANI	4	Instrutor de Informática	40 horas	02	01	02
36	ANIS	5A	Instrutor de Educação Física	40 horas	02	00	02
37	ANB	3A	Agente Operacional V	40 horas	11	10	11
84	ANI	4	Atendente de Sala	40 horas	14	11	14
85	ANI	5	Técnico em Edificações	40 horas	01	00	01
86	ANS	6	Arquiteto	40 horas	01	00	01

Lei Nº 3.883 de 24 de Outubro de 2012

LEI Nº 3.883 DE 24 DE OUTUBRO DE 2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI: Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 91.800,00 (noventa e um mil e oitocentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde

91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas

2.055 - Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS

300000.00.000 - Despesas Correntes

310000.00.000 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00.000 - Aplicações Diretas

319004.00.119 - Contratação por Tempo Determinado

R\$ 22.000,00

319011.00.120 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

R\$ 30.000,00

91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica

2.028 - Realização de Diagnóstico dos Pacientes

300000.00.000 - Despesas Correntes

330000.00.000 - Outras Despesas Correntes

339000.00.000 - Aplicações Diretas

339036.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

R\$ 5.000,00

339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

R\$ 14.800,00

91.05 - Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar e Ambulatorial

2.118 - Manutenção dos Atendimentos Básicos Hospitalares

300000.00.000 - Despesas Correntes

330000.00.000 - Outras Despesas Correntes

339000.00.000 - Aplicações Diretas

339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 91.800,00

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde
 91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas
 2.114 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde
 400000.00.124 - Despesas de Capital
 440000.00.124 - Investimentos
 449000.00.124 - Aplicações Diretas
 449052.00.124 - Equipamentos e Material Permanente
 R\$ 16.000,00
 91.02 - Manutenção das Atividades Básicas da Saúde
 2.115 - Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde
 400000.00.124 - Despesas de Capital
 440000.00.124 - Investimentos
 449000.00.124 - Aplicações Diretas
 449052.00.124 - Equipamentos e Material Permanente
 R\$ 20.000,00
 2.133 - Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal
 400000.00.124 - Despesas de Capital
 440000.00.124 - Investimentos
 449000.00.124 - Aplicações Diretas
 449052.00.124 - Equipamentos e Material Permanente
 R\$ 1.600,00
 91.03 - Manutenção das Atividades Estratégia Saúde da Família
 2.116 - Manutenção e Coordenação da Estratégia Saúde da Família
 300000.00.120 - Despesas Correntes
 330000.00.120 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.120 - Aplicações Diretas
 339030.00.120 - Material de Consumo R\$ 15.000,00
 339036.00.120 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
 R\$ 1.000,00
 339039.00.120 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
 R\$ 30.000,00
 400000.00.120 - Despesas de Capital
 440000.00.120 - Investimentos
 449000.00.120 - Aplicações Diretas
 449052.00.120 - Equipamentos e Material Permanente
 R\$ 6.000,00
 91.08 - Manutenção das Atividades do SISVAN
 2.031 - Programa de Reposição Nutricional
 300000.00.124 - Despesas Correntes
 330000.00.124 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.124 - Aplicações Diretas
 339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
 R\$ 2.200,00
 TOTAL R\$ 91.800,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 24 de outubro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
 Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/10/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.314 de 24 de Outubro de 2012

DECRETO Nº 7.314 DE 24 DE OUTUBRO DE 2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.883 de 24 de outubro de 2012; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 91.800,00 (noventa e um mil e oitocentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde
 91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas
 2.055 - Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS
 300000.00.000 - Despesas Correntes
 310000.00.000 - Pessoal e Encargos Sociais
 319000.00.000 - Aplicações Diretas
 319004.00.119 - Contratação por Tempo Determinado
 R\$ 22.000,00
 319011.00.120 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
 R\$ 30.000,00
 91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica
 2.028 - Realização de Diagnóstico dos Pacientes
 300000.00.000 - Despesas Correntes
 330000.00.000 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.000 - Aplicações Diretas
 339036.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
 R\$ 5.000,00
 339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
 R\$ 14.800,00
 91.05 - Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar e Ambulatorial
 2.118 - Manutenção dos Atendimentos Básicos Hospitalares
 300000.00.000 - Despesas Correntes
 330000.00.000 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.000 - Aplicações Diretas
 339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
 R\$ 20.000,00
 TOTAL R\$ 91.800,00

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde
 91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas
 2.114 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde
 400000.00.124 - Despesas de Capital
 440000.00.124 - Investimentos
 449000.00.124 - Aplicações Diretas
 449052.00.124 - Equipamentos e Material Permanente
 R\$ 16.000,00
 91.02 - Manutenção das Atividades Básicas da Saúde
 2.115 - Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde
 400000.00.124 - Despesas de Capital
 440000.00.124 - Investimentos
 449000.00.124 - Aplicações Diretas
 449052.00.124 - Equipamentos e Material Permanente
 R\$ 20.000,00
 2.133 - Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal
 400000.00.124 - Despesas de Capital
 440000.00.124 - Investimentos



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

449000.00.124 - Aplicações Diretas
449052.00.124 - Equipamentos e Material Permanente
R\$ 1.600,00
91.03 - Manutenção das Atividades Estratégia Saúde da Família
2.116 - Manutenção e Coordenação da Estratégia Saúde da Família
300000.00.120 - Despesas Correntes
330000.00.120 - Outras Despesas Correntes
339000.00.120 - Aplicações Diretas
339030.00.120 - Material de Consumo R\$ 15.000,00
339036.00.120 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
R\$ 1.000,00
339039.00.120 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
R\$ 30.000,00
400000.00.120 - Despesas de Capital
440000.00.120 - Investimentos
449000.00.120 - Aplicações Diretas
449052.00.120 - Equipamentos e Material Permanente
R\$ 6.000,00
91.08 - Manutenção das Atividades do SISVAN
2.031 - Programa de Reposição Nutricional
300000.00.124 - Despesas Correntes
330000.00.124 - Outras Despesas Correntes
339000.00.124 - Aplicações Diretas
339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
R\$ 2.200,00
TOTAL R\$ 91.800,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 24 de outubro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/10/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N º 9.383 de 24 de Outubro de 2012

PORTARIA N º 9.383 DE 24 DE OUTUBRO DE 2012
DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RESPONSÁVEL TÉCNICA DAS UNIDADES MUNICIPAIS DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal, e considerando:

Considerando a Notificação expedida pelo Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Santa Catarina;

Considerando a Lei Estadual nº 6.839/80 e o Art.1º da Resolução COFEN nº 255/01;

RESOLVE:

Art.1º) DESIGNAR, a servidora pública Municipal PATRÍCIA NOGUEIRA BATISTA, Matrícula Funcional nº 000687, Registro no Sistema sob nº 955123, ocupante do cargo de Enfermeira, para responder pela Responsabilidade Técnica das Unidades Municipais de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir desta data.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC", 24 de outubro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/10/2012

PEDRO FAGUNDES DO SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.377 de 19 de Outubro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.377 DE 19 DE OUTUBRO DE 2012
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional II, ALTEVIR FRANCISCO COTHOVISKY, Matrícula Funcional nº 000375, Registro no Sistema Sob nº 831270, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por desempenho, passando do Nível 2 Sub-Nível 22, Referência B para Nível 2 Sub-Nível 22 Referência C no valor de R\$ 943,98 (novecentos e quarenta e três reais, noventa e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 03 de abril de 2012.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de outubro de 2012, será pago o valor de R\$ 146,58 (cento e quarenta e seis reais, cinquenta e oito centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de abril de 2012. Fica retido o valor de R\$ 18,12 (dezoito reais e doze centavos), referente a contribuição do servidor ao IPRECAL, o valor de R\$ 36,23 (trinta e seis reais, vinte e três centavos), refere-se ao IPRECAL Patronal.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de abril de 2012.

Art.5º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de outubro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/10/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.378 de 19 de Outubro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.378 DE 19 DE OUTUBRO DE 2012

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO

SOBRE FÉRIAS A DIRETORA EXECUTIVA DO IPRECAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Servidora Executiva do IPRECAL - MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE, Matrícula Funcional nº 366, Registro no Sistema sob nº 705480, referente ao período aquisitivo 01 de outubro de 2011 à 01 de outubro de 2012, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 19 de outubro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/10/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.379 de 22 de Outubro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.379 DE 22 DE OUTUBRO DE 2012

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO

SOBRE FÉRIAS AO CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO A EDUCAÇÃO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Chefe do Serviço de Apoio a Educação - JOSÉ CARLOS NENEVE CORDEIRO, Matrícula Funcional nº 000084, Registro no Sistema sob nº 867200, referente ao período aquisitivo 15 de janeiro de 2011 à 14 de janeiro de 2012, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 22 de outubro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/10/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.380 de 23 de Outubro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.380 DE 23 DE OUTUBRO DE 2012

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A

SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial na data de pagamento, a Servidora ocupante do cargo público de Agente Operacional I - MARIA FRANCISCA GOMES DA SILVA, Matrícula Funcional nº 0190, Registro no Sistema sob nº 443000, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 28 de setembro de 2007 à 28 de setembro de 2012.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de outubro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/10/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.381 de 23 de Outubro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.381 DE 23 DE OUTUBRO DE 2012

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO

SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Motorista - JOSÉ BAGNHUCK, Matrícula Funcional nº 000026, Registro no Sistema sob nº 5100, referente ao período aquisitivo 04 de abril de 2011 à 03 de abril de 2012, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 23 de outubro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/10/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.382 de 24 de Outubro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.382 DE 24 DE OUTUBRO DE 2012

AUTORIZA A MOVIMENTAR AS CONTAS DE TITULARIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE: Art.1º) Autorizar a Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social Srª. ROSANA EMÍLIA GREIPEL, CPF/MF nº 710.628.749-00 e o servidor Público Municipal responsável pela Tesouraria Sr. JOSÉ LUIS SILVA, CPF/MF nº 304.385.869-72 a movimentar as contas de titularidade do FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

Parágrafo único: A Autorização de que se refere o Art. 1º desta Portaria são as seguintes: emitir cheques; abrir contas de depósito; autorizar cobrança; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos e extratos; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheque; efetuar transferências/pagamentos/sustar/contrarordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar; alterar e desbloquear; efetuar saques - conta corrente; efetuar saques -poupança; efetuar pagamentos e transferências por meio eletrônico e encerrar contas de depósito.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2012.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC", 24 de outubro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/10/2012

PEDRO FAGUNDES DO SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.384 de 24 de Outubro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.384 DE 24 DE OUTUBRO DE 2012

AUTORIZA A MOVIMENTAR AS CONTAS DE TITULARIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - FUNMDEC DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE: Art.1º) Autorizar a Coordenadora da Defesa Civil - Presidente do Fundo Municipal de Defesa Civil - FUNMDEC a Srª. MARIA DE LOURDES LACHOVSKI PADILHA, CPF/MF nº 486.941.185-04 e o servidor Público Municipal responsável pela Tesouraria Sr. JOSÉ LUIS SILVA, CPF/MF nº 304.385.869-72 a movimentar as contas de titularidade do FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - FUNMDEC DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

Parágrafo único: A Autorização de que se refere o Art. 1º desta Portaria são as seguintes: emitir cheques; abrir contas de depósito; autorizar cobrança; receber, passar recibo e dar quitação;

solicitar saldos e extratos; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheque; efetuar transferências/pagamentos/sustar/contrarordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar; alterar e desbloquear; efetuar saques - conta corrente; efetuar saques -poupança; efetuar pagamentos e transferências por meio eletrônico e encerrar contas de depósito.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos 02 de outubro de 2012.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC", 24 de outubro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/10/2012

PEDRO FAGUNDES DO SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Processo Seletivo Simplificado Edital Nº 012/2012

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 012/2012

O município de Campo Alegre conforme dispõe o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988 e Art. 300, inciso X da Lei Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, torna público para o conhecimento dos interessados que estão abertas às inscrições do processo seletivo simplificado para contratação de pessoal em Caráter Temporário, no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

1- DO OBJETO

O objeto do presente Edital consiste no processo seletivo simplificado para contratação em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social de Campo Alegre/SC.

Nº VAGAS	CARGO	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	VENCIMENTO
02	Médico IV	Médico Plantonista	12 horas semanais (para fins de semana)	Curso Superior de Medicina; Registro no Conselho Regional de Medicina.	R\$ 32,02 a hora, acrescida de mais 40% de gratificação especial médica e 25% de adicional noturno.

2- DAS INSCRIÇÕES

2.1 – As inscrições estarão abertas no período de 22 de outubro a 25 de outubro de 2012, na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito à rua Cel. Bueno Franco nº 292, centro, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e 13:00 horas às 17:00 horas.

2.2 – São condições de Inscrição:

Ser brasileiro nato ou naturalizado;
Encontrar-se em pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital;

Possuir escolaridade ou habilitação correspondente aos níveis exigidos por Lei para o cargo.

2.3 – O candidato deverá preencher a ficha de inscrição e anexar fotocópias dos seguintes documentos:

I- Carteira de identidade;

II- Cadastro de pessoa física – CPF (fotocópia legível)

Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e ou guarda/ tutela.

Comprovante de Quitação Eleitoral.

Certificado Militar

IV- Comprovação do nível de escolaridade exigido;

V- Registro do Conselho Regional de Medicina.

VI- Documentos hábeis para a contagem de tempo de serviço, se houver, comprovando experiência profissional no nível/função para qual se inscreveu mediante fotocópia da Carteira de Trabalho ou Certidão expedida por Repartição Pública,

2.4 – A adulteração ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado pelo candidato verificado a qualquer tempo, o eliminará do Processo Seletivo, sem prejuízo da adoção de medidas judiciais necessárias à responsabilização criminal do candidato.

2.5 – Uma vez efetuada e protocolada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração, e nem permitido anexar documentos.

2.6 – Será permitida a inscrição por procuração pública ou por instrumento particular com firma reconhecida, específica para este Processo Seletivo constando à função para qual candidato deseja inscrever-se. O procurador deverá entregar além dos documentos do candidato exigidos no item 2.3, a fotocópia legível de sua cédula de identidade, bem como instrumento de procuração.

2.7 – As inscrições deferidas, serão homologadas e publicadas na imprensa, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal de Campo Alegre. O candidato que tiver indeferido a inscrição terá 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação para recorrer da decisão, em recurso dirigido ao Prefeito Municipal, que o julgará em igual período, após parecer conclusivo da Comissão Organizadora.

3 – DA CLASSIFICAÇÃO

3.1 – Os critérios de classificação do presente processo seletivo será de Tempo de Serviço do candidato na área.

3.2 – Para a contagem de tempo de serviço será considerado como data limite, o dia 30 de julho de 2012.

3.3 - Para efeitos de classificação de Tempo de Serviço será atribuída a seguinte pontuação:

I – 0,05 (zero vírgula zero cinco) ponto por mês completo de serviço prestado, público ou particular, dentro da área para qual o candidato se inscreveu.

3.4 – No cálculo de pontuação por tempo de serviço, computar-se-á o mês de 30 dias, caso haja sobra de dias, somar-se-á a fração de 16 dias ou mais, como um mês.

Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC, Rua Cel. Bueno Franco, 292, centro.

3.5 - Resultado final será a maior pontuação do tempo de serviço na área.

3.6 – Para o caso de empate, entre candidato, após a classificação final, serão aplicados os critérios de preferência:

- o mais idoso;

- maior número de filhos ou dependentes menores de 18 anos (conforme certidão dos mesmos anexos a ficha de inscrição).

3.7 – A lista do resultado final será divulgada no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC e publicado na imprensa, sendo a classificação final dos candidatos, feita em ordem crescente de pontos.

3.8 – O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de divulgação da listagem para entrar com pedido de reconsideração da classificação, junto ao Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal.

4 – DA JORNADA DE TRABALHO E DO REGIME EMPREGATÍCIO

4.1 – A jornada de trabalho do contratado para o cargo de médico IV é de 12:00 horas até 60:00 horas semanais conforme necessidade da Administração.

4.2 – Os classificados no processo seletivo serão admitidos sob regime especial, conforme necessidade.

5 – DAS EXIGÊNCIAS PARA A ADMISSÃO

5.1 – Os classificados serão admitidos neste Processo obedecendo rigorosamente à ordem de classificação por cargo.

5.2 – A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram o direito de ingresso automático no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal. A decisão sobre a admissão é de competência da Prefeitura, dentro do interesse e conveniência da mesma.

5.3 – Por ocasião da admissão, serão exigidos do candidato, os seguintes documentos:

a) Carteira de Identidade

b) Certidão de nascimento

c) Certidão de casamento

d) CPF

e) Comprovante de regularidade de situação cadastral no CPF

f) Título de eleitor

g) Comprovante de votação ou comprovante de regularidade eleitoral

h) Carteira de Trabalho

i) Comprovante de Residência

j) Certificado de reservista

k) Declaração de dependentes

l) Declaração Imposto de renda ou de isento

m) Certidão nascimento dos filhos

n) Carteira de Vacina filhos menores de 06 anos

o) Informar se possui filhos deficientes

p) Carteira de registro no órgão de fiscalização profissional

q) Certificado do nível de escolaridade

r) Pis/Pasep

s) Conta corrente no Banco Brasil

t) Atestado Admissional

u)-Em caso de acumulabilidade de cargo público apresentar declaração constando cargo, carga horária semanal e horário cumprido.

w)- Certidão negativa expedida pelo poder judiciário Cartório de distribuição de feitos civis e criminais da comarca de São Bento do sul, de não existir quaisquer procedimento sumaríssimo ou ordinário ou processo de execução promovido pela administração pública que desabone sua situação funcional.

x)- O candidato deverá apresentar certidão expedida pelo Serviço de Pessoal da Prefeitura Municipal, na qual seja expressamente indicado que o mesmo não possui contrato rescindido antecipadamente pela administração.

5.4 – A prática de ato de falsidade ideológica em prova documental, resultará na eliminação do candidato do presente Edital e anulação dos demais atos decorrentes, sujeitando-se às penas da lei.

5.5 – O candidato que for classificado deverá manter, durante todo o prazo de validade do Processo Seletivo, seu telefone e endereço atualizado junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal. Caso o candidato não seja localizado por alteração de telefone ou por endereço insuficiente, será considerado como desistente.

6 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 – É de exclusiva responsabilidade do candidato o preenchimento correto de sua ficha de inscrição e também o anexo de seus

documentos conforme item 2.3 deste Edital.

6.2 – Este Edital tem validade de um ano, podendo ser prorrogada se necessário por apenas mais um ano.

6.3 – Os casos omissos e situações não previstas neste edital, serão analisados e deferidos pela Comissão Organizadora e Avaliadora deste Processo Seletivo.

Campo Alegre "SC", 19 de outubro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Cargo: Médico IV – Função Médico Plantonista

1. Acolher, reconhecer e diagnosticar medidas terapêuticas para tratamento e ou controle das diversas patologias como urgências cardio respiratória, do sistema nervoso central, gastrintestinais, genito-urinárias, endocrinológicas, hematológicas, vasculares, otorrinolaringológicas, oftalmológicas, em saúde mental, traumáticas e gineco obstétricas de acordo com as instruções e protocolos relativos a cada tipo de patologia, 2. Conhecer e realizar manejo de equipamentos; 3. Conhecer soluções e medicamentos; 4. Responsabilizar se pelo encaminhamento adequado do paciente, quando a patologia apresentada exigir recursos terapêuticos e ou diagnósticos inexistentes na unidade; 5. Conhecer o sistema de saúde e a rede hierarquizada de assistência; 6. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 8. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57.

ANEXO II

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SERVIÇO PESSOAL

FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 012/2012

NÚMERO: _____ CARGO PRETENDIDO: _____
NOME: _____ RG: _____

DATA DE NASCIMENTO: _____ SEXO: _____ CPF: _____

TÍTULO DE ELEITOR _____

ESTADO CIVIL _____ Nº DEPENDENTES _____

RUA: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____

CEP: _____ ESTADO: _____ TEL: _____

FORMAÇÃO ESCOLAR: _____

Obs: Anexar cópia dos documentos exigidos no Edital de Processo Seletivo número 012/2012.

DATA: _____ ASS: _____

FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL 012/2012

NÚMERO: _____ CARGO PRETENDIDO: _____
NOME: _____ RG: _____

Campos Novos

PREFEITURA

Lei Nº 3.795/12 de 23/10/2012

LEI Nº 3.795/12 DE 23/10/2012

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 489.408,54 (quatrocentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e oito reais e cinquenta e quatro centavos) no projeto e na atividade baixo discriminado:

ÓRGÃO: 01 - Gabinete do Prefeito

UNIDADE: 01 - Gabinete do Prefeito

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elementos de despesa: 90-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Elementos de despesa: 160-3.1.90.00.00.00.00.0.3.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 02 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.001 - Manutenção do Dep. de Planej., Organização e Coordenação Geral

Elementos de despesa: 85-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 04 - DEP. DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.004 - Manutenção do Dep. de Tributação, Arrecadação e Fiscalização

Elementos de despesa: 82-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

UNIDADE: 05 - DEP. DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.005 - Manutenção do Dep. de Contabilidade e Patrimônio Público

Elementos de despesa: 79-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Elementos de despesa: 80-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

UNIDADE: 06 - DEPARTAMENTO PESSOAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.006 - Manutenção do Departamento de Pessoal

Elementos de despesa: 78-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

UNIDADE: 07 - DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.007 - Manutenção Do Departamento de Compras



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Elementos de despesa: 75-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 400,00

UNIDADE: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 - Manutenção da Secretaria da Administração

Elementos de despesa: 70-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Elementos de despesa: 72-3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.008 - Manutenção do Departamento de Finanças

Elementos de despesa: 69-3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 300,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.021 - Reequipamento do Ensino Fundamental - Rec. do Salário Educação

Elementos de despesa: 116-4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0058.0 - Aplicações Diretas R\$ 120.629,73

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 14 - DEP. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA GERÊNCIAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.022 - Manutenção do Dep. de Assistência Social e da Família - Gerências

Elementos de despesa: 25-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

UNIDADE: 15 - DEP. DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA E TRABALHO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.023 - Manutenção do Dep. de Assistência Comunitária e Trabalho

Elementos de despesa: 23-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

UNIDADE: 16 - DEPARTAMENTO HABITACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.024 - Manutenção do Departamento Habitacional

Elementos de despesa: 21-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Elementos de despesa: 22-3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 19 - DEP. DA AGRICULTURA - GERÊNCIA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.028 - Manutenção do Dep. da Agricultura - Gerência

Elementos de despesa: 13-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21- DEP. DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.030 - Manutenção do Dep. da Indústria e Comércio

Elementos de despesa: 10-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

UNIDADE: 22- DEPARTAMENTO DO TURISMO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.031 - Manutenção do Departamento do Turismo

Elementos de despesa: 2-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 23- DEP. DE ENGENHARIA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.033 - Manutenção do Dep. de Engenharia

Elementos de despesa: 31-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

UNIDADE: 25- DEP. DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.037 - Manutenção do Dep. de Estradas e Rodagem

Elementos de despesa: 45-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 211.978,81

Art. 2º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) no projeto e na atividade baixo discriminado:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.064 - Manutenção das Atividades do Fdo Municipal de Saúde - Rec. Próprios

Elementos de despesa: 7-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 280.000,00

Art. 3º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária, no valor de R\$ 41.700,00 (quarenta e um mil e setecentos reais) no projeto e na atividade baixo discriminado:

ÓRGÃO: 11 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

UNIDADE: 01 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

PROJETO/ATIVIDADE: 1.023 - Reequipamento do Fundo Agropecuário

Elementos de despesa: 2-4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 41.700,00

Art. 4º - Para a cobertura dos créditos previstos nos Art. 1º, 2º e 3º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 0.002 - Amortização da Dívida Fundada Interna - Prefeitura

Elementos de despesa: 67-4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 139.469,04

PROJETO/ATIVIDADE: 1.068 - Reequipamento da Secretaria de Administração e Finanças

Elementos de despesa: 73-4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 13.983,38

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.019 - Manutenção do Ensino - Recursos Convênio do Salário Educação

Elementos de despesa: 115-3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0058.0 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

UNIDADE: 10 - DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 1.013 - Construções, Ampliações e Reforma no Ensino Infantil

Elementos de despesa: 127-4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0058.0 - Aplicações Diretas R\$ 30.629,73

UNIDADE: 11 - GERÊNCIA DE MERENDA ESCOLAR
PROJETO/ATIVIDADE: 2.012 - Manutenção da Gerência de Merenda Escolar
Elementos de despesa: 156-3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 83.414,15

UNIDADE: 12 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
PROJETO/ATIVIDADE: 1.015 - Construções, Ampliações e Reforma no Ensino Fundamental
Elementos de despesa: 99-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 13.479,12
Elementos de despesa: 126-4.4.90.00.00.00.00.0.3.0058.0 - Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

UNIDADE: 13 - DEP. DE TRANSPORTE ESCOLAR - GERÊNCIA TRANSPORTE
PROJETO/ATIVIDADE: 2.014 - Manutenção do Dep. de Transporte Escolar - Gerência Transporte
Elementos de despesa: 30-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0058.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Elementos de despesa: 63-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.133,12

ÓRGÃO: 18 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
UNIDADE: 01 - ADMIN. DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
PROJETO/ATIVIDADE: 0.008 - Manut. da Dív. Fundada Interna - Fund. Hosp. Dr. José Athanázio
Elementos de despesa: 1-4.6.90.00.00.00.00.00.01.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.062 - Manut. da Fund. Hosp. Dr. José Athanázio - Recursos Próprios
Elementos de despesa: 6-3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

ÓRGÃO: 20 - PODER LEGISLATIVO
UNIDADE: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PROJETO/ATIVIDADE: 2.071 - Manutenção dos Subsídios dos Vereadores
Elementos de despesa: 4-3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001.0 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Art. 5º - Este Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em,
23 de outubro de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.603/12 de 09/10/2012

DECRETO Nº 6.603/12 DE 09/10/2012
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.645 de 01/06/2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.713 de 16/12/2011 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE: 2.064 - Manutenção das Atividades do Fdo Municipal de Saúde - Rec. Próprios
ELEMENTO DE DESPESA: 8-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0002.0-Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art.1º, será utilizado o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) provenientes da anulação parcial na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE: 2.064 - Manutenção das Atividades do Fdo Municipal de Saúde - Rec. Próprios
ELEMENTO DE DESPESA: 7-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0002.0-Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
09 de outubro de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.610/12 de 18/10/2012

DECRETO Nº 6.610/12 DE 18/10/2012
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária, no projeto e na atividade abaixo discriminado o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 11 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA
UNIDADE: 01 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA
PROJETO/ATIVIDADE: 1.023 -Reequipamento do Fundo Agropecuário
Elementos de despesa: 9-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0024.0 - Aplicações Diretas R\$ 474.814,20

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º será utilizado o valor de R\$ 474.814,20 (quatrocentos e setenta e quatro mil, oitocentos e quatorze reais e vinte centavos) provenientes da subtração de arrecadação de convênios federais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto,
em 18 de outubro de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Portaria Nº1.334/2012 de 23/10/2012

PORTARIA Nº1.334/2012 DE 23/10/2012

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com amparo no Artigo 100, Incisos VIII - XVIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.786 de 11 de outubro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para comporem o Conselho de Desenvolvimento Municipal, na condição de representantes dos seguintes entes:

a) Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo/Departamento de Engenharia

André Francisco Perotoni (1º Titular)

Ronaldo Frassini (1º Suplente)

Laídes Dalazen Laidnes (2º Titular)

Evandro Carlos dos Santos (2º Suplente)

André Paggi (3º Titular)

Aline Kominkiewicz (3º Suplente)

b) Caixa Econômica Federal

Márcia Silinha Rambo (Titular)

Renato Luis Emerson Lazzarotti (Suplente)

c) Associação Empresarial, Rural e Cultural Camponovense - ACIR-CAN

Ademir Paulo Bebbber (Titular)

Valter Zanchett (Suplente)

d) Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL

Vilmar Matté (Titular)

Janio Pereira (Suplente)

e) OAB/SC - Escritório de Campos Novos

Valquíria Sampaio Mêra (Titular)

Carla Catarina Donassollo (Suplente)

f) União Camponovense de Entidades Comunitárias - UNICAMPO

João Pedro Ferreira da Silva (Titular)

Vilmar de Matos (Suplente)

g) Corpo de Bombeiros Comunitário Campos Novos

Dhiêmis Metz Pinheiro (Titular)

Sérgio Nei Jurek (Suplente)

h) Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC

José Fabrício Melo (Titular)

Sílvio Cezar Grando (Suplente)

i) CREA/SC - Inspetoria Campos Novos

Simonir Marcelo Fornara Lemos (Titular)

Hélio Brati (Suplente)

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal será de 2 (dois) anos.

Art. 3º A participação dos membros no Conselho de Desenvolvimento Municipal será considerada como relevantes serviços prestados ao município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria,

em 22 de outubro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Edital de Publicação Nº 39/2012 - CM

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 39/2012 - CM

LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Arts. 17, 18, 413 e seguintes da Lei Complementar 01/2002 de 27/12/02, baixa Edital demonstrando os custos da obra, com fins de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário público, dos valores despendidos nas obras de pavimentação, drenagem, meio-fio compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Campos Novos:

1. DO LOCAL

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros, as obras situadas na Rua Henrique De Almeida (Trecho Rua Vergínio Ceni até Rua Cel. Ozório Fagundes); Rua Vergínio Ceni (Trecho Rua João Carlos Gasser até Rua Irineu Faedo); Rua Cel. Ozório Fagundes (Trecho Rua Henrique De Almeida até Rua Irineu Faedo); Rua Carlos Pisani (Trecho Rua Frei Rogério até Rua Mal. Deodoro); Rua Cel. Fagundes (Trecho Rua Adélia Simadon até Rua Borges De Medeiros); Rua Adélia Simadon (Trecho Rua Projetada até Rua Santa Cruz) numa extensão de 662,80 m/l, com 5.437,10 m² de pavimentação.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação, drenagem, meio-fio nas vias urbanas da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras, conforme memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação anexo a este Edital.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados conforme planilha em anexo.

4. DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança de Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano, laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

5. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento) tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta, os índices cadastrais.

A Municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 140.415 (cento e quarenta mil quatrocentos e quinze reais), do orçamento, e mais os aditivos que eventualmente se fizerem necessários, face às alterações ou imprevistos ocorridos na obra.

6. PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 270.460,71 (duzentos e setenta mil quatrocentos e sessenta reais e setenta e um centavos), de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

7. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas nas ruas, é conforme abaixo.

Serviços: Pavimentação, Mão-de-Obra, Drenagem Pluvial, Meio Fio
Valor Unitário m²: 30,00 (trinta reais)

Participação dos Contribuintes: R\$ 270.460,71 (duzentos e setenta mil quatrocentos e sessenta reais e setenta e um centavos)

Participação da Municipalidade: R\$ 140.415,00 (cento e quarenta mil quatrocentos e quinze reais)

Valor Total da Obra: R\$ 410.875,71 (quatrocentos e dez mil oitocentos e setenta e cinco reais e setenta e um centavos)

A despesa total para a realização das obras, meio fio, drenagem pluvial e calçamento deste Edital, será da ordem de R\$ 410.875,71 (quatrocentos e dez mil oitocentos e setenta e cinco reais e setenta e um centavos).

8. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 Pagamento à Vista

A ser pago pelo contribuinte em conta única, por ocasião do final da obra. Sobre o valor será concedido desconto de 15% (quinze por cento).

8.2 Pagamento Parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra, em até 24 (vinte e quatro) vezes, parcelas mensais, observando-se o disposto na Lei nº 3.745 de 18/04/12.

8.3 Opção de Pagamento

Ficará a critério do contribuinte, optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, laudo técnico com a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

- Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no Departamento de Tributação e Arrecadação, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

- A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, no qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e outros.

- Decorrido o prazo acima previsto, será emitido o carnê nas condições estabelecidas no item 8.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações serão obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Tributação e Arrecadação e Departamento Técnico.

Campos Novos, 22 de Outubro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

ANEXO I

Fator de absorção da valorização para os imóveis objetos da zona de influência das obras:

1. Rua Adélia Simadon

- (Trecho Rua Santa Cruz até Rua Cel. Fagundes)

- a) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 28,31
- b) Valor do m² terreno com asfalto - R\$ 44,94

2. Rua Cel. Ozório Fagundes

- (Trecho Rua Henrique De Almeida até Rua Irineu Faedo)

- c) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 7,88
- d) Valor do m² terreno com asfalto - R\$ 13,79

3. Rua Vergínio Ceni

- (Trecho Rua João Carlos Gasser até Rua Henrique De Almeida)

- e) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 7,86
- f) Valor do m² terreno com asfalto - R\$ 13,75

- (Trecho Rua Henrique De Almeida até Rua Irineu Faedo)

- g) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 7,86
- h) Valor do m² terreno com asfalto - R\$ 13,75

4. Rua Cel. Fagundes

- (Trecho Rua Adélia Simadon até Rua Borges de Medeiros)

- i) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 7,87
- j) Valor do m² terreno com asfalto - R\$ 13,77

5. Rua Henrique De Almeida

- (Trecho Rua Vergínio Ceni até Rua Cel. Ozório Fagundes)

- k) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 7,86
- l) Valor do m² terreno com asfalto - R\$ 13,75

6. Rua Carlos Pisani

- (Trecho Rua Frei Rogério até Rua Mal Deodoro)

- m) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 33,49
- n) Valor do m² terreno com asfalto - R\$ 58,60

A valorização imobiliária foi apropriada, utilizando-se como parâmetro a planta de valores genéricos utilizada pelo Município, e aplicada nas áreas beneficiadas pelas obras.

O laudo técnico elaborado por profissional com inscrição no CREA, e apoio de corretores inscritos no CRECI.

As obras desenvolvidas pelo município, constituem-se no atendimento de uma das exigências mais frequentes da população urbana, qual seja a pavimentação de ruas.

A eleição dos trechos das ruas pavimentadas foi pactuada por critérios técnicos, levando-se em conta o restante da malha viária de forma a observar a continuidade e o fluxo viário como um todo.

Prefeitura de Campos Novos, 22 de Outubro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Campos Novos (SC)
Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323 - Centro
www.camposnovos.sc.gov.br 49 3541-6200

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Ruas: Henrique De Almeida(Trecho Rua Vergínio Ceni até Rua Cel. Ozório Fagundes); Rua Vergínio Ceni(Trecho Rua João Carlos Gasser até Rua Irineu Faedo); Rua Cel. Ozório Fagundes(Trecho Rua Henrique De Almeida até Rua Irineu Faedo); Rua Carlos Pisani(Trecho Rua Frei Rogério até Rua Mal. Deodoro); Rua Cel. Fagundes(Trecho Rua Adélia Simadon até Rua Borges De Medeiros); Rua Adélia Simadon(Trecho Rua Projetada até Rua Santa Cruz)

Valor Total da Obra (R\$):	R\$	410.875,71
Participação Prefeitura (%):		65,83%
Saldo (R\$):	R\$	270.460,71
Total em m²:		5.437,10
Valor do m²:	R\$	30,00
Extensão (m):		662,80

Nome	Lado	Área Pavimentada	Valor Asfalto
Rua Henrique De Almeida			
Iguaçu Celulose e Papel	ESQUERDO	135,00	R\$ 4.050,00
Iguaçu Celulose e Papel	ESQUERDO	54,00	R\$ 1.620,00
Iguaçu Celulose e Papel	ESQUERDO	54,00	R\$ 1.620,00
Iguaçu Celulose e Papel	ESQUERDO	54,00	R\$ 1.620,00
Iguaçu Celulose e Papel	ESQUERDO	54,00	R\$ 1.620,00
Edenilson Rodrigues Da Cruz	ESQUERDO	54,00	R\$ 1.620,00
Edenilson Rodrigues Da Cruz	ESQUERDO	135,00	R\$ 4.050,00
Paulo Valcir Vicente	DIREITO	135,00	R\$ 4.050,00
João Carlos De Oliveira	DIREITO	54,00	R\$ 1.620,00
Donizete Neves Riscala Lins	DIREITO	54,00	R\$ 1.620,00
Iguaçu Celulose e Papel	DIREITO	54,00	R\$ 1.620,00
Luiz Dos Anjos Camargo	DIREITO	54,00	R\$ 1.620,00
Pedro Alves Da Luz	DIREITO	54,00	R\$ 1.620,00
João Carlos Moreira	DIREITO	135,00	R\$ 4.050,00
Rua Vergínio Ceni			
Patrimônio Municipal	ESQUERDO	48,00	R\$ 1.440,00
Patrimônio Municipal	ESQUERDO	48,00	R\$ 1.440,00
Patrimônio Municipal	ESQUERDO	48,00	R\$ 1.440,00
Patrimônio Municipal	ESQUERDO	48,00	R\$ 1.440,00
Patrimônio Municipal	ESQUERDO	48,00	R\$ 1.440,00
Paulo Valcir Vicente	ESQUERDO	48,00	R\$ 1.440,00
Edson Tiago Pinheiro	ESQUERDO	48,00	R\$ 1.440,00
Adriana Aparecida De Moraes	ESQUERDO	48,00	R\$ 1.440,00
Florencio Santana Neto	ESQUERDO	48,00	R\$ 1.440,00
Claudinei Dias Gonçalves	ESQUERDO	48,00	R\$ 1.440,00
Joel Alves Machado	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
Tadeu Da Silva Nunes e Eva De Oliveira	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
Aroldo Gagner Dos Santos	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
Ana Carla Correa Dos Santos	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
Ana Carla Correa Dos Santos	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
Dirceu De Jesus	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
Alberto Silva Ozório	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
João José Rodrigues	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
Hélio Bortoli	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
Alaor Ferreira	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
Rua Cel. Ozório Fagundes			
Adair Reis Da Luz	ESQUERDO	48,00	R\$ 1.440,00
Adão Assis Dos Santos	ESQUERDO	48,00	R\$ 1.440,00
Claudimir Antônio Júnior	ESQUERDO	48,00	R\$ 1.440,00
Joseane Apª Vargas Sebastião Luiz	ESQUERDO	48,00	R\$ 1.440,00
Jair Dos Santos Mergarelo	ESQUERDO	48,00	R\$ 1.440,00
João Carlos Moreira	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
Antônio Alves De Souza	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
José A. Pereira Da Silva	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
Cleria Maria Zanatta	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
Edite Maria Ribeiro Paes	DIREITO	48,00	R\$ 1.440,00
Rua Carlos Pisani			
Nívio Rossi	ESQUERDO	88,00	R\$ 2.640,00
Herdeiros Gleci Costa Oliveira	ESQUERDO	92,00	R\$ 2.760,00
José Valdenir Pereira	ESQUERDO	80,00	R\$ 2.400,00
Anor José Doarte	DIREITO	92,00	R\$ 2.760,00
Orival Zago	DIREITO	168,00	R\$ 5.040,00
Rua Coronel Fagundes			
Cristiane Aparecida Dos Santos	ESQUERDO	4,00	R\$ 120,00
Maria L. F. Dos Santos Tolomio	ESQUERDO	65,20	R\$ 1.956,00
Nelson Bess	ESQUERDO	392,00	R\$ 11.760,00
João Antônio De Matos	DIREITO	41,60	R\$ 1.248,00
Orli Silva Varela	DIREITO	40,00	R\$ 1.200,00
Aldenir Scolari	DIREITO	80,00	R\$ 2.400,00
Aldenir Scolari	DIREITO	80,00	R\$ 2.400,00
Claudison Scolari	DIREITO	80,00	R\$ 2.400,00
Paulo Tonizete	DIREITO	52,00	R\$ 1.560,00
Fiorante Alves Ferreira	DIREITO	88,00	R\$ 2.640,00
Rua Adélia Simadon			
Juvenil A. De Almeida	ESQUERDO	18,30	R\$ 549,00
Orli Silva Varela	ESQUERDO	51,60	R\$ 1.548,00
Maria L. F. Dos Santos Tolomio	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.800,00
Sebastião De Oliveira	ESQUERDO	97,50	R\$ 2.925,00
Rudinei Antônio Do Nascimento	ESQUERDO	71,50	R\$ 2.145,00
Sérgio Brandalise	ESQUERDO	71,50	R\$ 2.145,00
Aldenir Scolari	DIREITO	47,30	R\$ 1.419,00
Nelson Bess	DIREITO	300,00	R\$ 9.000,00
TOTAL			140.415,00

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação de Termo Aditivo N.º PMC 1-154/2011

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-154/2011

ALTERAÇÃO DE PRAZO E VALOR

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 164/2011

TOMADA DE PREÇO N.º PMC 40/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-154/2011 referente ao contrato n.º PMC 154/2011. Data de assinatura: 08/02/2012. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES ÚNICA, DESTINADA AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Contratada: IPÊ INFORMATICA LTDA. Prazo de execução: 08/02/2012 à 31/12/2012. Valor acrescentado: R\$ 21.417,00.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Publicação Termo de Contrato N.º PMC 154/2011

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 154/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 164/2011

TOMADA DE PREÇO N.º PMC 40/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 154/2011. Data de assinatura: 08/12/2011. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES ÚNICA, DESTINADA AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Contratada: IPÊ INFORMATICA LTDA. Valor: R\$ 85.668,00. Prazo de vigência: 08/12/2011 à 08/02/2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Eidtal 029/2012

EDITAL N.º 029, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012

Dispõe sobre Concurso Público de Aumento de Carga Horária e de Remoção Definitiva para servidores efetivos do quadro do Magistério Público Municipal.

O Prefeito em exercício do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base o disposto no artigo 35 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e nos artigos 17 e 18 da Lei Complementar n.º 045, de 20 de dezembro de 2000 estabelece normas para a realização do Concurso Público de Aumento de Carga Horária e Remoção definitiva para os servidores efetivos do quadro do Magistério Público



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Municipal, que reger-se-á pelas normas fixadas neste Edital e demais disposições da legislação vigente.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O aumento de carga horária e a remoção destinam-se ao preenchimento de vagas em caráter definitivo nas instituições de ensino do município de Capinzal, obedecendo ao seguinte critério:

- a) alteração definitiva no estabelecimento de atuação do professor;
- b) remoção definitiva;
- c) alteração definitiva para outro estabelecimento de ensino.

II - DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições estarão abertas no período de 05 à 09 de novembro de 2012, na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes no horário de funcionamento e deve ser feita através de formulário próprio.

2.2. A inscrição deverá ser efetuada pelo próprio candidato ou por procurador devidamente habilitado, com poderes específicos para representá-lo no ato da inscrição.

2.3. Poderão inscrever-se os membros do Magistério Público Municipal, em provimento efetivo, com carga horária de 10 (dez), 20 (vinte), ou 30 (trinta) horas semanais para alteração de carga horária.

2.4. Poderão inscrever-se os membros do Magistério Público Municipal, em provimento efetivo, com carga horária de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou (40) quarenta horas semanais para remoção.

2.5. Não poderão inscrever-se os membros do Magistério Público Municipal que estiverem na condição de auxílio doença, readaptados, respondendo por Processo Administrativo, Licença Prêmio ou em Estágio Probatório.

2.6. O candidato à alteração de carga horária poderá ter outro vínculo empregatício, público ou privado, desde que os horários de trabalho sejam compatíveis e não interfiram no ritmo de trabalho das escolas.

2.7. O candidato à remoção definitiva poderá inscrever-se para uma vaga cuja carga horária seja ou não equivalente à sua efetivação.

2.8. No ato da inscrição o candidato deverá apresentar:

- 2.8.1. Formulário de inscrição preenchido corretamente e assinado;
- 2.8.2. Certidão de Tempo de Serviço no município de Capinzal, emitido pela Diretoria de Recursos Humanos;
- 2.8.3. Cópia do Certificado de Habilitação e original para conferência;
- 2.8.4. Cópia dos Certificados dos Cursos de Aperfeiçoamento e originais para conferência, válidos os de 2011 e 2012.

2.9. Poderão se inscrever para as vagas abertas através da municipalização das escolas estaduais, conforme Termo de Convênio nº 16558/2011-1, celebrado entre o Estado de Santa Catarina e o município de Capinzal, os servidores que estiverem em conformidade com este certame.

2.9.1 Devido assunção de novos estabelecimentos de ensino pela rede municipal de educação de Capinzal conforme Termo de Convênio nº 16558/2011-1 os servidores que fizeram processo de remoção no ano de 2010 também poderão participar deste processo sem prejuízos aos seus direitos.

III - DOS TÍTULOS

3.1. Será computado 1,00 (um) ponto para cada mês de serviço na rede municipal de ensino do município de Capinzal, até 31 de outubro de 2012, sendo considerada a fração de 15 (quinze) dias como um mês;

3.2. Será computado 0,5 (meio) ponto para cada 40 (quarenta) horas de curso freqüentado ou ministrado, nos anos de 2011 e 2012, não sendo aceitos certificados com carga horária inferior à 16 horas.

IV - DA CLASSIFICAÇÃO

4.1. A classificação obedecerá à ordem decrescente da média geral, seguindo os seguintes critérios:

- 1.º) maior habilitação;
- 2.º) maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal em anos, meses e dias;
- 3.º) maior pontuação em horas de aperfeiçoamento (certificados de 2011 e 2012);
- 4.º) maior idade.

4.2. A classificação deste Concurso será publicada no Mural do Centro Administrativo Municipal e no órgão de publicação oficial do Município de Capinzal, no dia 20 de novembro de 2012.

4.3. A escolha das vagas ocorrerá no dia 23 de novembro de 2012, às 9h, nas dependências da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. O aumento de carga horária, e a remoção definitivas dos servidores classificados neste Edital será efetivada a partir de 01 de fevereiro de 2013.

5.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observando a legislação vigente.

5.3. Os candidatos deverão atuar no mínimo 2(dois) anos no cargo e local efetivados para requerer nova remoção e alteração de carga horária, exceto aqueles designados para função de cargos de confiança.

Capinzal - SC, em 24 de outubro de 2012.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

Catanduvas

PREFEITURA

Adendo ao Edital - Processo Licitatório Nº 0088/2012 - Edital de Tomada de Preço Nº 0009/2012

ADENDO AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0088/2012

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 0009/2012

A Prefeita do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Exma. Senhora Gisa Aparecida Giacomini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI

Considerando a necessidade de alterar a redação do objeto e da descrição do item nº 4 do Edital de Tomada de Preço nº 0009/2012, por interesse da Administração Municipal;

TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a retificação das disposições que constam do edital de Tomada de Preço

nº 0009/2012, conforme segue:

a) "Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: até às 09h 00 horas do dia 08 de novembro de 2012;
- Limite para impugnação ao edital: até as 13 horas e 00 minutos do dia 05 de novembro de 2012;
- Início da Sessão Pública do pregão: às 09h 00 horas do dia 08 de novembro de 2012;

b) A descrição do item nº 4, passa a ter a seguinte redação:

Onde se lê: " Fornecimento,assentamento de paralelepípedo de basalto" lê - se : Assentamento de paralelepípedo de basalto

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unit. Máximo	Valor Total Máximo
4	587,11	m2	Assentamento de paralelepípedo de basalto	8,00	4.696,88

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvas - SC, 19 de outubro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0092/2012 - Edital de Pregão Presencial Nº 0043/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0092/2012

EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0043/2012

Objeto: Contratação de empresa especializada devidamente autorizada pela agência nacional de telecomunicações - Anatel, para prestação de serviços de telefonia móvel pessoal - SMP em sistema pós pago e fornecimento de 25 (vinte e cinco) acessos móveis com aparelhos em comodato para uso da administração municipal e fundos municipais visando o desenvolvimento das mesmas pelo Valor Global.

Abertura das Propostas: às 09h00 do dia 31 de outubro de 2012. Da disponibilização do edital: o edital está disponível no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 07h às 13h, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas - SC, 19 de outubro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Concórdia

PREFEITURA

Adendo 01 ao Edital Tomada de Preços Nº 62/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 01

AO EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 62/2012 PMC

O Município Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: Contratação, de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para prestação de serviços de reforma do Cemitério Municipal de Lajeado Medeiros, localizado na Comunidade de Lajeado Medeiros e do Cemitério de Barra do Pinhal, localizado na Comunidade de Barra do Pinhal, neste Município, de acordo com o Projeto Básico e Memorial Descritivo, constantes no Anexo "D" do Edital, foi alterado. Ficando desta forma alterado o prazo de recebimento do envelope 01 - Documentação, dos interessados não cadastrados para o dia 19/11/2012, às 16h00min, e o prazo até as 16h00min do dia 21/11/2012 para entrega dos envelopes 01 - Documentação e 02 - Proposta de Preços de todos os interessados cadastrados e para a entrega dos envelopes 02 - Proposta de Preços dos interessados não cadastrados, sendo que o início da abertura dos envelopes se dará às 14h00min do dia 22/11/2012.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 23 de outubro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 104/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2012- PMC

Objeto: Prestação de serviço de locação de estruturas de som para a realização das luzes dançantes na Praça Dogelo Goss, durante o Sonho de Natal 2012, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 05/11/2012.

Abertura: dia 06/11/2012, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2162.

Concórdia, SC, 24 de outubro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 31/2012 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 31/2012 - PMC

A Secretária Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação, torna público que ratificou o ato da Senhora Neusa Aparecida Dahmer, Diretora de Assistência Social, que declarou inexigível a licitação, nos termos do caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para pagamento de despesas com consumo de água não previstas no início do exercício, em favor da empresa: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN, no valor total estimado de R\$ 1.200,80 (um mil, duzentos reais e oitenta centavos).

Concórdia, SC, 22 de outubro de 2012.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Secretária Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação

Editais de Notificação Convênio - Pconcórdia fmas p fmc / Paefi

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMAS-PFMC/PAEFI, no valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).

Concórdia SC, 24 de outubro de 2012.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Editais de Notificação Ministério do Esporte

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos para ampliação do Ginásio de Esportes no Bairro Nazaré e reformas no Ginásio de Esportes do Bairro das Nações, proveniente do Contrato nº 311.877-4 - Ministério dos Esportes, no valor de R\$ 91.143,00 (noventa e um mil cento e quarenta e três reais).

Concórdia SC, 23 de outubro de 2012.

JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 2.515

Transfere ao Executivo Municipal bens integrantes do patrimônio da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA SC

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com deliberação do Plenário,

R E S O L V E:

Art. 1º Transferir ao Executivo Municipal bens integrantes do patrimônio da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, constantes no Anexo Único, parte integrante deste Decreto Legislativo, para incorporação ao patrimônio do Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 23 de outubro de 2012.

EVANDRO PEGORARO

Presidente em exercício

DIRCEU BIONDO

1º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.516

Dá baixa de bens sucateados, integrantes do patrimônio da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA SC

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com deliberação do Plenário,

R E S O L V E:

Art. 1º Dar baixa de bens sucateados, integrantes do patrimônio da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, constantes no Anexo Único, parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 23 de outubro de 2012.

EVANDRO PEGORARO

Presidente em exercício

DIRCEU BIONDO

1º Secretário

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Lei Ordinária Nº 991/2012

LEI Nº 991/2012

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ADQUIRIR LOTES URBANOS POR MEIO DE DESAPROPRIAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir por desapropriação os Lotes Urbanos, de propriedade do Sr. SILVESTRE ANTONIO CELLA e da sua esposa Sra. ANITA CATARINA TOSSATI CELLA, localizados nesta cidade de Cordilheira Alta/SC., no Distrito de Fernando Machado, (Quadra 16), que assim se descrevem e confrontam:

I - Lote urbano n. 39-B, da quadra n. 16, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Chapecó sob o n. 88.063, com área total de 700,00 m², situado no Distrito de Fernando Machado, no Município de Cordilheira Alta/SC., Comarca de Chapecó, confrontando: ao Norte, com a Rua Chapecó na extensão de 10,00m; ao Sul, com o lote 39-J na extensão de 10,00m; ao Leste, com o lote 39-C e parte do lote 39-D na extensão de 70,00m; e a Oeste, com o lote 39-A e parte do lote 39-K na extensão de 70,00m;

II - Lote Urbano nº 39-J, da quadra n. 16, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Chapecó sob o n. 88.063, com área total de 300,00m² (trezentos metros quadrados), situado no Distrito de Fernando Machado, no Município de Cordilheira Alta/SC., Comarca de Chapecó, confrontando: ao Norte, com o lote 39-B na extensão de 10,00m; Sul, com a Rua Sem Nome na extensão de 10,00m; Leste, com o lote 39-I e parte do lote 39-D na extensão de 30,00m e a Oeste, com parte do lote 39-K na extensão de 30,00m.

Art. 2. O valor da desapropriação de acordo com avaliação prévia realizada pela Comissão de Exame e Avaliação de Bens e Materiais de designada e acordado pelo proprietário será de R\$ 119.560,00 (cento e dezenove mil e quinhentos e sessenta reais) pelos imóveis, sendo R\$ 83.860,00 (oitenta e três mil e oitocentos e sessenta reais) pelo Lote urbano n. 39-B, da quadra n. 16, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Chapecó sob o n. 88.063, com área total de 700,00 m²; e R\$ 35.700,00 (trinta e cinco mil e setecentos reais) pelo Lote Urbano nº 39-J, da quadra n. 16, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Chapecó sob o n. 88.063, com área total de 300,00m².

Parágrafo Único - Da quantia paga a título de indenização deverão ser descontados todos os débitos Municipais que existam em nome dos proprietários dos imóveis, Sr. SILVESTRE ANTONIO CELLA e da sua esposa Sra. ANITA CATARINA TOSSATI CELLA.

Art. 3. Para pagamento do imóvel, serão utilizados recursos do orçamento vigente para o exercício de 2012.

Art. 4. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar todos os procedimentos necessários à efetivação da desapropriação que trata a presente LEI.

Art. 5. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 24 de outubro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Portaria Nº 416/2012

PORTARIA N.º 416/2012, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DO FILHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Art. 70 e 71 da Lei Complementar nº 018/2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 07 (sete) dia de licença para acompanhamento de tratamento de saúde do filho, a Servidora Municipal, Sra. SONIA FATIMA CENCI, ocupante do cargo de Coordenador Técnico Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 22 de outubro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 17/2012

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE RIGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2012

Processo de Licitação 50/2012

Edital de Pregão Presencial par registro de Preços n. 40/2012

A Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria 33/2012, torna público aos interessados, e em especial as Empresas detentoras de Ata de Registro de Preços nº 017/2012, que conforme disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, Art. 65, § 1º, e alínea 'd', do inciso II do mesmo artigo, e ainda, de acordo com justificativa fundamentada e parecer jurídico anexado nos autos do processo administrativo nº 50/2012, foi efetuado aditivo no quantitativo registrado nos itens '7' (carne de gado de 2. moída, pact de 1kg) e '5' (coxa e sobre coxa de frango), pertencente à Ata de Registro de Preços em epígrafe, bem como, em atenção a manutenção do equilíbrio econômico financeiro da contratação, o acréscimo de 25,8% sobre preço pago pelo produto descrito no item '5', cujo quantitativo e preço registrado passará a ser conforme planilha demonstrativa abaixo.

A vigência deste aditivo será de acordo com a vigência da Ata de Registro de Preços nº 017/2012,

As demais obrigações e cláusulas permanecem inalteradas.

Publique-se no Diário Oficial dos Municípios.

Cordilheira Alta, SC, 22 de outubro de 2012.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Preço Unit.	Quant. Registrada	Quant. Aditivada
05	Coxa e sobre coxa de Frango	Kg	Comercial Favaretto Ltda	4,90	445	60
07	Carne de Gado de 2. Moída, pacte 1kg	Kg	AP Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda	8,50	195	30

Comissão:

Madian Gleicon Romanini - Presidente da Comissão

Marga Angela Mocelin Giacomini - Secretária

Nilvete Aparecida Sartor Atuatti - Membro

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

COMERCIAL FAVARETTO LTDA

Repres. Edicarlo Camilo Favaretto

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

Repres. Walter Ernest Ahlf

LUÍS TODERATI

Assessor Jurídico -OAB/SC 15.993

Testemunhas:

Nome: EMANUELLE CELLA TOZZO

CPF: 479.240.392-87

Nome: AFRANIO GALLON

CPF: 046.890.929-07



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Edital de Chamamento/Notificação de Contribuintes Em Débito Perante a Fazenda Pública Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUINTES EM DÉBITO PERANTE A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL Nº. 01/2012

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, nos termos do Código Tributário Municipal, NOTIFICA a todos os contribuintes, que possuam débitos em abertos para com o Município de Cordilheira Alta-SC, que compareçam até o prazo de 15 de novembro de 2012, para equacionar questões pendentes aos fatos geradores de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, IPTU, ITBI, REFIS, TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, PREÇOS PÚBLICOS DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS, e outras avenças. Caso o contribuinte que estiver em débito e que não atenda a esta notificação, desde já fica autorizado o Departamento de Tributação da Prefeitura a efetuar os procedimentos administrativos de lançamentos em dívida ativa e posterior cobrança judicial. Deverá o Setor de Tributação efetuar o lançamento de eventuais débito retroativos a os últimos 5 (cinco) anos.

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Secretaria de Administração e junto ao Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta - SC, no horário de expediente, ou pelo fone (049) 3358-9100.

Cordilheira Alta - SC, em 23 de outubro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

Decreto Nº. 144, de 18 de Outubro de 2012

DECRETO Nº. 144, DE 18 DE OUTUBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64 Lei do Plano Plurianual nº. 563, de 13/10/2011, Lei da LDO nº. 564, de 09/11/2011, Lei Orçamentária Anual nº. 567, de 14/12/2011, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins, de 12/12/2005.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 19.078,00 (dezenove mil e setenta e oito reais), na Prefeitura Municipal, na seguinte programação de despesa:

03.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS				
04.122.0004.2.003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				
Classificação	Descrição		Fonte	Valor R\$
	Aplicações			
3.3.50.00.00	Diretas		0100.000000	19.078,00
Total do Crédito Suplementar				19.078,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no art. 1º, fica anulado o valor DE R\$ 19.078,00 (dezenove mil e setenta e oito reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Coronel Martins, na seguinte programação de despesa:

03.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS				
04.122.0004.2.003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				
Classificação	Descrição		Fonte	Valor R\$
	Aplicações			
3.1.90.00.00	Diretas		0100.000000	19.078,00
Total do Crédito Suplementar				19.078,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 18 de outubro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 148 de 23 de Outubro de 2012.

DECRETO Nº. 148 DE 23 DE OUTUBRO DE 2012.

EXONERA A PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

EXONERAR A PEDIDO:

Art. 1º A Servidora Pública, Leila Jung, ocupante do Cargo de Servente Geral enquadrado na estrutura administrativa desta prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário a partir de 30 de outubro de 2012, conforme requerimento protocolado sob nº170 de 16/10/2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 23 de outubro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 118, de 22 de Outubro de 2012.

PORTARIA Nº. 118, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 25/10/2012 à

23/11/2012.

Nome	Cargo	Referência
Giovani Bottega	Dirt.Dep de Esporte e Lazer	01/04/2011 à 31/03/2012

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 22 de outubro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 119, de 22 de Outubro de 2012

PORTARIA Nº. 119, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 01/11/2012 à 30/11/2012.

Nome	Cargo	Referência
Pedro M.Bolzan	Sec.Mun.ADM.Plan.e Financ	11/01/2011 à 10/01/2012

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 22 de outubro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

Portaria Nº 2091/2012 - Instaura Sindicância Administrativa Preliminar, Nomeia Comissão Sindicante e Dá Outras Providências.

PORTARIA Nº 2091/2012

INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PRELIMINAR, NO-MEIA COMISSÃO SINDICANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art.1º - DETERMINAR a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PRELIMINAR, conforme preconiza o artigo 191, parágrafo único da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, para apurar uso indevido de veículo cedido pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC ao Município de Corupá/SC, ocorrido no dia 27/08/2012.

Art.2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Sindicante será composta pelos servidores:

- JOSÉ WEIDNER, brasileiro, casado, motorista, portador do RG n. 715.811 e CPF n. 310.542.939-53, com matrícula profissional n. 910-03, residente e domiciliado à Rua João Tozini, na cidade de Corupá/SC - Presidente da Comissão Processante;

- DARCI RUTSATZ, brasileira, solteira, assistente pedagógica, portador do RG n. 1.587.567 e CPF n. 543.769.639-68, com matrícula profissional n. 2390-01, residente e domiciliado à Avenida Getúlio Vargas, 60, na cidade de Corupá/SC;

- JOSIANE NUNES DA SILVA TEIXEIRA, brasileira, casada, professora, portadora do RG n. 2.574.131 e do CPF n. 739.792.529-49, com matrícula profissional n. 2687-07, residente e domiciliada na Rua Frederico Severien, 60, na cidade de Corupá/SC, todos integrantes do Quadro Funcional do Município de Corupá/SC.

Art.3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
22 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal de Corupá

Portaria Nº 2093/2012 - Instaura Sindicância Administrativa Preliminar, Nomeia Comissão Sindicante e Dá Outras Providências.

PORTARIA Nº 2093/2012

INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PRELIMINAR, NO-MEIA COMISSÃO SINDICANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art.1º - DETERMINAR a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PRELIMINAR, conforme preconiza o artigo 191, parágrafo único da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, para apurar acidente de trânsito envolvendo veículo de propriedade do Município de Corupá/SC, de placa MJC 5656, na BR 101, cidade de São José/SC, KM 203, na data de 29/06/2012, tendo como condutor o servidor público municipal Sr. Jean Carlos Wiszniewski, brasileiro, casado, Chefe de divisão de esporte e Lazer da Fundação de Esportes, residente e domiciliado à Rua Guilherme Melcher, 345, bairro Seminário, na cidade de Corupá/SC, CEP 89.278-000.

Art.2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Sindicante será composta pelos servidores:

- JOSÉ WEIDNER, brasileiro, casado, motorista, portador do RG n. 715.811 e CPF n. 310.542.939-53, com matrícula profissional n. 910-03, residente e domiciliado à Rua João Tozini, na cidade de Corupá/SC - Presidente da Comissão Processante;

- DARCI RUTSATZ, brasileira, solteira, assistente pedagógica, portador do RG n. 1.587.567 e CPF n. 543.769.639-68, com matrícula profissional n. 2390-01, residente e domiciliado à Avenida Getúlio Vargas, 60, na cidade de Corupá/SC;

- JOSIANE NUNES DA SILVA TEIXEIRA, brasileira, casada, professora, portadora do RG n. 2.574.131 e do CPF n. 739.792.529-49, com matrícula profissional n. 2687-07, residente e domiciliada na Rua Frederico Severien, 60, na cidade de Corupá/SC, todos integrantes do Quadro Funcional do Município de Corupá/SC.

Art.3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
23 de outubro de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal de Corupá

Portaria Nº 2095/12 - Dispõe Sobre a Rescisão do Contrato de Trabalho de Tatiana de Siqueira Schmitt, do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

PORTARIA Nº 2095/12

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DE TATIANA DE SIQUEIRA SCHMITT, DO CARGO DE AUXILIAR DE

SERVIÇOS GERAIS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho de TATIANA DE SIQUEIRA SCHMITT, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida sob contratação temporária, nomeada através da Portaria nº 2039/12, de 17 de julho de 2012.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 19 de outubro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
23 de outubro de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos**PREFEITURA****Lei Nº 4.887/2012**

LEI Nº 4.887/2012

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, para o exercício de 2013, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2013, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com as normas da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias,

Fundações, Fundos, que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - Os Demonstrativos e Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei, constituem-se dos seguintes:

Demonstrativo I	Metas Anuais;
Demonstrativo II	Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
Demonstrativo III	Das Metas fiscais Atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores
Demonstrativo IV	Evolução do Patrimônio Líquido
Demonstrativo V	Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos
Demonstrativo VI	Receitas e despesas previdenciárias do RPPS
Demonstrativo VI.a	Projeção Atuarial do RPPS
Demonstrativo VII	Estimativa e compensação da renúncia de Receita
Demonstrativo VIII	Margem de expansão das Despesas obrigatórias de caráter continuado
Demonstrativo IX	Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para as Receitas
Demonstrativo X	Metodologia e memória de cálculo das Metas Anuais para as Despesas
Demonstrativo XI	Metodologia e Memória de cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário
Demonstrativo XII	Metodologia e Memória de cálculo das Metas Anuais para o resultado nominal
Demonstrativo XIII	Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida
Demonstrativo XIV	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Demonstrativo XV	Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências
Demonstrativo XVI	Planilha de identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo são consolidados.

METAS ANUAIS

Art. 5º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência e para os dois seguintes.

Parágrafo Único - Os valores correntes dos exercícios de 2013, 2014 e 2015 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pelas normas da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 6º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, traduz as variações do Patrimônio do Município.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 7º - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos.

Parágrafo Único - De conformidade com as normas da Secretaria

do Tesouro Nacional - STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2012, 2013, 2014 e 2015.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 8º - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 9º - O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 10 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais, parcelamento de débitos e contratos a longo prazo.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balanetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2012, 2013, 2014 e 2015.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 11 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2013 estão definidas e demonstradas nos anexos extraídos do Plano Plurianual de 2010 a 2013, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2013 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2013, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 12 - O orçamento para o exercício financeiro de 2013 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquias, Fundações e Fundos, que recebem recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Parágrafo Único: O orçamento dos fundos poderá ser incorporado ao orçamento 2013 da Prefeitura Municipal apenas como unidade orçamentária, mediante lei específica.

Art. 13 - A Lei Orçamentária para 2013 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando

aqueles vínculos a Fundos, Fundações e Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 14 - O Orçamento para exercício de 2013 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquias, Fundações e Fundos. (arts. 1º, § 1º; 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 15 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2013 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 16 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal e para recondução do montante da dívida consolidada aos limites estabelecidos, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo: (ART. 9º e 31, § 1º, II da LRF)

I - proibição de realizar operações de crédito interna ou externa por antecipação de receita

II - redução de até 20% dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

III - redução dos investimentos programados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 17 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2012.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 18 - O orçamento para o exercício de 2013, de cada uma

das unidades gestoras poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados a no máximo 10% da Receita Orçamentária prevista, destinada a obtenção de resultado primário, atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme Anexo de Riscos Fiscais desta lei. (Art. 5º, III "b" da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

Art. 19 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 20 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal.

Art. 21 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2013 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 22 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2013, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 23 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, de atendimento à saúde, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas da aplicação dos recursos, na forma estabelecida pelo Manual de Prestação de contas do Município.

Art. 24 - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2013, em cada evento, não exceda o equivalente a Três vezes o valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 25 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 26 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 27 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2013 a preços correntes.

Art. 28 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações.

Parágrafo Único - O remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 29 - Durante a execução orçamentária de 2013, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2013 (art. 167, I da Constituição Federal).

Parágrafo único : Para as ações já existentes e relacionados nos anexos do Plano Plurianual - Lei 4396/2009, fica o Poder Executivo autorizado a incluir novas modalidades de aplicação e fontes de recursos por decreto.

Art. 30 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 31 - A lei orçamentária para 2013 poderá autorizar o Executivo Municipal a utilizar em até 100% o Excesso de Arrecadação para suplementação de dotações orçamentárias, respeitadas as fontes de recurso.

Art. 32 - A lei orçamentária para 2013 poderá autorizar o Executivo Municipal a utilizar em até 100% o Superávit Financeiro do exercício anterior para Suplementação de dotações orçamentárias, respeitadas as fontes de recurso.

Art. 33 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrem a Lei Orçamentária de 2013 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 34 - A Lei Orçamentária para 2013 poderá autorizar o Poder Executivo Municipal a utilizar os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou seu excesso, para abertura de créditos adicionais suplementares.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 35 - A Lei Orçamentária de 2013 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observados os limites estabelecidos pela resolução do Senado Federal e na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 36 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 37 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na

legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 38 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2013, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2013.

Art. 39 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 40 - O Poder Executivo Municipal adotará as seguintes medidas, obedecido a ordem abaixo, para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

I - redução em pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

IV - proibição de contratação ou admissão de pessoal a qualquer título, ressalvadas as hipóteses do parágrafo único do art. 22 da LRF;

V - demissão de servidores municipais não estáveis na forma da Lei Complementar nº 026/2002;

VI - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

Art. 41 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o " 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 42 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 43 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em

dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 44 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 45 - O Município poderá receber assistência técnica e cooperação financeira da União para modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária com vistas ao cumprimento das normas contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 46 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

Parágrafo Único - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2013, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 47 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência financeira.

Art. 48 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 49 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 50 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de outubro de 2012.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de outubro do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.888/2012

LEI Nº 4.888/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FAZER DOAÇÃO A ENTIDADES SOCIAIS, POR INTERESSE PÚBLICO.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar as entidades abaixo relacionadas as lajotas em cimento que estão sendo retiradas da Av. Salomão Carneiro de Almeida, para reutilização em atendimento aos interesses sociais:

I - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Curitiba, 1.500,00 m² (mil e quinhentos metros quadrados) de lajotas que serão destinadas ao pátio do estacionamento do Centro de Atendimento da APAE.

II - Conselho da Igreja do Bairro São Francisco - 500 m² (quinhentos metros quadrados) de lajotas que serão destinadas ao pátio do estacionamento da Igreja para melhoria da urbanização.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições.

Curitiba, 15 de outubro de 2012.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de outubro do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.891/2012

LEI Nº 4.891/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PAGAR INDENIZAÇÃO A TÍTULO DE REPARAÇÃO DE DANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a pagar a GLEDSON CLOSS DE SOUZA, inscrito no CPF sob n. 027.765.869-14, a importância de R\$ 3.814,00 (três mil oitocentos e quatorze reais) a título de indenização, de forma amigável, para reparação dos danos, incluindo os adesivos de identificação (plotagem), causados no veículo VW Saveiro 1.8 ano 2002, cor cinza, placas DGW 1836, em razão dos fatos narrados no Boletim de Ocorrência 12232 da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Pago o valor citado no artigo anterior, o beneficiário dará plena, geral e irrevogável quitação sobre os danos decorrentes do acidente de trânsito, mediante declaração de que nada mais possui a reclamar contra o Município a respeito do fato.

Art. 3º - Correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, as despesas advindas da execução desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de outubro de 2012.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de outubro do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.892/2012

LEI Nº 4.892/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular dotações orçamentárias do orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE na forma prevista pela lei orçamentária nº 4.731/2011 no montante de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais).

ANULAÇÃO:

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.035 CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS

3.3.50.00.00.00.00.0221 - Aplicações Diretas R\$ 105.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 105.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, na forma prevista da Lei nº 4.731/2011, no montante de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais):

SUPLEMENTAÇÃO:

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.034 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.00.00.00.0221 - Aplicações Diretas R\$ 105.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 105.000,00

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 1º, no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais).

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de outubro de 2012
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de outubro do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

ALZANI ADRIANO SCUR
Secretário Municipal de Saúde

Lei Promulgada Nº 4.889/2012

LEI PROMULGADA Nº 4.889/2012, de 16 de outubro de 2012

(Projeto de Lei do Legislativo nº 12/2012 - Autoria: Binho)

GARANTE, NO ÂMBITO MUNICIPAL, ATENDIMENTO E ENCAMINHAMENTO RÁPIDO A UNIDADES DO SUS QUE COMPORTEM A COMPLEXIDADE PARA O CASO, COM ORIENTAÇÃO MÉDICA ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, COM A FINALIDADE DE SUBMISSÃO À CIRURGIA REPARADORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, Vereador Angelo Scolaro, Presidente Interino da Câmara de Vereadores de Curitiba, Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto do art. 48, § 6º da Lei Orgânica,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte LEI:

1º - As mulheres acometidas de agressões, usuárias do Sistema Único de Saúde têm garantido o atendimento urgente nos nosocomios e Unidades de Saúde do Município, e consequente encaminhamento rápido a Unidades de Saúde do SUS mais próxima, que atendam a complexidade para cirurgias plásticas reparadoras, desde que com a devida orientação médica e nas conformidades normativas do SUS.

Parágrafo único: A realização de intervenção cirúrgica prescrita no caput deste artigo seguirá a ordem de espera da Unidade do SUS especializada para o caso fático, que, porém, deverá ser rápida na forma da Legislação Federal, com a finalidade de estancar ou diminuir as sequelas da estética ou psicotraumáticas das vítimas.

2º - Mesmo que dependendo do atendimento das Unidades do SUS de outras localidades para a realização da cirurgia apontada nesta Lei, as Unidades de Saúde do Município responsável pelo encaminhamento, tomarão com presteza todas as providências necessárias para agendamento e encaminhamento onde for necessário e possível, para que se efetive a obrigação do SUS na forma da LEI.

3º - O atendimento e encaminhamento para fim cirúrgico reparatório que trata o artigo 1º será da mesma forma extensivo às crianças e adolescentes de ambos os sexos, quando vitimados por violência, comprovado através de BO na Polícia Civil e o devido laudo de exame de corpo de delito.

4º - Fica o Poder Executivo através do departamento competente, no prazo de 30 dias após a publicação desta Lei, responsável pela regulamentação deste ato normativo, no que couber.

5º - Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação no mural da Câmara e no site: www.camaracuritiba.sc.gov.br/.

Sala das sessões, 16 de outubro de 2012.

ANGELO SCOLARO

Presidente Interino

Publicada e registrada a presente Lei, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze.

Lei Promulgada Nº 4.890/2012

LEI PROMULGADA Nº 4.890/2012, de 16 de outubro de 2012

(Projeto de Lei do Legislativo nº 16/2012 - Autoria: Angelo Scolaro)

DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL, ATRAVÉS DE SUAS SECRETARIAS E/OU REPARTIÇÕES, FORNECER PROTOCOLO DOS PEDIDOS DE SERVIÇOS POR PARTE DOS CIDADÃOS.

Eu, Vereador Angelo Scolaro, Presidente Interino da Câmara de Vereadores de Curitiba, Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto do art. 48, § 6º da Lei Orgânica, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica obrigatório o fornecimento de protocolo por parte das secretarias e/ou repartições do Poder Público Municipal, quando da solicitação de serviços por parte dos cidadãos.

Art. 2º O protocolo cedido por parte do Poder Público deverá constar da data e horário da solicitação, bem como nome da secretaria e/ou repartição pública que recebe a solicitação dos cidadãos.

Parágrafo único. A solicitação por parte dos cidadãos deverá ser digitada pelos servidores quando o munícipe não o fizer, sempre cedendo a cópia ao cidadão.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 16 de outubro de 2012.

ANGELO SCOLARO
Presidente Interino

Publicada e registrada a presente Lei, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze.

Ermo

PREFEITURA

Portaria Nº. 126, de 24 de Outubro de 2012.

PORTARIA Nº. 126, de 24 de outubro de 2012.

Faz Exoneração de Servidor de Cargo Permanente que especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 41, inciso I e Art. 42, inciso I, da Lei nº 038, de 04 de Novembro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor MARCELO DAL TOÉ FERREIRA, do cargo da Categoria Funcional de Auxiliar de Serviços Gerais II, do quadro de pessoal Permanente do Poder Executivo Municipal, nomeado pela Portaria nº 044, de 28 de março de 2011, a partir de 24 de outubro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 24 de outubro de 2012.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

Forquilha

PREFEITURA

Lei Nº 1.814, de 10 de Outubro de 2012.

LEI Nº 1.814, DE 10 DE OUTUBRO DE 2012.

ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nº 1704/2011 E Nº 1737/2011, QUE DISPÕEM SOBRE A LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2012 E A LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2012, RESPECTIVAMENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º As transferências financeiras da Prefeitura Municipal de Forquilha para o Fundo Municipal de Agricultura e meio Ambiente, no montante de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) previstas nos artigos 2º e 6º da Lei Municipal nº 1.737, de 11 de

novembro de 2011 e no anexo I.4 da Lei Municipal nº 1.704 de 10 de agosto de 2011, ficam acrescidas para até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 2º Os anexos da Lei Orçamentária Anual e os anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, ambas do exercício de 2012, ficam ajustados para a adequação da alteração prevista no artigo anterior.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos durante o exercício financeiro de 2012.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 10 de outubro de 2012.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de outubro de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Fraiburgo

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 151/2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 151, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL
Nº 099/2008.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. A Lei Complementar Municipal nº 099/2008 passa a vigorar com o inciso IV do artigo 157 com a seguinte redação:

"IV - Distar no mínimo 100,00m (cem metros) de: escolas, creches, asilos, igrejas, clubes, hospitais e locais de grande concentração de pessoas."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 24 de Outubro 2012
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2139/2012

PORTARIA N.º 2.139 DE 24 DE OUTUBRO DE 2012.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0028 de 17 de agosto de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS para atender excepcional interesse público;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, VANESSA OLIVEIRA DE MELLO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 064.495.549-08, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 29 de outubro de 2012 até 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de outubro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2140/2012

PORTARIA Nº 2.140, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012.

Revoga Portaria 2112/2012.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria 2112 de 18 de outubro de 2012, que reduziu a carga horária da servidora, ELENICE DE MELLO, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação ARTES.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de outubro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Editai 001/2012

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL Nº. 001/2012

DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA DOS 05 (CINCO) MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR E SEUS SUPLENTEs.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 139 da Lei Federal nº. 8.069 (ECA), Lei Municipal nº. 920/92, Lei Municipal nº. 1219, de 04 de junho de 1997, alteradas pelas Leis nº. 1352/98, 1394/99, 1664/2002 e Lei Complementar nº. 072/2006, torna público o processo de escolha dos 05 (cinco) membros do Conselho Tutelar do Município e de seus suplentes.

1. DO REGULAMENTO DO PROCESSO ELEITORAL

1.1 A escolha dos Conselheiros Tutelares será realizada em 02 (duas) etapas descritas abaixo:

Inscrição dos candidatos;

Eleição dos candidatos inscritos, através de voto direto, secreto e facultativo.

1.2 O CMDCA divulgará os editais integrantes do processo de escolha dos conselheiros tutelares através de publicação no mural do paço Municipal, na Secretaria de Ação Social e fará a remessa dos mesmos para as seguintes autoridades:

Poder Executivo e Legislativo do Município;

Juiz de Direito da Vara de Família, da Infância e Juventude da Comarca de Fraiburgo – SC;

Promotoria de Justiça da Comarca de Fraiburgo – SC;

Diretorias de Escolas Públicas e Privadas do Município;

Principais entidades representativas da Sociedade Civil.

2. DO MANDATO, REMUNERAÇÃO E JORNADA DE TRABALHO

2.1 O Conselho Tutelar será composto por 05 (cinco) membros titulares e por ordem de classificação a suplência, para mandato de 03 (três) anos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e atendimento ao público das 08h às 12h e das 13h e 30min às 17h e 30min, de segunda à sexta-feira e nos demais horários deve ao menos ficar um membro de sobreaviso.

2.2 Aos sábados, domingos e feriados, permanecerá de sobreaviso pelo menos um conselheiro tutelar, devendo estar disponível nos demais horários para emergências sendo acionado pelo telefone celular próprio para esta finalidade.

2.3 Na qualidade de membros eleitos, os conselheiros tutelares não são servidores públicos dos quadros da Administração Pública Municipal, mas como a atividade do Conselho Tutelar é permanente, os conselheiros titulares terão remuneração a título de subsídio, no valor de R\$ 1.214,00 (um mil, duzentos e quatorze reais) mensais, vale alimentação no valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) e desconto de INSS, não fazendo jus a 13º salário ou adicional de férias, tampouco FGTS.

2.4 - No caso de servidores públicos, será observado o disposto nos artigos 20, §1 e § 2, da Lei Complementar Municipal nº. 072/2006, sendo vedada a acumulação de remuneração de funções públicas, nos termos dos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal.

3. DA INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS

3.1 Somente poderão participar do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar os candidatos que preencherem os requisitos descritos abaixo:

Reconhecida idoneidade moral;

Idade superior a 21 anos;

Residir no Município há pelo menos 02 (dois) anos;

Possuir diploma de nível superior de área afim (pedagogia, serviço social, psicologia, direito entre outras) ou certificado de conclusão do ensino médio com comprovada experiência no trato com crianças e adolescentes de no mínimo 03 (três) anos.

3.2 Considera-se portador de idoneidade moral o candidato que não apresentar envolvimento em atos que desabonem a sua conduta perante a sociedade, tais como: uso ou envolvimento com drogas, exploração de trabalho infanto-juvenil, prostituição, maus tratos e outras situações de risco envolvendo crianças e adolescentes.

3.3 A inscrição dos candidatos será realizada das 9h às 12h e das 14h às 16h, no período de 29 de outubro de 2012 a 14 de novembro de 2012, na sede do CMDCA, localizada na Rua Arnoldo Frey,

179 Centro, anexo à Secretaria de Ação Social, em Fraiburgo – SC.

3.4 A inscrição será realizada mediante requerimento do candidato em formulário próprio, devendo apresentar, no ato da inscrição:

Cédula de identidade (fotocópia);
Título de eleitor (fotocópia);
Comprovante de residência no Município há pelo menos 02 (dois) anos (fotocópia antiga e atual);
Diploma de conclusão do Ensino Superior ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio (fotocópia);
Comprovação de experiência de no mínimo 03 (três) anos na área da defesa dos direitos ou de atendimento à criança e ao adolescente, mediante certificado ou declaração por Entidade ou Órgão Público em que atuou para os candidatos que possuem apenas o ensino médio;
Certidão negativa de distribuição de feitos criminais expedida pela Comarca onde residiu o candidato nos últimos 05 (cinco) anos;
01 (uma) foto 3X4, colorida, com fundo branco.

3.4.1 As fotocópias deverão ser acompanhadas do documento original para conferência.

3.5 Será permitido ao candidato que tiver concluído o Ensino Médio ou Superior e ainda não estiver de posse do certificado de conclusão, apresentar declaração pela Instituição onde concluiu o curso. Obriga-se, no entanto, a apresentar o referido certificado até a data estabelecida para a posse, sob pena de não ser empossado.

3.6 Não será admitida a entrega de qualquer documento após o prazo de encerramentos das inscrições, ressalvado o previsto no item anterior.

3.7 No ato da inscrição, o candidato receberá um número de registro que será atribuído sequencialmente, segundo a ordem de inscrição, e este será utilizado em todo o processo eleitoral.

4. DOS IMPEDIMENTOS

4.1 Conforme artigo 140 da Lei Federal nº. 8069/90, são impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e sogra, genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrastra e enteado, e ainda, a mesma proibição e impedimento estende-se a autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com a atuação na Justiça da Infância e da Juventude.

5. DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS

5.1 Encerrado o prazo das inscrições, a Comissão Eleitoral de Escolha dos Conselheiros Tutelares divulgará, através de edital, uma relação com os nomes dos candidatos inscritos, abrindo o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de divulgação, para que qualquer cidadão, o Ministério Público ou o próprio CMDCA, apresente, por escrito, pedido de impugnação de candidatura, devidamente fundamentado.

5.2 O pedido de impugnação que trata o item anterior deverá ser protocolado dentro do prazo, conforme preconiza o item 5.1 do presente edital, na sede do CMDCA, localizado na Rua Arnoldo Frey, 179 – Centro, anexo à Secretaria de Ação Social, neste Município.

5.3 Oferecida a impugnação, a Comissão Eleitoral de Escolha dos Conselheiros Tutelares dará ciência formal e imediata ao candidato que teve sua candidatura impugnada, concedendo o prazo de 02 (dois) dias para apresentação de defesa e, em prazo não superior a 02 (dois) dias, emitirá decisão acolhendo ou rejeitando a impugnação, dando ciência da sua decisão ao candidato, pessoalmente

ou se não localizado através de Publicação na folha do item 1.2.

5.4 Ao candidato, cuja impugnação tiver sido acolhida, caberá as medidas judiciais previstas na Legislação vigente.

5.5 Findo o prazo aberto para a apresentação de impugnações e após a solução das que tiverem sido interpostas, a Comissão Eleitoral de Escolha dos Conselheiros Tutelares, fará a divulgação, por edital, da relação das candidaturas confirmadas.

6. DA ELEIÇÃO

6.1 A eleição será realizada no dia 27 de novembro de 2012, no horário compreendido entre 19h às 20h, no auditório da Câmara dos Vereadores, localizado na Rua Arnoldo Frey, 179 Centro, dela participando, como candidatos, todos os inscritos.

6.2 Será utilizada para votação cédula eleitoral e nesta contera espaço para o número e o nome de cinco candidatos.

6.3 Nas cabines de votação serão afixadas listas com o nome, apelido e número do candidato.

6.4 Poderão participar da eleição como votantes as entidades inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente descritas no anexo específico próprio deste edital, na forma deste Edital, bem como os membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

6.5 O processo de eleição será supervisionado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, coordenado pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) 35ª Subseção Fraiburgo – SC e fiscalizado pelo Ministério Público.

7. DA INSCRIÇÃO DOS DELEGADOS REPRESENTANTES DA COMUNIDADE

7.1 Os delegados representantes da comunidade serão inscritos mediante Ficha de Credenciamento de Entidades Representativas da Sociedade Civil ou Órgão Público indicando o nome do delegado e respectivo suplente, acompanhada da cópia da Ata de Posse da Diretoria em exercício ou cópia do documento que comprove a existência da entidade bem como o número do documento do inscrito.

7.2 A inscrição do delegado e respectivo suplente será de responsabilidade exclusiva da entidade cadastrada, ficando vedada a inscrição de delegados por parte dos candidatos.

7.3 Cada delegado ou suplente só poderá representar uma única entidade.

7.4 O candidato ao cargo de conselheiro tutelar não poderá representar qualquer entidade.

7.5 As inscrições serão feitas de 29 de outubro de 2012 a 14 de novembro de 2012, das 9h às 12h e das 14h às 16h, na sede do CMDCA, situado na Rua Arnoldo Frey, 179 – Centro, anexo à Secretaria de Ação Social.

8. DA CONDUTA DURANTE A ELEIÇÃO

8.1 Não será tolerado, por parte dos candidatos:

- a) Oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;
- b) Promoção de atos que prejudiquem a higiene e a estética urbana ou contravenha a postura municipal ou a qualquer outra

restrição de direito;
c) Promoção de "boca de urna", dificultando a decisão do eleitor.

8.2 Será permitida a apresentação do candidato em qualquer entidade das relacionadas no anexo específico próprio como votantes, com a finalidade de fazer a divulgação da sua candidatura, desde que para tal seja convidado ou autorizado pela Entidade e/ou delegado até o dia 26 de novembro às 18 horas.

9. DO RESULTADO DAS ELEIÇÕES

9.1 Concluída a apuração dos votos, a presidência do CMDCA proclamará o resultado da escolha, determinando a publicação do resultado em Edital.

9.2 Havendo empate no número de votos, será considerado eleito o candidato que comprovar maior grau de instrução; prevalecendo empate, será considerado eleito o candidato mais idoso; se ainda assim prevalecer empate, o candidato eleito será conhecido por sorteio, realizado no mesmo local da apuração.

9.3 Os 05 (cinco) primeiros mais votados serão os titulares do Conselho Tutelar e os seguintes serão os suplentes em ordem de classificação.

9.4 Os conselheiros eleitos tomarão posse no dia 01 de dezembro de 2012, às 08 horas, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

10. DA CAPACITAÇÃO

10.1 Os candidatos eleitos participarão, sem remuneração, do processo de capacitação para repasse dos trabalhos e dos casos, convocados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no dia 30 de novembro de 2012, na Sede do Conselho Tutelar, das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min.

11. DO CRONOGRAMA

11.1 O processo eleitoral seguirá o seguinte cronograma:

DATA	ATIVIDADES
18.10.2012	Escolha pelo CMDCA da Comissão Eleitoral de Escolha dos Conselheiros Tutelares;
23.10.2012	Publicação do Edital de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar;
29.10.2012	Início das inscrições dos candidatos ou delegados no horário das 9h às 12h e das 14h às 16h, na sede do CMDCA;
14.11.2012	Último dia para inscrição de candidatos e delegados;
14.11.2012	Publicação a partir das 18h da relação dos candidatos inscritos, no Mural da Prefeitura Municipal e sede do CMDCA;
19.11.2012	Prazo a partir das 08h para impugnação das candidaturas;
20.11.2012	Prazo final até às 18h para impugnação das candidaturas;
21.11.2012	Prazo final até às 18h para a Comissão Eleitoral dar ciência às candidaturas impugnadas;
23.11.2012	Reunião especial da Comissão Eleitoral para discutir os recursos às impugnações;
23.11.2012	Publicação das candidaturas com registro efetivo;
27.11.2012	Das 19h às 20h, votação para escolha dos candidatos à Conselheiros Tutelares; Após as 20h apuração e homologação do resultado pela Comissão Eleitoral;
30.11.2012	Capacitação aos 5 (cinco) Conselheiros eleitos, das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, na sede do Conselho Tutelar, situado na Rua Arnoldo Frey, 179, anexo à Secretaria de Ação Social;
01.12.2012	Posse e início das atividades dos Conselheiros Tutelares, às 8h na sede do Conselho Tutelar.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Caberá à Comissão de Escolha e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a solução dos casos omissos, valendo-se supletiva ou subsidiariamente da legislação eleitoral, no que couber.

12.2 Todas as publicações serão feitas de igual forma conforme previsto nos itens 1.2 deste Edital.

Fraiburgo (SC), 23 de outubro de 2012.

SUZILÉIA CECCHIN
Presidente do CMDCA

ANEXO I

ENTIDADES CADASTRADAS NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Nº	ENTIDADE
01	Ag. Adventista de Desenvolvimento de Recursos Assistenciais – ADRA
02	Associação Atitude e Vida – AAVE
03	Associação de Moradores do Bairro São Cristóvão
04	Associação de Moradores do Bairro Santo Antônio
05	Associação de Moradores do Bairro São Miguel
06	Associação de Moradores do Bairro São Sebastião
07	Associação de Moradores do Bairro Nações
08	Associação de Moradores do Bairro São José
09	Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida
10	Associação de Moradores do Bairro Jardim América
11	Associação de Moradores da 10 de Novembro
12	Associação de Moradores do Faxinal dos Carvalhos
13	Associação de Moradores do Lau Melo
14	Associação de Moradores da Macieira
15	Associação de Moradores da Liberata
16	Associação de Moradores do Taquaruçu
17	Associação dos Bombeiros Voluntários de Fraiburgo
18	Associação Ecológica Mirian Vieceili Zago
19	Associação Empresarial de Fraiburgo – ACIAF
20	Associação Paulo Freire de Cultura Popular de Fraiburgo
21	Associação Vital Fraiburgo de Karatê-Dô
22	Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL
23	Câmara Junior de Fraiburgo
24	Centro Cultural Egon Frey
25	Centro Educacional de Fraiburgo – CEFRAI
26	Clube de Desbravadores Horizonte
27	Colégio Carlos Drummond de Andrade
28	Escola Especial Maria Frey – APAE
29	Fundação Educacional e Assistencial de Fraiburgo – FEAF
30	Grupo Voluntário Vida e Cidadania – GVC
31	Igreja Evangélica Assembléia de Deus
32	Lions Club de Fraiburgo
33	Loja Maçônica Obreiros da Paz
34	Ordem dos Advogados do Brasil 35ª Subseção – Fraiburgo
35	Pastoral da Criança
36	Pastoral da Saúde
37	Rádio Fraiburgo Ltda
38	Rotary Club de Fraiburgo
39	Sindicato dos Produtores Rurais – JOVEM APRENDIZ
40	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais – SINSE
41	Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp
42	Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc
43	Associação dos Aposentados e Pensionistas – ASAPREV

44	Leo Clube
45	Esporte Solidário
46	Espaço Alternativo – PEAL
47	Centro de Treinamento de Futsal de Fraiburgo – SC
48	Fischer – PROERD
49	Rádio Vida Feliz
50	Hospital Divino Espírito Santo
51	Centro Espírita Nosso Lar
52	Rede Feminina de Combate ao Câncer

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

Nº	ENTIDADE
01	3º/6º BPM – Polícia Militar
02	Câmara de Vereadores de Fraiburgo
03	Centro de Educação Infantil Estrelinha
04	Centro de Educação Infantil Liberata
05	Centro de Educação Infantil Santo Antônio
06	Centro de Educação Infantil São José
07	Centro de Educação Infantil São Miguel
08	Centro de Educação Infantil São Sebastião
09	Centro de Educação Infantil Lau Melo
10	Centro de Educação Infantil Bela Vista
11	Centro de Educação Infantil Arnaldo Fray
12	Centro de Educação Infantil Macieira
13	Centro de Educação Infantil Zenaide da Costa
14	Centro de Educação Infantil Amábil de Carli Brandalise
15	Escola Municipal Amábil de Carli Brandalise
16	Escola Municipal Antonio Porto Burda – CAIC
17	Escola Municipal Carlos Gomes
18	Escola Municipal Eurico Pinz
19	Escola Municipal Faxinal dos Carvalhos
20	Escola Municipal José de Anchieta
21	Escola Municipal Macieira
22	Escola Municipal São Cristóvão
23	Escola Básica Municipal Santo Antônio
24	Escola Básica Municipal São Sebastião
25	Escola de Ensino Fundamental Bairro das Nações
26	Escola de Ensino Fundamental Padre Biaggio Simonetti
27	Escola de Ensino Fundamental Dona Zenaide M.S.P. da Costa
28	Escola Isolada Municipal Arnaldo Frey
29	Colégio Estadual Gonçalves Dias
30	Colégio Estadual São José
31	Colégio Estadual Bela Vista
32	Colégio Estadual Eurico Pinz
33	Escola Estadual 25 de Maio
34	Educação de Jovens e Adultos – EJA
35	Instituto Federal Catarinense – IFC
36	Delegacia de Polícia da Comarca de Fraiburgo
37	Prefeito Municipal de Fraiburgo
38	Vice Prefeito Municipal de Fraiburgo
39	Secretaria de Ação Social
40	Secretaria de Administração e Planejamento
41	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
42	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
43	Secretaria de Finanças
44	Secretaria de Saúde
45	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
46	Secretaria Municipal de Infraestrutura
47	Fundação Municipal de Esporte
48	Departamento de Cultura
49	Procuradoria
50	Bombeiro Militar
51	Casa da Cidadania

Garopaba

PREFEITURA

Decreto N.º 147/2012.

DECRETO N.º 147, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, especialmente em seu artigo 51, IV, e

Considerando, o parágrafo único, do artigo 2º, da Lei Municipal n.º 738/2001, alterado pela Lei Municipal n.º 1.408/2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Delegada ao Secretário Municipal de Saúde, a competência para assinatura dos seguintes documentos, no âmbito do Fundo Municipal de Saúde:

I - Autorização de pedidos dentro do Regime Especial de Adiantamento e Despesa, nos termos da Lei Municipal n.º 648/1999;

II - Autorização para concessão de diárias, nos termos da Lei Municipal n.º 928/2005;

III - Autorização para concessão de diárias para motoristas, nos termos da Lei Municipal n.º 966/2005;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/10/2012, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Decreto N.º 148/2012.

DECRETO N.º 148, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 68.991,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.587 de 01/12/2011 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 68.991,00 (sessenta e oito mil e novecentos e noventa e um reais) no Orçamento vigente:

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 55.000,00

20606482.012 - Func. e Manut. da Secretaria de Agric e Pesca 55.000,00

3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 40.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 15.000,00

13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS 13.991,00

26782352.052 - Func. e Manutenção da Secretaria de



Infra-Estrutura 13.991,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 13.991,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 68.991,00 (sessenta e oito mil e novecentos e noventa e um reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do Orçamento vigente:

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 55.000,00
20606482.012 - Func. e Manut. da Secretaria de Agric e Pesca 55.000,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. A Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos 55.000,00

13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS 13.991,00
26782352.052 - Func. e Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura 13.991,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 13.991,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de outubro de 2012.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/10/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Extrato Contrato Nº 71/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 71/2012 Processo nº 180/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: J L Construtora Ltda. - ME; CNPJ: 12.587.530/0001-67; Objeto: Contratação de empresa especializada para executar obra de calçamento do Paradoiro - 2ª etapa, no bairro centro, Garopaba - SC, com o fornecimento de materiais e mão de obra; Valor: R\$ 84.871,70 (Oitenta e Quatro Mil, Oitocentos e Setenta e Um Reais e Setenta Centavos); Data da Assinatura: 23/10/2012.

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº66/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 66/2012 PMG

Ata nº. 66/2012; Processo nº. 165/2012; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: MULTIBAN LOCAÇÕES DE BENS MOVEIS LTDA EPP; Objeto: Locação de banheiros químicos para atender os eventos realizados pela Prefeitura Municipal de Garopaba. Valor: R\$ 135.000,00; Data da Assinatura: 25/10/2012.

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº 5.223, de 22 de Outubro de 2012.

DECRETO Nº 5.223, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.
ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE NO GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO E NO SAMAE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II e VI, da Lei Municipal nº 3.381, de 02 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO:

Órgão: 9 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Unidade: 19 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Funcional Programática: 00004.00122.00019 Constr. Manut. e Melh. na Infraestr. do Munic. por meio da Secretaria Municipal de Planejamento.
Atividade: 2.200088 Manutenção das ações da Secretaria
Dotação: 528 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO:

Órgão: 9 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Unidade: 19 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Funcional Programática: 00004.00122.00019 Constr. Manut. e Melh. na Infraestr. do Munic. por meio da Secretaria Municipal de Planejamento.
Atividade: 2.200088 Manutenção das ações da Secretaria
Dotação: 369 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 3º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO:

Órgão: 9 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Unidade: 19 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Funcional Programática: 00015.00451.00019 Constr. Manut. e Melh. na Infraestr. do Munic. por meio da Secretaria Municipal de Planejamento.
Projeto: 1.100245 Implant. sist. drenagem pluvial e escoamento das águas sup.Santa Terezinha
Dotação: 362 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 27.927,92

Art. 4º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 7 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL
Funcional Programática: 00012.00361.00010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental
Projeto: 1.100029 Constr., Ampli. e Refor. de Esc., Quadras Esport., Laborat. e Salas Multifuncionais.
Dotação: 560 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
Atividade: 2.200042 Manutenção da Educação Fundamental
Dotação: 561 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 5º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO:

Órgão: 2 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO
Unidade: 2 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO
Funcional Programática: 00004.00122.00004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas
Atividade: 2.200018 Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas
Dotação: 370 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art. 6º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO:

Órgão: 13 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Unidade: 26 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Funcional Programática: 00017.00512.00025 Melhoria e Manutenção dos Serviços de Saneamento do SAMAE.
Atividade: 2.200110 Manutenção da Estrutura Administrativa da Autarquia
Dotação: 22 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 160.000,00
Dotação: 23 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de outubro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.224, de 24 de Outubro de 2012.

DECRETO Nº 5.224, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012.
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 50-2012, DESTINADA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO E PROJETO TÉCNICO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO CENTRO E BAIRROS SETE DE SETEMBRO E SANTA TEREZINHA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 6º, inciso XVI e art. 51, § 5º, da Lei Federal nº 8.666/93,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo indicados para compor a Comissão Especial de Licitação para abertura da Tomada de Preços nº 50-2012, destinada à contratação de serviços técnicos para elaboração de estudo de concepção do sistema de esgotamento sanitário do município e projeto técnico do sistema de esgotamento sanitário do Centro e Bairros Sete de Setembro e Santa Terezinha:

- I - Patrícia Scheidt;
- II - Gercio Issao Kusunoki;
- III - Ricardo Alexandre da Silva.

Art. 2º A Comissão Especial de Licitação terá incumbência de receber, examinar, apreciar e julgar os documentos e procedimentos relativos à licitação mencionada no caput do artigo 1º.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de outubro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Aviso da Tomada de Preços Nº 154/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Aviso da Tomada de preços nº 154/2012

O OBJETO é a contratação de serviços técnicos para elaboração de estudo de concepção do sistema de esgotamento sanitário do município e Projeto Técnico do sistema de esgotamento sanitário do Centro e bairros Sete de Setembro e Santa Terezinha. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9 horas do dia 27/11/2012, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435 Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 27/11/2012 às 9h30min no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal, ou através do site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 24 de outubro de 2012
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Aviso de Alteração Pregão Presencial Nº 153/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
AVISO DE ALTERAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/2012

O Município de Gaspar torna público, e para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada, a qual tem por objeto o Registro de preços para aquisição de medicamentos para dispensação gratuita na Farmácia Básica do município de Gaspar, que foi efetivada alteração, referente a prazos de validade do objeto quando da entrega, no Item 11 (onze) do Edital. Mantém-se designado o dia 09/11/2012, às 9h para o recebimento dos envelopes e às 9h30min do mesmo dia para a abertura do certame. O local para entrega e abertura, bem como para a retirada do Aditivo, é o Depto. de Compras da Prefeitura, sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435 - Centro, Gaspar/SC, ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 24 de outubro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº 66/2012**

RESOLUÇÃO Nº 66/2012

AUTORIZA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DESTINADO AO PROGRAMA VEREADOR MIRIM.

O Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores, com fundamento no art. 41, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, faz saber,

CONSIDERANDO a proximidade das eleições para vereador mirim; CONSIDERANDO a necessidade de divulgação do Programa Vereador Mirim junto aos educandários; e

CONSIDERANDO o Ofício nº 11/2012 e seus anexos, subscrito pela servidora Andréia Cristina Cividini Amorim Morello, Coordenadora do Programa Vereador Mirim

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a aquisição dos seguintes materiais da empresa I-9 Indústria Gráfica Ltda-ME, inscrita no CNPJ Nº 03.724.183/0001-86:

I - 3000 (três mil) folders Vereador Mirim 2012 - Folder 4x4 cores; tamanho 31x22,5 cm; aberto com 02 dobras, impressos em papel couche 170 gramas.

II - 45 (quarenta e cinco) cartazes promocionais - cartaz 4x0 cor; tamanho 42x29,7 cm refilados; impressos em papel couche 150 gramas.

III - 113 (cento e treze) certificados/diplomas - certificados e diplomas 21x29,7 cm; vergê 180g; 4x0 cor; corte reto e criação.

Art. 2º O valor total da despesa é de R\$ 1.360,50 (um mil, trezentos e sessenta reais e cinquenta centavos), conforme proposta de orçamento, sendo para o item □I' R\$ 880,00; item □II' R\$ 198,00; e item □III' R\$ 282,50.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta do orçamento da Câmara de Vereadores.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 23 de outubro de 2012.

ANTÔNIO CARLOS DALSOCHIO

Presidente

SAMAE**Aviso do Convite Nº 44/2012 - SAMAE**

AVISO DE LICITAÇÃO

Convite nº.44/2012

OBJETO: Fornecimento e montagem de estrutura pré-fabricada em concreto para alocação de reservatório de água na Rua Piracicaba.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 08/11/2012.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 08/11/2012 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 23 de outubro de 2012.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Imbituba**PREFEITURA****Lei Nº 4.114.2012**

Lei nº 4.114, de 24 de outubro de 2012.

Dispõe sobre a reversão de uma área de terra com 240 m² (duzentos e quarenta metros quadrados), recebido por meio da Lei nº 551, de 28 de maio de 1979, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a Reversão para os Senhores Valdomiro José Pacheco e Maria Hermínia Pacheco uma área de terra doada para a Prefeitura Municipal de Imbituba, autorizada através da Lei Municipal n.º 551, de 28 de maio de 1979, que "Dispõe sobre a construção de Ambulatório Municipal e dá outras providências."

Parágrafo único. O motivo da reversão alicerça-se na infraestrutura não comportar mais a demanda da comunidade, tampouco, adequar-se a área ao Plano de Diretor vigente, assim ante a falta de destinação do imóvel para o fim que foi doado, deve, portanto, ser o mesmo revertido para os doadores.

Art. 2º A área que será revertida aos doadores possui dimensão de 240,00m², localizada no Bairro de Penha, Imbituba, com as seguintes medidas, limites e confrontações: 14 metros de frente por ditos de fundos, confrontando-se ao Norte, Sul, Leste e Oeste com o mesmo doador, cuja área de terra é desmembrada de um terreno com a dimensão de 6.969,60 m².

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de outubro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Resolução Nº 07.2012 CMDCA Nº dos Candidatos

CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CMDCA DA CIDADE DE IMBITUBA

RESOLUÇÃO 07/2012 de 11 de outubro de 2012.

Dispõe sobre a eleição dos membros do Conselho Tutelar e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA CIDADE DE IMBITUBA - CMDCA, no uso de suas atribuições estabelecidas por meio da Lei Municipal 4.110/2012, como também da Lei Federal 12.696/12, assim como pela Resolução 152 do CONANDA:

CONSIDERANDO que foram considerados habilitados os candidatos abaixo listados, os mesmo terão os seguintes números nas cédulas de votação, que serão seguidos dos nomes:

1 - Ana Carolina Speck Ribeiro;

2 - Ana Carolina VichiétArguim;

3 - Ana Maria Martins;

4 - Claudia Libania Medeiros Costa;

5 - Luiz Alberto Butter;

6 - Jander Pereira de Carvalho;
7 - Mara dos Santos Rosa;
8 - Maria Helena da Silva Luciano;
9 - Tereza Cristina Teixeira.

Em reunião realizada no dia 23 de outubro de 2012 na sede do CMDCA foi aprovada a presente resolução.

Portaria DGP/SEAGP N.º 296/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 296, de 23 de outubro de 2012.

Dispõe sobre a convocação para retorno de atividades funcionais e, dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e com base na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o servidor EDEMIR FERRAZ DA SILVA, inscrito no CPF sob o n.º 952.728.520-87, Motorista, matrícula n.º 4376, afastado por LICENÇA SEM VENCIMENTOS através da PORTARIA DGP/SEAGP N.º 204, de 22 de setembro de 2011, para retorno de suas atividades funcionais, a partir de 08 de outubro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de outubro de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 23 de outubro de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade - PM Imbituba - Edital 1343/2012 a 1349/2012



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Diretoria Municipal de Trânsito – DMUTRAN

Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade – PM IMBITUBA

Edital 1343/2012 a 1349/2012

Carlos Fernando Demétrio
 Diretor Municipal de Trânsito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1343/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACS5033	55793287D	6920/0	28/08/2012	233
HWR9931	55491976D	5045/0	15/09/2012	162 * V
IDD1787	55793275D	6920/0	27/08/2012	233
IDT9971	55793507D	5010/0	01/09/2012	162 * I
IFP5124	55491778D	6599/2	02/09/2012	230 * V
IKG6625	55793294D	6920/0	13/09/2012	233
IMR8844	55793654D	5010/0	18/09/2012	162 * I
INX0487	55793279D	6920/0	29/08/2012	233
ISZ2222	55793302D	6920/0	24/09/2012	233
LYE8978	55793276D	6920/0	28/08/2012	233
LYN0354	55491783D	6912/0	02/09/2012	232
LYN0354	55491784D	6580/0	02/09/2012	230 * IV
LYN0354	55491784D	6963/3	02/09/2012	237
LYN0354	55491785D	6637/1	02/09/2012	230 * IX
LYP1073	55793152D	5010/0	29/08/2012	162 * I
LYR7949	55491535D	6599/2	01/09/2012	230 * V
LZB2470	55848596C	6599/2	31/08/2012	230 * V
LZI4806	55793286D	6920/0	05/09/2012	233
LZT0782	55793300D	6920/0	13/09/2012	233
LZX1349	55793307D	6920/0	25/09/2012	233
MBF6144	55793281D	6920/0	29/08/2012	233
MBK2694	55491479D	6599/2	22/08/2012	230 * V
MBK6163	55491970D	6599/2	31/08/2012	230 * V
MBK6163	55491971D	5274/1	31/08/2012	175
MBK6163	55491972D	6580/0	31/08/2012	230 * IV
MBW3455	55491350D	6637/2	01/09/2012	230 * IX
MBX1551	55793094D	5010/0	19/08/2012	162 * I
MBX1551	55793094D	6599/2	19/08/2012	230 * V
MCB7855	55793282D	6920/0	03/09/2012	233
MCE8223	55793292D	6920/0	03/09/2012	233
MCV8435	55793274D	6920/0	24/08/2012	233
MCW3629	55793508D	5010/0	01/09/2012	162 * I
MCW6123	55793033D	5274/2	30/08/2012	175
MEF0644	55793312D	6920/0	25/09/2012	233
MEV7869	55793036D	6912/0	15/09/2012	232
MEZ2596	55793519D	5010/0	27/09/2012	162 * I
MEZ2596	55793520D	6769/3	27/09/2012	230 * XXII
MGT4662	55491380D	6599/2	30/08/2012	230 * V
MGV6480	55793521D	6602/0	27/09/2012	230 * VI
MHL3255	55491254D	6599/2	21/09/2012	230 * V
MIK9717	55052191D	6599/2	26/09/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1344/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMQ5692	55793509D	5185/1	06/09/2012	167
ARS5521	55491389D	6084/3	20/09/2012	211
IKJ7862	55491975D	5541/5	06/09/2012	181 * XVII
MBW7596	55492467D	5835/0	01/09/2012	195
MBY4505	55793655D	5967/0	18/09/2012	203 * V
MCW6123	55793034D	5835/0	30/08/2012	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1345/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CLO4381	55491858D	6599/2	21/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
CLO4381	55491859D	5045/0	21/07/2012	R\$ 191,53	162 * V
INL8059	55492221D	6920/0	11/07/2012	R\$ 127,69	233
LYN6063	55491579D	5061/0	22/07/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 *
MBG1724	55491733D	6599/2	19/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGW7913	55492020D	6599/2	19/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MJH4711	55492019D	6912/0	04/07/2012	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1346/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZW7071	55491644D	5541/5	19/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1347/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CCQ7902	55793318D	6920/0	01/10/2012	233
IFN9108	55491385D	6700/2	11/09/2012	230 * XVI
IMS9115	55793325D	6920/0	03/10/2012	233



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

LBP7344	55793604D	6599/2	12/09/2012	230 * V
LBP7344	55793605D	5045/0	12/09/2012	162 * V
LOO6473	55793272D	6920/0	20/08/2012	233
LZB4835	55793512D	5010/0	07/09/2012	162 * I
LZB4835	55793512D	6599/2	07/09/2012	230 * V
LZB4835	55793513D	6602/0	07/09/2012	230 * VI
MAH5040	55491973D	5010/0	06/09/2012	162 * I
MAM4424	55793288D	6920/0	06/09/2012	233
MBZ3907	55491868D	6700/2	08/09/2012	230 * XVI
MCM6003	55793164D	6599/2	11/09/2012	230 * V
MEB3177	55793168D	5010/0	15/09/2012	162 * I
MEE1402	55793552D	5045/0	07/09/2012	162 * V
MEE1402	55793552D	6912/0	07/09/2012	232
MEL0532	55793162D	5010/0	11/09/2012	162 * I
MEL0532	55793163D	6599/2	11/09/2012	230 * V
MEW6210	55793505D	5010/0	31/08/2012	162 * I
MEW6210	55793505D	6599/2	31/08/2012	230 * V
MGW5328	55793159D	6700/1	11/09/2012	230 * XVI
MJA4496	55793161D	6700/1	11/09/2012	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1348/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKS3646	55491492D	5541/4	14/09/2012	181 * XVII
MBK7333	55491489D	5541/4	10/09/2012	181 * XVII
MIC5081	55491490D	5541/4	10/09/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1349/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYN6063	55491578D	5010/0	22/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDL0446	55491966D	5010/0	21/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDL0446	55491967D	5061/0	21/07/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 *

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IMBITUBA, 22 DE OUTUBRO DE 2012

Carlos Fernando Demétrio
Diretor Municipal de Trânsito

Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade - Zona Azul- Edital 98/2012 a 100/2012



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Diretoria Municipal de Trânsito de Imbituba – DMUTRAN

Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade – ZONA AZUL
Edital 98/2012 a 100/2012

Carlos Fernando Demétrio
Diretor Municipal de Trânsito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 98/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BAW0021	55907087D	5541/1	29/08/2012	181 * XVII
BNX4521	55907075D	5541/1	24/08/2012	181 * XVII
ICY4895	55907082D	5541/1	27/08/2012	181 * XVII
MES3589	55907058D	5541/1	21/08/2012	181 * XVII
MFJ5222	55907089D	5541/1	30/08/2012	181 * XVII
MGS3657	55907073D	5541/1	24/08/2012	181 * XVII
MGX7234	55907170D	5541/1	20/09/2012	181 * XVII
MHE5458	55907153D	5541/1	18/09/2012	181 * XVII
MJG4998	55907112D	5541/1	06/09/2012	181 * XVII
MJX2225	55907160D	5541/1	20/09/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 99/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BXL6429	55907085D	5541/1	27/08/2012	181 * XVII
CFC4672	55907195D	5541/1	27/09/2012	181 * XVII
DEB5186	55907114D	5541/1	06/09/2012	181 * XVII
ING6631	55907078D	5541/1	24/08/2012	181 * XVII
MAZ4788	55907196D	5541/1	27/09/2012	181 * XVII
MGX3806	55907174D	5541/1	21/09/2012	181 * XVII
MHJ8733	55907102D	5541/1	04/09/2012	181 * XVII
MIV7002	55907190D	5541/1	27/09/2012	181 * XVII
MJB8669	55907183D	5541/1	24/09/2012	181 * XVII
MJB8669	55907184D	5541/1	24/09/2012	181 * XVII
MJB8669	55907197D	5541/1	27/09/2012	181 * XVII
MJL5021	55907099D	5541/1	03/09/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 100/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAR7253	55779924D	5541/1	20/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJG4998	55907013D	5541/1	10/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IMBITUBA, 22 DE OUTUBRO DE 2012

Carlos Fernando Demétrio
Diretor Municipal de Trânsito

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto Legislativo Nº 5, de 23 de Outubro de 2012.**
DECRETO LEGISLATIVO Nº 5, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012.

Autoriza a Vice-Prefeita Léa de Oliveira Lopes a ausentar-se do país, no período de 30 de outubro de 2012 a 02 de dezembro de 2012, para tratar de interesses particulares.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 35, inciso IV do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgado o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica autorizada a Vice-Prefeita Léa de Oliveira Lopes a ausentar-se do país no período de 30 de outubro de 2012 a 02 de dezembro de 2012, em viagem ao exterior, para tratar de interesses particulares.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 2012.

ELÍSIO SGROTT

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 23/10/2012 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

GLYCÉLIA DE CASTRO ROCHA

Secretária Administrativa

Iomerê

PREFEITURA**Resultado Cadastramento de Marcas**

CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0001/2012

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

ANEXO IV

ATESTADO DE APROVAÇÃO DE AMOSTRAS

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, APROVAMOS as seguintes AMOSTRAS com as respectivas MARCAS dos ITENS discriminados a seguir:

DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCAS
Arroz parboilizado	Panelaço®, Alfinete®, Baggio®, Urbano® e Kiarroz®
Arroz cateto integral	Cerelus®, Vitao®, Urbano® e Jasmine®
Biscoito Salgado Integral	Isabela®, Parati®, Germani®, Todeschini®, Mabel® e Marilan®
Biscoito Salgado de gergelim	Isabela®, Parati®, Mabel®, Germani®, Todeschini® e Marilan®
Biscoito salgado tipo Cream Cracker	Isabela®, Mabel®, Parati®, Germani®, Todeschini® e Marilan®
Biscoito salgado tipo água e sal	Isabela®, Mabel®, Parati®, Germani®, Todeschini® e Marilan®

Biscoito salgado tipo Coquetel	Isabela®, Mabel®, Parati®, Germani®, Todeschini® e Marilan®
Biscoito do tipo rosca de coco	Isabela®, Mabel®, Parati®, Germani®, Mainardi®, Todeschini® e Marilan®
Biscoito do tipo rosca de fubá (milho)	Isabela®, Mabel®, Parati®, Germani®, Mainardi®, Todeschini® e Marilan®
Biscoitos do tipo Kuki	Isabela®
Biscoito doce ao leite tipo Maria	Isabela®, Mabel®, Parati®, Germani®, Todeschini® e Marilan®
Biscoito doce do tipo Maisena	Isabela®, Mabel®, Parati®, Germani®, Todeschini® e Marilan®
Biscoitos doce sabor leite	Isabela®, Mabel®, Parati®, Germani®, Todeschini® e Marilan®
Bolacha de mel com glacê	Krone®, Girassol® e Faville®
Café solúvel granulado	Nescafé®, Iguacú®, Mellita®, Pilão®, Damasco®
Café torrado e moído	Café Pelé®, Caboclo®, Bom Jesus®, Melitta®, Pilão®, Damasco®
Cereal do tipo granola	Vitao®, Kobbe®, Jasmine®, Dom Fiorello®
Cereal matinal com açúcar	Bigzitos® e Superbom®
Cereal Infantil para complementar alimentação da criança	Nutritional® e Nestlé®
Leite de soja em pó	Suprasoy® e Soymilke®
Aveia em flocos	Vitao®, Jasmine®, Quaker® e Yoki®
Proteína Texturizada de Soja	Vitao®, Jasmine®, Quaker® e Yoki®
Farinha de Aveia	Vitao®, Jasmine®, Quaker® e Yoki®
Farinha láctea	Yoki®, Nutritional® e Nestlé®
Chá de saquinho sabor maçã com canela	Dr. Oetker®, Matte Leão®
Chá de saquinho sabor mate com canela	Matte Leão®
Chá de saquinho sabor mate com limão	Matte Leão®
Chá de saquinho sabor mate com pêssego	Matte Leão®
Chá de saquinho sabor mate natural	Matte Leão®
Chocolate em pó solúvel	Yoki®, Cr. Oetker® e Apti®
Extrato de tomate	Elefante® e Incotril®
Azeite de oliva	Dom Fiorello®, Vale Fértil® e Galo®
Sardinha enlatada em óleo	Gomes da Costa® e Coqueiro®
Doce de leite em pasta	Incotril®, Tirol® e Mu-mu®
Ervilha do tipo congelada	Lar®
Milho para canjica (branca)	Zaeli® e Pinduca®
Milho verde congelado	Lar®
Farinha de milho – fubá	Cachoeirinha®, Dalmolin® e Libardoni®
Gelatina em pó sabor abacaxi	Boa Safra®
Gelatina em pó sabor cereja	Boa Safra®
Gelatina em pó sabor framboesa	Boa Safra®
Gelatina em pó sabor limão	Boa Safra®
Gelatina em pó sabor morango	Boa Safra®
Gelatina em pó sabor uva	Boa Safra®
Pó para pudim sabor baunilha	Boa Safra®
Pó para pudim sabor caramelo	Boa Safra®
Pó para pudim sabor chocolate	Boa Safra®
Pó para pudim sabor morango	Boa Safra®
Pó para pudim sabor leite condensado com ovos	Boa Safra®

Leite em pó integral instantâneo	Do Lar®, Leo®, Nestlé®
Leite à base de soja, sem lactose, sabor shake de morango	Purity®, Ades® e Naturis®
Leite à base de soja, sem lactose, sabor shake de chocolate	Purity®, Ades® e Naturis®
Pão de cachorro quente	Rostirolla®, Padaria São Luiz®
Pão doce	Rostirolla®, Padaria São Luiz®
Pão francês	Rostirolla®, Padaria São Luiz®
Maçã desidratada	Flora e Frutas®
Abacaxi desidratado	Flora e Frutas®
Suco concentrado sabor de uva	Sabore (Coopervil)®
Apresentado fatiado	Aurora®, Perdigão®, Frilatos®, Tirol®
Barra de cereal com soja ou morango ou coco com chocolate	Parati®, Nutry® e Ritter®
Barra de cereal de castanha e/ou avelã sem chocolate	Parati®, Nutry® e Ritter®
Barra de cereal de amendoim e cobertura de chocolate	Parati®, Nutry® e Ritter®

Iomerê (SC), 19 de outubro de 2012.

Irineópolis

PREFEITURA

Decreto Nº 2303/2012

Decreto nº 2303/2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1599 de 22 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

02 - PODER EXECUTIVO

02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

2.011 - Manutenção do Ensino Infantil

4.4.90.00.00.00.00.0257 (65) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

T O T A L R\$ 15.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

02 - PODER EXECUTIVO

02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

2.011 - Manutenção do Ensino Infantil

3.1.90.00.00.00.00.0257 (61) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

T O T A L R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 24 de outubro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Portaria N.º. 312/2012

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL ATRAVÉS DE PROMOÇÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o artigo 19, inciso I da Lei Complementar nº 057/2012, bem como em conformidade com o parecer exarado pela Comissão de Progressão Funcional,

RESOLVE:

Art 1º - CONCEDER a servidora Rosani Rodrigues da Silva MISCHKA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Irineópolis, Progressão Funcional através de Promoção por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação, em seu nível 15 da tabela de vencimentos, passando da referência G, para a referência H.

Art 2º - Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de outubro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Portaria N.º. 313/2012

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL ATRAVÉS DE PROMOÇÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o artigo 19, inciso I da Lei Complementar nº 057/2012, bem como em conformidade com o parecer exarado pela Comissão de Progressão Funcional,

RESOLVE:

Art 1º - CONCEDER a servidora Osmari Braz de Oliveira Reichardt, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Irineópolis, Progressão Funcional através de Promoção por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação, em seu nível 1 da tabela de vencimentos, passando da referência C, para a referência D.

Art 2º - Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de outubro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Portaria N.º. 314/2012

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL ATRAVÉS DE PROMOÇÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o artigo 19, inciso I da Lei Complementar nº 057/2012, bem como em conformidade com o parecer exarado pela Comissão de Progressão Funcional,

RESOLVE:

Art 1º - CONCEDER a servidora Dirce Dalpra Konkel ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Irineópolis, Progressão Funcional através de Promoção por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação, em seu nível 1 da tabela de vencimentos, passando da referência B, para a referência C.

Art 2º - Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de outubro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Portaria N.º. 315/2012

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL ATRAVÉS DE PROMOÇÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o artigo 19, inciso I da Lei Complementar nº 057/2012, bem como em conformidade com o parecer exarado pela Comissão de Progressão Funcional,

RESOLVE:

Art 1º - CONCEDER a servidora Tatiana Andreia Rucinski, ocupante do cargo de Psicólogo, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Irineópolis, Progressão Funcional através de Promoção por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação, em seu nível

20 da tabela de vencimentos, passando da referência A, para a referência B.

Art 2º - Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de outubro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Portaria N º. 316/2012

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL ATRAVÉS DE PROMOÇÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o artigo 19, inciso I da Lei Complementar nº 057/2012, bem como em conformidade com o parecer exarado pela Comissão de Progressão Funcional,

RESOLVE:

Art 1º - CONCEDER a servidora Fátima Ivanilda De Oliveira, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Irineópolis, Progressão Funcional através de Promoção por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação, em seu nível 1 da tabela de vencimentos, passando da referência B, para a referência C .

Art 2º - Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de outubro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Portaria N º. 317/2012

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL ATRAVÉS DE PROMOÇÃO POR DESEMPENHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o artigo 19, inciso II da Lei Complementar nº 057/2012, bem como em conformidade com o parecer exarado pela Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional,

RESOLVE:

Art 1º - CONCEDER a servidora Giozani Regina Crestani, ocupante do cargo de Agente Administrativo, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Irineópolis, Progressão Funcional através de Promoção por Desempenho, em seu nível 15 da tabela de vencimentos, passando da referência B, para a referência C.

Art 2º - Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de outubro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Portaria N º. 318/2012

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL ATRAVÉS DE PROMOÇÃO POR DESEMPENHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o artigo 19, inciso II da Lei Complementar nº 057/2012, bem como em conformidade com o parecer exarado

pela Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional,

RESOLVE:

Art 1º - CONCEDER ao servidor Cléris Mauro Schafaschek, ocupante do cargo de Agente Administrativo, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Irineópolis, Progressão Funcional através de Promoção por Desempenho, em seu nível 15 da tabela de vencimentos, passando da referência C, para a referência D.

Art 2º - Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de outubro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Portaria N º. 319/2012

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL ATRAVÉS DE PROMOÇÃO POR DESEMPENHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o artigo 19, inciso II da Lei Complementar nº 057/2012, bem como em conformidade com o parecer exarado pela Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional,

RESOLVE:

Art 1º - CONCEDER a servidora Clarice Michahouski, ocupante do cargo de Atendente de Creche, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Irineópolis, Progressão Funcional através de Promoção por Desempenho, em seu nível 10 da tabela de vencimentos, passando da referência C, para a referência D.

Art 2º - Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de outubro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Portaria N º. 320/2012

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL ATRAVÉS DE PROMOÇÃO POR DESEMPENHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o artigo 19, inciso II da Lei Complementar nº 057/2012, bem como em conformidade com o parecer exarado pela Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional,

RESOLVE:

Art 1º - CONCEDER a servidora Marilena Marques Figura, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Irineópolis, Progressão Funcional através de Promoção por Desempenho, em seu nível 01 da tabela de vencimentos, passando da referência C, para a referência D.

Art 2º - Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de outubro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Portaria N º. 321/2012

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL ATRAVÉS DE PROMOÇÃO POR DESEMPENHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o artigo 19, inciso II da Lei Complementar nº 057/2012, bem como em conformidade com o parecer exarado pela Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional,

RESOLVE:

Art 1º - CONCEDER a servidora Sezinanda Aparecida dos Santos, ocupante do cargo de Atendente de Creche, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Irineópolis, Progressão Funcional através de Promoção por Desempenho, em seu nível 10 da tabela de vencimentos, passando da referência C, para a referência D.

Art 2º - Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de outubro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Portaria N º. 322/2012

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL ATRAVÉS DE PROMOÇÃO POR DESEMPENHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o artigo 19, inciso II da Lei Complementar nº 057/2012, bem como em conformidade com o parecer exarado pela Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional,

RESOLVE:

Art 1º - CONCEDER ao servidor Reinaldo Stasiak, ocupante do cargo de Administrador, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Irineópolis, Progressão Funcional através de Promoção por Desempenho, em seu nível 20 da tabela de vencimentos, passando da referência D, para a referência E.

Art 2º - Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de outubro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Portaria N º. 323/2012

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL ATRAVÉS DE PROMOÇÃO POR DESEMPENHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o artigo 19, inciso II da Lei Complementar nº 057/2012, bem como em conformidade com o parecer exarado pela Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional,

RESOLVE:

Art 1º - CONCEDER a servidora Cícera Angelica de Souza Costa, ocupante do cargo de Enfermeira, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Irineópolis, Progressão Funcional através de Promoção por Desempenho, em seu nível 20 da tabela de vencimentos, passando da referência B, para a referência C.

Art 2º - Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de outubro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Portaria N º. 324/2012

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL ATRAVÉS DE PROMOÇÃO POR DESEMPENHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o artigo 19, inciso II da Lei Complementar nº 057/2012, bem como em conformidade com o parecer exarado pela Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional,

RESOLVE:

Art 1º - CONCEDER ao servidor Edinilson Brand, ocupante do cargo de Bioquímico, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Irineópolis, Progressão Funcional através de Promoção por Desempenho, em seu nível 20 da tabela de vencimentos, passando da referência D, para a referência E.

Art 2º - Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de outubro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Portaria N º. 325/2012

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL ATRAVÉS DE PROMOÇÃO POR DESEMPENHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o artigo 19, inciso II da Lei Complementar nº 057/2012, bem como em conformidade com o parecer exarado pela Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional,

RESOLVE:

Art 1º - CONCEDER a servidora Karla Grando, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Irineópolis, Progressão Funcional através de Promoção por Desempenho, em seu nível 20 da tabela de vencimentos, passando da referência C, para a referência D.

Art 2º - Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de outubro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Portaria N º. 326/2012

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL ATRAVÉS DE PROMOÇÃO POR DESEMPENHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o artigo 19, inciso II da Lei Complementar nº 057/2012, bem como em conformidade com o parecer exarado pela Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional,

RESOLVE:

Art 1º - CONCEDER a servidora Micheli De Fátima Drabik, ocupante do cargo de Psicóloga, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Irineópolis, Progressão Funcional através de Promoção por Desempenho, em seu nível 20 da tabela de vencimentos, passando da referência B, para a referência C.

Art 2º - Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de outubro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Portaria N.º 327/2012

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL ATRAVÉS DE PROMOÇÃO POR DESEMPENHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o artigo 19, inciso II da Lei Complementar nº 057/2012, bem como em conformidade com o parecer exarado pela Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional,

RESOLVE:

Art 1º - CONCEDER a servidora Wianey de Cassia Oliveira Godoy Teles dos Santos, ocupante do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Irineópolis, Progressão Funcional através de Promoção por Desempenho, em seu nível 20 da tabela de vencimentos, passando da referência C, para a referência D.

Art 2º - Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de outubro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato de Homologação

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 67/2012

TOMADA DE PREÇOS Nº. 14/2012

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Inova Engenharia SS Ltda.

Irineópolis, 24 de outubro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 138/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 138/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Inova Engenharia SS Ltda.

Objeto: Contratação de empresa de Engenharia para fins de coordenação, supervisão, controle e fiscalização da execução da pavimentação em diversas vias dos bairros Jardim Brand, Nossa Senhora Aparecida e Centro, neste Município.

Valor: R\$ R\$ 47.520,00 (Quarenta sete mil quinhentos e vinte reais).

Vigência - 24.10.2012 a 24.10.2014

Base Legal - Processo Licitatorio 67/2012 - Tomada de Preços nº. 14/2012

Lei 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Joaçaba**PREFEITURA****Edital de Credenciamento 10/2012/FMS**

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 10/2012/FMS

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições legais, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, representado por seu Gestor, em conformidade com o art. 25 da Lei 8.666/93, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, torna público que se encontra aberto o CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS/CLÍNICAS PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM.

Poderão participar deste Credenciamento todas as Pessoas Jurídicas habilitadas à prestação dos serviços, objeto deste Edital, desde que:

- a. Não esteja impedida de exercer a atividade;
- b. Não tenha sido declarada inidônea ou impedida de contratar com o Município de Joaçaba;
- c. Atenda a todos os pressupostos da Legislação Municipal pertinente e as regras editalícias.

Os interessados devem solicitar o seu credenciamento na Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Licitações, na Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, em dias úteis, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13 às 16 horas, observando as condições e exigências mínimas para a prestação do serviço, as condições de pagamento e a tabela de preços que remunerará os serviços prestados, e demais requisitos fixados no presente regulamento.

O Município credenciará todos os interessados que preencherem as condições e exigências mínimas do presente regulamento, sendo que inexistirá possibilidade de discussão entre as partes acerca das cláusulas contratuais.

1. OBJETO

1.1. Este procedimento tem por objeto o credenciamento de EMPRESAS/CLÍNICAS PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba.

2. DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. Os serviços serão prestados aos pacientes que forem devidamente encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante formulário de requisição contendo autorização expressa;

2.1.1. A credenciada deverá realizar os procedimentos no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da solicitação feita pela Secretaria de Saúde;

2.1.2. O agendamento de exame só poderá ser feito pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba;

2.1.3. Relativamente às consultas médicas, os pacientes deverão ser avaliados clinicamente e, se necessária a realização de outros procedimentos, o profissional médico deverá entregar ao paciente requerimento dos exames indispensáveis ao devido diagnóstico, e encaminhá-lo, na rede SUS (referência/contra-referência), com o preenchimento da documentação necessária;

2.1.3.1. O resultado do respectivo exame deverá ser analisado pelo médico solicitante e caso seja necessário realizar algum outro procedimento, o médico deverá preencher corretamente o

encaminhamento do TFD (Tratamento Fora de Domicílio), nesse último caso, para municípios-referência para Joaçaba, nos termos da PPI - Programação Pactuada Integrada.

2.1.4. No caso das consultas de especialidades o paciente terá direito a retorno em até 30 (trinta) dias para nova consulta ou apresentação de exames, caso o médico entenda necessário;

2.2. Na execução do objeto deste credenciamento a empresa credenciada deverá manter cadastro dos usuários do SUS encaminhados pela mesma, que permita o monitoramento, o controle e a supervisão dos serviços;

2.3. A empresa credenciada não poderá cobrar do paciente, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores fixados para os serviços prestados.

2.4. Os quantitativos descritos para cada item poderão sofrer acréscimos ou supressões a critério da Secretaria Municipal de Saúde, observada a limitação legal.

3. HABILITAÇÃO

3.1. Poderão participar do credenciamento as pessoas jurídicas do ramo, que apresentem os seguintes documentos:

3.1.1. Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, consolidado ou original acompanhado das alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

3.1.2. Cópia do Cartão de Inscrição no CNPJ/MF, atualizado;

3.1.3. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, inclusive quanto à Dívida Ativa da União;

3.1.4. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada;

3.1.5. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda do Município onde está sediada;

3.1.6. Comprovante de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS)

3.1.7. Comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

3.1.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943 (art. 29, V, da Lei 8.666/93 alterada);

3.1.9. Alvará Sanitário ou autorização de funcionamento equivalente, expedido pelo órgão federal, estadual ou municipal, responsável pelo controle sanitário das atividades prestadas, de conformidade com o objeto contratual e compatível com o objeto.

3.1.10. Registro dos profissionais que executarão o serviço credenciado junto ao conselho de fiscalização profissional competente;

3.1.11. Comprovação de capacidade para o fornecimento dos itens pretendidos, constantes do objeto deste Edital, mediante atestado ou certidão;

3.1.12. Declaração de inexistência de menores em seu quadro de pessoal, na forma do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;

3.1.13. Declaração expressa da empresa, sob as penas cabíveis, que não existem quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público de Joaçaba, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública Municipal ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (incisos III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93);

3.1.14. Declaração de que a empresa conhece na íntegra o Edital e se submete às condições nele estabelecidas;

3.2. Os documentos descritos nos subitens 3.1.1 ao 3.1.7 acima, poderão ser substituídos, em todo ou em parte, pela apresentação

do Certificado de Registro Cadastral atualizado, emitido pela Prefeitura de Joaçaba, observadas as datas de validade da documentação nele relacionada. Caso ocorra o vencimento de qualquer um dos documentos, este deverá ser apresentado atualizado junto com o Certificado.

3.3. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, fotocópia autenticada em Cartório, ou ainda, fotocópia acompanhada do original, que poderá ser conferida e autenticada por servidor municipal.

3.4. A Comissão de Licitações poderá proceder à consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET.

3.5. Não serão considerados os documentos apresentados por telex, telegrama, fax ou e-mail.

3.6. No caso de apresentação de documentos e/ou certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão dos mesmos.

4. JULGAMENTO

4.1. A Secretaria Municipal de Saúde poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos porventura necessários.

4.2. Após a análise da documentação, a Secretaria Municipal de Saúde emitirá parecer quanto à Aceitação ou Recusa do Credenciamento.

4.2.1. Ocorrendo a aceitação será firmado com a empresa proponente o Termo de Credenciamento, em conformidade com a minuta do Anexo III.

4.2.2. A recusa do Credenciamento será sempre baseada no não cumprimento de quesitos estabelecidos neste Edital.

5. TERMO DE CREDENCIAMENTO

5.1. O Termo de Credenciamento (Anexo III) terá vigência até 31 de dezembro de 2012, a contar da data de sua assinatura, podendo ocorrer prorrogação, observado o disposto na Lei 8.666/93.

5.2. A assinatura do Termo de Credenciamento deverá ocorrer junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, à Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, SC, após a convocação regular, conforme art. 64, da Lei 8.666/93.

6. OBRIGAÇÕES

6.1. Da Credenciada:

6.1.1. Fornecer os serviços obedecendo rigorosamente às especificações do Edital e seus anexos, em especial ao descrito no item 2 - DA FORMA DE EXECUÇÃO, bem como da proposta apresentada, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;

6.1.2. Manter sempre atualizado e assegurar ao paciente acesso ao seu prontuário;

6.1.3. Garantir a confiabilidade dos dados e informações do paciente;

6.1.4. Esclarecer aos pacientes sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

6.1.5. Justificar a Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste credenciamento;

6.1.6. Facilitar à Secretaria Municipal de Saúde o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para tal fim, de acordo com a Lei 8.080/90;

6.1.7. Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, imediatamente, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo.

6.1.8. Responsabilizar-se pelo pagamento de salários do pessoal

porventura empregado, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, responsabilidade por indenizações devidas a terceiros, seguro de pessoas e bens, enquanto persistir responsabilidades perante o Termo de Credenciamento;

6.1.9. Responsabilizar-se por despesas de responsabilidade técnica, materiais necessários aos exames/consultas;

6.1.10. Utilizar somente mão-de-obra especializada na execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos mesmos;

6.1.11. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos seus serviços;

6.1.12. Informar à Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, o quantitativo mensal de procedimentos realizados, quando solicitado;

6.1.13. Manter-se, durante toda a execução do Termo de Credenciamento, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento. O Município se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar a atualização dos documentos relativos à habilitação/qualificação para o credenciamento;

6.1.14. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Termo de Credenciamento.

6.2. Da Secretaria Municipal de Saúde:

6.2.1. Efetuar, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, o pagamento à credenciada, de acordo com o item 7, deste Edital;

6.2.2. Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

6.2.3. Observar para que durante a execução do objeto sejam cumpridas as obrigações assumidas pela proponente, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.2.4. Emitir autorização individualizada para a realização das consultas e/ou procedimentos.

7. DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

7.1. A remuneração a que fará jus a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores que constam do Anexo I;

7.2. O Município, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, efetuará os pagamentos através de DOC Eletrônico direto na conta da CREDENCIADA, ou em cheque administrativo nominal à mesma, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante protocolização, até o dia 25 de cada mês, de relatório comprobatório da execução dos serviços, das autorizações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde e da Nota Fiscal/Fatura, atestados por servidor municipal designado.

7.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, CNPJ/MF 10.594.533/0001-00 e ter a mesma razão social e CNPJ/MF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho global e do Edital de Credenciamento.

7.3.1. Anexo à Nota Fiscal, em papel timbrado, deverá ser informado o endereço completo da empresa, telefone, nome e nº do banco, nome e nº da agência e o nº da conta corrente, para fins de DOC Eletrônico.

7.3.2. As faturas que não estiverem corretamente formuladas serão devolvidas dentro do prazo de sua conferência à CREDENCIADA e o tempo de tramitação será desconsiderado.

7.4. Constituem ônus exclusivo da CREDENCIADA, quaisquer alegações de direito, seja do Órgão Fiscalizador, seja de terceiros, por quaisquer incorreções na fatura.

8. REAJUSTE

8.1. Caso ocorra prorrogação do Termo de Credenciamento os preços poderão ser reajustados pela variação do INPC, depois de decorrido 01 (um) ano da data limite de apresentação das propostas no presente credenciamento, sempre com periodicidade anual, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 10.192/2001.

8.2. Os valores poderão ser revisados quando houver alteração, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela CREDENCIADA.

9. SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

9.1. Pela inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento o Município poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções previstas no art. 87 da lei 8.666/93:

a. Advertência;

b. Multa na forma prevista no subitem 9.2;

c. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.2. Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor total contratado, quando a CREDENCIADA:

a. Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços;

b. Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;

c. Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;

d. Desatender as determinações da Secretaria Municipal de Saúde;

e. Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;

f. Não iniciar, sem justa causa, a execução do Termo de Credenciamento no prazo fixado;

g. Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado;

h. Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos ao Município e/ou a terceiros, independente da obrigação em reparar os danos causados.

9.2.1. As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

9.2.2. As multas aplicadas na execução do Termo de Credenciamento serão descontadas dos pagamentos devidos à CREDENCIADA, a critério exclusivo do Município, e quando for o caso, cobradas judicialmente.

10. INSTRUÇÕES PARA RECURSOS:

10.1. Os recursos referentes às decisões relativas ao processo de credenciamento poderão ser interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do dia subsequente à intimação dos atos. A petição, devidamente fundamentada, deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Saúde.

11. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1. Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

2.014 - MANUTENÇÃO DO AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES - AME

44 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.065.0 - OUTRAS DESPESAS

CORRENTES - Aplicações diretas

11.2. O custo estimado desta contratação é de R\$ 338.124,50 (trezentos e trinta e oito mil cento e vinte e quatro reais e cinquenta centavos), considerando o período de 12 (doze) meses.

11.2.1. Para o exercício de 2012, a estimativa é de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

11.3. O Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

12. GENERALIDADES

12.1. As alterações de endereço, telefone, fax ou e-mail, deverão ser comunicadas à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, SC, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 horas às 19 horas.

12.2. Constituem parte integrante deste Edital:

- Anexo I - Tabela de Procedimentos, Quantidades Estimadas e Valores Fixados por categoria.

- Anexo II - Minuta de Pedido de Credenciamento;

- Anexo III - Minuta do Termo de Credenciamento;

12.3. Os direitos oriundos do presente credenciamento não poderão ser transferidos a terceiros;

12.4. Informações e esclarecimentos adicionais sobre este Credenciamento poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, SC, na Avenida XV de Novembro, 378 ou pelo telefone 0XX 49 3527-8805, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 horas às 19 horas.

Joaçaba, SC, 23 de outubro de 2012.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Gestor

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 10/2012/FMS**ANEXO I****TABELAS DE PROCEDIMENTOS, QUANTIDADES ESTIMADAS E VALORES**

ITEM	QUANTIDADE ESTIMADA	PROCEDIMENTO	VALOR A SER PAGO POR PROCEDIMENTO R\$
CONSULTAS MÉDICAS EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA			
1	15	PNEUMOLOGIA	200,00
2	15	NEUROLOGIA	100,00
3	15	VASCULAR	180,00
4	50	PEDIATRIA	150,00
5	15	CIRURGIA GERAL	200,00
TERAPIAS			
6	200	HIDROTERAPIA	40,00
7	240	FISIOTERAPIA DOMICILIAR	25,00
8	200	FISIOTERAPIA CLÍNICA (2,5 x valor SUS = R\$ 6,35)	15,88
EXAMES DE IMAGEM			
9	50	USG DE ARTICULAÇÃO	65,00
10	10	USG OBSTÉTRICA	50,00

11	15	USG ABDÔMEN TOTAL	100,00
12	05	USG DE ABDÔMEN SUPERIOR	70,00
13	50	USG TRANSVAGINAL	65,00
14	10	USG MAMA (BILATERAL)	70,00
15	05	USG PÉLVICA (GINECOLÓGICA)	50,00
16	05	USG VIAS URINÁRIAS	70,00
17	10	USG PRÓSTATA (VIA TRANSRETAL / VIA ABDOMINAL)	65,00
18	05	USG BOLSA ESCROTAL	70,00
19	05	USG APARELHO URINÁRIO	70,00
20	15	COLONOSCOPIA	270,00
21	30	ENDOSCOPIA DIGESTIVA	160,00
22	20	DENSITOMETRIA ÓSSEA CORPO INTEIRO	250,00
23	20	DENSITOMETRIA ÓSSEA UM SEGMENTO	180,00
24	05	ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA	180,00
25	25	ECOCARDIOGRAMA	265,00
26	25	TESTE ERGOMÉTRICO	150,00
27	10	ELETRONEUROLOGRAMA EM SONO INDUZIDO COM OU SEM MEDICAMENTO (EEG) - ELETRONEUROLOGRAMA EM VIGILIA E SONO ESPONTANEO COM OU SEM FOTOESTÍMULO (EEG)	120,00
28	30	ELETRONEUROLOGRAMA QUANTITATIVO COM MAPEAMENTO (EEG)	120,00
29	150	ELETRONEUROMIOGRAFIA	400,00
30	2.400	RX GERAL	30,00
31	08	USG MORFOLOGICA	235,00
32	30	RNM CRÂNIO	268,75
33	30	RNM COLUNA CERVICAL	268,75
34	30	RNM COLUNA TORÁCICA	268,75
35	30	RNM COLUNA LOMBO-SACRA	268,75
36	30	RNM MEMBRO SUPERIOR	268,75
37	30	RNM DE TORAX	268,75
38	30	RNM DE ABDOMEN SUPERIOR	268,75
39	30	RNM DE BACIA /PELVE	268,75
40	30	RNM DE MEMBRO INFERIOR (UNILATERAL)	268,75
41	30	RNM DE VIAS BILIARES	268,75
42	25	TC ABDÔMEN	138,63
43	25	TC COLUNA CERVICAL COM OU SEM CONTRASTE	138,63
44	25	TC COLUNA TORÁCICA COM OU SEM CONTRASTE	138,63
45	25	TC COLUNA LOMBO SACRA COM OU SEM CONTRASTE	138,63
46	25	TC DO CRÂNIO	138,63
47	25	TC DE PELVE/BACIA	138,63
48	300	CONTRASTE RNM	60,00
49	150	CONTRASTE TC	60,00

OBSERVAÇÕES:

1. Os quantitativos estimados por procedimento serão rateados proporcionalmente ao número de credenciados no período de utilização.

1.1. Caso haja fracionamento no quantitativo em função do rateio, o arredondamento será sempre a menor.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 10/2012/FMS**ANEXO II****MINUTA DE PEDIDO DE CREDENCIAMENTO**

À
Comissão de Licitações do
Município de Joaçaba - SC.

Para fins de CREDENCIAMENTO, anexamos os documentos de habilitação exigidos no Edital de Credenciamento nº 10/2012 do Fundo Municipal de Saúde - FMS e a grade de serviços que nos comprometemos a prestar, em conformidade com as características, quantidades e valores estabelecidos no Anexo I, declarando, desde já, que aceitamos todas as condições estipuladas no referido Edital e seus anexos.

Para fins de pagamento, informamos abaixo os dados bancários desta empresa:

Banco: _____ Nº da Agência: _____

Nº da conta-corrente: _____

Atenciosamente

Identificação e assinatura da empresa proponente

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 10/2012/FMS**ANEXO III****MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO**

TERMO DE CREDENCIAMENTO, que entre si celebram o Município de Joaçaba, SC, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, e a Empresa

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, por seu Gestor, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CREDENCIANTE, e a Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ estabelecida na _____, Bairro _____, no Município de Joaçaba, neste ato representada pelo Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, doravante denominada CREDENCIADA, celebram entre si o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o art. 25 da Lei 8.666/93 e alterações, e o Edital de Credenciamento nº 10/2012/FMS e Anexos, lançado no dia _____ de _____ de 2012.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR

1.1. É objeto do presente instrumento o CREDENCIAMENTO da empresa _____, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, TERAPIAS E EXAMES

DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 deste instrumento.

1.2. Os serviços que a CREDENCIADA se compromete a prestar, em conformidade com as especificações do Anexo I do Edital, são os seguintes:

ITEM	QUANTIDADE CONTRATADA	PROCEDIMENTO	VALOR A SER PAGOPOR PROCE-DIMENTO R\$	VALOR TOTAL R\$
VALOR TOTAL CONTRATADO R\$				

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. Os serviços serão prestados aos pacientes que forem devidamente encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante formulário de requisição contendo autorização expressa;

2.1.1. A CREDENCIADA deverá realizar os procedimentos no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da solicitação feita pela Secretaria de Saúde;

2.1.2. Os serviços serão executados aos pacientes que forem devidamente encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante formulário de requisição contendo autorização expressa;

2.1.3. O agendamento de exame só poderá ser feito pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba;

2.1.4. Relativamente às consultas médicas, os pacientes deverão ser avaliados clinicamente e, se necessária a realização de outros procedimentos, o profissional médico deverá entregar ao paciente requerimento dos exames indispensáveis ao devido diagnóstico, e encaminhá-lo, na rede SUS (referência/contra-referência), com o preenchimento da documentação necessária;

2.1.4.1. O resultado do respectivo exame deverá ser analisado pelo médico solicitante e caso seja necessário realizar algum outro procedimento, o médico deverá preencher corretamente o encaminhamento do TFD (Tratamento Fora de Domicílio), nesse último caso, para municípios-referência para Joaçaba, nos termos da PPI - Programação Pactuada Integrada.

2.1.5. No caso das consultas de especialidades o paciente terá direito a retorno em até 30 (trinta) dias para nova consulta ou apresentação de exames, caso o médico entenda necessário;

2.2. Na execução do objeto deste credenciamento a CREDENCIADA deverá manter cadastro dos usuários do SUS encaminhados pela mesma, que permita o monitoramento, o controle e a supervisão dos serviços;

2.3. A CREDENCIADA não poderá cobrar do paciente, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores fixados para os serviços prestados.

2.4. Os quantitativos descritos para cada item poderão sofrer acréscimos ou supressões a critério da Secretaria Municipal de Saúde, observada a limitação legal.

3. DAS RESPONSABILIDADES**3.1. Responsabilidades da Credenciada:**

3.1.1. Fornecer os serviços obedecendo rigorosamente às especificações do Edital e seus anexos, bem como da proposta apresentada, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;

3.1.2. Manter sempre atualizado e assegurar ao paciente acesso ao seu prontuário;

3.1.3. Garantir a confiabilidade dos dados e informações do paciente;

3.1.4. Esclarecer aos pacientes sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

3.1.5. Justificar a Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste credenciamento;

3.1.6. Facilitar à Secretaria Municipal de Saúde o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para tal fim, de acordo com a Lei 8.080/90;

3.1.7. Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, imediatamente, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo.

3.1.8. Responsabilizar-se pelo pagamento de salários do pessoal porventura empregado, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, responsabilidade por indenizações devidas a terceiros, seguro de pessoas e bens, enquanto persistir responsabilidades perante o Termo de Credenciamento;

3.1.9. Responsabilizar-se por despesas de responsabilidade técnica, materiais necessários aos exames/consultas;

3.1.10. Utilizar somente mão-de-obra especializada na execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos mesmos;

3.1.11. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos seus serviços;

3.1.12. Informar à Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, o quantitativo mensal de procedimentos realizados, quando solicitado;

3.1.13. Manter-se, durante toda a execução do Termo de Credenciamento, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento. O Município se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar a atualização dos documentos relativos à habilitação/qualificação para o credenciamento;

3.1.14. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Termo de Credenciamento.

3.2. Do Contratante:

3.2.1. Efetuar, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, o pagamento à credenciada, de acordo com a cláusula quarta deste Termo.

3.2.2. Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

3.2.3. Observar para que durante a execução do objeto sejam cumpridas as obrigações assumidas pela proponente, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.2.4. Emitir autorização individualizada para a realização das consultas e/ou procedimentos.

CLÁUSULA QUARTA

4.1. A remuneração a que fará jus a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores discriminados no subitem 1.2 deste instrumento;

4.2. O Município, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, efetuará os pagamentos através de DOC Eletrônico direto na conta da CREDENCIADA, ou em cheque administrativo nominal à mesma, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante protocolização, até o dia 25 de cada mês, de relatório comprobatório da execução dos serviços, das autorizações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde e da Nota Fiscal/Fatura, atestados por servidor municipal designado.

4.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, CNPJ/MF 10.594.533/0001-00 e ter a mesma razão

social e CNPJ/MF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho global e do Edital de Credenciamento.

4.3.1. Anexo à Nota Fiscal, em papel timbrado, deverá ser informado o endereço completo da empresa, telefone, nome e nº do banco, nome e nº da agência e o nº da conta corrente, para fins de DOC Eletrônico.

4.3.2. As faturas que não estiverem corretamente formuladas serão devolvidas dentro do prazo de sua conferência à CREDENCIADA e o tempo de tramitação será desconsiderado.

4.4. Constituem ônus exclusivo da CREDENCIADA, quaisquer alegações de direito, seja do Órgão Fiscalizador, seja de terceiros, por quaisquer incorreções na fatura.

5. CLÁUSULA QUINTA

5.1. Caso ocorra prorrogação do Termo de Credenciamento os preços poderão ser reajustados pela variação do INPC, depois de decorrido 01 (um) ano da data limite de apresentação das propostas, sempre com periodicidade anual, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 10.192/2001.

5.2. Os valores poderão ser revisados quando houver alteração, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela CREDENCIADA.

CLÁUSULA SEXTA

6.1. O presente instrumento terá a vigência até 31 de dezembro de 2012, a contar da data de sua assinatura, podendo ocorrer prorrogação, observado o disposto na Lei 8.666/93.

6.2. Ocorrendo a prorrogação prevista no subitem anterior, o Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1. Pela inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento o Município poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93:

a. Advertência;

b. Multa na forma prevista no subitem 7.2;

c. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.2. Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor total contratado, quando a CREDENCIADA:

a. Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços;

b. Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;

c. Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;

d. Desatender as determinações da Secretaria Municipal de Saúde;

e. Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;

f. Não iniciar, sem justa causa, a execução do Termo de Credenciamento no prazo fixado;

g. Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado;

h. Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos ao

Município e/ou a terceiros, independente da obrigação em reparar os danos causados.

7.2.1. As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo

7.2.2. As multas aplicadas na execução do Termo de Credenciamento serão descontadas dos pagamentos devidos à CREDENCIADA, a critério exclusivo do Município, e quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA

8.1. O não cumprimento das cláusulas deste Termo, por qualquer uma das partes acarretará a rescisão deste, sujeitando a parte que injustamente tiver dado causa, a indenização por perdas e danos, nos termos da legislação vigente.

8.1.1. Aplica-se, também, quanto à rescisão o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA NONA

9.1. São partes integrantes deste Termo, como se nele estivessem transcritos, a proposta da CREDENCIADA no que couber, o Edital de Credenciamento nº 10/2012-FMS e seus anexos, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA

10.1. Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

2.014 - MANUTENÇÃO DO AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES - AME
44 - 3.3.90.00.00.00.00.0.3.065 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações diretas

10.2. O Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1. A CREDENCIADA poderá solicitar o seu descredenciamento, desde que comunique oficialmente com antecedência mínima de 10 (dez) dias;

11.2. É vedado à CREDENCIADA delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços previstos neste Termo;

11.3. Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CREDENCIANTE, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre a supremacia do interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12.1. É eleito, para fins legais e questões derivadas deste ajuste o Foro de Joaçaba, com renúncia expressa a qualquer outro.

Do que, para produzir seus efeitos jurídicos e legais, lavrou-se o presente Termo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que depois de lido às partes foi por elas ratificado e assinado.

JOAÇABA, SC, ____ de _____ de 2012.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Gestor
Credenciante

Credenciada

Testemunhas:

1 _____

2 _____

Extrato PP 3/2012/FUNREBOM - PL 5/2012/FUNREBOM

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2012/FUNREBOM
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2012/FUNREBOM

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo tipo picape cabine dupla, novo, para uso operacional do Corpo de Bombeiros Militar de Joaçaba, de acordo com as características mínimas descritas no Anexo I do presente Edital. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 07/11/2012, a partir das 14 horas, na Secretaria Municipal de Administração, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 07/11/2012. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefones (049) 3527-8828/35278805 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 23 de outubro de 2012.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato PP 4/2012/FUNREBOM - PL 7/2012/FUNREBOM

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2012/FUNREBOM
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2012/FUNREBOM

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento das peças, materiais e equipamentos necessários para a reforma de caminhão de combate a incêndio Ford Cargo 1630 utilizado nas operações do Corpo de Bombeiros Militar de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Data da abertura: Dia 09/11/2012, a partir das 15 horas, na Secretaria Municipal de Administração, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 15h, do dia 09/11/2012. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefones (049) 3527-8828/35278805 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 23 de outubro de 2012.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato TP 3/2012/FUNREBOM - PL 6/2012/FUNREBOM

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC
FUNDO DE REEQUIPAMENTOS DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2012/FUNREBOM
TOMADA DE PREÇO Nº 3/2012/FUNREBOM

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento do material necessário, para a construção de muro de contenção em concreto armado no terreno do Corpo de Bombeiros, na Avenida Caetano Natal Branco, 1.242, Bairro Frei Bruno, neste Município. Data da abertura: Dia 13/11/2012, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 13/11/2012, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. O edital completo (projetos, orçamento estimativo e memorial descritivo), poderá ser adquirido no Setor de Compras e Licitações, mediante o pagamento de R\$ 30,00 (trinta reais), relativos ao seu custo. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 23 de outubro de 2012.
RAFAEL LASKE
Prefeito

SIMAE

Pregão Presencial JHL 0046/2012 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0069/2012
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0046/2012
PROTOCOLO JHL 2617/2012
Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0046/2012 - Licitação 0069/2012, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS EM SERVIDORES DO SIMAE, ATENDENDO AO DECRETO MUNICIPAL Nº 2.920/07 E 3.054/07, PELO PERÍODO DE 12 MESES

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 08/11/2012 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 08/11/2012 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC. Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 25/10/2012 a 08/11/2012.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 25 de Outubro de 2012.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Pregão Presencial JHL 0055/2012 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0080/2012
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0055/2012
PROTOCOLO JHL 2968/2012
Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0055/2012 - Licitação 0080/2012, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA FROTA E EQUIPAMENTOS DO SIMAE NO EXERCÍCIO 2013

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 14/11/2012 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 14/11/2012 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 25/10/2012 a 14/11/2012.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 25 de Outubro de 2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

Lages

PREFEITURA

Resultado PP 09-2012 FMAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2012 - FMAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS, DESCARTÁVEIS E MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O CREAS.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:

VENCEDOR: DIVERSOS

VALOR: R\$ 26.447,00

Lages, 23 de outubro de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

Resultado PP 30-2012 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SETOR DE LICITAÇÃO
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2012 - SMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO NO PRONTO ATENDIMENTO E PARA EXAMES AUDIOMÉTRICOS

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório: DESERTA

Lages, 23 de outubro de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
 Secretário de Administração

Resultado PP 32-2012 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 SETOR DE LICITAÇÃO
 RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2012 - SMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES DE ENFERMAGEM PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:

VENCEDOR: DIVERSOS

VALOR: R\$ 56.810,90

Lages, 23 de outubro de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
 Secretário de Administração

3º Adt. Cont. 47/2011 - Saúde

3º TERMO ADITIVO AO
 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM
 FORNECIMENTO DE MATERIAL N.º 47/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: FNL CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 05.150.405/0001-20, com sede à Rua Rui Barbosa n.º 63, salas 4/5 - Lages/SC - cep: 88.501-170.

O Município de Lages, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa FNL CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA - EPP, representada neste ato pelo seu Sócio Gerente o Sr. Leonardo Milioli Tutida, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Termo Aditivo ao Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 03/2011, correlato à Tomada de Preços n.º 01/2011, aberta em 01/02/2011 e homologado em 06/04/2011, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de construção de uma Unidade Básica de Saúde, no centro, área de 406,95 m², com fornecimento de material, em conformidade com o projeto, memorial descritivo e planilhas quantitativo-orçamentária, copiado em CD Room, partes integrantes do Edital.

1.1- Os serviços, objeto deste contrato, serão realizados pela CONTRATADA, mediante emissão de Ordem de Serviço expedido pela Secretaria Municipal;

1.2- O controle dos serviços e a qualidade ambiental são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

1.3- Os serviços executados fora das normas técnicas da ABNT e dos padrões exigidos pela municipalidade não serão aceitos e pagos.

DO ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS;

1.4- Em decorrência das alterações que as planilhas orçamentárias se submeteram, pela equipe técnica da Secretaria Municipal de

Planejamento, caracterizando alterações do projeto inicial da obra, qualificados com expressão "itens a crescer por meio de aditivo" no valor de R\$ 16.945,28 (dezesesseis mil, Novecentos e quarenta e cinco reais e vinte e oito centavos necessários para conclusão e entrega da obra, em conformidade com justificativa da Arq. CREA 80.802-3, Sra Ingrid Godói, c/c parecer favorável da Procuradoria Geral do Município sob n.º 2111/2012, avalizando tal procedimento, conforme documentação em apenso.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

2.1 - Ao firmarem este instrumento, declaram as PARTES plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente ao Segundo Termo Aditivo ao Contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 26 de setembro de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

FNL CONSTRUÇÕES E COM.LTDA - EPP

Representante

LEONARDO MILIOLI TUTIDA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SETOR DE LICITAÇÕES

Lebon Régis

PREFEITURA

Decreto Nº 103/2012

DECRETO Nº. 103/2012, de 23 de Outubro de 2012

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO VINGENTE DO HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE LEBON REGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso I do art. 11, da Lei Municipal nº 1380/2011 de 01 de Dezembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Subfunção	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
94	10	10	302	0029	2065	3190	00.01.0002	170.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação apurado até esta data, conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

IDUso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
00	01	0002	170.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 23 de Outubro de 2012.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 23 de Outubro de 2012, nesta Secretaria de Administração e Finanças.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretário de Administração e Finanças

Luzerna

PREFEITURA

Resolução Nº CMDCA 004.2012

RESOLUÇÃO Nº CMDCA 004/2012

"DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO ORGANIZADORA PARA ATUAR NO PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR DE LUZERNA, GESTÃO 2012/2015".

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o Edital nº 002/2012 de 23/10/2012,

RESOLVE:

Art.1º- Ficam designados os membros do CMDCA abaixo relacionados, para comporem a COMISSÃO ORGANIZADORA para atuar no Processo de Escolha do Conselho Tutelar de Luzerna - Gestão 2012/2015:

ANELIZE SANTANNA SIMON
ELISA PATZLAFF
LEIZA REGINA RAZERA
TEREZINHA BAARTZ
LUCIMARA HOFFELDER TREVISAN

Art.2º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 23 de outubro de 2012.

ANELIZE SANTANNA SIMON

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Luzerna - Santa Catarina

Extrato de Portaria Nº 103.12

EXTRATO DE PORTARIA

2012

Portaria nº 103/12 de 24/10/12 - "Prorroga licença gestação concedida à servidora que especifica" (prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias a licença gestação da servidora SIMONE VOLPATO FABRO, ocupante do emprego de provimento temporário de Odontóloga, 40 horas semanais no Programa Estratégia Saúde da Família/ESF, a partir de 24/10/2012).

Extrato de Portaria Nº 104.12

EXTRATO DE PORTARIA

2012

Portaria nº 104/12 de 24/10/12 - "Promove servidor que especifica" (DOUGLAS RICARDO TRIQUES, Médico Veterinário, Classe "A", Nível 02, Grupo IV - Atividades de Nível Superior - ANS, para a Classe "B", do mesmo Nível e Grupo, a partir de 01/10/12).

Extrato de Portaria Nº 105.12

EXTRATO DE PORTARIA

2012

Portaria nº 105/12 de 24/10/12 - "Promove servidora que especifica" (ADILES BEAL, Agente Administrativo, Classe "B", Nível 02, Grupo II - ANO, para a Classe "C", do mesmo Nível e Grupo, a partir de 01/10/12).

Extrato Homologação Convite PML. 016.2012 - Toldos

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Convite nº 016/2012

O Prefeito de Luzerna, NORIVAL FIORIN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 082/2012, nos seguintes termos:

- Modalidade: Convite

- Objeto: Fornecimento de material e mão-de-obra para manutenção de toldos de proteção da Escola Municipal São Francisco.

- Empresa(s) Vencedora(s): ESQUADRIAS ICOFER LTDA ME

- Valor total: R\$ 7.600,00

Luzerna (SC), 24 de outubro de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito de Luzerna

Edital Nº 002 - Eleições Ct

EDITAL CMDCA Nº 002/2012

TORNAM PÚBLICAS AS DIRETRIZES DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE LUZERNA, GESTÃO 2012/2015, ABRE INSCRIÇÕES, ESTABELECE O CALENDÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANELIZE SANTANNA SIMON, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, torna público, com base na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e na Lei nº 045 de 26 de maio de 1997 e suas alterações posteriores, o Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de Luzerna - Gestão 2012/2015, que obedecerá as seguintes regras:

1 - DA INSCRIÇÃO DOS VOTANTES:

1.1. Os representantes das organizações governamentais e não governamentais serão inscritos mediante apresentação de requerimento, subscrito pelo respectivo representante legal.

1.2. Os professores ativos das redes públicas e particular serão inscritos mediante requerimento subscrito pelo diretor da unidade escolar a que estiver vinculado;

1.3. Compõem o Colégio Eleitoral relativo às organizações governamentais e não-governamentais constantes nos termos do art.9º da Lei 045 de 26 de maio de 1997, alterado pela Lei nº 797 de 03 de julho de 2008:

“Composto por entidades não governamentais que mantenham programas de atendimento à criança e ao adolescente e de entidades que objetivem a defesa e a proteção dos direitos da criança e do adolescente especificamente ou do cidadão de modo geral, bem como, todos os professores ativos das redes de escolas públicas e particulares do Município”.

1.4. A inscrição do representante será de responsabilidade da organização interessada.

1.5. O representante deverá ser membro efetivo da organização e somente poderá representar uma única entidade, não se admitindo voto por procuração.

1.6. A Comissão Organizadora credenciará os representantes legitimando-os a participarem como votantes, no referido processo de escolha.

1.7. O credenciamento dos representantes será feito no período de 25 de outubro a 09 de novembro de 2012, no horário das 8h às 11h e das 14h00min às 17h30, na Assessoria Jurídica.

1.8. A relação dos representantes habilitados a participar do Processo de Escolha será afixada no Mural Público localizado na Prefeitura Municipal de Luzerna e divulgada no site www.luzerna.sc.gov.br.

1.9. Os representantes ou entidades que tiverem a inscrição indeferida poderão recorrer da decisão junto ao CMDCA, conforme Calendário Oficial - Anexo I.

2. DOS CANDIDATOS AO CONSELHO TUTELAR

2.1. O Processo de Escolha destina-se ao provimento de 03 (três) cargos de Conselheiros Tutelares titulares e 05 (cinco) suplentes.

2.2. A remuneração para o CONSELHEIRO TUTELAR, que for responsável pelo atendimento durante o horário de expediente desse se dará na forma de jeton, no valor de R\$ 49,28 (quarenta e nove reais e vinte e oito centavos) para cada sessão de 08 (oito) horas de expediente diário junto ao Conselho Tutelar e sobreaviso no intervalo para o almoço, respeitado o limite máximo de R\$ 1.133,44 (hum mil, cento e trinta e três reais e quarenta e quatro centavos) mensais.

2.3. Faculta-se o atendimento do expediente diário do Conselho Tutelar por um único Conselheiro, ou por um Conselheiro em cada período (matutino e vespertino), segundo escala elaborada pelos Conselheiros Tutelares, priorizando-se a ordem de classificação e de modo a não prejudicar o atendimento de expediente no Conselho, e sendo a remuneração proporcional às horas trabalhadas, respeitado o limite máximo constante do item anterior;

2.4. Os demais membros do CONSELHO TUTELAR serão remunerados para cada 24 (vinte e quatro) horas de sobreaviso (nos sábados, domingos e feriados instituídos por lei), na forma de jeton, no valor de R\$ 49,28 (quarenta e nove reais e vinte e oito centavos);

2.5. O sobreaviso durante a semana, fora do horário de expediente normal do Conselho será remunerado na forma de jeton, no valor de 24,64 (vinte e quatro reais e sessenta e quatro centavos), por período;

2.6. O sobreaviso durante a semana também será organizado segundo escala elaborada pelos Conselheiros Tutelares.

2.7. O Conselheiro Tutelar é detentor de mandato eletivo e, sendo assim, não se classifica como servidor público municipal não gerando essa prestação de serviços, vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, e na condição de prestador de serviço através de mandato eletivo incidirá apenas:

I - contribuição obrigatória à previdência social como contribuinte individual, com os direitos e prerrogativas que lhe confere essa contribuição;

II - gratificação natalina, calculada sobre a média dos últimos 6 meses de jeton;

III - férias anuais remuneradas;

IV - sobreaviso.

2.8. Os candidatos a Conselheiro(a) Tutelar deverão inscrever-se

mediante requerimento, endereçado a Presidente do CMDCA, apresentando cópia dos seguintes documentos:

a) documento de identificação oficial com foto, que permita comprovar a idade superior a 21 anos;

b) CPF;

c) comprovante de residência no Município de Luzerna há, no mínimo, 01(um) ano (anterior a outubro 2011 e comprovante atual do último mês);

d) certificado de conclusão do ensino médio;

e) CNH com categoria, no mínimo, “B”.

2.8.1. As fotocópias dos documentos deverão vir acompanhadas dos respectivos originais.

2.9. Será admitida inscrição por procuração.

2.10. As candidaturas serão registradas individualmente.

2.11. O membro do CMDCA que pretender concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar deverá pedir afastamento da função no ato da inscrição da candidatura, bem como, não poderá fazer parte da Comissão Organizadora membro que tenha parentesco com candidato a Conselheiro;

2.12. Caso o Conselheiro eleito seja servidor ativo ocupante de cargo ou emprego público, em razão do que dispõe o art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição da República, deverá optar entre a remuneração de seu cargo ou a de conselheiro, pois as atribuições de Conselheiro Tutelar são decorrentes de função pública;

2.13. Da mesma forma, o Conselheiro eleito que seja aposentado não poderá acumular os proventos da aposentadoria com a remuneração de Conselheiro Tutelar.

2.14. Os servidores públicos e os aposentados deverão declarar formalmente sua opção de remuneração (remuneração do cargo, da aposentadoria, ou de Conselheiro Tutelar) sob pena de perder o direito a nomeação sendo nomeada a pessoa com maior número de votos na ordem subsequente.

2.15. As inscrições deverão ser feitas dos dias 25 de outubro a 09 de novembro de 2012, das 08h às 11h e das 14h00min às 17h30, na Assessoria Jurídica.

2.16. Não serão admitidas inscrições após o período fixado no item 2.15 deste Edital.

3. DAS ETAPAS DE CLASSIFICAÇÃO

3.1. Os candidatos ao Conselho Tutelar deverão passar, obrigatoriamente, pelas seguintes etapas classificatórias e eliminatórias:

a) inscrição;

b) prova escrita sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e noções de informática básica;

c) avaliação de aptidão física e mental.

3.2. Expirado o prazo de inscrição, a Comissão Organizadora atuará os requerimentos protocolizados e analisará os documentos apresentados, conforme Calendário Oficial, encaminhando relação das candidaturas homologadas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para publicação.

3.3. No prazo de 01 (um) dia útil, contado da publicação, o Ministério Público ou qualquer cidadão poderá requerer a impugnação das candidaturas homologadas dirigidas à Comissão Organizadora.

3.4. O candidato cuja inscrição for impugnada poderá apresentar defesa conforme prazo estipulado no Calendário Oficial.

3.5. Serão indeferidas, de imediato, as impugnações desprovidas de fundamentos ou de provas.

3.6. Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, publicará edital no site www.luzerna.sc.gov.br, com os nomes dos candidatos habilitados à próxima etapa.

3.7. Homologada a inscrição, os candidatos estarão habilitados a:

a) Prestar prova escrita de conhecimento específico sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente Lei Federal 8.069/90 e de noções de informática;

b) Avaliação de aptidão física e mental.

3.8. A prova escrita será realizada na Sala do Centro de Eventos São João Batista, na data constante no Anexo I, no horário das

14h00 às 17h00 e será dividida em três fases:

a) a primeira, constituída de 15 (quinze) questões objetivas de conhecimentos gerais com peso de 3,0 (três) pontos;
b) a segunda, constituída de 15 (quinze) questões de conhecimentos específicos da área e Estatuto da Criança e do Adolescente, com peso 6,0 (seis) pontos.

c) a terceira, constituída de 05 (cinco) questões objetivas sobre informática básica, com peso de 1,0 (um) ponto.

3.9. Será considerado aprovado, o candidato que atingir média 5 (cinco), obtida pela soma aritmética dos pontos aferidos pelos examinadores na prova escrita.

3.10. A avaliação de aptidão física e mental será procedida através de exame a ser realizado por profissional(is) da Unidade de Saúde do Município, que considerará o candidato apto ou inapto.

3.11. Corrigidas as provas, a Comissão Organizadora remeterá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente relação dos candidatos aprovados, e o resultado da avaliação física e mental, contendo nome e nota e se está apto ou inapto, para publicação.

3.12. Do resultado das provas, caberá recurso fundamentado à Comissão Organizadora, até às 11h00 do dia subsequente à publicação da relação dos candidatos habilitados para participar do processo, que o julgará após às 14:00 horas do mesmo dia.

4. DA LEGISLAÇÃO ELEITORAL

4.1. O presente processo eleitoral, obedecerá as normas da legislação eleitoral, lei nº 9.504/97 e alterações posteriores e demais legislação correlata, inclusive quanto ao comportamento dos inscritos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral e condutas vedadas aos candidatos.

4.2. Qualquer cidadão poderá dirigir denúncia à Comissão Organizadora sobre a existência de violação à legislação eleitoral, devidamente fundamentada e acompanhada de provas.

4.3. As denúncias desprovidas de fundamento ou de provas serão rejeitadas e arquivadas.

4.4. Recebida a denúncia, a Comissão Organizadora cientificará por escrito o candidato concedendo-lhe no referido documento prazo para apresentar defesa.

4.5. A Comissão Organizadora poderá ouvir testemunhas, determinar a juntada de provas e efetuar diligências.

4.6. Procedente a denúncia, a Comissão Organizadora dará ciência ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Ministério Público, podendo ser cassada a inscrição do candidato infrator ou se já eleito ser excluído do processo, sendo nomeado o Conselheiro com maior número de votos na ordem subsequente.

5. DA ESCOLHA DOS CANDIDATOS

5.1. Data da Escolha: 27 de novembro de 2012 (terça-feira)

Horário: 10h às 15h

Local: Sala de Reuniões - Prefeitura Municipal de Luzerna.

5.2. A escolha será feita por representantes de organizações governamentais e não governamentais e professores ativos das redes pública e particular do Município de Luzerna, inscritos na forma deste Edital.

Parágrafo Único - Além da urna fixa na Sala de Reuniões da Prefeitura, haverá uma urna itinerante que coletará os votos dos professores nos seguintes locais e horários:

MANHÃ

10h:00 ESCOLA SÃO FRANCISCO

10h30: ESCOLA M. SÃO FRANCISCO - UNIDADE CENTRO DE EVENTOS

10h45: ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PADRE NOBREGA

11h15 SENAI

TARDE:

13h00 ESCOLA M. SÃO FRANCISCO

13h0 ESCOLA M. SÃO FRANCISCO - UNIDADE CENTRO DE EVENTOS

14h00 SENAI

14h30 ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PADRE NOBREGA

5.3. O representante habilitado a participar do Processo de Escolha apresentará à Mesa Receptora de Votos, por ocasião da escolha, a carteira de identidade ou outro documento equivalente com foto.

5.4. Cada representante, tendo apenas direito a votar um representante das entidades governamentais e não governamentais poderá votar em até 03 (três) candidatos, sendo que os votantes não poderão ter parentesco com o candidato.

5.5. O candidato poderá inscrever um fiscal para acompanhar todo o Processo de Escolha.

5.6. A solicitação de inscrição de fiscal deverá ser encaminhada à Comissão Organizadora, até 24 (vinte e quatro) horas antes do pleito.

5.7. Poderão permanecer no local de votação, além dos integrantes da Mesa Receptora de Votos, os membros da Comissão Organizadora e do Ministério Público.

5.8. Encontrada alguma irregularidade na totalização ou apuração dos votos por parte da Mesa Receptora, esta encaminhará o fato à Comissão Organizadora, para análise e decisão sobre as providências a serem adotadas.

5.9. Serão considerados eleitos 03 (três) candidatos a Conselheiro Tutelar mais votados, ficando os demais candidatos como suplentes, observada a ordem decrescente de votos.

5.10. Havendo empate no número de votos, será considerado eleito o candidato mais idoso.

5.11. As impugnações referentes ao resultado final, poderão ocorrer até às 11:00 horas do dia subsequente à publicação, devendo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente analisá-las e julgá-las até às 14:00 horas do mesmo dia.

5.12. Para a posse como Conselheiro Tutelar, o candidato eleito deverá apresentar certidão das Varas Cíveis e Criminais e da Justiça Federal de Joaçaba, comprovando idoneidade moral para o cargo, pois, caso contrário, será desclassificado e nomeado o candidato subsequente.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Maiores informações poderão ser obtidas na Assessoria Jurídica ou através do telefone (49) 3551-4700.

6.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora em conjunto com o CMDCA e Ministério Público.

Luzerna(SC), 23 de outubro de 2012.

ANELIZE SANTANNA SIMON

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Luzerna - Santa Catarina

ANEXO I

CALENDÁRIO OFICIAL

Processo de Escolha Conselho Tutelar Luzerna - Gestão 2012/2015		
Data	Atividades Candidatos	Atividades Votantes
25/10/2012	Publicação do Edital de Convocação no site www.luzerna.sc.gov.br , Mural Público da Prefeitura de Luzerna e DOM (Diário Oficial dos Municípios)	Publicação do Edital de Convocação no site www.luzerna.sc.gov.br , Mural Público da Prefeitura de Luzerna e DOM (Diário Oficial dos Municípios)
25/10/2012 a 09/11/2012	inscrições para Conselheiros Tutelares das 08h às 11h e das 13h30min às 17h30	Inscrição das entidades e dos votantes das 08h às 11h e das 13h30min às 17h30



12/11/2012	Publicação Relação dos Candidatos no site www.luzerna.sc.gov.br e Mural Público da Prefeitura Municipal de Luzerna, após às 14h.	Publicação da Relação das entidades e dos Votantes no site www.luzerna.sc.gov.br e Mural Público da Prefeitura Municipal de Luzerna, após às 14h.
13/11/2012	Prazo para pedido de impugnação de inscrição de candidato.	Prazo para pedido de impugnação das entidades e votantes.
14/11/2012	Prazo para os candidatos impugnados apresentarem defesa até às 17h.	Prazo para entidades e votantes impugnadas apresentarem defesa, até às 17h.
19/11/2012	Apreciação pela Comissão Organizadora dos pedidos de impugnação (candidatos), até às 11h. Publicação Relação dos Candidatos no site www.luzerna.sc.gov.br e Mural Público da Prefeitura Municipal de Luzerna, após às 14h.	Apreciação pela Comissão Organizadora dos pedidos de impugnação (entidades e votantes) Publicação da relação das entidades votantes habilitadas para participar do processo de escolha, no site www.luzerna.sc.gov.br e Mural Público da Prefeitura Municipal de Luzerna, após às 14h.
20/11/2012	Prova de conhecimentos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e de informática básica	
21/11/2012	Avaliação de Aptidão física e mental.	
22/11/2012	Publicação da relação dos candidatos habilitados para participar do Processo de Escolha do Conselho Tutelar de Luzerna - Gestão 2012/2015, após às 14h.	
23/11/2012	Prazo para recursos dos candidatos inabilitados até as 11h Análise dos recursos dos candidatos pela Comissão Organizadora após as 14 h.	
26/11/2012	Publicação da Relação final dos candidatos habilitados ao Processo de Escolha, no site www.luzerna.sc.gov.br e Mural Público da Prefeitura Municipal de Luzerna, após às 14h.	
27/11/2012	Votação, apuração e homologação do resultado do Processo de Escolha das 10h às 15h na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Luzerna	

28/11/2012	Publicação do resultado da votação no site www.luzerna.sc.gov.br e Mural Público da Prefeitura Municipal de Luzerna, após às 14h.	
29/11/2012	Prazo para requerer a impugnação do resultado da votação do processo de escolha do Conselho Tutelar de Luzerna - Gestão 2012/2015, até às 11h. Análise e julgamento dos pedidos impugnação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após as 14h.	
30/11/2012	Publicação do resultado final do processo de escolha no site www.luzerna.sc.gov.br , Mural Público da Prefeitura Municipal de Luzerna, Fórum de Justiça, CT, e Unidade de Saúde, após às 14h.	
03/12/2012	Posse dos Conselheiros Tutelares eleitos e início das atividades	

Macieira

PREFEITURA

Aviso de Licitação

EDITAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0003/2012

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0007/2012

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede administrativa à Rua Dona Maria Mendes, nº 153, Centro, na cidade de Macieira, SC, através de seu Secretário o SR. ROZALINO CAMUZATTO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que se encontra aberto o Processo Licitatório nº 0007/2012, na modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 0003/2012, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que até as 09h00min, do dia 14 de novembro de 2012, na sede da Prefeitura Municipal localizada na Rua José Augusto Royer, nº 133, Centro, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 2537, de 03 de janeiro de 2012, estará recebendo propostas para a Contratação de empresa especializada para execução de obra de ampliação da Unidade Básica de Saúde Central da sede do município, numa área de 72 m², conforme especificações do Projeto, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro e Memorial Descritivo anexos ao Edital, através de recursos do Ministério da Saúde.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 14/11/2012, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como o Edital na íntegra poderão se obtidas diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo desta Tomada de Preços, ou através do telefone (49) 3574-2000, de segunda à sexta-feira, das 08h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira - SC, 24 de outubro de 2012.
IANA SPANHOLLO ABRAÃO
Presidente de Comissão

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº. 2568 de 22 de Outubro de 2012
DECRETO Nº. 2568 DE 22 DE OUTUBRO DE 2012
Abre Créditos Adicionais Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental
0501 - 31900000 - Aplicações Diretas
0501 - 12218 - Transferências Municipalização Fundeb 60% R\$ 33.000,00
0501 - 31900000 - Aplicações Diretas
0501 - 12219 - Transferências Municipalização Fundeb 40% R\$ 6.000,00
0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
0501 - 12219 - Transferências Municipalização Fundeb 40% R\$ 10.000,00
0501 - 44900000 - Aplicações Diretas
0501 - 12219 - Transferências Municipalização Fundeb 40% R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 22 DE OUTUBRO DE 2012
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2569 de 22 de Outubro de 2012
DECRETO Nº. 2569 DE 22 DE OUTUBRO DE 2012
Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200,00 (Duzentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0034 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
0304.004.123.0042.2013 - Manutenção dos Serviços Contábeis
0304 - 44900000 - Aplicações Diretas
0304 - 38900 - Alienação de Bens Outros R\$ 200,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2011.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 22 DE OUTUBRO DE 2012
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2570 de 22 de Outubro de 2012
DECRETO Nº. 2570 DE 22 DE OUTUBRO DE 2012
Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MEDICA
0602.010.301.0100.2031 - Manutenção das atividades do PACS
0602 - 31900000 - Aplicações Diretas
0602 - 16403 - Agentes Comunitários de Saúde - PACS R\$ 24.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal De Massaranduba,
Em 22 De Outubro De 2012
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Co 29.2012 Dr. Lucio Merida Aspeti

CONTRATO Nº. 29/2012

PROCESSO: Edital de Credenciamento 01/2009

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: DR. LUCIO MERIDA ASPETI- Pessoa Física

OBJETO: Prestação de Serviços referente ao Atendimento Médico de Urgência por hora no Pronto Atendimento Municipal

VALOR: R\$ 66,96 (sessenta e seis reais e noventa e seis centavos) hora plantão

DATA DA VIGENCIA: 23.10.2012 a 31.12.2012

ANNA KARINE REINKE FRANZ

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preço Nº. 9.2012 - Oxigênio Medicinal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 9/2012

Processo Licitatório Nº. 22/2012

Pregão Presencial Nº. 13/2012

VALIDADE: 12 (doze) meses (17 – 10 – 2012 a 17 – 10 – 2013)

Aos 17 de Outubro de 2012 do ano de 2012, o FUNDO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal, a Sra. ANNA KARINE REINKE FRANZ e pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 13/2012 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDROS POR M3, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC), AO LONGO DE 12 MESES, conforme consta no Anexo X do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presente à empresa e seu representante:

Participantes Presentes	CNPJ
WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS SA, neste ato representado por ANDRE LUIS BIANCARELLI	35.820.448/0107-94

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDROS POR M3, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC), um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Empresa Vencedora							
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde	R\$ Unit.	R\$ Total
01	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS SA	CILINDRO DE 01 M3 DE OXIGENIO PARA USO TERAPEUTICO O2	CILINDRO	WHITE MARTINS	40	65,00	2.600,00

02	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS SA	CILINDRO DE 02 M3 DE OXIGENIO PARA USO TERAPEUTICO (O2).	CILINDRO	WHITE MARTINS	12	120,00	1.440,00
03	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS SA	CILINDRO DE 3.5 M3 DE OXIGENIO PARA USO TERAPEUTICO (O2)	CILINDRO	WHITE MARTINS	40	87,50	3.500,00
04	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS SA	CILINDRO DE 07 M3 DE OXIGENIO PARA USO TERAPEUTICO (O2)	CILINDRO	WHITE MARTINS	100	175,00	17.500,00
Total Geral dos Itens: R\$ 25.040,00							

1.2. O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 25.040,00 (VINTE E CINCO MIL E QUARENTA REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.0. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Saúde Municipal, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 22/2012 - Pregão Presencial Nº. 13/2012.

3.3. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 22/2012 - Pregão Presencial Nº. 3/2012 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestados pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.



4.1. A despesa decorrente da presente ata de registro de preços será efetuada a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

Código Dotação	Descrição
06	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
002	GERENCIA DE ASSISTENCIA MEDICA
2033	Atendimento à população
33903004000000	GAS ENGARRAFADO
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.1. O prazo de entrega será de 24 (vinte quatro) horas após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.2. Local de entrega: Pronto Atendimento Municipal, situada na Rua 11 de Novembro, 3560, próximo a Micar Material de Construção, Centro, na cidade de Massaranduba/SC.

5.3. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, a critério do Fundo Municipal.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Fundo Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência;

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Saúde Municipal, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.2. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3. Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.4. O Fundo Municipal não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o FUNDO MUNICIPAL solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.1.2. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

11.1.3. Entregar os objetos licitados rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas, após solicitação através de ordem de serviço, na sede do Pronto Atendimento e dos Postos de Saúde ora designados pela municipalidade, de segunda a sexta feira, das 07h00min às 12h e das 13h00min às 17h, devendo ser expedida a nota fiscal;

11.1.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

11.1.5. Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

11.1.6. Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

11.1.7. Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

11.1.8. O preço contratado será, a qualquer título, a única e completa remuneração devida à CONTRATADA, achando-se compreendidos e diluídos no valor proposto, os materiais, os equipamentos, as ferramentas, os tributos, despesas decorrentes de transporte, entrega, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, e tudo o que for necessário ao perfeito e adequado fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preço.

11.1.9. A empresa vencedora deverá ceder os cilindros de oxigênio medicinal, sendo eles disponibilizados em cilindros de 01, 02, 3,0 ou 3,5 e 07 m³ de acordo com a solicitação do setor, por empréstimo para a Secretaria de Saúde e Assistência Social durante o tempo de fornecimento das cargas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório Nº. 22/2012 - Pregão Presencial Nº. 13/2012, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba(SC), 17 de Outubro de 2012.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA
ANNA K. REINKE FRANZ
Gestora do Fundo Municipal

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS SA
ÁLVARO JESUS D'ÁVILA PINTO
CPF:457.581.150-53
Procurador

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS AS
RUY LUIZ DE OLIVEIRA DIEHL
CPF: 212.102.330-53
Procurador

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS SA
ANDRE LUIS BIANCARELLI
Gerente de Negócios da Contratada

Meleiro

PREFEITURA

Portaria N.º 317/2012

PORTARIA n.º 317/2012

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal ANDREI VISENTIN MAFFIOLETTI - matrícula 954, ocupante do cargo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 05/05/2011 a 04/05/2012.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 16/10/2012.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 24 de Outubro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Audiência Plano Diretor

A PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA/SC, em consonância ao Estatuto da Cidade, e Lei Orgânica Municipal de Morro da Fumaça - SC convocam a população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, a ser realizada no dia 09 (nove) de Novembro de 2012, sexta-feira, às 09 (nove) horas, na Câmara de Vereadores de Morro da Fumaça, na Rua 20 de Maio, 100, Centro, Morro da Fumaça, para apresentação do anteprojeto da legislação do Plano Diretor, Fase 04 (quatro).

O Projeto de Lei do Plano Diretor está disponível no site www.morrodafumaca.sc.gov.br e na sede da Prefeitura de Morro da Fumaça, Rua 20 de Maio, 100, Centro.

Morro da Fumaça, 24 de Outubro de 2012.

BALTAZAR PELLEGRIN

Prefeito Municipal.

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Licitação Dispensa 01/2012 Fhmn

Prefeitura Municipal de Navegantes, CONVITE Nº 01/2012 FHN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DA OBRA DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 29/10/2012. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 29/10/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 22 de outubro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 80/2012 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2012FMAS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA, COZINHA, CAMA, MESA, BANHO, DECORAÇÃO, VESTUÁRIO E CALÇADOS, DESTINADOS AS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS E CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 08/11/2012. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 08/11/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 25 de outubro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Extrato Ata Nº 78.2012 FMAS

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 78/2012.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, torna pública a Ata de Registro de Preços nº 78/2012 relativa ao Pregão Presencial nº 78/2012 FMAS, contendo os preços registrados pela empresa TEXTIL BRASIL IND. CAMERCIO E CONFECÇÕES LTDA EPP, CNPJ 07.304.046.0001-43, vencedora pelo preço total de R\$ 2.943,00. Vigência: até 31/12/2012. A ata está disponível no endereço: www.navegantes.sc.gov.br e no Departamento de Licitações, Informações: tel.: (47) 3342-9500.

NELSON DA CUNHA

Pregoeiro

Extrato de Ata Nº 76.2012 FMAS

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 76/2012.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, torna pública a Ata de Registro de Preços nº 76/2012 relativa ao Pregão Presencial nº 76/2012

FMAS, contendo os preços registrados pela empresa ADMINISTRADORA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA CNPJ 10.541.301/0001-86, vencedora pelo preço total de R\$ 6.174,20. Vigência: até 31/12/2012. A ata está disponível no endereço: www.navegantes.sc.gov.br e no Departamento de Licitações, Informações: tel.: (47) 3342-9500.

NELSON DA CUNHA
Pregoeiro

Extrato de Ata Nº 77.2012 FMAS

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 77/2012.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, torna pública a Ata de Registro de Preços nº 77/2012 relativa ao Pregão Presencial nº 77/2012 FMAS, contendo os preços registrados pela empresa BARKI DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ 10.213.886/0001-05, vencedora pelo preço total de R\$ 5.447,00. Vigência: até 31/12/2012. A ata está disponível no endereço: www.navegantes.sc.gov.br e no Departamento de Licitações, Informações: tel.: (47) 3342-9500.

NELSON DA CUNHA
Pregoeiro

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato de Homologação e Adjudicação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/12

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/12

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 24/10/12

CONTRATADO: MB CATARINENSE LTDA - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objetivo a seleção de propostas para: Aquisição de Materiais, para uso nas oficinas de Capacitação de cursos de Manicure e Pedicure e Pintura em Tecidos a serem oferecidos aos usuários do CRAS, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.526,20 (dois mil quinhentos e vinte e seis reais e vinte centavos)

DATA: 24/10/12
SANTOS ZILLI
Prefeito Municipal.

Resultado do Pregão Presencial Nº 030/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2012

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de sua Pregoeira, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 030/2012, cujo objeto trata-se da Aquisição de Materiais, para uso nas oficinas de Capacitação de cursos de Manicure e Pedicure e Pintura em Tecidos a serem oferecidos aos usuários do CRAS, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos, que na data de sua realização: 24/10/2012 às 08:00 hs, que teve como empresa participante: MB CATARINENSE LTDA ME sendo vencedora dos itens: Item 01 a 11, sendo o valor total R\$ 2.526,20 (Dois mil, quinhentos e vinte seis reais e vinte centavos), estando o preço de acordo com o orçamento da Prefeitura.

Novo Horizonte/SC, em 24 de Outubro de 2012.

SILVANI ZILIO MOSCHEN

Pregoeira

Palhoça

PREFEITURA

Resultado Pregão 158-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL
158/2012

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2012, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

COMERCIO DE AUTO PEÇAS PH LTDA ME ficou classificada em 1º lugar no lote 01 totalizando R\$ 9.598,00 (nove mil quinhentos e noventa e oito reais).

Palhoça, 24 de outubro de 2012

Contrato Nº189/2012

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º189/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP. OBJETO: aquisição de móveis e estabilizadores para a sala dos professores. VALOR: R\$ 886,97 (oitocentos e oitenta e seis reais e noventa e sete centavos).

DATA: 16/10/2012.

Contrato Nº190/2012

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º190/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA ME. OBJETO: aquisição de móveis e estabilizadores para a sala dos professores. VALOR: R\$ 342,00 (trezentos e quarenta e dois reais).

DATA: 16/10/2012.

Contrato Nº191/2012

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º191/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JEFERSON DA SILVEIRA ME. OBJETO: aquisição de móveis e estabilizadores para a sala dos professores. VALOR R\$

1.176,00 (um mil cento e setenta e seis reais).

DATA: 16/10/2012.

Contrato Nº192/2012

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º192/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SCHEYLLA DE MENDONÇA ME. OBJETO: aquisição de móveis e estabilizadores para a sala dos professores. VALOR R\$ 348,00 (trezentos e quarenta e oito reais).

DATA: 16/10/2012.

Contrato Nº193/2012

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º193/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HANG EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP. OBJETO: revitalização da Praça Paulo Inácio Darli, situado no Distrito de Enseada do Brito. VALOR: R\$ 625.752,45 (seiscentos e vinte e cinco mil setecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e cinco centavos).

DATA: 17/10/2012.

Contrato Nº194/2012

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º194/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BE-E2B INFORMÁTICA LTDA. OBJETO: aquisição de equipamentos de informática para a Polícia Militar. VALOR: R\$ 13.214,00 (treze mil duzentos e quatorze reais).

DATA: 17/10/2012.

Contrato Nº195/2012

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º195/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JEFERSON DA SILVEIRA ME. OBJETO: aquisição de equipamentos de informática para a Polícia Militar. VALOR: R\$ 1.563,00 (um mil quinhentos e sessenta e três).

DATA: 17/10/2012.

Contrato Nº197/2012

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º197/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa WA COMÉRCIO LTDA ME. OBJETO: construção do Centro de Educação Infantil da Pró Infância, obra de um piso, com 564,50m² (quinhentos e sessenta e quatro metros e cinquenta centímetros quadrados) localizado na Rua Manoel Donato Garcia - Área Institucional 1, Loteamento Vila Nova, Bairro Pachecos. VALOR: R\$ 542.811,52 (quinhentos e quarenta e dois mil oitocentos e onze reais e cinquenta e dois centavos), Convênio FNDE: R\$ 454.333,24 (quatrocentos e vinte e quatro mil trezentos e trinta

e três reais e vinte e quatro centavos) e Contrapartida Prefeitura Municipal de Palhoça: 88.478,28 (oitenta e oito mil quatrocentos e setenta e oito reais e vinte e oito centavos).

DATA: 23/10/2012.

CÂMARA MUNICIPAL

Lei Promulgada Nº 3.589/2012

LEI PROMULGADA Nº 3.589, DE 10 DE OUTUBRO DE 2012.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Adilio Dorvalino Pereira

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 58, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município de Palhoça; e Artigo 97, Parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, PROMULGA a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de SERVIDÃO ADILIO DORVALINO PEREIRA, com extensão de aproximadamente 50,00 (cinquenta) metros, com 06 (seis) metros de largura, via Pública situada no Centro, neste Município, com início a Rua Ervino Scheidt.

Parágrafo único. A localização da via pública, de que trata o artigo anterior, obedece a croqui em anexo, parte integrante desta LEI. Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando às disposições em contrário.

Palhoça, 10 de outubro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Lei Promulgada Nº 3.590/2012

LEI PROMULGADA Nº 3.590, DE 10 DE OUTUBRO DE 2012.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Geison Niehues Fraga

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 58, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município de Palhoça; e Artigo 97, Parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, PROMULGA a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de Servidão Geison Niehues Fraga, com extensão de 100 metros por 7 m de largura, com início na Rua João Carlos Ferreira, via pública localizada no Bairro Guarda do Cubatão.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 10 de outubro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Lei Promulgada Nº 3.591/2012

LEI PROMULGADA Nº 3.591, DE 10 DE OUTUBRO DE 2012.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Aurea Ramos Pierre

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 58, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município de Palhoça; e Artigo 97, Parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, PROMULGA a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominado de Servidão Aurea Ramos Pierre, com

extensão de 40 metros de comprimento por 4,5 metros de largura com início da Rua Carlos Schütz, via pública localizada no Bairro Passa Vinte, neste município.

Parágrafo único. A localização da via pública identificada no "caput" obedece croqui em anexo, parte integrante desta LEI.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 10 de outubro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Lei Promulgada Nº 3.592/2012

LEI PROMULGADA Nº 3.592, DE 10 DE OUTUBRO DE 2012.

DENOMINA PROLONGAMENTO DA VIA. Servidão Genoveva Generosa de Jesus.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 58, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município de Palhoça; e Artigo 97, Parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, PROMULGA a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominado junto a Servidão Genoveva Generosa de Jesus, o prolongamento desta via publica, com extensão aproximadamente 166m (cento e sessenta seis), com 06 (seis) de largura, Via publica situada no Bairro Aririú da formiga, deste município.

Parágrafo único. A via publica que trata o caput, foi denominada através da Lei nº 2005, de 16 de Julho 1990.

Art. 2º A localização da via publica de que trata o artigo anterior, obedece a croqui em anexo, parte integrante desta lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Palhoça, 10 de outubro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Lei Promulgada Nº 3.593/2012

LEI PROMULGADA Nº 3.593, DE 10 DE OUTUBRO DE 2012.

DENOMINA PROLONGAMENTO DA VIA. Servidão Diomar Boeing

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 58, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município de Palhoça; e Artigo 97, Parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, PROMULGA a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominado junto a Servidão Diomar Boeing, o prolongamento desta via publica, com extensão aproximadamente 300m (trezentos), com 06 (seis) de largura, com inicio na Rua Nelson Floriano Campos, Via publica situada no bairro Pachecos, deste município.

Parágrafo único. A via publica que trata o caput, foi denominada através da Lei nº 3.484, de 20 de junho 2011.

Art. 2º A localização da via publica de que trata o artigo anterior, obedece a croqui em anexo, parte integrante desta lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Palhoça, 10 de outubro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Lei Promulgada Nº 3.594/2012

LEI PROMULGADA Nº 3.594, DE 10 DE OUTUBRO DE 2012.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Osvaldo Graf.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 58, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município de Palhoça; e Artigo 97, Parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, PROMULGA a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de Servidão Osvaldo Graf, com extensão de 80,00 metros e transversal da Servidão Francisco Jordão, via pública localizada no Bairro Aririú, neste Município.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 10 de outubro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Lei Promulgada Nº 3.595/2012

LEI PROMULGADA Nº 3.595, DE 10 DE OUTUBRO DE 2012.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Paulo Pedro de Souza.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 58, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município de Palhoça; e Artigo 97, Parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, PROMULGA a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de Servidão Paulo Pedro de Souza, com extensão de 150,00 metros e transversal da Rua Henrique José da Silva, via pública localizada no Bairro Aririú, neste Município.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta LEI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 10 de outubro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Projeto de Lei Nº 1098/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.098/2012.

INSTITUI A POLÍTICA DE ESTÍMULO À ADOÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do município de Palhoça, a Política de Estimulo à Adoção de Animais Domésticos.

§ 1º O Poder Executivo poderá disponibilizar espaços nos parques e praças para a realização de feiras e campanhas de estímulo à adoção e guarda responsável.

§ 2º Fica vedada a cobrança de taxas municipais para a realização de feiras de adoção, promovidas por entidades de proteção aos animais.

Art. 2º No intuito de divulgar a política ora instituída, fica constituído

como dia municipal de proteção aos animais dia 04 de outubro.

Parágrafo único. O dia ora constituído passara a constar no Calendário Oficial de Eventos do Município.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal poderá promover através de seu órgão competente, ampla divulgação da política ora instituída.

Parágrafo único. No dia constituído no artigo 2º desta Lei, o Poder Executivo através do órgão competente poderá promover as seguintes atividades:

I. Ministrar Palestras que visem à conscientização da população com relação ao tratamento que deve ser dispensado aos animais;
II. Ministrar palestras com temas voltados à transmissão de doenças, epidemiologia, patogenia, controle e prevenção de doenças;
III. Divulgar Programas de controle em cada nível de ação com:
a) investigação e controle de foco do vetor mosquito "palha", responsável pela transmissão da leishmaniose, uma doença provocada pelos parasitas unicelulares do gênero Leishmania, um protozoário.

b) controle da população de cães e gatos através de esterilização.

Art. 4º O Poder Executivo incluirá na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - e na Lei Orçamentária Anual - LOA - do exercício civil seguinte à data de publicação desta Lei, as despesas decorrentes de sua execução.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze.

Projeto de Lei Nº 1100/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.100/2012.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS NOVOS LOTEAMENTOS E EDIFICAÇÕES, PREVER A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS MISTAS COM AJARDINAMENTO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Os novos loteamentos e edificações aprovados a partir da publicação da presente Lei deverão, obrigatoriamente, prever somente a construção de calçadas mista com ajardinamento, que fica denominado de Calçada Verde, a qual deverá obedecer as seguintes disposições:

I - A implantação da Calçada Verde será em passeios de largura mínima de 2,00 (dois) metros, com faixa ajardinada desenvolvida longitudinalmente, localizada junto a guia.

II - A Calçada Verde respeitará a faixa mínima de 1,00 (um) metro, necessária ao trânsito livre e seguro de pedestre, construída de concreto ou revestimento cerâmico antiderrapante.

III - A faixa ajardinada da Calçada Verde terá largura máxima de 1,00 (um) metro a partir da guia.

IV - Em passeios, igual ou superior a 2,5 (dois e meio) metros, será facultada a execução de outra faixa de jardinagem junto ao

alinhamento do lote, com largura máxima de ½ (meio) metro para cada faixa.

V - Nas áreas ajardinadas junto ao alinhamento dos lotes, com largura de até ½ (meio) metro, somente será permitido o plantio de grama, vegetação rasteira, herbáceas ou subarbustos, com porte máximo de 50 (cinquenta) centímetros.

VI - Nas áreas ajardinadas junto a guia somente será permitido o plantio de grama ou outra vegetação rasteira.

VII - Nas faixas ajardinadas da Calçada Verde não poderão ser usadas espécies vegetais que apresentem espinhos, acúleos ou tóxicos que possam causar danos físicos aos pedestres.

VIII - As faixas ajardinadas da Calçada Verde serão interrompidas em toda a sua extensão, em frente de acesso para veículos pelo pavimento do passeio, substituídas por concreto ou revestimento cerâmico antiderrapante.

Art. 2º A administração municipal poderá promover campanhas de incentivo para a implantação da Calçada Verde, em substituição aos passeios construídos de concretos ou revestimento cerâmico.

§ 1º A unidade administrativa competente, quando acionada, fornecerá indicações e orientações técnicas aos interessados na implantação da Calçada Verde.

§ 2º Os municípios ficam responsáveis pela manutenção das Calçadas Verdes nos limites correspondentes aos seus lotes, assim como pelos reparos dos passeios existentes quando da sua implantação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze.

Projeto de Lei Nº 997/2012

PROJETO DE LEI Nº 997/2012.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A FIGURA DO REI CONGA OU REI NEGRO NO CARNAVAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Autoriza a criação da figura do rei conga ou rei negro do carnaval por meio de concurso. O concurso para escolha do rei conga ou rei negro do carnaval deve ser realizado todo ano na semana que antecede o carnaval.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze.

Decreto Legislativo Nº 242/2012

DECRETO LEGISLATIVO Nº 242/2012.

APROVA MINUTA DE TERMO DE CONVÊNIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta Termo de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça, através do Fundo Municipal de Assistência e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 244/2012.

Passo de Torres**PREFEITURA****Portaria Nº 090/2012**

PORTARIA Nº 090, DE 15 DE OUTUBRO DE 2012.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, SANDUVAL IRINEU CAETANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor Público Municipal, Sanduval Irineu Caetano, referente ao período aquisitivo de 03/02/2004 à 02/02/2009.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias e iniciada em 15/10/2012 e terminará em 12/01/2013.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 15 de outubro de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 15 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 085/2012

PORTARIA Nº 085, 18 DE SETEMBRO DE 2012.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, FERNANDA DE SOUZA LUMMERTZ, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 211 da lei 118/94.

Considerando o atestado médico encaminhado ao Departamento Pessoal, onde consta que a referida servidora deverá entrar em licença- maternidade apartir de 18/09/2012 por 120 (cento e vinte) dias.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Gestação à servidora Publica Municipal, Fernanda de Souza Lummertz, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar do dia 18/09/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 18 de setembro de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de setembro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 086/2012

PORTARIA Nº 086, DE 03 DE OUTUBRO DE 2012.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, DAVID NAZARE DE OLIVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor Público Municipal, David Nazare de Oliveira, referente ao período aquisitivo de 06/03/2002 à 05/03/2007.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias e iniciada em 03/10/2012 e terminará em 31/12/2012.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de outubro de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 03 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 087/2012

PORTARIA Nº 087, DE 08 DE OUTUBRO DE 2012.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, SERGIO LUIZ FERREIRA LOUZADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor Público Municipal, Sergio Luiz Ferreira Louzada, referente ao período aquisitivo de 1999/2004

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias e iniciada em 08/10/2012 e terminará em 05/01/2013.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 08 de outubro de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 08 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 088/2012

PORTARIA Nº 088, DE 09 DE OUTUBRO DE 2012.

"CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 085 DE 02 DE JULHO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da Portaria 085/2010, que designou o servidor Evandro Peres Cardoso para prestar serviço na Secretaria Municipal de Saúde, devendo o mesmo retornar A Secretaria Municipal de Obras a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 09 de outubro de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 09 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças.

Portaria Nº 089/2012

PORTARIA 089, DE 13 DE OUTUBRO DE 2012.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PATRICIA SCHEFER COELHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Patricia Schefer Coelho, onde consta que a mesma apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde à servidora Pública Municipal, Patricia Schefer Coelho até o mesmo apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 13 de outubro de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 13 de outubro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Portaria Nº 362, de 05 de Outubro de 2012.

PORTARIA Nº 362, DE 05 DE OUTUBRO DE 2012.

EXONERA A PEDIDO LUANA CRISTINA MENGATTO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE DE COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, LUANA CRISTINA MENGATTO, brasileira, solteira, estudante, residente na Linha Rio tigre, Interior, no município de Videira-SC do cargo de provimento em comissão de Assistente de coordenação de Serviços Administrativos, lotada no Gabinete de Prefeito.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 05 de outubro de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 05 de outubro de 2012

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 363, de 08 de Outubro de 2012.

PORTARIA Nº 363, DE 08 DE OUTUBRO DE 2012.

NOMEIA EDIVANE PRADELA PARA OCUPAR O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE DE GABINETE DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR EDIVANE PRADELA, brasileira, solteira, estudante, residente na Rua Frederico Denardi, 66, Bairro São José, no município de Pinheiro Preto-SC para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente de Gabinete do Executivo Municipal, lotada no Gabinete de Prefeito.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 08 de outubro de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 08 de outubro de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 368, de 19 de Outubro de 2012.

PORTARIA Nº 368, DE 19 DE OUTUBRO DE 2012.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCESSO DISCIPLINAR Nº 050/2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando solicitação da Comissão Processante;

Considerando o disposto no art. 240 da Lei Complementar Municipal n. 016/2012,

RESOLVE:

Art. 1.º Fica prorrogado em 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos referente Processo Disciplinar nº 050/2012.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC,

19 de outubro de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 365 de 15 de Outubro de 2012.

PORTARIA Nº. 365 DE 15 DE OUTUBRO DE 2012.

CONTRATA SALETE LURDES GRIS BENDER PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE PROFISSIONAL DE APOIO, COM MAGISTÉRIO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, CONFORME ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, da Lei Orgânica do Município; e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº 115/2004 e 117/2005, e lei complementar 179 de 08 de março de 2012, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 010.2011

RESOLVE:

Art. 1º- CONTRATAR SALETE LURDES GRIS BENDER, brasileira, casada inscrita no CPF sob nº. 296.292.689-49, para exercer as funções de Profissional de Apoio, com magistério em caráter

temporário, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei para o cargo correspondente, com início em 15 de outubro e término ao final do ano letivo.

Art. 2º - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de outubro de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 15 de outubro de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 364 de 08 de Outubro de 2012.

PORTARIA Nº. 364 DE 08 DE OUTUBRO DE 2012.

CONCEDE GOZO DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR JAIR BOESING OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE MOTORISTA.

EUZEBIO CALISTO VEICELI Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe o art. 166 da lei complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor JAIR BOESING ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, gozo de 85 (oitenta e cinco) dias consecutivos de Licença Sem Remuneração para tratar de Interesses Particulares, com início em 08 de outubro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 08 de outubro de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

Portaria N.º 1237/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.237, de 01 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 03 de setembro de 2012, referente ao período aquisitivo de julho de 2006 a julho de 2011, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município ao servidor João Carlos Martins da Cunha, ocupante do cargo de Auxiliar de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de setembro de 2012.

Porto União - SC, em 01 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1238/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.238, de 01 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de outubro a 20 de dezembro de 2012, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Vera Grundmann Debacker, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Maria Terezinha Odpes Amaral que se encontra afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 1239/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.239, de 01 de outubro de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora e o Memorando nº 472/2012, de 21 de setembro de 2012, da Secretaria Municipal de Educação, nada tendo a opor quanto ao deferimento;

CONSIDERANDO parecer Jurídico desta Municipalidade, que nada obsta que seja procedido a alteração da carga horária da professora efetiva;

RESOLVE

Art. 1º ENQUADRAR em caráter definitivo a partir de 01 de outubro de 2012, a servidora LUCIA PAOLYCK, ocupante do cargo de Professor Docente 1ª ao 5ª anos iniciais, na carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", conforme previsto no Anexo III, observados os Art. 40 e 41, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município e suas alterações.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Extrato de Edital de Pregão Presencial 007/2012 - FUNREBOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 008/2012 - FUNREBOM

Extrato de Edital de Pregão presencial 007/2012 - FUNREBOM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de pregão presencial, tipo menor preço por item para aquisição de 01 (um) veículo tipo furgão, com teto alto, destinado a transformação em ambulância para ser utilizado como Auto Socorro de Urgência pelo Corpo de Bombeiros Militar de Porto União, com as demais características. Recebimento dos envelopes e credenciamento será as 10:00 horas do dia 07 de novembro de 2012, na Prefeitura Municipal, com início da sessão publica as 10:15 horas do mesmo dia e local. Maiores informações e cópia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone (42) 3523 1155, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br, site www.portouniao.sc.gov.br.

Porto União SC, 25 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Rio do Sul**PREFEITURA****Portaria Nº. 1.164/RH**

PORTARIA Nº. 1.164/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar a Portaria nº 1.340/RH de 29 de novembro de 2010 cessando, a partir de 24/10/2012, o pagamento do benefício de auxílio reclusão pago a família do servidor ALFREDO ADEMIR CHRISTEN, matrícula 27839/01, nomeado no cargo efetivo OPERADOR DE EQUIPAMENTOS, nos termos do Art. 261 da Lei Complementar nº. 207 de 28/09/2010, em virtude da concessão de Regime Aberto com Salvo Conduto através do Ofício GEPEN Nº 2435/2012 de 23/10/2012 emitido pela Diretoria da Penitenciária de Curitiba.

Art. 2º. O servidor deve retornar as suas atividades laborais no local de sua lotação imediatamente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de outubro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Portoria Nº 1.131/2012

PORTARIA Nº. 1.131/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Casamento, de acordo com o Inciso III do Art. 150, da Lei Complementar nº. 207, de 28/09/2010, à servidora pública municipal, RAQUEL DOTTA CORREA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Italiano (40h), de 22/10/2012 até 26/10/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de Outubro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Vf

Pregão Presencial 161/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2012

OBJETO: Registro de preços para aquisição de lanches diversos para pessoal que participa de cursos de capacitação. Divisão de Recursos Humanos.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 07/11/2012, às 08:30h, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:30h do dia 07/11/2012, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 24 de outubro de 2012.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Edital de Intimação de Decisão Proferida Em Processo Administrativo

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
VANDERLEIA WILLEMANN	745.358.629-15	136095
TEREZINHA DIAS	641.603.008-04	136905
JR FARMACIA LTDA ME	07.006.889/0001-63	135824
MARCELO WILLEMANN	921.016.909-34	136663
DIRCEU ALVES	004.436.189-09	135983
MARIANE MULLER	953.350.139-15	132735
IRMA LUCIA TREVISAN GESTOES ME	10.882.345/0001-70	125453
ZENILDA SANTOS SOUZA	043.730.338-11	133217
DENISE BEATRIZ ROSSATO PINOS	465.245.170-91	126000

Rio do Sul, 24 de Outubro de 2012.

LEONICE WITTE
Protocolo Geral

EUGÊNIO VICENZI
Secretário Municipal da Fazenda

Salto Veloso**PREFEITURA****Portaria Nº. Dp0333/2012**

PORTARIA Nº. DP0333/2012
"REVOGA PORTARIA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS "

Pedrinho Ansiliero, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade como anexo V da Lei Municipal nº 0016/2010 de 23/12/2010;

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica revogada a portaria Nº DP0280/2012, que concede licença para o servidor JOSÉ ROBERTO TREVISOL BITTENCOURT, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotado no cargo de Médico através de ato legal, devendo portanto Vossa Senhoria retornar as suas funções junto a Secretária de Saúde e Assistência Social deste município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 22 de Outubro de 2012
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

São Bento do Sul**PREFEITURA****Resumo do Pregão Presencial Nº 357/2012**

PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 357/2012
MENOR PREÇO

A PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração e da Pregoeira Municipal, torna público para quem interessar possa, conforme preceituam a Lei 8.666/93 de 21/06/93, que receberá até as 10h45min do dia 08 de novembro de 2012, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) AUTOMÓVEL 0 (ZERO) KM, TIPO HATCH, ANO/MODELO 2012/2013, PARA O SERVIÇO DE POLICIAMENTO RESERVADO DO 23º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de

Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 às 13:00 horas. Ou ainda pelo site pelo endereço: www.saobentodosul.sc.gov.br.

São Bento do Sul, 24 de outubro de 2012.

MARCO RODRIGO REDLICH
Secretário de Administração

ROSIELE FENDRICH
Pregoeira Municipal

SAMAE

Portaria/SAMAE/SBS Nº 276, de 10 de Outubro de 2012.

“ CONCEDE FÉRIAS ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 11886, de 05 de abril de 2012, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art.1º- CONCEDER a servidora Ivonete T.V.G. de Lima, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento II, desde 22/06/1987, lotada nesta Autarquia, 20(vinte) dias de férias, referente período aquisitivo: 2011/2012.

Art. 2º - As férias a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 29/08/2012.

Art.-3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29/08/2012.

JEAN MARCELO FUCK
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS Nº 277, de 10 de Outubro de 2012.

“ CONCEDE FÉRIAS ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 11886, de 05 de abril de 2012, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art.1º- CONCEDER ao servidor Sandro Mateo Beier, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA, desde 28/01/1991, lotado nesta Autarquia, 20(vinte) dias de férias, referente período aquisitivo 2011/2012.

Art. 2º - As férias a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 09/07/2012.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos a partir de 09/07/2012.

JEAN MARCELO FUCK
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS Nº 279, de 10 de Outubro de 2012.

“ CONCEDE FÉRIAS ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 11886, de 05 de abril de 2012, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art.1º- CONCEDER ao servidor Altair Luís do Prado, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA, desde 14/07/1994, lotado nesta Autarquia, 20(vinte) dias de férias, referente período aquisitivo 2010/2011.

Art. 2º - As férias a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 06/02/2012.

Art.3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/02/2012.

JEAN MARCELO FUCK
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS Nº 280, de 10 de Outubro de 2012.

“ CONCEDE FÉRIAS ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 11886, de 05 de abril de 2012, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art.1º- CONCEDER ao servidor Gilnei do Amaral, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Serviços de Pedreiro, desde 03/04/1995, lotado nesta Autarquia, 20(vinte) dias de férias, referente período aquisitivo 2011/2012.

Art. 2º - As férias a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 22/10/2012.

JEAN MARCELO FUCK
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS Nº 283, de 10 Outubro de 2012.

“ CONCEDE FÉRIAS ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 0011, de 05 de janeiro de 2009, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art.1º- CONCEDER a servidora Claudete Stawny, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, desde 09/07/1998, lotada nesta Autarquia, 20(vinte) dias de férias, referente saldo dos períodos aquisitivos: 2009/2010, 2010/2011 e 2011/2012.

Art. 2º - As férias a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 02/10/2012.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02/10/2012.

JEAN MARCELO FUCK
Diretor Presidente

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.510, de 23 de Outubro de 2012.

DECRETO Nº 4.510, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012.

Altera o Decreto 4.503, de 10 de outubro de 2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 4.503, de 10 de outubro de 2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica fixado para turno único, o horário de expediente e de atendimento ao público dos órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta, os quais cumprirão jornada de trabalho de 06 (seis) horas ininterruptas, das 12:30hs às 18:30hs, de segunda à sexta-feira, no período de 15 de outubro até 31 de dezembro de 2012.

Parágrafo único. Excetuam-se do cumprimento do horário previsto no caput os órgãos, abaixo relacionados, que permanecerão com seus horários de funcionamento inalterados:

- I - Serviço Público Municipal de Saúde 24 horas;
- II - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU);
- III - Conselho Tutelar;
- IV - Núcleo de Atendimento à Criança e Adolescente (NACA/PETI);
- V - Serviço de Inspeção Municipal;
- VI - Escolas Públicas Municipais;
- VII - Estação de Tratamento de Esgoto;
- VIII - As escolinhas esportivas do Comitê Desportivo Municipal;
- IX - As oficinas culturais e artísticas do Instituto Cultural São Lourenço;
- X - Parque de máquinas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29 de outubro de 2012.

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de outubro de 2012.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Retificação a Numeração do Processo 05/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC -
INSTITUTO CULTURAL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO INSTITUTO CULTURAL, RETIFICA A NUMERAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05 PREGÃO Nº 05/2012, POR OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, ITENS E PROJETOS PARA ESTRUTURAÇÃO DOS ESPAÇOS QUE INTEGRAM O INSTITUTO CULTURAL LOCAL

CENTRO DE EVENTOS, publicado no DOM/SC Edição nº 1100, página 140, no que se refere AO NÚMERO DO PROCESSO leia-se: Nº 06 .
. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

EVERTON LUIZ LOVERA
Gerente Executivo

2º Termo Aditivo ao Processo Licitatório Nº 022/2012, Modalidade Pregão Presencial Nº 014/2012

2º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2012, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2012

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Tomé Francisco Etges, brasileiro, portador do RG nº 1.014.731, inscrito no CPF sob o nº 425.504.839-87; Secretária Municipal de Educação, Sra. Loreci Catarina Smaniotto de Oliveira, brasileira, casada, portadora do RG nº 9009543902 e inscrita no CPF sob nº 325.175.130-15, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa RENATA CRISTINA RADIN RICARDI ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Mato Grosso, nº 143, bairro Araucaria, no Município de Vitorino - PR, CEP: 85.520-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.397.299/0001-01, neste ato representada por sua administradora, Sra. Renata Cristina Radin Ricardi, brasileira, empresária, inscrita no CPF sob nº 925.404.499-72 e portadora da Cédula de Identidade sob nº 5.281.004-6, emitida pela SSP/SC, residente e domiciliado no Município de São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 022/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 014/2012, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, para que se faça o acréscimo de aproximadamente 4,66% (quatro vírgula sessenta e seis por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, em razão da necessidade dos gêneros alimentícios serem utilizados no preparo da alimentação escolar.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 13.544,70 (treze mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos) o que perfaz aproximadamente 4,66% (quatro vírgula sessenta e seis por cento) do valor total contratado.

CONSIDERANDO que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 022/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 014/2012, que trata da AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, DO ANO LETIVO DE 2012, os seguintes itens:

Contratada: RENATA CRISTINA RADIN RICARDI ME;

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VLR UNIT.	VALOR TOTAL
6	MARGARINA COM SAL - POTE DE 1KG - DEPOSITADA	21	3,5637	74,84
11	AÇÚCAR CRISTAL - PACOTE 5KG	202	10,9301	2.207,88

12	ARROZ PARBOLIZADO TIPO 1 - PACOTE 5KG	320	7,9437	2.541,98
20	LEITE INTEGRAL - VALIDADE MÍNIMA 120 DIAS - DEPOSITADO	4000	2,1800	8.720,00
TOTAL R\$ 13.544,70				

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 13.544,70 (treze mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de outubro de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

RENATA CRISTINA RADIN RICARDI

Renata Cristina Radin Ricardi ME

LORECI C. S. DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Educação

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 1101, de 18 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1101, DE 18 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 1101, de 18 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A564653S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10522, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 1101, de 18 de julho de 2012.

Data da assinatura: 01 de outubro de 2012.

Signatários: TOMÉ FRANCISCO ETGES - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 1132, de 18 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1132, DE 18 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 1132, de 18 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645V7B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10553, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 1132, de 18 de julho de 2012.

Data da assinatura: 01 de outubro de 2012.

Signatários: TOMÉ FRANCISCO ETGES - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 1167, de 03 de Setembro de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1167, DE 03 DE SETEMBRO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 1167, de 03 de setembro de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394V33P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7789, com as configurações descritas na cláusula primeira do

Termo Cessão de Uso nº 1167, de 03 de setembro de 2012.
Data da assinatura: 01 de outubro de 2012.

Signatários: TOMÉ FRANCISCO ETGES - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 1168, de 03 de Setembro de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1168, DE 03 DE SETEMBRO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 1168, de 03 de setembro de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394V849, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7836, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 1168, de 03 de setembro de 2012.

Data da assinatura: 01 de outubro de 2012.

Signatários: TOMÉ FRANCISCO ETGES - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 1216, de 01 de Outubro de 2012.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1216, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 1200134597010 da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Joceli Pacheco, CPF nº 050.673.959-74.

Objeto: Cessão de Uso do bem: Laptop Positivo, N/S: 1A570TK6P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10531, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 1216, de 01 de outubro de 2012.

Data da assinatura: 01 de outubro de 2012.

Signatários: TOMÉ FRANCISCO ETGES - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e JOCELI PACHECO - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 1217, de 01 de Outubro de 2012.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1217, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 502355743 da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Dirlei Rosa Fonseca, CPF nº 054.114.899-03.

Objeto: Cessão de Uso do bem: Laptop Positivo, N/S: 1A394V849, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7836, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 1217, de 01 de outubro de 2012.

Data da assinatura: 01 de outubro de 2012.

Signatários: TOMÉ FRANCISCO ETGES - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e DIRLEI ROSA FONSECA - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 1218, de 01 de Outubro de 2012.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1218, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 502356138 da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Luiz de Mattos, CPF nº 525.431.889-91.

Objeto: Cessão de Uso do bem: Laptop Positivo, N/S: 1A394T72I, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7699, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 1218, de 01 de outubro de 2012.

Data da assinatura: 01 de outubro de 2012.

Signatários: TOMÉ FRANCISCO ETGES - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e LUIZ DE MATTOS - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 1219, de 01 de Outubro de 2012.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1219, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 401487296 da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Noelí Tenutti Perego, CPF nº 042.818.429-42.

Objeto: Cessão de Uso do bem: Laptop Positivo, N/S: 1A5645V7B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10553, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 1219, de 01 de outubro de 2012.

Data da assinatura: 01 de outubro de 2012.

Signatários: TOMÉ FRANCISCO ETGES - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e NOELÍ TENUTTI PEREGO - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 1220, de 01 de Outubro de 2012.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1220, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 211687227 da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Lourdes Trindade Pacheco, CPF nº 789.814.689-15.

Objeto: Cessão de Uso do bem: Laptop Positivo, N/S: 1A394V03G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7785, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 1220, de 01 de outubro de 2012.

Data da assinatura: 01 de outubro de 2012.

Signatários: TOMÉ FRANCISCO ETGES - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e LOURDES TRINDADE PACHECO - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 1221, de 01 de Outubro de 2012.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1221, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 402655494 da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Elvira de Quadra, CPF nº 894.502.729-72.

Objeto: Cessão de Uso do bem: Laptop Positivo, N/S: 1A394T777, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7747, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 1221, de 01 de outubro de 2012.

Data da assinatura: 01 de outubro de 2012.

Signatários: TOMÉ FRANCISCO ETGES - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e ELVIRA DE QUADRA - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 1222, de 01 de Outubro de 2012.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1222, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 1100134600035 da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Olimpia Padilha Pereira, CPF nº 048.014.709-47.

Objeto: Cessão de Uso do bem: Laptop Positivo, N/S: 1A5645N33, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10536, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 1222, de 01 de outubro de 2012.

Data da assinatura: 01 de outubro de 2012.

Signatários: TOMÉ FRANCISCO ETGES - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e OLÍMPIA PADILHA PEREIRA - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 1223, de 01 de Outubro de 2012.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1223, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 402654820 da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Waldir Weizenmann, CPF nº 024.173.889-01.

Objeto: Cessão de Uso do bem: Laptop Positivo, N/S: 1A394T762, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7700, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 1223, de 01 de outubro de 2012.

Data da assinatura: 01 de outubro de 2012.

Signatários: TOMÉ FRANCISCO ETGES - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e WALDIR WEIZENMANN - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 1224, de 01 de Outubro de 2012.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1224, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 302267174 da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Adair Ana Remus Barbieri, CPF nº 020.356.149-02.

Objeto: Cessão de Uso do bem: Laptop Positivo, N/S: 1A394V001, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7780, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 1224, de 01 de outubro de 2012.

Data da assinatura: 01 de outubro de 2012.

Signatários: TOMÉ FRANCISCO ETGES - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e ADAIR ANA REMUS BARBIERI - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 1225, de 01 de Outubro de 2012.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1225, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 2641658 da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Noelí Tenutti Perego, CPF nº 042.818.429-42.

Objeto: Cessão de Uso do bem: Laptop Positivo, N/S: 1A394FV8M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7734, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 1225, de 01 de outubro de 2012.

Data da assinatura: 01 de outubro de 2012.

Signatários: TOMÉ FRANCISCO ETGES - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e NOELÍ TENUTTI PEREGO - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 1226, de 01 de Outubro de 2012.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1226, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 9902837218 da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Jair Antonio Hartmann, CPF nº 019.648.479-07.

Objeto: Cessão de Uso do bem: Laptop Positivo, N/S: 1A394T34G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7688, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 1226, de 01 de outubro de 2012.

Data da assinatura: 01 de outubro de 2012.

Signatários: TOMÉ FRANCISCO ETGES - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e JAIR ANTONIO HARTMANN - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 23/10/2012**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE

Exercício de 2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 23/10/2012 até 23/10/2012

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		73.575,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	73.575,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	73.575,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	30.485,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00	Saude Bucal - SB	7.440,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Saúde da Família - SF	35.650,00

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 24/10/2012

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

NORIVAL JOÃO CENCI
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Decreto Nº 125/2012

DECRETO Nº125/2012

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº656/2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por conta do Superávit Financeiro na dotação abaixo identificada:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.06.182.22.2019 - Segurança no Trânsito R\$ 3.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.202 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 19 de outubro de 2012.
ERNEI JOSÉ SATHÉLIN
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Portaria Nº 4.791/2012, de 23 de Outubro de 2012

PORTARIA Nº 4.791/2012, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012
NOMEIA SUBSTITUTA RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,
R E S O L V E :

Art. 1º Nomear a Senhora Fabieli Pilatti, Engenheira Civil, inscrita no CPF sob o nº044.593.891-66, CREA-SC 093.485-5 SC, como substituta, responsável pela fiscalização do seguinte serviço contratado pelo município de Schroeder:

- Execução, com fornecimento de mão-de-obra, materiais, equipamentos necessários e contratação de empresa especializada para Pavimentação Asfáltica na Rua 03 de Outubro, extensão de 2.760m, perfazendo uma área total de 28.207,50m², no Município de Schroeder/SC, de acordo com Contratos de repasse nº

329.601-29-2010 e 333.533-71/2010, com o Ministério do Turismo e contratos de repasse nº 330.053-16/2010, 330.013-24-2010 e 329.051-72-2010, com o Ministério das Cidades, de acordo com as especificações pertinentes no Contrato nº. 68/2011 - PMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Schroeder, 23 de outubro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 84/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000
- SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 84/2012-PMS

PROCESSO Nº. 136/2012-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais de desgaste para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 12 de novembro de 2012 às 08h45min.

Abertura do Processo: 12 de novembro de 2012 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 25 de outubro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 85/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000
- SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 85/2012-PMS

PROCESSO Nº. 137/2012-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de EPI's para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 13 de novembro de 2012 às 08h45min.

Abertura do Processo: 13 de novembro de 2012 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 25 de outubro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA

Decreto Nº 2861, de 24 de Setembro de 2012

DECRETO Nº 2861, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 29.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2543, de 16/12/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

23.01.006.182.0048.2204. FUNREBOMPOM
23.01.006.182.0048.2204. CORPO DE BOMBEIROS
23.01.006.182.0048.2204. MANUTENÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.30000 SUP. FINANCEIRO - REC. ORDINARIOS 25.000,00
TOTAL 25.000,00
23.02.006.181.0048.2206. FUNREBOMPOM
23.02.006.181.0048.2206. POLICIA MILITAR
23.02.006.181.0048.2206. MANUTENÇÃO DA POLICIA MILITAR
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.30000 SUP. FINANCEIRO - REC. ORDINARIOS 4.000,00
TOTAL 4.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 29.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 24 de setembro de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2862, de 24 de Setembro de 2012

DECRETO Nº 2862, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 115.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 2.543, de 16 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, à conta de anulação no valor total de R\$ 115.000,00 conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 106.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.01.010.301.0070.2150. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
15.01.010.301.0070.2150. SERVIÇOS EM SAUDE NA ATENÇÃO BÁSICA
15.01.010.301.0070.2150. MANUTENÇÃO DA SAUDE DA FAMILIA
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10200 REC.IMPOSTOS NE DE TRANSF. IMP SAUDE 66.000,00
0.16400 ATENÇÃO BÁSICA 34.000,00
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
440000.00 INVESTIMENTOS
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.16400 ATENÇÃO BÁSICA 6.000,00
TOTAL 106.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.01.010.301.0070.2150. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
15.01.010.301.0070.2150. SERVIÇOS EM SAUDE NA ATENÇÃO BÁSICA
15.01.010.301.0070.2150. MANUTENÇÃO DA SAUDE DA FAMILIA
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
319100.00 APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS
0.10200 REC.IMPOSTOS NE DE TRANSF. IMP SAUDE 66.000,00
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.16400 ATENÇÃO BÁSICA 40.000,00
TOTAL 106.000,00

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 9.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.02.010.302.0072.2164. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
15.02.010.302.0072.2164. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
15.02.010.302.0072.2164. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
319100.00 APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS
0.10200 REC.IMPOSTOS NE DE TRANSF. IMP SAUDE 9.000,00
TOTAL 9.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.02.010.302.0072.2164. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
15.02.010.302.0072.2164. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
15.02.010.302.0072.2164. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10200 REC.IMPOSTOS NE DE TRANSF. IMP SAUDE 9.000,00
TOTAL 9.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 24 de setembro de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2864, de 24 de Setembro de 2012

DECRETO Nº 2864, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012
Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 13.500,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2543, de 16 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

04.03.012.361.0022.1027. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
04.03.012.361.0022.1027. ENSINO FUNDAMENTAL
04.03.012.361.0022.1027. CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS ESCOLAS DE ENSINO FUND.
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
440000.00 INVESTIMENTOS
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.15800 SALÁRIO EDUCAÇÃO 13.500,00
TOTAL 13.500,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre

à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 24 de setembro de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2865, de 24 de Setembro de 2012

DECRETO Nº 2865, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012
Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 3.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.543, de 16 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2012:

06.01.022.661.0030.2062. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
06.01.022.661.0030.2062. INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS
06.01.022.661.0030.2062. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 3.000,00
TOTAL 3.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

06.01.022.661.0030.2062. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
06.01.022.661.0030.2062. INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS
06.01.022.661.0030.2062. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 3.000,00
TOTAL 3.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 24 de setembro de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2866, de 25 de Setembro de 2012

DECRETO Nº 2866, DE 25 DE SETEMBRO DE 2012

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 944,09.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.543, de 16 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2012:

07.02.018.542.0044.2084. SECR. DE PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE

07.02.018.542.0044.2084. MEIO AMBIENTE

07.02.018.542.0044.2084. MANUTENÇÃO DO MEIO AMBIENTE

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 944,09

TOTAL 944,09

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 944,09 (novecentos e quarenta e quatro reais e nove centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

07.02.018.542.0044.2084. SECR. DE PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE

07.02.018.542.0044.2084. MEIO AMBIENTE

07.02.018.542.0044.2084. MANUTENÇÃO DO MEIO AMBIENTE

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 944,09

TOTAL 944,09

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 25 de setembro de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2867, de 25 de Setembro de 2012

DECRETO Nº 2867, DE 25 DE SETEMBRO DE 2012

Abre Crédito Especial à conta de anulação no valor de R\$ 29.081,91.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.543, de 16 de dezembro de 2011 e Lei nº 2598, de 17 de setembro de 2012,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2012:

07.02.018.542.0044.2084. SECR. DE PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE

07.02.018.542.0044.2084. MEIO AMBIENTE

07.02.018.542.0044.2084. MANUTENÇÃO DO MEIO AMBIENTE

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 24.581,91

319100.00 APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS

0.10000 VINCULO LIVRE 4.500,00

TOTAL 29.081,91

Art.2º Abre Crédito Especial ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 29.081,91 (vinte e nove mil, e oitenta e um reais e noventa e um centavos), autorizado pela Lei nº 2598, de 17 de setembro de 2012, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

13.01.018.542.0044.2112. FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ

13.01.018.542.0044.2112. MEIO AMBIENTE

13.01.018.542.0044.2112. MANUTENÇÃO DO FUNDO DO MEIO AMBIENTE - FMMA

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 24.500,00

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 3.381,91

TOTAL 27.881,91

13.02.028.845.0007.0014. FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ

13.02.028.845.0007.0014. ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

13.02.028.845.0007.0014. CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FMMA

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 1.000,00

TOTAL 1.000,00

13.99.099.999.9999.9999. FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ

13.99.099.999.9999.9999. RESERVA DE CONTINGENCIA

13.99.099.999.9999.999. RESERVA DE CONTINGENCIA

900000.00 RESERVA DE CONTINGENCIA

990000.00 RESERVA DE CONTINGENCIA

999900.00 RESERVA DE CONTINGENCIA

0.10000 VINCULO LIVRE 200,00

TOTAL 200,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 29.081,91

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 25 de setembro de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2868, de 25 de Setembro de 2012

DECRETO Nº 2868, DE 25 DE SETEMBRO DE 2012

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 35.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2543, de 16 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.2150. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 15.01.010.301.0070.2150. SERVIÇOS EM SAUDE NA ATENÇÃO BÁSICA
 15.01.010.301.0070.2150. MANUTENÇÃO DA SAUDE DA FAMILIA
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.16400 ATENÇÃO BÁSICA 20.000,00
 TOTAL 20.000,00
 15.03.010.303.0076.2170. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 15.03.010.303.0076.2170. SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO
 15.03.010.303.0076.2170. MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 337100.00 TRANSF. A CONSORCIOS PUBLICOS
 0.16700 ASSISTENCIA BÁSICA FARMACEUTICA 15.000,00
 TOTAL 15.000,00
 TOTAL GERAL 35.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 25 de setembro de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
 Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2871, de 28 de Setembro de 2012

DECRETO Nº 2871, DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 11.700,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos V, VII e XXII e c/c art. 70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2543, de 16/12/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

08.02.026.451.0052.1065. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 08.02.026.451.0052.1065. OBRAS MUNICIPAIS
 08.02.026.451.0052.1065. PAVIMENTAÇÕES E DRENAGENS
 400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
 440000.00 INVESTIMENTOS
 449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.30000 SUPERAVIT FINANCEIRO LIVRE 11.700,00
 TOTAL 11.700,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 28 de setembro de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
 Prefeito de Timbó/SC

Tunápolis

PREFEITURA

Processo de Licitação Nº 87/2012 Edital de Pregão Presencial Nº 63/2012 3ª Idade

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 87/2012

Edital de Pregão Presencial nº 63/2012

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item que tem por objeto a aquisição de Edredons, Kit Cobre Leito e Toalhas de mesa a serem distribuídas gratuitamente as pessoas da 3ª idade do município, através da programação "Natal do Idoso", desenvolvido pelo Setor Social, de acordo com os itens, especificações, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório e da Lei autorizativa nº 930/2011 de 11 de março de 2009.

Entrega das propostas até às 10h do dia 08/11/2012.

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 24 de outubro de 2012.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Processo de Licitação Nº 88/2012 Edital de Pregão Presencial Nº 64/2012 Material de Limpeza

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 88/2012

Edital de Pregão Presencial nº 64/2012

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item que tem por objeto a aquisição de material de limpeza, destinados a manutenção e conservação da Secretaria da Educação, Escolas da Rede Municipal nesta Municipalidade.

Entrega das propostas até às 9h do dia 07/11/2012.

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 24 de outubro de 2012.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Processo de Licitação Nº 89/2012 Edital de Pregão Presencial Nº 65/2012 Gêneros Alimentícios

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 89/2012

Edital de Pregão Presencial nº 65/2012

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item que tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios a serem utilizados pelo Serviço Social nas atividades desenvolvidas com os grupos da "3ª idade" do município. Entrega das propostas até às 14h00min do dia 07/11/2012. Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 24 de outubro de 2012

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Turvo**PREFEITURA****Leilão PMT 71/2012**

Aviso de Licitação - Modalidade de Leilão

A Prefeitura Municipal de Turvo - SC, através de seu Leiloeiro torna a público que fará realizar processo licitatório Modalidade de Leilão Público a quem se fizer interessado.

Processo de Licitação nº 71/2012 - Modalidade - LEILÃO nº. 71/2012 - Tipo Melhor Preço Ofertado.

Objeto: O objeto da presente licitação é a Alienação Bens Móveis Inservíveis a Administração Pública do Município de Turvo - SC, tipo uma Pá Carregadeira.

Abertura da Sessão para entrega de documentos e em seguida abertura para lances: a partir das 10:00 horas do dia 07/11/2012. Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo - SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186 ou pelo e-mail: compraspmturvo@netvale.net

Turvo - SC, em 22 de outubro de 2012

CECÍLIA LINO FERREIRA CONTI

Leiloeira

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 14/12, de 11 de Outubro de 2012.**

PORTARIA Nº 14/12, de 11 de outubro de 2012.

Dispõe sobre a exoneração de cargo de Provisão em Comissão na Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 6º, § 2º e § 3º da Lei Complementar nº. 011/11, de 28 de setembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, HAROLDO SCHUVARTZ, CPF nº. 457.604.039/15, do Cargo de provimento em Comissão de Assessor de Imprensa, Símbolo PC - 050, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo, em 11 de outubro de 2012.

Vereador ÉSIO SIMÃO

Presidente da Câmara

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, na data Supra.

Vereador ADAIR CONSTANTE

Primeiro Secretário

Videira**PREFEITURA****Decreto Nº 10.222/12**

DECRETO Nº 10.222/12, DE 18 DE OUTUBRO DE 2012.

Revoga o Decreto nº 9.662/11, de 24 de março de 2011, e dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72, IX, e;

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 12.626/12, sendo o requerente o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira;

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 9.662/12, de 24 de março de 2011, que "Nomeia servidor efetivo para realizar as funções de Contador do INPREVID - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de outubro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de outubro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1577/12

PORTARIA nº 1577/12

Exonera, a pedido, Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 12664/2012,

RESOLVE

Exonerar, a pedido, SILVANE DA ROCHA PINTO, do cargo comissionado de Gerente do Setor de Assistência Farmacêutica, símbolo DAS-4, nomeada pela Portaria nº 0485/10.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 15 de outubro de 2012.

Videira, 17 de outubro de 2012.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1578/12

PORTARIA Nº 1578/12

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo IPREV sob o nº 052/2011, nos assentos funcionais da servidora JUVILDE TEREZINHA PANISSON, detentora da matrícula funcional nº 8705, e do cargo de provimento efetivo de Professora, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 12705/12,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora, JUVILDE TEREZINHA PANISSON, detentora da matrícula nº 8705 e do cargo de provimento efetivo de Professora, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo IPREV sob o nº 052/2011, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 19 de outubro de 2012.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de outubro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1579/12

PORTARIA Nº 1579/12

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00059/12-0, nos assentos funcionais da servidora MARIA CANDIDA DE ALMEIDA RALDI detentora da matrícula funcional nº 2296 e do cargo de provimento efetivo de Professora, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 12736/12,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da

servidora, MARIA CANDIDA DE ALMEIDA RALDI, detentora da matrícula nº 2296 e do cargo de provimento efetivo de Professora, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00059/12-0, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 19 de outubro de 2012.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de outubro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1580/12

PORTARIA Nº 1580/12

Concede Promoção Vertical à servidora que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 12372/2012.

RESOLVE

Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora SERIDONEA BENIGNEA ZAGO DIAS, Professora, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Especialização em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de outubro de 2012.

Videira, 19 de outubro de 2012.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de outubro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Pregão Presencial Nº 116/2012 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2012 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 116/2012 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA PARA USO DA POLÍCIA MILITAR. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 09 de Novembro de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 22 de Outubro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Consórcios

CIS/AMMVI

Pregão Eletrônico Nº 006/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2012

OBJETO: Seleção de propostas para fornecimento de medicamentos, através do Sistema de Registro de Preços (atendendo a demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 Municípios consorciados, representando aproximadamente 450.000 usuários do SUS), COM ENTREGAS PARCELADAS, durante o prazo de doze meses. Os produtos descritos deverão ser entregues em 14 (quatorze) cidades catarinenses da região do Médio Vale do Itajaí (Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó), denominadas "Secretarias Municipais de Saúde".

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, neste ato representado pelo sua Autoridade Competente ORIDES KORMANN, resolve, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico nº 006/2012, após analisado todos os atos, adjudicado todos os itens e devidamente homologado, REGISTRAR OS PREÇOS para eventual fornecimento dos objetos a seguir:

065.817.900/0001-71 - Aglon Comércio e Representações Ltda

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
298	Valproato de sódio 500 mg, cápsula ou comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	152.775	0,3870	59.123,93	DEPAKENE - ABBOTT
Total do Fornecedor :		59.123,9200				

061.150.447/0001-31 - Laboratórios Baldacci S.A.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
179	Isossorbida (mononitrato) 40 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	225.540	0,0896	20.208,38	Monocordil 40 mg/Lab. Baldacci S/A

290	Ticlopidina (cloridrato) 250 mg comprimido, embalagem com 30 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	42.105	0,2360	9.936,78	Ticlobal 250 mg/Lab. Baldacci S/A
Total do Fornecedor :		30.145,16				
081.887.838/0001-40 - Prodiel Farmacêutica Ltda						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
34	Beclometasona (dipropionato) 50mcg/dose, spray nasal, aerosol 200 doses, embalagem individual em cartucho, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	2.699	18,0000	48.582,00	Glaxo
39	Betametasona (acetato) 3mg/ml + Betametasona (fosfato dissódico) 3mg/ml, ampola de 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	11.445	5,3000	60.658,50	União Química
103	Diclofenaco Sódico 25mg/ml, injetável, ampola 3ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	20.318	0,3500	7.111,30	União Química
108	Dimenidrinato 50 mg + piridoxina (cloridrato) 50 mg, ampola, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	4.599	1,0000	4.599,00	União Química

181	Lactulose 667mg/ml, xarope, frasco com 100 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	1.943	5,6000	10.880,80	União Química
182	Levodopa 100 mg + Benserazida 25mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	43.575	1,1700	50.982,75	Roche
183	Levodopa 200 mg + Benserazida 50 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	145.950	1,5700	229.141,50	Roche
233	Noretisterona 0,35 mg, cartela com 35 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	55.125	0,1400	7.717,50	Jassen
252	Pirimitamina 25mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	9.135	0,0503	459,4905	Farmoquímica
261	Propatilnitrato 10mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	334.950	0,2428	81.325,86	Farmoquímica

287	Teofilina 100 mg comprimido ou cápsula, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	148.050	0,3210	47.524,05	Abbott
288	Teofilina 200 mg comprimido ou cápsula, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	63.840	0,5080	32.430,72	Abbott
Total do Fornecedor :		581.413,47				

026.921.908/0001-21 - Hospfar Ind e Com

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
48	Cabergolina 0,5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	46.830	16,6172	778.183,48	PFIZER
107	Dimenidrinato 50 mg + piridoxina (cloridrato) 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	94.080	0,1146	10.781,57	NYCOMED
Total do Fornecedor :		788.965,04				

049.475.833/0001-06 - Biolab Sanus Farmaceutica Ltda

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
262	Propiltiouracil 100mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	94.080	0,4020	37.820,16	PROPILRACIL / BIOLAB
Total do Fornecedor :		37.820,16				

042.799.163/0001-26 - Bh Farma Comércio Ltda

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
------	-----------	---------	------------	----------------	-------------	-------

263	Propranolol (cloridrato) 40 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	2.170.350	0,0110	23.873,85	PROPRANOLOM / OSORIO DE MORAIS
297	Valproato de sódio 250 mg, cápsula ou comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	698.775	0,1648	115.158,12	DEPAKENE / ABBOTT
Total do Fornecedor :		139.031,97				

004.301.884/0002-56 - Aurobindo Pharma Indústria Farmacêutica Limitada

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
71	Citalopran (bromidrato) 20 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	856.800	0,0700	59.976,00	GENERICO AUROBINDO
247	Paroxetina (cloridrato) 20 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	290.850	0,1100	31.993,50	GENERICO AUROBINDO
274	Sertralina (cloridrato) 50 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	929.460	0,1200	111.535,20	GENERICO AUROBINDO
Total do Fornecedor :		203.504,70				

002.520.829/0001-40 - Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
------	-----------	---------	------------	----------------	-------------	-------

52	Carbamazepina 400 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	87.150	0,4500	39.217,50	TEUTO/ GENERICO
190	Levotiroxina 25 mcg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	1.137.150	0,1400	159.201,00	MERCK/ GENERICO
191	Levotiroxina 50 mcg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	1.466.850	0,1400	205.359,00	MERCK/ GENERICO
276	Sinvastatina 20 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	6.142.500	0,0534	328.009,50	LABORIS/ MEVILOP
Total do Fornecedor :		731.787,00				
005.782.733/0001-49 - Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
21	Amoxicilina + Clavulanato de potássio 500/125 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	260.400	0,7980	207.799,20	GLAXOSMITHKLINE

53	Carbonato de Cálcio 500 mg + colecalcife- rol 200 UI, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embala- gem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	530.775	0,1000	53.077,50	AIRELA
121	Enalapril (maleato) 10mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimi- dos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	4.898.250	0,0285	139.600,13	CIMED
122	Enalapril (maleato) 20mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimi- dos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	2.336.250	0,0360	84.105,00	CIMED
148	Glibenclamida 5 mg, comprimido, emba- lagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	2.252.250	0,0119	26.801,78	CIMED
Total do Fornecedor :		511.383,60				
004.071.245/0001-60 - Licimed Distribuidora de Medicamentos, Correlatos e Produtos Medicos e Hospitalares Ltda						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
33	Beclometasona (dipropionato) 250 mcg/ dose, spray oral, aerosol 200 doses, em- balagem individual em cartucho, em em- balagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	5.849	27,0000	157.923,00	CLENIL HFA 250MCG OR/CHIESI LTDA

35	Beclometasona (dipropionato) 50mcg/dose, spray oral, aerosol 200 doses, embalagem individual em cartucho, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	3.959	27,0000	106.893,00	CLENIL HFA 50MCG SPR/CHIESI LTDA
44	Budesonida , aerossol nasal, 64mcg/dose, frasco com válvula dosificadora, frasco 120 doses, embalagem individual em cartucho, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	2.373	9,1200	21.641,76	NOEX 64MCG 120 DOSES/EUROFARMA
45	Budesonida, aerossol nasal, 32mcg/dose, frasco com válvula dosificadora, frasco 120 doses, embalagem individual em cartucho, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	3.234	7,3500	23.769,90	NOEX 32MCG 120 DOSES/EUROFARMA LTDA
46	Budesonida, aerossol nasal, 50mcg/dose, frasco com válvula dosificadora, frasco 200 doses, embalagem individual em cartucho, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	3.129	10,5200	32.917,08	NOEX 50MCG SPRAY NAS/EUROFARMA LTDA
244	Paracetamol 500 mg + codeína 30mg, comprimido, blister com 12 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	331.800	0,3080	102.194,40	PACO 500MG + 30MG CX/EUROFARMA LTDA
Total do Fornecedor :		445.339,14				
000.088.317/0001-21 - Victória Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca

189	Levotiroxina 100 mcg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	1.178.940	0,1100	129.683,40	Levoid 100mcg. Aché
211	Metoprolol (succinato) 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	231.210	1,5100	349.127,10	Selozok 100mg. Astrazeneca
212	Metoprolol (succinato) 50 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	337.050	0,9100	306.715,50	Selozok 50mg. Astrazeneca.
293	Tobramicina 3mg/ml, solução oftálmica, frasco de 5 ml embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	7.802	2,9300	22.859,86	Generico Biosintetica
Total do Fornecedor :		808.385,86				

073.856.593/0001-66 - Prati Donaduzzi & Cia Ltda

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
1	Aciclovir 200 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	58.695	0,0649	3.809,31	prati, donaduzzi

7	Albendazol 400 mg, comprimido mastigável, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	378.000	0,1950	73.710,00	prati, donaduzzi
8	Albendazol suspensão 40mg/ml, frasco com 10 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	44.520	0,8800	39.177,60	prati, donaduzzi
10	Alopurinol 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	768.600	0,0270	20.752,20	prati, donaduzzi
11	Alopurinol 300 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	34.650	0,1000	3.465,00	prati, donaduzzi
22	Amoxicilina 250 mg/5mL, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	86.205	0,9900	85.342,95	prati, donaduzzi
23	Amoxicilina 500 mg, cápsulas, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Cápsula	1.053.150	0,0535	56.343,53	prati, donaduzzi

24	Ampicilina 500 mg, cápsulas, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Cápsula	122.850	0,0899	11.044,22	prati, donaduzzi
25	Ampicilina 50mg/mL, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	2.153	1,1490	2.473,80	prati, donaduzzi
31	Azitromicina 40mg/ml, suspensão oral, embalagem com 15 ml, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	33.285	2,1000	69.898,50	prati, donaduzzi
32	Azitromicina 500 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	200.025	0,3500	70.008,75	prati, donaduzzi
64	Cetoconazol 200 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	74.550	0,0685	5.106,68	prati, donaduzzi
70	Ciprofloxacina 500 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	426.300	0,0950	40.498,50	prati, donaduzzi

104	Digoxina 0,05 mg/mL, frasco de 60 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	310	4,1990	1.301,69	prati, donaduzzi
109	Dimeticona 40 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	114.450	0,0410	4.692,45	prati, donaduzzi
112	Dipirona 500 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	939.750	0,0449	42.194,78	prati, donaduzzi
126	Eritromicina (estearato ou estolato) 500 mg, comprimido ou cápsula, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	280.035	0,3000	84.010,50	prati, donaduzzi
141	Fluconazol 150 mg, cápsula, embalagem individual ou com no máximo 600 cápsulas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Cápsula	311.535	0,1690	52.649,42	prati, donaduzzi
156	Haloperidol 2mg/mL, frasco com 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 200 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	2.310	1,7900	4.134,90	Prati, donaduzzi

171	Ibuprofeno 600 mg comprimido ou drágea, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	1.780.800	0,0570	101.505,60	prati, donaduzzi
195	Loratadina 1 mg/mL, suspensão oral, frasco com 100 mL, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	36.015	1,2500	45.018,75	prati, donaduzzi
198	Losartano potássico 50 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	3.612.000	0,0410	148.092,00	prati, donaduzzi
203	Metformina (cloridrato) 500 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	1.821.750	0,0380	69.226,50	prati, donaduzzi
204	Metformina (cloridrato) 850 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	3.356.850	0,0410	137.630,85	prati, donaduzzi
216	Miconazol (Nitrato) 2% (20mg/g) creme dermatológico, bisnaga com 20g ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Bisnaga	4.620	1,2855	5.939,01	prati, donaduzzi

238	Omeprazol 20 mg, cápsula, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Cápsula	6.184.500	0,0345	213.365,25	prati, donaduzzi
246	Paracetamol 750 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	740.250	0,0390	28.869,75	prati, donaduzzi
253	Piroxicam 20 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	191.100	0,0628	12.001,08	prati, donaduzzi
255	Prednisolona (fosfato sódico) 1,34 mg/ml, solução oral, frasco com 100 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	1.050	3,4850	3.659,25	prati, donaduzzi
257	Prednisona 20 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	320.250	0,0715	22.897,88	prati, donaduzzi
258	Prednisona 5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	299.775	0,0330	9.892,58	prati, donaduzzi

273	Secnidazol 1g, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	34.125	0,3200	10.920,00	prati, donaduzzi
280	Sulfadiazina de prata 10 mg/g (1%), creme, bisnaga com 30 g, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Bisnaga	6.405	1,9000	12.169,50	prati, donaduzzi
282	Sulfametoxazol + Trimetoprima 400 mg + 80 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	478.275	0,0465	22.239,79	prati, donaduzzi
284	Sulfato Ferroso 40 mg de Fe II, comprimido revestido, cápsula ou drágea, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	773.850	0,0280	21.667,80	prati, donaduzzi
306	Verapamil (Cloridrato) 80 mg, comprimido ou comprimido revestido ou drágea, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	113.400	0,0415	4.706,10	prati, donaduzzi
Total do Fornecedor :		1.540.416,42				
004.372.020/0001-44 - Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda.						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca

18	Amitriptilina (cloridrato) 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	1.842.750	0,1199	220.945,73	EMS
65	Cetoconazol 20mg/g, creme, tubo com 20g ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Bisnaga	15.330	0,9390	14.394,87	SOBRAL
79	Clonazepan 2,5mg/ml, frasco de 20ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	39.585	1,4000	55.419,00	GEOLAB
178	Isossorbida (mononitrato) 20 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	222.600	0,0799	17.785,74	ZYDUS
Total do Fornecedor :		308.545,33				
006.935.554/0001-67 - Marcofarma Distr de Prod Farmaceuticos Ltda						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
36	Benzilpenicilina benzatina, 1200000 UI pó para suspensão injetável, frasco + diluente, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco-Ampola	16.485	0,5800	9.561,30	TEUTO

37	Benzilpenicilina benzatina, 600000 UI pó para suspensão injetável, frasco + diluente, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco-Am-pola	11.529	0,4900	5.649,21	TEUTO
43	Bromoprida 4 mg/mL, frasco de 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	5.933	0,6000	3.559,80	MARIOL
88	Colchicina 0,5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	68.985	0,1300	8.968,05	GEOLAB
95	Dexametasona 4 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	79.905	0,0900	7.191,45	TEUTO
105	Digoxina 0,25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	550.200	0,0178	9.793,56	PHARLAB
115	Dipirona 50mg + orfenadrina 300mg + cafeína 35 mg, comprimido embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	326.550	0,0900	29.389,50	PHARLAB

117	Domperidona 10 mg, comprimido, embalagem com máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	63.840	0,0840	5.362,56	NOVA QUIMICA
142	Flunarizina (dicloridrato) 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	124.110	0,0425	5.274,68	VITAPAN
154	Guaco (Mikania glomerata Spreng), xarope, frasco com 100 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	6.825	1,5300	10.442,25	BELFAR
169	Ibuprofeno 300 mg comprimido ou drágea, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	441.000	0,0410	18.081,00	GEOLAB
180	Ivermectina 6mg comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	41.265	0,2350	9.697,28	VITAPAN
192	Lidocaína (cloridrato) 2% gel, tubo com 20 g, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Bisnaga	4.442	1,1990	5.325,96	PHARLAB

205	Metildopa 250 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	675.150	0,0799	53.944,49	LABORIS
206	Metildopa 500 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	583.800	0,1199	69.997,62	LABORIS
224	Neomicina (sulfato) 5mg/g + Bacitracina 250UI/g, tubo com 10g ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Bisnaga	85.995	0,7100	61.056,45	MULTILAB
231	Nitrofurantoína 100 mg, comprimidos, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	48.825	0,1040	5.077,80	TEUTO
250	Permetrina 10 mg/mL (1%) loção, frasco de 60 mL ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	16.380	0,7680	12.579,84	SANTA TEREZINHA
266	Ranitidina (cloridrato) 150mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	845.985	0,0294	24.871,96	SANVAL

279	Sulfadiazina 500 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	16.380	0,0950	1.556,10	SOBRAL
291	Timolol (maleato) 0,5%, solução oftálmica, frasco de 5 mL, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	4.589	0,8600	3.946,54	TEUTO
301	Valsartana 80 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	21.000	0,2570	5.397,00	NOVA QUIMICA
303	Varfarina 5 mg, comprimido, embalagem individual ou com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	367.500	0,0880	32.340,00	TEUTO
Total do Fornecedor :		399.064,38				

079.250.676/0001-93 - Cirúrgica Jaw Com. de Mat. Méd. Hosp. Ltda.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
210	Metoclopramida 5mg/ml, ampola de 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	18.165	0,1600	2.906,40	NOPROSIL 10MG. Fabricação: Isofarma Industrial Farmacêutica Ltda. Procedência: Brasileira.

278	Sitagliptina (fosfato) 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	1.470	4,7420	6.970,74	JANUVIA 100MG -Merck Sharp & Dohme S.p.A. Farmac Ltda.
-----	---	------------	-------	--------	----------	--

Total do Fornecedor : 9.877,14

007.031.976/0001-70 - Concord Distribuidora de Medicamentos Ltda

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
102	Diclofenaco Potássico 50 mg, drágea ou comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	1.134.000	0,0171	19.391,40	Probenxilc. Dg. Laboratório: CIMED.

106	Diltiazem 60 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	527.625	0,0900	47.486,25	Cordil. Laboratório: Teuto
-----	---	------------	---------	--------	-----------	----------------------------

200	Mebendazol 100 mg/5mL, suspensão oral, frasco com 30 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 200 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	9.240	0,5310	4.906,44	Helmilab. Fc 30ml. Laborat´roio: Natulab.
-----	---	--------	-------	--------	----------	---

Total do Fornecedor : 71.784,09

000.802.002/0001-02 - Altermed Material Medico Hospitalar Ltda

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
74	Clomipramina 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	11.025	0,1429	1.575,47	UNIÃO QUIMICA

164	Hidrocortisona (succinato sódico) 500 mg, pó para suspensão injetável, frasco + diluente, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco-Ampola	13.440	3,7000	49.728,00	ARISTON
-----	--	---------------	--------	--------	-----------	---------

Total do Fornecedor : 51.303,47

044.734.671/0001-51 - Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
19	Amitriptilina (cloridrato) 75 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	50.085	0,4000	20.034,00	CRISTÁLIA/AMYTRIL 75 MG
40	Biperideno (cloridrato) 2 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	375.900	0,0470	17.667,30	CRISTÁLIA/CINETOL 2 MG
66	Cetoprofeno 50 mg/mL, ampola, IM, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	13.335	1,1900	15.868,65	CRISTÁLIA/CETOPROFENO 50 MG/ML - SOL. INJ. I.M. (GENÉRICO).
78	Clonazepan 2 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	4.147.500	0,0750	311.062,50	CRISTÁLIA/CLOPAM 2 MG.

82	Clorpromazina (cloridrato) 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	229.320	0,1500	34.398,00	CRISTÁLIA/LONGACTIL 25 MG.
83	Clorpromazina (cloridrato) 40mg/ml, frasco de 20 ml embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	7.193	3,8400	27.621,12	CRISTÁLIA/LONGACTIL 40 MG/ML - SOL. ORAL.
84	Clorpromazina (cloridrato) 5mg/ml, ampola de 5 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	546	0,9900	540,54	CRISTÁLIA/LONGACTIL 5 MG/ML - SOL. INJ.
85	Clorpromazina (cloridrato) 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	282.135	0,1400	39.498,90	CRISTÁLIA/LONGACTIL 100 MG.
86	Codeína 30 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	235.830	0,5300	124.989,90	CRISTÁLIA/CODEIN 30 MG.
87	Colagenase 0,6 UI + Cloranfenicol 0,01 g, tubo com 30g, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Bisnaga	38.630	5,1400	198.558,20	CRISTÁLIA/KOLLAGENASE (0,6 U/G) C/ CLO-RANF. (0,01 G/G) - POM. DERMAT.

155	Haloperidol 1 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	12.180	0,0900	1.096,20	CRISTÁLIA/HALO 1 MG.
157	Haloperidol 5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	295.575	0,0600	17.734,50	CRISTÁLIA/HALO 5 MG.
159	Haloperidol decanoato 50 mg/ml, solução injetável, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas, em embalagem primária e secundária apropriada para ampolagem, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	8.148	4,0000	32.592,00	CRISTÁLIA/HALO DECANOATO 70,52 MG/ML - SOL. INJ. (EQUIV. A 50 MG DE HALOPERIDOL).
172	Imipramina (cloridrato) 25mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	711.900	0,0400	28.476,00	CRISTÁLIA/IMIPRA 25 MG.
184	Levodopa 250 mg + Carbidopa 25mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	286.125	0,2000	57.225,00	CRISTÁLIA/PARKIDOPA 250 MG + 25 MG.
186	Levomepromazina (maleato) 100mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	275.100	0,2900	79.779,00	CRISTÁLIA/LEVOZINE 100 MG.

218	Morfina 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	51.660	0,2700	13.948,20	CRISTÁLIA/DIMORF 10 MG.
220	Morfina 30 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	74.550	0,7100	52.930,50	CRISTÁLIA/DIMORF 30 MG.
239	Omeprazol 40 mg pó liofilizado + diluente ampola de 10 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco-Ampola	2.132	3,6000	7.675,20	CRISTÁLIA/OMEPRAZOL SÓDICO 40 MG (GENÉRICO).
259	Prometazina (cloridrato) 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	101.430	0,0250	2.535,75	CRISTÁLIA/PAMERGAN 25 MG.
268	Risperidona 1 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	456.330	0,0700	31.943,10	CRISTÁLIA/RISPERIDON 1 MG.
294	Tramadol 100 mg/mL, frasco de 10ml embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	704	13,0000	9.152,00	CRISTÁLIA/TRAMADON 100 MG/ML - SOL. ORAL.
Total do Fornecedor :		1.125.326,56				
001.972.316/0001-08 - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LONDRINA LTDA - EPP						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca

60	Castanha da Índia, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	550.515	0,1034	56.923,25	Castanha da Índia Varivax Similar 1384100430045 Cp rev. Natulab Brasil
97	Dexclorfeniramina (maleato) 0,4mg/ml, frasco com 100 ml, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	18.963	0,7690	14.582,55	Dexclorfeniramina Maleato 0,4mg/ml Polaradex 1384100200058 Fc 100ml Natulab Brasil
113	Dipirona 500 mg/mL, frasco com 10 ml embalagem individual em cartucho ou com no máximo 200 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	60.218	0,4000	24.087,20	Dipirona Sódica 500mg/ml Maxalgina Similar 1384100020017 Fc 10ml Natulab Brasil
170	Ibuprofeno 50 mg/mL, gotas, frasco 30ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	53.130	0,7390	39.263,07	Ibuprofeno 50mg/ml Ibuprotrat Similar Fc 30ml 1384100330059 Natulab Brasil
229	Nistatina 100000 UI/mL, suspensão oral, frasco de 50 mL ou mais, frasco com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	7.613	1,3650	10.391,75	Nistatina 100.000UI/ml Nistamax Similar 1384100280043 Fc 50ml Natulab Brasil

242	Paracetamol 200 mg/mL, frasco com 10 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 200 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	115.500	0,3990	46.084,50	Paracetamol 200mg/ml Tylemax Similar 138410003 Fc 10ml Natulab Brasil
Total do Fornecedor :		191.332,31				
007.752.236/0001-23 - Medilar Imp. Distr. de Produtos Med. Hosp. Ltda						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
73	Claritromicina 500 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	19.635	0,7400	14.529,90	PHARLAB
131	Espironolactona 25mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	1.703.100	0,0830	141.357,30	ASPEN
193	Lidocaína (cloridrato) 2%, com vasoconstritor, frasco ampola de 20ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 25 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco-Ampola	1.859	2,2000	4.089,80	HYPOFARMA
241	Pantoprazol de sódio 40 mg comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	243.600	0,2100	51.156,00	SANDOZ

275	Sinvastatina 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	661.500	0,0400	26.460,00	SANDOZ
277	Sinvastatina 40 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	1.218.000	0,1050	127.890,00	SANDOZ
286	Tansulosina (cloridrato) 0,4 mg comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	13.755	3,0000	41.265,00	GEOLAB
Total do Fornecedor :		406.748,00				

082.225.947/0001-65 - A. G. Kienen & Cia. Ltda.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
158	Haloperidol 5mg/mL, injetável, ampola de 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	5.219	0,3500	1.826,65	TEUTO
Total do Fornecedor :		1.826,65				

073.773.129/0001-06 - Distribuidora de Medicamentos Anb Farma Ltda

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
128	Escitalopram (oxalato) 20 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	14.238	2,6400	37.588,32	RECONTER/LIBBS

147	Gentamicina 5mg/ml, solução oftálmica, frasco de 5 mL embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	1.995	5,1900	10.354,05	GENTAMICINA/ALLERGAN
207	Metilfenidato (cloridrato) 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	71.400	0,6940	49.551,60	RITALINA/NOVARTIS
Total do Fornecedor :		97.493,97				
081.706.251/0001-98 - Promefarma Representacoes Comerciais Ltda						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
69	Cinarizina 75mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	193.200	0,0509	9.833,88	GEOLAB-CIVERTIM
93	Dexametasona 0,05 mg/mL solução oftálmica, frasco com 5 mL, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	893	5,2800	4.715,04	ALCON-MAXIDEX
98	Dexclorfeniramina (maleato) 2mg comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	408.975	0,0162	6.625,40	GEOLAB-HYSTIN

175	Ipratrópio (brometo) 20mcg/dose, uso oral, aerossol 200 doses, embalagem individual em cartucho, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	4.442	14,7100	65.341,82	BOEHRINGER-ATROVENT
209	Metoclopramida 4 mg/ml, solução oral, frasco de 10 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	48.510	0,3416	16.571,02	MARIOL-G
234	Norfloxacino 400 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	277.200	0,1260	34.927,20	MULTILAB-G
249	Permanganato de Potássio 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	12.180	0,0390	475,02	MARIOL-G
251	Permetrina 50 mg/mL (5%) loção, frasco de 60 mL ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	8.138	1,4640	11.914,03	SANTA TEREZINHA-KEPIOS
Total do Fornecedor :		150.403,40				
008.725.154/0001-52 - Wam-Med - Distribuidora de Medicamentos Ltda						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca

94	Dexametasona 0,1% creme, bisnaga com 10 g, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Bisnaga	98.700	0,5000	49.350,00	MULTILAB (CORTITOP)
230	Nistatina 25000 UI/g creme vaginal, bisnaga com 60g ou mais, com aplicador, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Bisnaga	14.018	1,1750	16.471,15	BÉRGAMO
235	Nortriptilina, cloridrato 25 mg, cápsula, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Cápsula	236.040	0,0880	20.771,52	TEUTO (NORTRIP)
265	Quetiapina (fumarato) 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	38.010	0,4200	15.964,20	SANDOZ
Total do Fornecedor :		102.556,87				
009.615.457/0001-85 - So Drogas Distribuidora de Medicamento e Materiais Medicos Hospitalares Ltad Me						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
26	Anlodipino 05 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	1.224.825	0,0167	20.454,58	BESILAPIN/GEOLAB

27	Anlodipino 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	600.075	0,0318	19.082,39	BESILAPIN/GEOLAB
196	Loratadina 10mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	279.300	0,0414	11.563,02	LORITIL/GEOLAB
Total do Fornecedor :		51.099,98				

010.749.915/0001-58 - Prestomedi Distribuidora De Produtos Para A Saude Ltda

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
47	Bupropiona (cloridrato) 150 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	148.575	0,6200	92.116,50	nov aquimica
Total do Fornecedor :		92.116,50				

075.014.167/0002-91 - Nunesfarma Distribuidora de Produtos Farmaceuticos Ltda.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
187	Levomepromazina (maleato) 25mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	323.400	0,0899	29.073,66	Cristália
Total do Fornecedor :		29.073,66				

011.011.226/0001-04 - Klima Comercio de Medicamentos Ltda ME

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
------	-----------	---------	------------	----------------	-------------	-------

125	Eritromicina (estearato ou estolato) 50 mg/mL, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	3.392	2,7299	9.259,82	prati
152	Glimepirida 2 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	87.150	0,0789	6.876,14	cifarma
Total do Fornecedor :		16.135,95				

067.729.178/0004-91 - Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
15	Aminofilina 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	715.050	0,0199	14.229,50	HIPOLABOR
17	Amiodarona (cloridrato) 200 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	853.650	0,1000	85.365,00	GEOLAB
41	Bromazepam 3mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	845.250	0,0340	28.738,50	SANVAL

42	Bromazepam 6mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	204.750	0,0527	10.790,33	SANVAL
49	Captopril 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	2.629.200	0,0125	32.865,00	SANVAL
89	Colecalciferol + óxido de zinco + retinol 900/150/5000, bisnaga com 45g, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Bisnaga	4.242	1,3100	5.557,02	MULTILAB
91	Cumarina + Troxerrutina 15/90mg, drágeas, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Dragea	248.850	0,1595	39.691,58	CIFARMA
92	Dexametasona (fosfato dissódico) 4 mg/mL ampola 2,5 mL, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	47.744	0,3670	17.522,05	HIPOLABOR
99	Diazepan 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	765.660	0,0249	19.064,93	SANTISA

100	Diazepan 5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	232.050	0,0230	5.337,15	SANTISA
111	Diosmina 450 mg + Hesperidina 50 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	328.650	0,3190	104.839,35	MABRA/CIFARMA
114	Dipirona 500mg/ml, injetável, ampola de 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	47.670	0,2840	13.538,28	SANTISA
130	Espironolactona 100mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	57.750	0,2550	14.726,25	HIPOLABOR
133	Estrogênios conjugados 0,625mg, embalagem individual com blister de 28 comprimidos, embalagem com no máximo 700 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	540.750	0,7980	431.518,50	MABRA
137	Fenobarbital 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	604.800	0,0300	18.144,00	SANVAL

138	Fenobarbital 40mg/mL, solução oral, frasco com 20 mL, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	10.028	1,5699	15.742,96	SANVAL
144	Furosemida 10mg/ml, solução injetável, ampola de 2 mL, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	9.723	0,2845	2.766,19	SANTISA
149	Glicazida 80 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	110.775	0,1520	16.837,80	CIFARMA
150	Glicose a 25%, injetável, ampola de 10 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	29.978	0,1079	3.234,63	ISOFARMA
174	Ipratrópio (brometo) 0,250 mg/ml, gotas, frasco de 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	14.837	0,4790	7.106,92	HIPOLABOR
176	Isossorbida (dinitrato) 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	397.530	0,0420	16.696,26	SANVAL

188	Levonorgestrel + Etinilestradiol 0,15+0,03 mg, cartela com 21 drágeas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Dragea	333.900	0,0199	6.644,61	MABRA
208	Metoclopramida 10mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	436.800	0,0220	9.609,60	HIPOLABOR
221	N-butilscopolamina (brometo) 10 mg, comprimido ou dragea, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	613.095	0,1390	85.220,21	BELFAR
225	Nifedipina 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	37.800	0,0290	1.096,20	GEOLAB
232	Noretisterona (enantato) 50mg + estradiol (valerato) 5mg/ml, ampola de 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	3.150	5,3990	17.006,85	MABRA
260	Prometazina (cloridrato) 25 mg/ml, solução injetável, ampola de 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	14.154	0,5990	8.478,25	SANVAL

283	Sulfato Ferroso 25 mg/mL de Fe II, frasco conta-gotas com 30ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	10.847	0,4780	5.184,87	HIPOLABOR
-----	---	--------	--------	--------	----------	-----------

Total do Fornecedor : 1.037.552,76

011.018.062/0001-47 - Adisul Distribuidora de Medicamentos Ltda

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
50	Carbamazepina 20 mg/mL, suspensão oral, frasco de 100 ml com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	11.655	4,8100	56.060,55	medley

248	Pentoxifilina 400 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	78.750	0,4445	35.004,38	germed
-----	--	------------	--------	--------	-----------	--------

285	Sulpirida 50 mg, cápsulas ou comprimidos, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	27.930	1,4900	41.615,70	sanofi
-----	--	------------	--------	--------	-----------	--------

Total do Fornecedor : 132.680,62

011.141.123/0001-69 - Maxima Comercio de Medicamentos Ltda

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
------	-----------	---------	------------	----------------	-------------	-------

13	Ambroxol (cloridrato) 3mg/ml, frasco com 100 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	30.555	0,8400	25.666,20	HIPOLABOR
14	Ambroxol (cloridrato) 6mg/ml, frasco com 100 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	31.395	0,8300	26.057,85	HIPOLABOR
30	Atropina (sulfato) 0,25mg/ml, ampola de 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	725	0,1680	121,8	ISOFARMA
68	Cinazina 25mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	49.350	0,0216	1.065,96	SANVAL
90	ComplexoB(VitB1+B2+B6+B5+Nicotina mida-PP), drágeas, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Dragea	1.190.700	0,0360	42.865,20	BELFAR

123	Enoxaparina sódica 100 mg/ml inj, ampola de 0,4 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	2.268	9,6000	21.772,80	ASPEN
124	Epinefrina (cloridrato) 1mg/ml, ampola de 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	3.497	0,4200	1.468,74	HYPOFARMA
146	Gentamicina 40 mg/mL, ampola de 1 mL, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	4.253	0,2760	1.173,83	NOVAFARMA
151	Glicose a 50%, injetável, ampola de 10 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	42.357	0,1140	4.828,70	SAMTEC
153	Gluconato de cálcio 10%, injetável, ampola de 10 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	6.353	0,4200	2.668,26	ISOFARMA
162	Hidroclorotiazida 50 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	435.750	0,0132	5.751,90	GEOLAB

177	Isossorbida (dinitrato) 5 mg, comprimido sub-lingual, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	302.400	0,0168	5.080,32	SANVAL
185	Levofloxacino 500 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	87.150	0,6600	57.519,00	E.M.S.
194	Lidocaína (cloridrato) 2%, sem vasoconstritor, frasco ampola de 20ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 25 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco-Ampola	5.597	1,2000	6.716,40	HIPOLABOR
222	N-butilscopolamina (brometo) 10 mg/mL, solução oral, frasco de 20ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	80.693	1,4400	116.197,92	HIPOLABOR
223	N-butilscopolamina (brometo) 20 mg + dipirona sódica 2500mg, ampola de 5ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	41.633	0,5280	21.982,22	HYPOFARMA

256	Prednisolona (fosfato sódico) 3 mg/ml, solução oral, frasco com 60 mL ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	32.340	2,5200	81.496,80	PRATI
271	Salbutamol 0,4 mg/ml, xarope, frasco de 100 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	23.730	0,6960	16.516,08	N. Q. / BRAINFARMA
289	Tiabendazol suspensão 50 mg/mL, frasco com 60ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	1.092	8,3880	9.159,70	UCI - FARMA
292	Tinidazol 500 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	5.880	0,4920	2.892,96	E.M.S.
Total do Fornecedor :		451.002,64				
012.573.787/0001-60 - Wincorp Farmacêutica Comercial Ltda						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
116	Dissulfiram 250mg comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	20.580	0,2495	5.134,71	Sanofi-Aventis

129	Espiramicina 1,5 MUI embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	46.095	2,1500	99.104,25	Sanofi-Aventis
Total do Fornecedor :		104.238,96				
012.927.876/0001-67 - Dimaci/mg - Material Cirurgico Ltda						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
3	Ácido Fólico 5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	715.050	0,0143	10.225,22	HIPOLABOR
9	Alendronato de sódio 70 mg, comprimido, cartela com 4 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	114.450	0,2350	26.895,75	DELTA
16	Aminofilina 24mg/ml, ampola de 10 ml, embalagem com no máximo 50 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	11.204	0,5800	6.498,32	TEUTO
51	Carbamazepina 200 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	1.710.450	0,0835	142.822,58	SANVAL
55	Carbonato de Lítio 300 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	876.750	0,0770	67.509,75	ARROW

62	Cefalexina (cloridrato ou sal sódico) 500 mg, cápsula ou comprimido ou drágea, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	967.575	0,1160	112.238,70	BERGAMO
81	Cloreto de sódio 0,9%, solução fisiológica nasal, frasco de 30 ml, com conta gotas, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	39.102	0,3700	14.467,74	MARIOL
101	Diazepan 5mg/ml, ampola de 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	6.468	0,2900	1.875,72	HIPOLABOR
110	Dimeticona 75 mg/mL, frasco de 10 mL, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	15.540	0,4650	7.226,10	HIPOLABOR
118	Domperidona 1mg/mL, frasco de 100 mL, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	18.711	9,1000	170.270,10	UCI FARMA
120	Doxiciclina 100mg, comprimido, embalagem com 15 cpr ou no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	81.375	0,0650	5.289,38	PHARLAB

134	Fenitoína (sal sódico) 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	623.175	0,0520	32.405,10	TEUTO
136	Fenitoína (Sal Sódico) 50mg/mL, ampola de 5 mL, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	683	0,6600	450,78	TEUTO
140	Fenoterol solução para inalação 5 mg/mL, frasco com 20 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	29.379	1,2000	35.254,80	HIPOLABOR
143	Fluoxetina 20 mg, cápsulas, embalagem com no máximo 600 cápsulas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Cápsula	4.131.750	0,0948	391.689,90	TEUTO
145	Furosemida 40 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	1.116.150	0,0160	17.858,40	HIPOLABOR
161	Hidroclorotiazida 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	5.302.500	0,0100	53.025,00	PHARLAB

163	Hidrocortisona (succinato sódico) 100 mg, pó para suspensão injetável, frasco + diluente, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco-Am-pola	6.090	1,3770	8.385,93	ARISTON
173	Iodeto de potássio 100 mg/5mL, xarope, frasco de até 100 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	966	1,2000	1.159,20	MARIOL
197	Lorazepam 2 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	178.500	0,0380	6.783,00	TEUTO
201	Medroxiprogesterona (acetato) 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 14 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	32.865	0,4185	13.754,00	SANVAL
217	Miconazol (Nitrato) 2% (20mg/g) creme vaginal, bisnaga com 80g ou mais, com aplicador, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Bisnaga	35.070	1,9899	69.785,79	TEUTO

219	Morfina 10 mg/mL, ampola 1 mL, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	8.138	0,5500	4.475,90	HIPOLABOR
226	Nifedipina 20 mg (retard), comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	159.600	0,0450	7.182,00	LABORIS/ PRENILAN
237	Nortriptilina, cloridrato 75 mg, cápsula, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Cápsula	225.750	0,1328	29.979,60	TEUTO
245	Paracetamol 500 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	3.293.325	0,0250	82.333,13	HIPOLABOR
264	Quetiapina (fumarato) 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	47.880	0,1898	9.087,62	ARROW
267	Ranitidina (cloridrato) 25 mg/mL, solução injetável, ampola de 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	8.043	0,3800	3.056,34	FARMACE

272	Salbutamol 100 mcg/dose, aerossol 200 doses inalatório, embalagem individual em cartucho, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	23.993	3,0500	73.178,65	GLAXO
295	Tramadol 50 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	399.000	0,0800	31.920,00	HIPOLAOR
296	Tramadol 50 mg/mL, ampola de 1 mL embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	3.413	0,4000	1.365,20	HIPOLABOR
299	Valproato de sódio, 50mg/ml solução oral, frasco de 100 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	20.948	1,9300	40.429,64	HIPOLABOR
Total do Fornecedor :		1.478.879,33				
013.568.558/0001-10 - Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
2	Ácido Acetilsalicílico 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 1000 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	5.533.500	0,0080	44.268,00	IMEC

28	Atenolol 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	273.000	0,0279	7.616,70	PRATI
29	Atenolol 50 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	2.697.450	0,0189	50.981,81	VITAPAN
80	Clopidogrel (bissulfato) 75mg, comprimido, embalagem com 28 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	297.150	0,3339	99.218,39	SANDOZ
199	Mebendazol 100 mg, comprimido mastigável, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	48.300	0,0215	1.038,45	SOBRAL
214	Metronidazol 250 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	301.350	0,0524	15.790,74	PRATI
215	Metronidazol 500mg/5g creme ou geleia vaginal, bisnaga com 40g ou mais, com aplicador, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Bisnaga	23.153	1,4699	34.032,59	TEUTO

227	Nimesulida 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	2.528.400	0,0356	90.011,04	VITAPAN
228	Nimesulida 50mg/ml, frasco de 15ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	42.945	0,6343	27.240,01	VITAPAN
236	Nortriptilina, cloridrato 50 mg, cápsula, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Cápsula	157.500	0,0879	13.844,25	TEUTO
243	Paracetamol 300 mg + Carisoprodo 25 mg + diclofenaco sódico 50 mg + Cafeína anidra 30 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	183.750	0,0949	17.437,88	PHARLAB
Total do Fornecedor :		401.479,85				

014.905.502/0001-76 - Exclusiva Distribuidora de Medicamentos Ltda Me

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
67	Cilostazol 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	113.715	0,2710	30.816,77	eurofarma

77	Clonazepan 0,5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	383.250	0,0609	23.339,93	medley
132	Estrogênios conjugados 0,625 mg, creme vaginal, bisnaga com 50g ou mais, com aplicador, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Bisnaga	2.258	29,4299	66.452,71	wyeth
165	Hidroxicloroquina (sulfato) 400 mg comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	3.990	0,6225	2.483,78	medley
168	Ibuprofeno 20 mg/mL, suspensão oral, frasco com 100ml ou mais com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	10.185	2,8799	29.331,78	multilab
269	Risperidona 1mg/mL, frasco com 100 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 200 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Frasco	578	30,3200	17.524,96	germed
300	Valsartana 160 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	33.600	0,3399	11.420,64	germed

Total do Fornecedor :		181.370,56				
014.855.685/0001-62 - Gesser Medical Ltda Epp						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
5	Água destilada, ampola de 10 ml, estéril, embalagem com no máximo 100 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	32.078	0,0690	2.213,38	Isofarma Industria Farmaceutica Ltda.
6	Água destilada, ampola de 5 ml, estéril embalagem com no máximo 100 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	23.888	0,0824	1.968,37	Isofarma Industria Farmaceutica Ltda.
12	Alprazolam 1 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	248.850	0,0926	23.043,51	Alprazolam(Genérico) - E.M.S S/A BRASIL
54	Carbonato de Cálcio 500 mg + colecalciferol 400 UI, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	783.300	0,4300	336.819,00	Calcitheo D3 - Theodoro F Sobral & Cia Ltda Brasil
75	Clomipramina 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	162.750	0,3299	53.691,23	CLO - Registro: EMS Sigma Pharma Ltda - Fabricante:E.M.S S/A BRASIL

76	Clomipramina 75 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	29.400	1,0099	29.691,06	CLO - Registro: EMS Sigma Pharma Ltda - Fabricante:E.M.S S/A BRASIL
119	Doxazosina (mesilato) 2 mg, comprimido, embalagem com máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	523.950	0,0838	43.907,01	EUPROSTATIN - Registro:"EMS Sigma Pharma Ltda - Fabricante:E.M.S S/A BRASIL
139	Fenofibrato 200mg micronizado, cápsula, embalagem com no máximo 600 cápsulas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Cápsula	63.525	0,6399	40.649,65	FENOFIBRATO(Genérico) - E.M.S S/A BRASIL -
160	Hepariana sódica 5000 UI/ml, ampola de 5 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	4.904	6,9900	34.278,96	HEPAMAX - Blausiegel Indústria e Comércio Ltda Brasil
167	Hidróxido de ferro III (sacarato) 20mg/ml (EV) ampola 5 ml embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 frascos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	1.890	4,8864	9.235,30	SUCROFER -Registro:"CLARIS PRODUTOS FARMACEUTICOS DO BRASIL LTDA - Fabricante:"Clarís Lifesciences Limited India
202	Medroxiprogesterona (acetato) 150 mg ampola 1ml, embalagem individual em cartucho ou em 50 ampolas ou mais, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Ampola	17.588	11,1559	196.209,97	CONTRACEP - Registro:"Germed Farmaceutica Ltda" - Fabricante:E.M.S S/A BRASIL
Total do Fornecedor :		771.707,43				

033.078.528/0001-32 - Torrent do Brasil Ltda.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Marca
56	Carvedilol 12,5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	531.090	0,0740	39.300,66	Karvil 12,5mg / TORRENT
57	Carvedilol 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	291.900	0,0850	24.811,50	Karvil 25mg / TORRENT
58	Carvedilol 3,125 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	352.485	0,0400	14.099,40	Karvil 3,125mg / TORRENT
59	Carvedilol 6,25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	416.745	0,0490	20.420,51	Karvil 6,25mg / TORRENT
127	Escitalopram (oxalato) 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	14.490	0,4600	6.665,40	Espran 10mg / TORRENT
240	Oxcarbazepina 600 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	14.175	0,5700	8.079,75	Oleptal 600mg / TORRENT

304	Venlafaxina (cloridrato) 150 mg, comprimido ou cápsula, embalagem individual ou com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	116.550	0,4500	52.447,50	Venlift OD 150mg / TORRENT
305	Venlafaxina (cloridrato) 75 mg, comprimido ou cápsula, embalagem individual ou com no máximo 600 comprimidos, em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde	Comprimido	302.400	0,3500	105.840,00	Venlift OD 75mg / TORRENT
Total do Fornecedor:		271.664,71				
Total Geral:		13.812.581,62				

O prazo de validade da Ata de Registro de Preço é de doze meses, contado da data de sua publicação.

Blumenau, 24 de outubro de 2012.

ORIDES KORMANN

Autoridade Competente

CIS/AMOSC

Resolução Nº 05/2012

RESOLUÇÃO Nº 05/2012

MARINO DAGA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso das atribuições conferidas pelo art. 15, inciso XIV, art. 17, inciso VIII do Estatuto Social e atendendo deliberação da Assembléia Geral Extraordinária realizada dia 24/08/2012,

R E S O L V E

Art. 1º Fixar em R\$ 40,00 (quarenta reais) o valor da consulta médica especializada atualizada na tabela de valores e serviços praticados pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, exceto para oftalmologia.

Parágrafo Único: a consulta médica especializada de oftalmologia terá seu valor fixado em R\$ 50,00 (cinquenta reais), estando incluídos os seguintes exames: gonioscopia, fundoscopia, check-up de glaucoma e tonometria.

Art. 2º Autorizar a atualização dos valores praticados nos demais procedimentos conforme Anexo I, parte integrante desta Resolução, sendo a mesma publicada no endereço eletrônico: <http://www.amosc.org.br/>: link CIS-AMOSC.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 16 de outubro de 2012.

MARINO DAGA

Prefeito de Águas Frias

Presidente do CIS-AMOSC

ANATOMIA PATOLÓGICA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Biopsia de Próstata (por peça)	90093	30,00
Exame Anatomopatológico p/ Congelamento /Parafina (exceto Colo Uterino) – Peça Cirúrgica	02.03.02.003-0	37,00
Exame Citopatológico Hormonal Seriado (Mínimo três coletas)	02.03.01.002-7	37,00
Exame Citopatológico Cérvico-Vaginal/Microflora	02.03.01.001-9	7,00
Imunohistoquímica de Neoplasias Malignas (por marcador)	02.03.02.004-9	330,00
Imunohistoquímica de Mamas	90077	310,00

ANGIOLOGIA / CIRURGIA VASCULAR

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.0007-2	40,00

ALERGIA E IMUNOLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.0007-2	40,00

CARDIOLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	40,00
Eletrocardiograma (EEG)	02.11.02.003-6	15,00
Ecocardiografia Trans-torácica	02.05.01.003-2	200,00
Holter (Monitoramento pelo Sistema Holter 24 horas – 3 canais)	02.11.02.004-4	136,00
Teste ergométrico ou esforço	02.11.02.006-0	100,00

CLÍNICA GERAL/ CIRURGIA GERAL

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	40,00

CIRURGIA TORÁCICA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	40,00

DERMATOLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Biópsia de boca (língua, lábio, mucosa, cavidade bucal)	02.01.01.052-6	40,00
Biópsia de pálpebra	02.01.01.035-6	25,00
Biópsia pele e partes moles (pele, tecido celular ou gânglios subcutâneos, parede abdominal)	02.01.01.037-2	40,00
Biópsia de pavilhão auricular	02.01.01.036-4	25,00
Biópsia/ Punção de tumores superficiais de pele	02.01.01.002-0	35,00
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	40,00
Eletrocoagulação de lesão cutânea	04.01.01.004-0	25,00
Exerese de Tumor de pele e anexos / Cisto sebáceo e lipoma	04.01.01.007-4	40,00
Fototerapia (sessão – POR SEGMENTO)	03.03.08.010-8	25,00

DENSITOMETRIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Densitometria Óssea - coluna e fêmur (dois segmentos)	02.04.06.002-8	92,00

ENDOCRINOLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	40,00

FISIATRIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA /SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	40,00

FISIOTERAPIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Atendimento Fisioterapêutico em ptes com disfunções uroginecológicas	03.02.01.002-5	20,00
Atendimento Fisioterapêutico nas alterações motoras	03.02.05.002-7	20,00
Atendimento Fisioterapêutico em ptes no pré/ pós operatório de neurologia	03.02.06.005-7	25,00
Fisioterapia Geral	03.02.00.000-3	7,00

FONOAUDIOLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Terapia individual	03.01.04.004-4	20,00
Audiometria Tonal Limiar (Via aérea/ óssea)	02.11.07.004-1	21,00
Potencial Evocado para Triagem auditiva - BERA	02.11.07.027-0	162,00
Emissões Otoacústicas evocadas para triagem auditiva - teste orelhinha	02.11.07.014-9	13,51
Gustometria	02.11.07.019-0	15,00
Imitanciometria	02.11.07.020-3	23,00
Logoaudiometria (LDV/ IRF/LRF)	02.11.07.019-0	27,00
Pesquisa de pares cranianos	02.11.07.025-4	15,00

GASTROENTEROLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Biopsia de anus e canal anal	02.01.01.004-6	30,00
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	40,00
Colonoscopia (Coloscopia)	02.09.01.002-9	300,00
Endoscopia Digestiva ALTA (EDA)	02.09.01.003-7	140,00
Polipectomia	04.07.01.025-4	160,00

Retossigmoidoscopia	02.09.01.005-3	130,00
Retirada de corpo estranho do tubo digestivo por endoscopia	04.07.01.024-6	130,00

GERIATRIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	40,00

GINECOLOGIA E OBSTETRICIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Biopsia de colo do útero	02.01.01.066-6	25,00
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	40,00
Colposcopia	02.11.04.002-9	30,00
Criocauterização colo útero	03.09.03.004-8	55,00

HEMATOLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	40,00

INFECTOLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	40,00

MASTOLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	40,00

NEFROLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	40,00

NEUROLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	40,00
Eletroencefalografia em vigília com ou sem foto estímulo	02.11.05.002-4	80,00
Eletroencefalografia sono induzido com ou sem medicamento	02.11.05.003-2	80,00
Eletroneuromiografia de face	90034	174,00
Eletroneuromiografia de Membros Inferiores - MI	90042	213,00

Eletroneuromiografia de Membros Superiores - MS	90050	213,00
Eletroneuromiografia de Membros Inferiores e Superiores - MI/MS	90069	335,00

NUTRICIONISTA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta de profissional de nível superior na atenção especializada	03.01.01.004-8	20,00

OTORRINOLARINGOLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	40,00
Biópsia de pirâmide nasal	02.01.01.039-9	30,00
Biópsia de Seios paranasais	02.01.01.044-5	50,00
Biópsia de Faringe	02.01.01.019-4	30,00
Drenagem de Abscesso faríngeo	04.04.01.005-9	30,00
Drenagem de Furúnculo no conduto auditivo Externo	04.04.01.007-5	30,00
Incisão e Drenagem de Abscesso	04.01.01.010-4	30,00
Ducha de Politzer (uni/bilateral)	04.04.01.009-1	30,00
Infiltração Medicamentosa em corneto inferior	04.04.01.015-6	40,00
Tamponamento Nasal Anterior e Posterior	04.04.01.034-2	50,00
Eletrogustometria	02.11.07.013-0	25,00
Videolaringoscopia e Laringoscopia	02.09.04.002-5	100,00
CIRURGIAS OTOLÓGICAS		
Adenoidectomias	04.04.01.001-6	523,00
Amidalectomia	04.04.01.002-4	523,00
Amidalectomia com Adenoidectomia	04.04.01.003-2	523,00
Timpanotomia c/tuba de ventilação	04.04.01.036-9	523,00

OFTALMOLOGIA

A consulta de oftalmologia padrão inclui: Gonioscopia, fundoscopia, check-up de Glaucoma e Tonometria

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	50,00
Biometria Ultrassônica (monocular)	02.11.06.001-1	43,00
Biópsia de Conjuntiva	02.01.01.009-7	43,00

Biópsia de Córnea	02.01.01.011-9	94,50
Biópsia de Esclera	02.01.01.018-6	94,50
Biópsia de Iris e Corpo Ciliar, Retina Coróide e Vitreo	02.01.01.024-0	270,00
Campimetria Computadorizada ou manual com gráfico (monocular)	02.11.06.003-8	108,00
Cauterização da Córnea	04.05.05.003-8	33,75
Ceratometria/ Ceratoscopia Computadorizada (monocular)	02.11.06.005-4	43,00
Ciclocricocagulação / Diatermia	04.05.05.004-6	453,60
Ciclodíálise	04.05.05.005-4	442,80
Correção Cirúrgica de Astigmatismo Secundário	04.05.05.006-2	33,75
Correção Cirúrgica de Entropião e Ectropião	04.05.01.001-0	216,00
Correção Cirúrgica de Epicanto e Telecanto (UNILATERAL)	04.05.01.002-8	216,00
Correção Cirúrgica de Hérnia de Iris	04.05.05.007-0	442,80
Correção Cirúrgica de Logoftalmo	04.05.04.001-6	218,70
Curva Diária de Pressão Ocular CDPO (mínimo três medidas)	02.11.06.006-2	14,85
Eletro-oculografia (binocular)	02.11.06.007-0	41,85
Eletroretinografia (binocular)	02.11.06.008-9	41,85
Epilação de Cílios	04.05.01.006-0	33,75
Exérese de Calázio e outras pequenas lesões de pálpebra e supercílios	04.05.01.007-9	60,75
Exérese de tumor de conjuntiva	04.05.05.008-9	141,75
Facectomia com lente Intra-Ocular (Lente incluída no valor)	04.05.05.009-7	665,55
Facectomia sem implante de lente Intra-Ocular	04.05.05.010-0	544,00
Facoemulsificação com Implante de Lente Intra-Ocular	04.05.05.011-9	954,45
Injeção Retrobular/Peribulbar	04.05.04.013-0	33,75
Iridectomia Cirúrgica	04.05.05.017-8	544,00
Mapeamento de Retina (monocular)	02.11.06.012-7	41,85
Microscopia especular de Córnea (monocular)	02.11.06.014-3	41,85
Oclusão de Ponto Lacrimal	04.05.01.010-9	33,75
Paquimetria Ultrassônica (monocular)	02.05.02.002-0	21,60
Paracentese de Câmara Anterior	04.05.05.020-8	140,40
Potencial Visual Evocado (binocular)	02.11.06.016-0	33,75

Retinografia Fluorescente (binocular)	02.11.06.018-6	175,50
Retinografia Colorida (binocular)	02.11.06.017-8	33,75
Retirada de Globo Ocular Uni/Bilateral para transplante	05.03.03.005-8	218,70
Retirada de Corpo Estranho da Câmara Anterior do Olho	04.05.05.024-0	453,60
Retirada de Corpo Estranho da Córnea	04.05.05.025-9	33,75
Simblefaroplastia	04.05.01.014-1	207,90
Sondagem de Vias Lacrimais	04.05.01.016-8	33,75
Sondagem de Canal Lacrimal com sedação	04.05.01.015-0	207,90
Sutura de Conjuntiva	04.05.05.029-1	140,40
Sutura de Córnea	04.05.05.030-5	222,75
Sutura de Esclera	04.05.03.009-6	218,70
Sutura de Pálpebra	04.05.01.017-6	141,75
Teste de Adaptação de Visão Sub-Normal	02.11.06.019-4	33,75
Teste de Provocação de Glaucoma (binocular)	02.11.06.020-8	12,15
Teste para Adaptação de Lente de Contato (binocular)	02.11.06.024-0	21,60
Teste Ortóptico (binocular)	02.11.06.023-2	21,60
Topografia Computadorizada de Córnea - Ceratoscopia	02.11.06.026-7	32,75
Tratamento Cirúrgico de Blefarocalase	04.05.01.018-4	207,90
Tratamento Cirúrgico de Deiscência de Sutura de Esclera	04.05.03.010-0	216,00
Tratamento Cirúrgico de Xantelasma	04.05.04.019-9	207,90
Tratamento Cirúrgico de Pterígio	04.05.05.036-4	420,00
Tratamento Cirúrgico de Triquíase com ou sem Enxerto	04.05.01.019-2	216,00
Tratamento Cirúrgico de Miiase Palpebral	04.05.03.011-8	33,75
Tratamento Cirúrgico de Neoplasia de Esclera	04.05.03.012-6	445,50
Tratamento de Ptose e Coloboma de Pálpebra	04.05.04.020-2	445,50
Trabeculectomia	04.05.05.032-1	693,90
Transplante de Córnea	05.05.01.009-7	1.166,40
Vitrectomia Anterior	04.05.03.013-4	515,70

ONCOLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	40,00

ORTOPEDIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	40,00

Atendimento Ortopédico com imobilização provisória	03.01.06.010-0	13,00
Amputação de Dedo – por dedo	04.08.06.004-2	32,67
Biópsia de Medula Óssea	02.01.01.027-5	32,67
Biópsia de Omoplata	02.01.01.030-5	32,67
Biópsia de Osso do Crânio e da Face	02.01.01.034-8	32,67
Biópsia Cirúrgica de Fêmur	02.01.01.032-1	32,67
Biópsia de Osso/Cartilagem de Membro Superior (por agulha/céu aberto)	02.01.01.033-0	32,67
Biópsia de Osso/Cartilagem de Cintura Pélvica (Por agulha/Céu aberto)	02.01.01.031-3	32,67
Biópsia de Lesão de Partes Moles (Por agulha/Céu aberto)	02.01.01.026-7	32,67
Biópsia de Músculo	02.01.01.028-3	6,46
Bursectomia	04.08.06.008-5	32,67
Fasciotomia de Membros Superior	04.08.02.010-5	32,67
Infiltração de Substâncias em Cavidade Sinoval (Articulação, Bainha Tendinosa)	03.03.09.003-0	6,46
Manipulação Articular	04.08.06.015-8	32,67
Tenomiorrafia	04.08.06.045-0	32,67
Punção para Esvaziamento	02.01.01.064-0	6,46
Ressecção de Cisto Sinovial	04.08.06.021-2	32,67
Ressecção de Exostose	04.08.06.022-0	32,67
Ressecção Muscular	04.08.06.030-1	32,67
Retirada de Material de Síntese Ósseo-Dentária	04.14.02.030-8	32,67
Retirada de Fio ou Pino Intraósseo	04.08.06.035-2	32,67
Revisão com Troca de Aparelho Gessado em Membro Superior	03.03.09.009-0	18,26
Revisão com Troca de Aparelho Gessado em Membros Inferiores	03.03.09.007-3	24,35
Revisão Cirúrgica de Coto Amputação em Membros Inferiores (Exceto dedos do Pé)	04.08.05.033-0	32,67
Revisão Cirúrgica de Coto Amputação em Membros Superiores	04.08.02.029-6	32,67
Revisão Cirúrgica de Coto Amputação em Membros Inferiores (Exceto dedos do Pé)	04.08.05.033-0	32,67
Revisão Cirúrgica de Coto Amputação dos Dedos	04.08.06.042-5	32,67

Revisão e Troca de Aparelho Gessado em Lesão de Coluna Vertebral	03.03.09.011-1	33,37
Tenossinovectomia em Membros Superiores	04.08.02.030-0	32,67
Redução Incruenta de Fratura e Fratura-Luxação ao Nível da cintura Escapular	04.08.01.012-6	46,29
Tratamento Cirúrgico de Polidactilia não Articulado	04.08.06.065-4	32,67
Tratamento Cirúrgico de Rutura do Aparelho Extensor do dedo	04.08.06.068-9	32,67
Redução Incruenta de Fratura/Lesão Fisária no Punho	04.08.02.017-2	40,53
Tratamento Conservador de Fratura na Cintura Escapular (com Imobilização)	03.03.09.012-0	17,74
Redução Incruenta de Luxação/Fratura-Luxação de Joelho	04.08.05.026-8	46,71
Redução Incruenta de Fratura ou Lesão Fisário do Joelho	04.08.05.025-0	46,71
Redução Incruenta de Fratura/Lesão Fisária do Extremo Proximal de Umero	04.08.02.016-4	46,29
Redução Incruenta de Luxação ou Fratura/Luxação Escápulo Umeral	04.08.01.013-4	42,96
Redução Incruenta de Fratura-Luxação de Tornozelo	04.08.05.021-7	42,96
Redução Incruenta de Fratura de Ossos do Tarso	04.08.05.024-1	36,78
Redução Incruenta de Fratura/Lesão Fisária dos Metatarsianos	04.08.05.020-9	36,78
Redução Incruenta de Luxação Fêmuro/Patelar	04.08.05.027-6	43,73
Redução Incruenta de Luxação /Fratura Luxação de Cotovelo	04.08.02.022-9	39,18
Tratamento de Articulação Coxo-Femural com Imobilização Gessada	04.08.04.035-1	41,54

PEDIATRIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	40,00

PNEUMOLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	40,00
Broncoscopia (Broncofibroscopia)	02.09.04.001-7	150,00

Espirometria com determinação do volume residual	02.11.08.001-2	60,00
Gasometria	02.11.08.002-0	4,00

PSICOLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Atendimento Individual em Psicoterapia	03.01.08.017-8	20,00

PSIQUIATRIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica incluindo Terapia Individual	90115	90,00

PROCTOLOGISTA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	40,00
Colonoscopia (Coloscopia)	02.09.01.002-9	300,00
Polipectomia (até três pólipos)	04.07.01.025-4	160,00
Retossigmoidoscopia	02.09.01.005-3	130,00
Biopsia de anus e canal anal	02.01.01.004-6	30,00

RADIODIAGNÓSTICO

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Mamografia Unilateral	02.04.03.003-0	32,50
Mamografia Bilateral	02.04.03.018-8	65,00
Radiografia Cavum (lateral + Hirtz)	02.04.01.006-3	14,00
Radiografia Abdômen Agudo (Mínimo de 3 incidências)	02.04.05.012-0	22,00
Radiografia de Abdômen Simples (AP)	02.04.05.013-8	15,00
Radiografia de Abdômen (AP+lateral/localizada)	02.04.05.011-1	22,00
Radiografia de Antebraço	02.04.04.001-9	15,00
Radiografia Arcada Zigomática Malar (AP+Obliquas)	02.04.01.004-7	14,00
Radiografia de Articulação Coxo-Femoral	02.04.06.006-0	18,00
Radiografia de Articulação Escápulo Umeral	02.04.04.003-5	17,00
Radiografia de Articulação Esterno Clavicular	02.04.04.004-3	17,00
Radiografia de Coração e Vasos da Base (PA+Lateral+Oblíquas)	02.04.03.005-6	24,00
Radiografia de Costelas (por hemitórax)	02.04.03.007-2	17,00
Radiografia de Cotovelo	02.04.04.007-8	15,00
Radiografia de Coxa	02.04.06.011-7	18,00
Radiografia de Crânio (PA+Lateral+Oblíquas/Bretton+Hirtz)	02.04.01.007-1	19,00
Radiografia de Crânio (PA+Lateral)	02.04.01.008-0	14,00

Radiografia de Esôfago	02.04.03.008-0	30,00
Escanometria	02.04.06.003-6	20,00
Duodenografia Hipotônica	02.04.05.004-9	53,00
Radiografia do Esterno	02.04.03.009-9	17,00
Radiografia de Estômago e Duodeno	02.04.05.014-6	49,00
Radiografia de Joelho (AP+lateral)	02.04.06.012-5	15,00
Radiografia de Joelho ou Patela (AP+lateral+Axial)	02.04.06.013-3	15,00
Radiografia de Laringe	02.04.01.009-8	13,00
Radiografia de região Orbital (Localização de Corpo Estranho)	02.04.01.013-6	20,00
Radiografia de Mão	02.04.04.009-4	15,00
Radiografia de Mão e Punho (p/determinação de idade óssea)	02.04.04.010-8	15,00
Radiografia de Mastóide/Rochedos (Bilateral)	02.04.01.010-1	19,00
Radiografia de Maxilar (PA + Oblíquas)	02.04.01.011-0	14,00
Radiografia de Mediastino (PA+Perfil)	02.04.03.010-2	17,00
Radiografia de Omoplata/Ombro (3 posições)	02.04.04.011-6	17,00
Radiografia Bilateral de Órbitas (PA+Oblíquas+Hirtz)	02.04.01.003-9	19,00
Radiografia de Ossos da Face (MN+Lateral+Hirtz)	02.04.01.012-8	19,00
Radiografia de Pé/Dedos do Pé	02.04.06.015-0	15,00
Radiografia de Perna	02.04.06.016-8	18,00
Radiografia de Punho (AP+Lateral+Oblíquas)	02.04.04.012-4	15,00
Radiografia de Dedos da Mão	02.04.04.008-6	15,00
Radiografia de Região Sacro-Coccígea	02.04.02.012-3	18,00
Radiografia de Seios da Face (FN+MN+Lateral+Hirtz)	02.04.01.014-4	14,00
Radiografia de Sela Túrsica (PA+Lateral+ Bretton)	02.04.01.015-2	14,00
Radiografia de Tórax (PA+Inspiração+Expiração+Lateral)	02.04.03.013-7	24,00
Radiografia de Tórax (PA+Lateral+Oblíquas)	02.04.03.014-5	20,00
Radiografia de Tórax Ápico-Lordótica	02.04.03.012-9	13,00
Radiografia de Tórax (PA)	02.04.03.017-0	13,00
Radiografia de Coluna Tóraco-Lombar	02.04.02.010-7	18,00
Radiografia de Intestino Delgado (Trânsito)	02.04.05.015-4	55,00
Radiografia de Tórax (PA e Perfil)	02.04.03.015-3	17,00
Radiografia de Articulação Esterno Clavicular	02.04.04.004-3	17,00
Radiografia de Articulação Sacro-Iliaca	02.04.06.007-9	17,00
Radiografia de Articulação Tíbio-Társica	02.04.06.008-7	49,00
Radiografia de Articulação Temporo-Mandibular Bilateral	02.04.01.005-5	15,00

Radiografia de Articulação Acrômio Clavicular	02.04.04.002-7	15,00
Radiografia de Bacia	02.04.06.009-5	13,00
Radiografia de Braço	02.04.04.005-1	20,00
Radiografia de Calcâneo	02.04.06.010-9	15,00
Radiografia de Clavícula	02.04.04.006-0	15,00
Clister Opaco com Duplo Contraste	02.04.05.001-4	19,00
Colangiografia Pré-Operatória	02.04.05.003-0	14,00
Colangiografia Pós-Operatória	02.04.05.003-0	17,00
Radiografia de Coluna Lombo Sacra	02.04.02.006-9	17,00
Radiografia de Coluna Cervical (AP+Lateral+To/Flexão)	02.04.02.004-2	19,00
Radiografia de Coluna Cervical (AP+Lateral+To+Oblíquas)	02.04.02.003-4	19,00
Radiografia de Coluna Cervical Funcional/Dinâmica	02.04.02.005-0	15,00
Radiografia de Coluna Torácica (AP+Lateral)	02.04.02.009-3	18,00
Radiografia de Coluna Toraco-Lombar Dinâmica	02.04.02.011-5	15,00

RESSONÂNCIA MAGNÉTICA

PROCEDIMENTO	COD. SAI/SUS	CIS
RM Membros Superiores (Unilateral)	02.07.02.002-7	340,00
RM Membros Inferiores (Unilateral)	02.07.03.003-0	340,00
RM Coluna Lombo Sacra	02.07.01.004-8	340,00
RM de Coluna Torácica	02.07.01.005-6	340,00
RM de Coluna Cervical	02.07.01.003-0	340,00
RM de Articulação Temporo-Mandibular (Bilateral)	02.07.01.002-1	340,00
RM de Bacia/Pélvis	02.07.03.002-2	340,00
RM de Sela Túrsica	02.07.01.007-2	340,00
RM Crânio	02.07.01.006-4	340,00
RM Vias Biliares	02.07.03.004-9	340,00
RM de Abdômen Superior	02.07.03.001-4	340,00
RM de Tórax	02.07.02.003-5	340,00
Contraste para Ressonância	90085	75,00

TOMOGRAFIAS

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
TC de Crânio	02.06.01.006-0	170,00
TC de Sela Túrsica	02.06.01.006-0	170,00
TC de Coluna Torácica	02.06.01.003-6	170,00
TC de Coluna Lombo Sacra	02.06.01.002-8	170,00
TC de Coluna Cervical	02.06.01.001-0	170,00
TC de Articulação de Membro Superior	02.06.02.001-5	220,00
TC de Articulação de Membros Inferiores	02.06.03.002-9	220,00
TC de Face/Seios da Face/Articulações Temporomandibular	02.06.01.004-4	170,00
TC de Abdômen Superior	02.06.03.001-0	220,00
TC de Abdômen Total	90018	280,00
TC de Tórax	02.06.02.003-1	220,00
TC de Pescoço	02.06.01.005-2	220,00
TC de Pelve/Bacia	02.06.03.003-7	220,00
TC de Segmentos Apendiculares	02.06.02.002-3	220,00

ULTRASSONOGRAFIAS

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Ultrassonografia de Abdômen Superior (Fígado, Vesícula, Vias Biliares)	02.05.02.003-8	41,00
Ultrassonografia de Abdômen Total	02.05.02.004-6	61,00
Ultrassonografia de Aparelho Urinário	02.05.02.005-4	41,00
Ultrassonografia de Articulação	02.05.02.006-2	41,00
Ultrassonografia de Bolsa Escrotal	02.05.02.007-0	41,00
Ultrassonografia de Globo Ocular/orbita	02.05.02.008-9	28,00
Ultrassonografia de Mamária Bilateral	02.05.02.009-7	35,00
Ultrassonografia de próstata (abdominal)	02.05.02.010-0	40,00
Ultrassonografia de próstata (transretal)	02.05.02.011-9	50,00
Ultrassonografia de Tireóide	02.05.02.012-7	35,00
Ultrassonografia de Obstétrica	02.05.02.014-3	32,00
Ultrassonografia Obstétrica c/Doppler	02.05.02.015-1	100,00
Ultrassonografia Pélvica (Ginecológica)	02.05.02.016-0	34,00

Ultrassonografia Obstétrica Morfológica	90026	100,00
Ultrassonografia Transfontanelar	02.05.02.017-8	100,00
Ultrassonografia Transvaginal	02.05.02.018-6	40,00
Ultrassonografia de Partes Moles	90123	85,00

UROLOGIA

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada	03.01.01.007-2	40,00
Avaliação Urodinâmica Completa	02.11.09.001-8	280,00
Cistometria simples (Cistoscopia)	02.11.09.004-2	250,00
Biópsia de próstata	02.01.01.041-0	250,00

CONSULTAS PRÉ E PÓS OPERATÓRIAS

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
Consulta Pré-anestésica	03.01.01.007-2	40,00
Consulta Pré-Cirúrgica	03.01.01.007-2	40,00
Consulta Pós-Cirúrgica	03.01.01.007-2	40,00

ANÁLISES CLÍNICAS

PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	CIS
CLEARANCE OSMOLAR	02.02.01.0.01-5	4,48
DETERMINAÇÃO DE CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DO FERRO	02.02.01.002-3	2,56
DETERMINAÇÃO DE CROMATOGRAFIA DE AMINOÁCIDOS	02.02.01.003-1	19,98
DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA (duas dosagens)	02.02.01.004-0	4,63
DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA C/ INDUÇÃO POR CORTISONA (cinco dosagens)	02.02.01.005-8	8,36
DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA C/ INDUÇÃO POR CORTISONA (quatro dosagens)	02.02.01.006-6	4,70
DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA CLÁSSICA (cinco dosagens)	02.02.01.007-4	12,77
DETERMINAÇÃO DE OSMOLARIDADE	02.02.01.008-2	4,48
DOSAGEM DE 5-NUCLEOTIDASE	02.02.01.009-0	4,48
DOSAGEM DE ACETONA	02.02.01.010-4	2,36

DOSAGEM DE ÁCIDO ASCORBICO	02.02.01.011-2	2,56
DOSAGEM DE ÁCIDO ÚRICO	02.02.01.012-0	2,36
DOSAGEM DE ÁCIDO VANILMANDELICO	02.02.01.013-9	11,49
DOSAGEM DE ALDOLASE	02.02.01.014-7	4,70
DOSAGEM DE ALFA-1-ANTITRIPSINA	02.02.01.015-5	4,70
DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEÍNA ÁCIDA	02.02.01.016-3	4,70
DOSAGEM DE ALFA-2-MACROGLOBULINA	02.02.01.017-1	4,70
DOSAGEM DE AMILASE	02.02.01.018-0	2,87
DOSAGEM DE AMONÍAC	02.02.01.019-8	4,48
DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACÇÕES	02.02.01.020-1	2,56
DOSAGEM DE CÁLCIO	02.02.01.021-0	2,36
DOSAGEM DE CÁLCIO IONIZÁVEL	02.02.01.022-8	4,48
DOSAGEM DE CAROTENO	02.02.01.023-6	2,56
DOSAGEM DE CERULOPLASMA	02.02.01.025-2	4,70
DOSAGEM DE CLORETO	02.02.01.026-0	2,36
DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	02.02.01.027-9	4,48
DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	02.02.01.028-7	4,48
DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	02.02.01.029-5	2,36
DOSAGEM DE COLINESTERASE	02.02.01.030-9	4,70
DOSAGEM DE CREATININA	02.02.01.031-7	2,36
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	02.02.01.032-5	4,70
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACÇÃO MB	02.02.01.033-3	5,26
DOSAGEM DE DESIDROGENASE ALFA-HIDROXIBUTÍRICA	02.02.01.034-1	4,48
DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTÂMICA	02.02.01.035-0	4,48
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LÁTICA	02.02.01.036-8	4,70
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LÁTICA (ISOENZIMAS FRACÇÕES)	02.02.01.037-6	4,70
DOSAGEM DE FERRITINA	02.02.01.038-4	19,90
DOSAGEM DE FERRO SÉRICO	02.02.01.039-2	4,48

DOSAGEM DE FOLATO	02.02.01.040-6	19,98
DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL	02.02.01.041-4	2,56
DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	02.02.01.042-2	2,56
DOSAGEM DE FOSFORO	02.02.01.043-0	2,36
DOSAGEM DE FRACAO PROSTATICA DA FOSFATASE ACIDA	02.02.01.044-9	2,56
DOSAGEM DE GALACTOSE	020201045-7	4,48
DOSAGEM DE GAMAGLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	02.02.01.046-5	4,48
DOSAGEM DE GLICOSE	02.02.01.047-3	2,36
DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE	02.02.01.048-1	4,70
DOSAGEM DE HAPTOGLOBINA	02.02.01.049-0	4,70
DOSAGEM DE CREATININA	02.02.01.031-7	2,36
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	02.02.01.032-5	4,70
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	02.02.01.033-3	5,26
DOSAGEM DE DESIDROGENASE ALFA-HIDROXIBUTIRICA	02.02.01.034-1	4,48
DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTAMICA	02.02.01.035-0	4,48
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	02.02.01.036-8	4,70
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA (ISOENZIMAS FRACIONADAS)	02.02.01.037-6	4,70
DOSAGEM DE FERRITINA	02.02.01.038-4	19,90
DOSAGEM DE FERRO SERICO	02.02.01.039-2	4,48
DOSAGEM DE FOLATO	02.02.01.040-6	19,98
DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL	02.02.01.041-4	2,56
DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	02.02.01.042-2	2,56
DOSAGEM DE FOSFORO	02.02.01.043-0	2,36
DOSAGEM DE FRACAO PROSTATICA DA FOSFATASE ACIDA	02.02.01.044-9	2,56
DOSAGEM DE GALACTOSE	02.02.01.045-7	4,48
DOSAGEM DE GAMAGLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	02.02.01.046-5	4,48

DOSAGEM DE GLICOSE	02.02.01.047-3	2,36
DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE	02.02.01.048-1	4,70
DOSAGEM DE HAPTOGLOBINA	02.02.01.049-0	4,70
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	02.02.01.050-3	10,03
DOSAGEM DE HIDROXIPROLINA	02.02.01.051-1	4,70
DOSAGEM DE ISOMERASE-FOSFOHEXOSE	02.02.01.052-0	4,48
DOSAGEM DE LACTATO	02.02.01.053-8	4,70
DOSAGEM DE LEUCINAMINOPEPTIDASE	02.02.01.054-6	4,48
DOSAGEM DE LIPASE	02.02.01.055-4	2,87
DOSAGEM DE MAGNESIO	02.02.01.056-2	2,56
DOSAGEM DE MUCOPROTEINAS	02.02.01.057-0	2,56
DOSAGEM DE PIRUVATO	02.02.01.058-9	4,70
DOSAGEM DE PORFIRINAS	02.02.01.059-7	4,48
DOSAGEM DE POTASSIO	02.02.01.060-0	2,36
DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	02.02.01.061-9	1,79
DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	02.02.01.062-7	2,36
DOSAGEM DE SODIO	02.02.01.063-5	2,36
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	02.02.01.064-3	2,56
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	02.02.01.065-1	2,56
DOSAGEM DE TRANSFERRINA	02.02.01.066-0	5,26
DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	02.02.01.067-8	4,48
DOSAGEM DE TRIPTOFANO	02.02.01.068-6	4,48
DOSAGEM DE UREIA	02.02.01.069-4	2,36
DOSAGEM DE VITAMINA B12	02.02.01.070-8	19,46
ELETROFORESE DE LIPOPROTEINAS	02.02.01.071-6	4,70
ELETROFORESE DE PROTEINAS	02.02.01.072-4	5,64
GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCETO BASE)	02.02.01.073-2	19,98
PROVA DA D-XIOSE	02.02.01.074-0	4,70

TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA/HIPOGLICEMIANTES ORAIS	02.02.01.075-9	8,36
Nível de Organização-0202020002-EXAMES HEMATOLOGICOS E HEMOSTASIA		
CITOQUIMICA HEMATOLOGICA	02.02.02.001-0	8,27
CONTAGEM DE PLAQUETAS	02.02.02.002-9	3,49
CONTAGEM DE RETICULOCITOS	02.02.02.003-7	3,49
DETERMINACAO DE CURVA DE RESISTENCIA GLOBULAR	02.02.02.004-5	3,49
DETERMINACAO DE SULFO-HEMOGLOBINA	02.02.02.006-1	3,49
DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO	02.02.02.007-0	3,49
DETERMINACAO DE TEMPO DE LISE DA EUGLOBULINA	02.02.02.008-8	3,49
DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE	02.02.02.009-6	3,49
DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	02.02.02.010-0	11,49
TERMINACAO DE TEMPO DE SOBREVIDA DE HEMACITAS	02.02.02.011-8	7,39
DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBINA	02.02.02.012-6	3,64
DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP)	02.02.02.013-4	7,37
DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	02.02.02.014-2	3,49
DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)	02.02.02.015-0	3,49
DOSAGEM DE ANTICOAGULANTE CIRCULANTE	02.02.02.016-9	5,25
DOSAGEM DE ANTITROMBINA III	02.02.02.017-7	8,27
DOSAGEM DE FATOR II	02.02.02.018-5	6,78
DOSAGEM DE FATOR IX	02.02.02.019-3	9,71
DOSAGEM DE FATOR V	02.02.02.020-7	6,04
DOSAGEM DE FATOR VII	02.02.02.021-5	10,32
DOSAGEM DE FATOR VIII	02.02.02.022-3	8,46
DOSAGEM DE FATOR VIII (INIBIDOR)	02.02.02.023-1	19,15

DOSAGEM DE FATOR VON WILLEBRAND (ANTIGENO)	02.02.02.024-0	24,14
DOSAGEM DE FATOR X	02.02.02.025-8	8,50
DOSAGEM DE FATOR XI	02.02.02.026-6	11,63
DOSAGEM DE FATOR XII	02.02.02.027-4	13,42
DOSAGEM DE FATOR XIII	02.02.02.028-2	8,50
DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	02.02.02.029-0	5,87
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	02.02.02.030-4	1,95
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA - INSTABILIDADE A 37OC	02.02.02.031-2	3,49
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA FETAL	02.02.02.032-0	3,49
DOSAGEM DE HEMOSIDERINA	02.02.02.033-9	3,49
DOSAGEM DE PLASMINOGENIO	02.02.02.034-7	5,25
ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	02.02.02.035-5	6,90
ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	02.02.02.036-3	3,49
HEMATOCRITO	02.02.02.037-1	1,95
HEMOGRAMA COMPLETO	02.02.02.038-0	5,25
LEUCOGRAMA	02.02.02.039-8	3,49
PESQUISA DE ATIVIDADE DO COFATOR DE RISTOCETINA	02.02.02.040-1	31,91
PESQUISA DE CELULAS LE	02.02.02.041-0	5,25
PESQUISA DE CORPUSCULOS DE HEINZ	02.02.02.042-8	3,49
PESQUISA DE FILARIA	02.02.02.043-6	3,49
PESQUISA DE HEMOGLOBINA S	02.02.02.044-4	3,49
PESQUISA DE PLASMODIO	02.02.02.045-2	3,49
PESQUISA DE TRIPANOSSOMA	02.02.02.046-0	3,49
PROVA DE CONSUMO DE PROTROMBINA	02.02.02.048-7	5,25
PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	02.02.02.049-5	3,49
PROVA DO LACO RASTREIO P/ DEFICIENCIA DE ENZIMAS ERITROCITARIAS	02.02.02.051-7	3,49
TESTE DE AGREGACAO DE PLAQUETAS	02.02.02.052-5	15,32

TESTE DE HAM (HEMO-LISE ACIDA)	02.02.02.053-3	3,49
TESTE DIRETO DE AN-TIGLOBULINA HUMANA (TAD)	02.02.02.054-1	3,49
Nível de Organização - 0202030008 - EXA-MES SOROLOGICOS E IMUNOLOGICOS		
CONTAGEM DE LINFO-CITOS B	02.02.03.001-6	19,15
CONTAGEM DE LINFO-CITOS CD4/CD8	02.02.03.002-4	19,15
CONTAGEM DE LINFO-CITOS T TOTAIS	02.02.03.003-2	19,15
DETECCAO DE RNA DO HIV-1 (QUALITATIVO)	02.02.03.004-0	82,97
DETECCAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C (QUALITATIVO)	02.02.03.005-9	122,54
DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50)	02.02.03.006-7	11,81
DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	02.02.03.007-5	3,61
DETERMINACAO QUAN-TITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	02.02.03.008-3	11,81
DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	02.02.03.009-1	19,23
DOSAGEM DE ANTI-GENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	02.02.03.010-5	20,96
DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA	02.02.03.011-3	17,29
DOSAGEM DE COMPLE-MENTO C3	02.02.03.012-1	21,90
DOSAGEM DE COMPLE-MENTO C4	02.02.03.013-0	21,90
DOSAGEM DE IMUNO-GLOBULINA A (IGA)	02.02.03.015-6	21,90
DOSAGEM DE IMUNO-GLOBULINA E (IGE)	02.02.03.016-4	11,81
DOSAGEM DE IMUNO-GLOBULINA M (IGM)	02.02.03.018-0	21,90
DOSAGEM DE INIBIDOR DE C1-ESTERASE	02.02.03.019-9	5,24
DOSAGEM DE PROTEI-NA C REATIVA	02.02.03.020-2	3,61

GENOTIPAGEM DE VI-RUS DA HEPATITE C	02.02.03.021-0	381,01
IMUNOELETROFORESE DE PROTEINAS	02.02.03.022-9	21,90
IMUNOFENOTIPAGEM DE HEMOPATIAS MA-LIGNAS (POR MARCA-DOR)	02.02.03.023-7	102,12
PESQUISA DE ANTI-CORPO IGG ANTICAR-DIOLIPINA	02.02.03.025-3	12,77
PESQUISA DE ANTI-CORPO IGM ANTICAR-DIOLIPINA	02.02.03.026-1	12,77
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTI-DNA	02.02.03.027-0	11,07
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTI-HELICO-BACTER PYLORI	02.02.03.028-8	21,90
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTI-HIV-1 (WESTERN BLOT)	02.02.03.029-6	108,50
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	02.02.03.030-0	12,77
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2	02.02.03.031-8	23,68
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTI-RIBONU-CLEOPROTEINA (RNP)	02.02.03.032-6	21,90
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTI-SCHIS-TOSOMAS	02.02.03.033-4	7,33
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTI-SM	02.02.03.034-2	21,90
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTI-SS-A (RO)	02.02.03.035-0	23,68
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTI-SS-B (LA)	02.02.03.036-9	23,68
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTIADENO-VIRUS	02.02.03.037-7	11,81
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTIAMEBAS	02.02.03.038-5	12,77
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTIASPER-GILLUS	02.02.03.039-3	11,81

PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTIBRUCELAS	02.02.03.040-7	4,73
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTICISTICERCO	02.02.03.041-5	7,44
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTICLAMIDIA (POR IMUNOFLOURESCENCIA)	02.02.03.042-3	12,77
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTICORTEX SUPRARENAL	02.02.03.043-1	21,90
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTIEQUINOCOCOS	02.02.03.044-0	11,81
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70)	02.02.03.045-8	12,77
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTIESPERMATOZOIDES	02.02.03.046-6	12,39
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTISTREPTOLISINA O (ASLO)	02.02.03.047-4	3,61
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTIFIGADO	02.02.03.048-2	12,77
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTIGLOMERULO	02.02.03.050-4	12,77
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTIILHOTA DE LANGERHANS	02.02.03.051-2	12,77
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTIINSULINA	02.02.03.052-0	21,90
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTILEPTOSPIRAS	02.02.03.053-9	5,24
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTILISTERIA	02.02.03.054-7	7,03
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTIMICROSOMAS	02.02.03.055-5	21,90
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTIMITOCONDRIA	02.02.03.056-3	21,90
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTIMUSCULO ESTRIADO	02.02.03.057-1	21,90

PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTIMUSCULO LISO	02.02.03.058-0	21,90
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTINUCLEO	02.02.03.059-8	21,90
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTIPARITAIS	02.02.03.060-1	21,90
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTIPLASMODIOS	02.02.03.061-0	12,77
PESQUISA DE ANTI-CORPOS ANTITIREOGLOBULINA	02.02.03.062-8	21,90
PESQUISA DE ANTI-CORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS	02.02.03.063-6	23,68
PESQUISA DE ANTI-CORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE	02.02.03.064-4	23,68
PESQUISA DE ANTI-CORPOS CONTRA HISTOPLASMA	02.02.03.065-2	9,93
PESQUISA DE ANTI-CORPOS CONTRA O SPOROTRIX SCHENKII	02.02.03.066-0	12,40
PESQUISA DE ANTI-CORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HC)	02.02.03.067-9	23,68
PESQUISA DE ANTI-CORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE D (ANTI-HD)	02.02.03.068-7	23,68
PESQUISA DE ANTI-CORPOS CONTRA O VIRUS DO SARAMPO	02.02.03.069-5	11,81
PESQUISA DE ANTI-CORPOS CONTRA PARACOCCIDIOIDES BRASILIENSIS	02.02.03.070-9	5,24
PESQUISA DE ANTI-CORPOS E/OU ANTIGENO DO VIRUS SINCICIAL RESP	02.02.03.071-7	23,68
PESQUISA DE ANTI-CORPOS EIE ANTICLAMIDIA	02.02.03.072-5	21,90

PESQUISA DE ANTI-CORPOS HETEROFILLOS CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BAR	02.02.03.073-3	3,61
PESQUISA DE ANTI-CORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	02.02.03.074-1	14,04
PESQUISA DE ANTI-CORPOS IGG ANTI-LEISHMANIAS	02.02.03.075-0	11,81
PESQUISA DE ANTI-CORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	02.02.03.076-8	21,67
PESQUISA DE ANTI-CORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI	02.02.03.077-6	11,81
PESQUISA DE ANTI-CORPOS IGG CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS	02.02.03.078-4	23,68
PESQUISA DE ANTI-CORPOS IGG CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE)	02.02.03.079-2	38,30
PESQUISA DE ANTI-CORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV)	02.02.03.080-6	23,68
PESQUISA DE ANTI-CORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	02.02.03.081-4	21,90
PESQUISA DE ANTI-CORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES	02.02.03.082-2	21,90
PESQUISA DE ANTI-CORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	02.02.03.083-0	21,90
PESQUISA DE ANTI-CORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLEX	02.02.03.084-9	21,90
PESQUISA DE ANTI-CORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	02.02.03.085-7	14,82
PESQUISA DE ANTI-CORPOS IGM ANTI-LEISHMANIAS	02.02.03.086-5	12,77
PESQUISA DE ANTI-CORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	02.02.03.087-3	23,68
PESQUISA DE ANTI-CORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI	02.02.03.088-1	11,81
PESQUISA DE ANTI-CORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS	02.02.03.089-0	23,68
PESQUISA DE ANTI-CORPOS IGM CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE)	02.02.03.090-3	25,53

PESQUISA DE ANTI-CORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV)	02.02.03.091-1	23,68
PESQUISA DE ANTI-CORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	02.02.03.092-0	21,90
PESQUISA DE ANTI-CORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES	02.02.03.093-8	21,90
PESQUISA DE ANTI-CORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	02.02.03.094-6	21,90
PESQUISA DE ANTI-CORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLEX	02.02.03.095-4	21,90
PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	02.02.03.096-2	17,04
PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (H)	02.02.03.097-0	23,68
PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	02.02.03.098-9	23,68
PESQUISA DE CLAMIDIA (POR CAPTURA HIBRIDA)	02.02.03.099-7	76,59
PESQUISA DE CRIOGLOBULINAS	02.02.03.100-4	3,61
PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	02.02.03.101-2	5,24
PESQUISA DE HIV-1 POR IMUNOFLOURESCENCIA	02.02.03.102-0	12,77
PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	02.02.03.103-9	11,81
PESQUISA DE TRYPANOSOMA CRUZI (POR IMUNOFLOURESCENCIA)	02.02.03.104-7	12,77
PROVAS DE PRAUSNITZ-KUSTNER (PK)	02.02.03.105-5	2,26
PROVAS IMUNO-ALERGICAS BACTERIANAS	02.02.03.106-3	2,26
QUANTIFICACAO DE RNA DO HIV-1	02.02.03.107-1	22,98
QUANTIFICACAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C	02.02.03.108-0	215,06
REACAO DE HEMAGLUTINACAO (TPHA) P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	02.02.03.109-8	5,24
REACAO DE MONTENEGRO ID	02.02.03.110-1	3,61
TESTE DE VDRL P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	02.02.03.111-0	3,61

TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	02.02.03.112-8	12,77
TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	02.02.03.113-6	12,77
TESTES ALERGICOS DE CONTATO	02.02.03.114-4	2,26
TESTES CUTANEOS DE LEITURA IMEDIATA	02.02.03.115-2	2,26
TESTES RAPIDOS P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	02.02.03.116-0	12,77
VDRL P/ DETECCAO DE SIFILIS EM GESTANTE	02.02.03.117-9	3,61
DOSAGEM DE ESTERCOBILINOGENIO FECAL	02.02.04.001-1	2,11
DOSAGEM DE GORDURA FECAL	02.02.04.002-0	3,89
EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	02.02.04.003-8	3,89
IDENTIFICACAO DE FRAGMENTOS DE HELMINTOS	02.02.04.004-6	2,11
PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIURUS OXIURA)	02.02.04.005-4	2,11
PESQUISA DE EOSINOFILOS	02.02.04.006-2	2,11
PESQUISA DE GORDURA FECAL	02.02.04.007-0	2,11
PESQUISA DE LARVAS NAS FEZES	02.02.04.008-9	2,11
PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	02.02.04.009-7	2,11
PESQUISA DE LEVEDURAS NAS FEZES	02.02.04.010-0	2,11
PESQUISA DE OVOS DE SCHISTOSOMAS (EM FRAGMENTO DE MUCOSA)	02.02.04.011-9	2,11
PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	02.02.04.012-7	2,11
PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES	02.02.04.013-5	13,09
PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	02.02.04.014-3	2,11
PESQUISA DE SUBSTANCIAS REDUTORAS NAS FEZES	02.02.04.015-1	2,11
PESQUISA DE TRIPSINA NAS FEZES	02.02.04.016-0	2,11
PESQUISA DE TROFOZOITAS NAS FEZES	02.02.04.017-8	2,11
ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	02.02.05.001-7	4,73
CLEARANCE DE CREATININA	02.02.05.002-5	4,48
CLEARANCE DE FOSFATO	02.02.05.003-3	4,48

CLEARANCE DE UREIA	02.02.05.004-1	4,48
CONTAGEM DE ADDIS	02.02.05.005-0	2,61
DETERMINACAO DE OSMOLALIDADE	02.02.05.006-8	4,73
DOSAGEM DE ACUCARES (POR CROMATOGRAFIA)	02.02.05.007-6	4,73
DOSAGEM DE CITRATO	02.02.05.008-4	2,56
DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	02.02.05.009-2	10,37
DOSAGEM DE OXALATO	02.02.05.010-6	4,70
DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	02.02.05.011-4	2,61
DOSAGEM E/OU FRACIONAMENTO DE ACIDOS ORGANICOS	02.02.05.012-2	3,89
EXAME QUALITATIVO DE CALCULOS URINARIOS	02.02.05.013-0	4,73
PESQUISA / DOSAGEM DE AMINOACIDOS (POR CROMATOGRAFIA)	0.20.20.50.14-9	4,73
PESQUISA DE ALCAPTONA NA URINA	02.02.05.015-7	2,61
PESQUISA DE AMINOACIDOS NA URINA	02.02.05.016-5	4,73
PESQUISA DE BETA-MERCAPTO-LACTATO-DISSULFIDURIA	02.02.05.017-3	2,61
PESQUISA DE CADEIAS LEVES KAPPA E LAMBDA	02.02.05.018-1	3,06
PESQUISA DE CISTINA NA URINA	02.02.05.019-0	2,61
PESQUISA DE COPROPORFIRINA NA URINA	02.02.05.020-3	2,61
PESQUISA DE ERROS INATOS DO METABOLISMO NA URINA	02.02.05.021-1	4,73
PESQUISA DE FENILCETONA NA URINA	02.02.05.022-0	2,61
PESQUISA DE FRUTOSE NA URINA	02.02.05.023-8	2,61
PESQUISA DE GALACTOSE NA URINA	0.20.20.50.24-6	4,28
PESQUISA DE GONADOTROFINA CORIONICA (TESTE DE GRAVIDEZ)	02.02.05.025-4	3,61
PESQUISA DE HOMOCISTINA NA URINA	02.02.05.026-2	2,61
PESQUISA DE LACTOSE NA URINA	02.02.05.027-0	2,61
PESQUISA DE MUCOPOLISSACARIDEOS NA URINA	02.02.05.028-9	4,73
PESQUISA DE PORFIBILINOGENIO NA URINA	02.02.05.029-7	2,61

PESQUISA DE PROTEÍNAS URINÁRIAS (POR ELETROFORESE)	02.02.05.030-0	5,67
PESQUISA DE TIROSINA NA URINA	02.02.05.031-9	2,61
PROVA DE DILUIÇÃO (URINA)	02.02.05.032-7	2,61
DETERMINAÇÃO DE ÍNDICE DE TIROXINA LIVRE	02.02.06.001-2	14,55
DETERMINAÇÃO DE RETENÇÃO DE T3	02.02.06.002-0	14,55
DETERMINAÇÃO DE T3 REVERSO	02.02.06.003-9	17,04
DOSAGEM DE 17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA	02.02.06.004-7	11,83
DOSAGEM DE 17-CESTEROIDES TOTAIS	02.02.06.005-5	7,80
DOSAGEM DE 17-HIDROXICORTICOSTEROIDES	02.02.06.006-3	7,80
DOSAGEM DE ÁCIDO 5-HIDROXI-INDOL-ACÉTICO (SEROTONINA)	02.02.06.007-1	7,80
DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTRÓFICO (ACTH)	02.02.06.008-0	15,67
DOSAGEM DE ALDOSTERONA	02.02.06.009-8	13,20
DOSAGEM DE AMP CÍCLICO	02.02.06.010-1	13,33
DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	02.02.06.011-0	12,80
DOSAGEM DE CALCITONINA	02.02.06.012-8	15,96
DOSAGEM DE CORTISOL	02.02.06.013-6	10,94
DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	02.02.06.014-4	12,49
DOSAGEM DE DIHIDROTESTOSTERONA (DHT)	02.02.06.015-2	13,00
DOSAGEM DE ESTRADIOL	02.02.06.016-0	11,27
DOSAGEM DE ESTRIOL	02.02.06.017-9	12,82
DOSAGEM DE ESTRONA	02.02.06.018-7	12,34
DOSAGEM DE GASTRINA	02.02.06.019-5	15,71
DOSAGEM DE GLOBULINA TRANSPORTADORA DE TIROXINA	02.02.06.020-9	17,04
DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIÔNICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	02.02.06.021-7	8,71
DOSAGEM DE HORMÔNIO DE CRESCIMENTO (HGH)	02.02.06.022-5	11,33

DOSAGEM DE HORMÔNIO FOLÍCULO-ESTIMULANTE (FSH)	02.02.06.023-3	8,76
DOSAGEM DE HORMÔNIO LUTEINIZANTE (LH)	02.02.06.024-1	9,96
DOSAGEM DE HORMÔNIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	02.02.06.025-0	9,95
DOSAGEM DE INSULINA	02.02.06.026-8	11,29
DOSAGEM DE PARATORMÔNIO	02.02.06.027-6	47,87
DOSAGEM DE PEPTÍDEO C	02.02.06.028-4	17,04
DOSAGEM DE PROGESTERONA	02.02.06.029-2	11,34
DOSAGEM DE PROLACTINA	02.02.06.030-6	11,27
DOSAGEM DE RENINA	02.02.06.031-4	14,64
DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	02.02.06.032-2	17,04
DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	02.02.06.033-0	14,55
DOSAGEM DE TESTOSTERONA	02.02.06.034-9	11,58
DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	02.02.06.035-7	14,55
DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	02.02.06.036-5	17,04
DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	02.02.06.037-3	9,72
DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	02.02.06.038-1	12,88
DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	02.02.06.039-0	9,67
TESTE DE ESTÍMULO DA PROLACTINA/TSH APOS TRH	02.02.06.040-3	13,33
TESTE DE ESTÍMULO DA PROLACTINA APOS CLORPROMAZINA	02.02.06.041-1	13,33
TESTE DE ESTÍMULO DE LH E FSH APOS GONADOTREOFINA	02.02.06.042-0	13,33
TESTE DE ESTÍMULO DO HGH APOS GLUCAGON	02.02.06.043-8	13,33
TESTE DE SUPRESSÃO DO CORTISOL APOS DEXAMETASONA	02.02.06.044-6	13,33
TESTE DE SUPRESSÃO DO HGH APOS GLICOSE	02.02.06.045-4	13,33
TESTE P/ INVESTIGAÇÃO DO DIABETES INSIPIDUS	02.02.06.046-2	9,36
DOSAGEM DE ÁCIDO DELTA-AMINOLEVULÍNICO	02.02.07.001-8	2,63
DOSAGEM DE ÁCIDO HIPÚRICO	02.02.07.002-6	2,84

DOSAGEM DE ACIDO MANDELICO	02.02.07.003-4	4,70
DOSAGEM DE ACIDO METIL-HIPURICO	02.02.07.004-2	2,61
DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO	02.02.07.005-0	19,98
DOSAGEM DE ALA-DESIDRATASE	02.02.07.006-9	4,48
DOSAGEM DE ALCOOL ETILICO	02.02.07.007-7	2,56
DOSAGEM DE ALUMINIO	02.02.07.008-5	35,11
DOSAGEM DE AMINOGLICOSIDEOS	02.02.07.009-3	12,77
DOSAGEM DE ANFETAMINAS	02.02.07.010-7	12,77
DOSAGEM DE ANTIDEPRESSIVOS TRICICLICOS	02.02.07.011-5	12,77
DOSAGEM DE BARBITURATOS	02.02.07.012-3	16,76
DOSAGEM DE BENZODIAZEPINICOS	02.02.07.013-1	17,21
DOSAGEM DE CADMIO	02.02.07.014-0	8,36
DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	02.02.07.015-8	22,38
DOSAGEM DE CARBOXIHEMOGLOBINA	02.02.07.016-6	5,25
DOSAGEM DE CHUMBO	02.02.07.017-4	11,27
DOSAGEM DE CICLOSPORINA	02.02.07.018-2	74,81
DOSAGEM DE COBRE	02.02.07.019-0	4,48
DOSAGEM DE DIGITALICOS (DIGOXINA, DIGITOXINA)	02.02.07.020-4	11,46
DOSAGEM DE ETOSSUXIMIDA	02.02.07.021-2	19,98
DOSAGEM DE FENITOINA	02.02.07.022-0	44,96
DOSAGEM DE FENOL	02.02.07.023-9	2,62
DOSAGEM DE FORMALDEIDO	02.02.07.024-7	4,48
DOSAGEM DE LITIO	02.02.07.025-5	2,87
DOSAGEM DE MERCURIO	02.02.07.026-3	2,61
DOSAGEM DE METAHEMOGLOBINA	02.02.07.027-1	5,25
DOSAGEM DE METABOLITOS DA COCAINA	02.02.07.028-0	12,77
DOSAGEM DE METOTREXATO	02.02.07.029-8	12,77
DOSAGEM DE QUINIDINA	02.02.07.030-1	12,77
DOSAGEM DE SALICILATOS	02.02.07.031-0	2,56

DOSAGEM DE SULFATOS	02.02.07.032-8	4,48
DOSAGEM DE TEOFILINA	02.02.07.033-6	19,98
DOSAGEM DE TIOCIANATO	02.02.07.034-4	4,70
DOSAGEM DE ZINCO	02.02.07.035-2	19,98
ANTIBIOGRAMA	02.02.08.001-3	6,36
ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRACAO INIBITORIA MINIMA	02.02.08.002-1	17,02
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR	02.02.08.004-8	5,36
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSENIASE)	02.02.08.005-6	5,36
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (TUBERCULOSE)	02.02.08.006-4	5,36
BACTEROSCOPIA (GRAM)	02.02.08.007-2	3,57
CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	02.02.08.008-0	7,17
CULTURA DO LEITE MATERNO (POS-PASTEURIZACAO)	02.02.08.009-9	5,53
CULTURA P/ HERPESVIRUS	02.02.08.010-2	5,53
CULTURA PARA BAAR	02.02.08.011-0	7,18
CULTURA PARA BACTERIAS ANAEROBICAS	02.02.08.012-9	13,09
CULTURA PARA IDENTIFICACAO DE FUNGOS	02.02.08.013-7	5,35
EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)	02.02.08.014-5	3,57
HEMOCULTURA	02.02.08.015-3	14,66
IDENTIFICACAO AUTOMATIZADA DE MICROORGANISMOS	02.02.08.016-1	7,18
PEQUISA DE PNEUMOCYSTI CARINI	02.02.08.017-0	5,53
PESQUISA DE BACILO DIFTERICO	02.02.08.018-8	3,57
PESQUISA DE ESTREPTOCOCOS BETA-HEMOLITICOS DO GRUPO A	02.02.08.019-6	5,53
PESQUISA DE HAEMOPHILUS DUCREY	02.02.08.020-0	3,57
PESQUISA DE HELICOBACTER PYLORI	02.02.08.021-8	5,53
PESQUISA DE LEPTOSPIRAS	02.02.08.022-6	3,57
PESQUISA DE TREPONEMA PALLIDUM	02.02.08.023-4	6,44
ACIDO URICO LIQUIDO NO SINOVIAL E DERIVADOS	02.02.09.001-9	2,41

ADENOGRAMA	02.02.09.002-7	7,39
CITOLOGIA P/ CLAMIDIA	02.02.09.003-5	5,53
CITOLOGIA P/ HERPES-VIRUS	02.02.09.004-3	5,53
CONTAGEM ESPECIFICA DE CELULAS NO LIQUOR	02.02.09.005-1	2,41
CONTAGEM GLOBAL DE CELULAS NO LIQUOR	02.02.09.006-0	2,41
DETERMINACAO DE FOSFOLIPIDIOS RELACAO LECITINA - ESFINGOMIEL	02.02.09.007-8	8,37
DOSAGEM DE CREATININA NO LIQUIDO AMNIOTICO	02.02.09.008-6	2,41
DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA NO ESPERMA	02.02.09.009-4	2,56
DOSAGEM DE FRUTOSE	02.02.09.010-8	2,56
DOSAGEM DE FRUTOSE NO ESPERMA	02.02.09.011-6	2,56
DOSAGEM DE GLICOSE NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	02.02.09.012-4	2,41
DOSAGEM DE PROTEINAS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	02.02.09.013-2	2,41
ELETROFORESE DE PROTEINAS C/ CONCENTRACAO NO LIQUOR	02.02.09.015-9	6,67
ESPECTROFOTOMETRIA NO LIQUIDO AMNIOTICO	02.02.09.016-7	8,37
ESPLENOGRAMA	02.02.09.017-5	7,39
EXAME DE CARACTERES FISICOS CONTAGEM GLOBAL E ESPECIFICA DE	02.02.09.018-3	2,41
MIELOGRAMA	02.02.09.019-1	7,39
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES (ELISA)	02.02.09.021-3	12,39
PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIOGENICO CEA	0.20.20.90.22-1	2,56
PESQUISA DE CARACTERES FISICOS NO LIQUOR	02.02.09.023-0	2,41
PESQUISA DE CELULAS ORANGIOFILAS	02.02.09.024-8	2,41
PESQUISA DE CRISTAIS C/ LUZ POLARIZADA	02.02.09.025-6	2,41
PESQUISA DE ESPERMATOZOIDES (APOS VASECTOMIA)	02.02.09.026-4	6,13
PESQUISA DE RAGOCITOS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	02.02.09.027-2	2,41

PROVA DE PROGRESSAO ESPERMATICA (CADA)	02.02.09.028-0	12,39
PROVA DO LATEX P/ HAEMOPHILLUS INFLUENZAE, STREPTOCOCCUS PNE	02.02.09.029-9	2,41
PROVA DO LATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	02.02.09.030-2	2,41
REACAO DE PANDY	02.02.09.031-0	2,41
REACAO DE RIVALTA NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	02.02.09.032-9	2,41
TESTE DE CLEMENTS	02.02.09.033-7	2,41
TESTE GASTROACIDOGAMA - SECRECAO BASAL POR 60 EM 4 AMOSTRAS	02.02.09.034-5	5,98
TESTE DE HOLLANDER NO SUCO GASTRICO	02.02.09.035-3	5,98
DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM CULTURA DE LONGA DURACAO (C/ TE	02.02.10.001-4	41,46
DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM MEDULA OSSEA E VILOSIDADES CORI	02.02.10.002-2	41,46
DETECCAO DE VARIANTES DA HEMOGLOBINA (DIAGNOSTICO TARDIO)	02.02.11.001-0	10,21
DETECCAO MOLECULAR DE MUTACAO EM HEMOGLOBINOPATIAS (CONFIRMA	02.02.11.002-8	76,59
DETECCAO MOLECULAR EM FIBROSE CISTICA (CONFIRMATORIO)	02.02.11.003-6	76,59
DOSAGEM DE FENILANINA (CONTROLE / DIAGNOSTICO TARDIO)	02.02.11.004-4	6,38
DOSAGEM DE FENILANINA E TSH OU T4	02.02.11.005-2	14,04
DOSAGEM DE FENILANINA TSH OU T4 E DETECCAO DA VARIANTE DE	02.02.11.006-0	24,25
DOSAGEM DE TRIPSINA IMUNORREATIVA	02.02.11.007-9	6,38
DOSAGEM DE TSH E T4 LIVRE (CONTROLE / DIAGNOSTICO TARDIO)	02.02.11.008-7	15,32
DETERMINACAO DE ANTICORPOS ANTIPLAQUETARIOS	02.02.12.001-5	13,60
DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	02.02.12.002-3	1,75
FENOTIPAGEM DE SISTEMA RH - HR	02.02.12.003-1	13,60

IDENTIFICACAO DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES C/ PAINEL DE	02.02.12.004-0	13,60
PESQUISA DE ANTICORPOS IRREGULARES PELO METODO DA ELUICAO	02.02.12.005-8	7,39
PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES 37 OC	02.02.12.006-6	7,39
PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES A FRIO	02.02.12.007-4	7,39
PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	02.02.12.008-2	1,75
TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	02.02.12.009-0	3,49
TITULACAO DE ANTICORPOS ANTI A E/OU ANTI B	02.02.12.010-4	7,39

Chapecó, 16 de outubro de 2012.

Edital de Chamamento Público Nº 01/2012

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2012

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, com sede no município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consoante com as disposições da Lei nº 8.666/93, TORNA PÚBLICO que estará realizando junto ao CIS-AMOSC inscrições para credenciamento de prestadores de serviços especializados na área da saúde.

I OBJETO

Art.1º O presente Edital destina-se a receber as inscrições para credenciamento de prestadores de serviços especializados na área da saúde aos usuários do CIS-AMOSC, para fins de atendimento a nível ambulatorial em consultas, procedimentos e exames de diagnose, conforme tabela CIS-AMOSC, com a possibilidade de receber propostas de inclusão de novos procedimentos conforme a demanda dos Municípios.

Art.2º Poderão credenciar-se a prestar os serviços, pessoas jurídicas, privadas ou públicas, lucrativas ou não, desde que apresentadas todas as documentações necessárias. O credenciamento se dará após a aprovação do pedido de inscrição na forma deste edital, com análise técnica e deferimento do requerimento.

Art.3º Os interessados deverão atender todas as modalidades de atendimento ambulatorial o que inclui consultas, procedimentos e exames de diagnose, não sendo possível o credenciamento específico a um determinado procedimento.

§ 1º Exceto para os prestadores que não apresentam capacidade técnica instalada ou seja equipamentos necessários a realização dos procedimentos, aceito mediante declaração por escrito.

II DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO NO CIS-AMOSC

Art.4º Para fins de inscrição, os interessados deverão apresentar a seguinte documentação:

I- Para habilitação de Pessoa FÍSICA:

- Cédula de Identidade;
- CPF - Cadastro de Pessoa Física;

- Nº Inscrição no Conselho da categoria;
- Nº do Cartão Nacional de Saúde (CNS);
- Comprovante de residência ou Estágio de no mínimo 2 anos reconhecidos pelo MEC, ou título de especialista na área (só para médicos);
- Relação dos equipamentos disponíveis para a realização dos procedimentos solicitados;
- Alvará de Localização;
- Alvará Sanitário;
- Certidão Negativa Débito Municipal;
- Relação dos serviços ao qual se habilita para credenciamento, de acordo com os códigos da Tabela Anexa, parte integrante deste;
- Diploma de graduação (Xerox frente e verso) autenticado;
- Número do PIS ;
- Número da conta bancária e agência;
- Desconto INSS - informar fontes pagadoras ou declarar por escrito;
- Ofício solicitando credenciamento nos procedimentos;
- Número do CNES (Cadastro Nacional Estabelecimento de Saúde)
- Ofício com números de telefones para contato e e-mail;

II- Para habilitação de Pessoa JURÍDICA:

- Contrato Social;
- CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- Inscrição Estadual;
- Alvará de Localização;
- Alvará Sanitário;
- Certidões Negativas de Débito: Municipal, Estadual e Federal;
- Certidões Negativas de Débito: INSS e FGTS; (Internet)
- Relação dos serviços ao qual se habilita para credenciamento, de acordo com os códigos da Tabela CIS-AMOSC (www.amosc.org.br);
- Carteira de Identidade, CPF do(s) profissional que prestará os serviços;
- Inscrição no Conselho da Categoria ;
- Diploma de graduação , frente e verso autenticado.
- Número do CNES (Cadastro Nacional Estabelecimento de Saúde)
- Ofício solicitando o credenciamento ao CIS-AMOSC com os seguintes dados:
- Nº do Cartão Nacional de Saúde (CNS), Nº conta bancária, agência, Banco e identificar os procedimentos aos quais se habilita no credenciamento.
- Ofício com números de telefones para contato e e-mail;
- Contrato ou Convênio de Controle de Qualidade (SBAC, SBPC; Outros)/ Certificado de Regularidade junto ao CRF do Laboratório (para Análises Clínicas);

III DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.5º Após o recebimento da documentação de habilitação, julgada regular, o CIS-AMOSC, credenciará gradativamente os profissionais e instituições necessárias para prestação dos referidos serviços.

Art.6º Anualmente o CIS-AMOSC exigirá dos prestadores credenciados, a respectiva atualização dos documentos referentes às negativas de débitos e alvarás.

Art.7º A remuneração se dará de acordo com os valores dispostos na tabela CIS-AMOSC, o preço ajustado entre as partes será de acordo com a mesma e aceito pelo credenciado no momento da apresentação de sua proposta, estando inclusos taxas de administração, gastos com materiais, taxas de sala, e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços. Não é permitido qualquer tipo de cobrança as Secretarias Municipais de Saúde e/ou ao usuário.

Art.8º O credenciado poderá descredenciar-se desde que

comunique oficialmente com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e uma vez credenciado o serviço, não será permitido o descredenciamento parcial do mesmo.

Art.9º Fazem parte do presente Edital:

- a) Tabela de Valores e Serviços CIS-AMOSC;
- b) Minuta do Termo de Credenciamento (Anexo I).

Art.10. O CISAMOSC reserva-se o direito de, justificando, anular ou revogar este Edital de Chamamento de Interessados, antes da assinatura do termo de Credenciamento, sem que caiba reclamação ou indenização de qualquer espécie.

Art.11. O credenciado tomará ciência e concordará com o Termo de Credenciamento, de acordo com a minuta anexa neste Edital e no momento do credenciamento receberá um manual de normas e rotinas do Consórcio as quais deverão obrigatoriamente ser seguidas pelo mesmo.

Art.12. Os casos omissos no presente Edital serão analisados sob os aspectos da Lei nº 8.666/93, Resolução nº 07/97 e Comissão Técnica especialmente nomeada para este fim.

Chapecó-SC, 16 de outubro de 2012.

MARINO DAGA

Presidente do CIS-AMOSC

Prefeito de Águas de Chapecó

ANEXO I

Minuta

TERMO DE CREDENCIAMENTO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 571-S, neste ato representado pelo seu Presidente nos termos do Edital de Chamamento nº 01/2012, com , pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida para prestação de serviços especializados de saúde ao CISAMOSC, de acordo com as seguintes condições:

I. OBJETO

O credenciado prestará aos usuários do CIS-AMOSC serviço

II. DO PREÇO

O preço ajustado entre as partes e os procedimentos credenciados serão de acordo com a Tabela de Valores e Serviços CIS-AMOSC e aceito pelo credenciado no momento da apresentação de sua proposta, estando inclusos taxas de administração, gastos com materiais, taxas de sala, e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços. Não é permitido qualquer tipo de cobrança as Secretarias Municipais de Saúde ou ao usuário.

III. DO REAJUSTAMENTO

O reajustamento ocorrerá quando houver alteração e divulgação da nova Tabela de Valores e Serviços CIS-AMOSC, ocasião em que será repassado a todos os credenciados.

IV. DAS OBRIGAÇÕES DO CISAMOSC

- a) Efetuar o pagamento ao credenciado dos procedimentos de acordo com a tabela de valores e serviços CIS-AMOSC;
- b) Efetuar o pagamento até o 10º (décimo) dia útil do mês

subseqüente da realização dos serviços, mediante apresentação pelo credenciamento da Nota Fiscal/Fatura;

c) Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

d) Fiscalizar os serviços e esclarecer dúvidas;

V. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

a) Atender todos os encaminhamentos do CIS-AMOSC de todos os municípios credenciados em consultório ou clínica própria, em horário de expediente normal, pré-definido;

b) Atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de documentação hábil, previamente autorizada pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de origem ou pelo CIS-AMOSC;

c) Aceitar exames do paciente se este estiver com datas recentes, não podendo exigir que os mesmos sejam de determinado prestador ou clínica de sua preferência. A não aceitação poderá dar-se somente mediante justificativa devendo conter argumentação consistente, do ponto de vista técnico;

d) Preencher com exatidão e clareza todos os campos das solicitações das guias do CIS-AMOSC, inclusive o de contra-referência (consulta);

e) Apresentar a nota fiscal com a devida comprovação dos encaminhamentos (guias), até o 16º (décimo sexto) dia do mês subseqüente ao da prestação dos serviços;

f) De acordo com a Resolução CFM nº 1.958/2010 constitui infração ética interferir na autonomia do profissional para especificar prazos de retorno portanto é o médico que estabelece o intervalo entre as consultas e a cobrança fica a critério do mesmo conforme normas previstas nesta Resolução;

g) Todos os exames realizados pelo credenciado deverão conter laudo técnico que será entregue ao usuário para repassar a secretaria de saúde de seu município e o Consórcio reserva-se o direito de ter acesso aos mesmos nos consultórios médicos quando necessário a nível de auditoria;

h) Comunicar com antecedência de 10 dias, a não disponibilidade de prestar serviços por motivos particulares, definindo período de não atendimento;

i) Anualmente apresentar ao CIS-AMOSC a respectiva atualização dos documentos referentes às negativas de débitos e alvarás.

VI. DAS CONDIÇÕES GERAIS

a) Em caso de atraso na entrega das faturas pelo credenciado, o pagamento feito pelo CIS-AMOSC será retardado proporcionalmente;

b) Em nenhuma hipótese o credenciado poderá cobrar do beneficiário qualquer importância;

c) O CIS-AMOSC reserva-se o direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados, das faturas apresentadas, solicitada perícia e informações adicionais e, em justificando, glosar despesas e procedimentos;

d) A remuneração recebida pelo credenciado não gerará direito adquirido ou ato jurídico perfeito, não havendo nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária;

e) Este credenciamento será formalizado por Resolução do Presidente sendo de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento juízo de conveniência e oportunidade pelo seu expedidor;

f) O credenciado poderá descredenciar-se desde que comunique oficialmente por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e uma vez credenciado o serviço, não será permitido o descredenciamento parcial do mesmo.

g) É vedado ao credenciado delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte os serviços previstos neste termo;

h) Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CIS-AMOSC, sobre os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

Chapecó,

Presidente

Credenciado

NORMATIZAÇÕES:

1. Todas as guias, consultas/exames,/procedimentos, deverão conter autorização do Município de origem (Carimbo e Assinatura da Secretaria Municipal de Saúde) e deverão vir acompanhadas do pedido médico.

2. Guias de Fisioterapia/ Psicoterapia/ Fonoaudiologia/ Nutrição deverão conter a data de cada sessão e assinatura do paciente e também assinatura e carimbo do profissional responsável pelo atendimento.

3. Guia de consulta (referência e contra-referência) deverá conter um parecer do médico responsável e/ ou o CID correspondente e também o carimbo e assinatura do responsável pelo atendimento.

4. No caso dos códigos referentes a Serviços de Diagnose, será necessário LAUDO TECNICO, que deverá ser entregue ao usuário e o Consórcio reserva-se o direito de ter acesso aos mesmos nos consultórios médicos quando necessário a nível de auditoria. As guias do CISAMOSC destes exames deverão conter a data de realização do mesmo e assinatura do paciente para comprovação e também assinatura e carimbo do profissional responsável pelo atendimento.

5. Quando o médico solicitar uma autorização de determinado procedimento no receituário do CIS-AMOSC este deve ser acompanhado de justificativa da necessidade do procedimento, devendo conter argumentação consistente, do ponto de vista técnico;

6. Os casos omissos neste item referente a normatizações dos serviços, tomar-se-á como base normatizações do Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS - MINISTÉRIO DA SAÚDE

CIS/AMUREL

Termo de Posse - Presidente Cis

TERMO DE POSSE

Aos 16 dias do mês de outubro de 2012, na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde, na Rua Rio Branco, n. 67, Vila Moema, Tubarão (SC), fizeram-se presentes os Srs VALDIR ANTUNES, CELSO HEIDEMANN, ALEXANDRE MARTINS DA SILVA, ALVARO DALMAGRO, EVERSON GUIMARÃES, RAMON CORREA MENDES E EDSON NUNES, para formalizar a posse do novo Presidente do CIS/AMUREL. Em razão da renúncia ao cargo de Prefeito Municipal de Santa Rosa de Lima, formalizada pelo Sr. Celso Heidemann, a Presidência do Conselho Deliberativo-Fiscal deve ser exercida por aquele que lhe houver sucedido no referido cargo, consoante a regra constante do parágrafo terceiro do art. 24, do Estatuto, o qual dispõe nos seguintes termos: "Havendo vacância definitiva assumirá a vaga seu sucessor conforme Lei Municipal". Nesses termos, o Sr. VALDIR ANTUNES, brasileiro, casado, RG n. 587.478-5, CPF n. 289.253.279-53, residente e domiciliado na Estrada Geral Santa Rosa de Lima, bairro Dois Irmãos, s/nº, Santa Rosa de Lima (SC), manifesta formalmente sua aceitação e vontade tomar posse como Presidente do CIS/AMUREL, prestando o compromisso de exercer com probidade e cumprir, fielmente, todos os deveres inerentes, bem como para fazer uso das prerrogativas que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções e Estatuto, considerando-se, a partir desta forma, formalmente empossado. Eu Edson Nunes, Coordenador Técnico-Administrativo lavrei o presente Termo, que vai assinado pelo Sr. Presidente ora empossado, bem como pelas demais pessoas que participaram do presente ato.

Tubarão (SC), 16 de outubro de 2012.

VALDIR ANTUNES

Presidente do CISAMUREL

EDSON NUNES

Coordenador Técnico-Administrativo

CELSO HEIDEMANN

ALEXANDRE MARTINS DA SILVA

ALVARO DALMAGRO

EVERSON GUIMARÃES

RAMON CORREA MENDES